

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Igor Ribeiro dos Santos

“FAÇAMOS NÓS COM NOSSAS MÃOS TUDO QUE A NÓS NOS DIZ RESPEITO”: A
HISTÓRIA DO ANARQUISMO E DO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO EM
ALAGOAS (1906-1920)

Maceió
2022

Igor Ribeiro dos Santos

“FAÇAMOS NÓS COM NOSSAS MÃOS TUDO QUE A NÓS NOS DIZ RESPEITO”: A
HISTÓRIA DO ANARQUISMO E DO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO EM
ALAGOAS (1906-1920)

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Alagoas, como
requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Paula
Palamartchuk

Maceió
2022

**Catálogo na Fonte Universidade
Federal de Alagoas**

**Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S237f Santos, Igor Ribeiro dos.

“Façamos nós com nossas mãos tudo que a nós nos diz respeito” : a história do anarquismo e do sindicalismo revolucionário em Alagoas (1906-1920) / Igor Ribeiro dos Santos. – 2021.

158 f.

Orientadora: Ana Paula Palamartchuk.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas.
Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió.

Bibliografia: f. 155-158.

1. Anarquismo. 2. Sindicalismo revolucionário - Alagoas. I. Título.

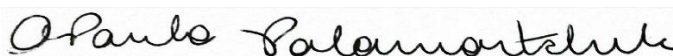
CDU: 329.281/.285(813.5)

Folha de Aprovação

IGOR RIBEIRO DOS SANTOS

Façamos nós com nossas mãos tudo que a nós nos diz respeito”: a história do anarquismo e do sindicalismo revolucionário em Alagoas (1906-1920)

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 28 de janeiro de 2022.



Prof.^a Dr.^a Ana Paula Palamartchuk (Orientadora)
Universidade Federal de Alagoas

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Osvaldo Batista Acioly Maciel (Examinador Interno)
Universidade Federal de Alagoas



Prof. Dr. Eltern Campina Vale (Examinador Externo)
Universidade Federal de Alagoas



Prof. Dr. Rafael Viana da Silva (Examinador Externo)
Universidade Federal de Alagoas

Para Rosângela Moreira Pereira, Laura Louise Moreira Pereira Ribeiro,
Maria Alice Ribeiro, Rivaldo Ribeiro dos Santos e Marcos Vinicius
Ribeiro de Freitas (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a minha esposa e a minha filha, Rosângela Moreira Pereira e Laura Louise Moreira Pereira Ribeiro, pela compreensão nos momentos de ausência, pelo o apoio e incentivo para seguir com a pesquisa. Agradeço também ao meu pai, Rivaldo Ribeiro dos Santos, minha mãe, Maria Alice ribeiro, às minhas irmãs e ao meu irmão, pelas condições que me deram de estudar e poder chegar até aqui.

Agradeço especialmente à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Ana Paula Palamartchuk, primeiramente por aceitar orientar a minha pesquisa, pelo companheirismo e pela compreensão diante dos percalços e dificuldades do período, pela liberdade a qual me permitiu seguir sem pressão e pelos apontamentos preciosos, sem os quais a conclusão deste trabalho seria muito mais difícil.

Agradeço, ainda, à professora e aos professores das disciplinas do mestrado, Prof.^a Dr.^a Irinéia Maria Franco dos Santos, Prof. Dr. Elias Ferreira Veras e Prof. Dr. Rodrigo José da Costa. Todas as discussões nas suas aulas contribuíram, de algum modo, com este trabalho.

Quero agradecer a Cássio e a Samara pelo importantíssimo auxílio dado na residência universitária.

Por fim, agradeço aos companheiros e companheira, Uedson José da Silva, José Rinaldo Queiroz de Lima, Camila Cruz, Fernando Emmanuel e Fhelipe Emmanuel, que em muitos momentos compartilharam comigo as angústias e expectativas de todo esse processo.

Sou muito grato a todos e todas vocês.

Nós os homens do trabalho, rudes e de mãos calosas, havemos de fazer com essas nossas próprias mãos, tudo aquilo que seja necessário à nossa própria emancipação.

José Elias da Silva, 1º de maio/1914.

RESUMO

Este é um estudo sobre o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em Alagoas, entre os anos de 1906 e 1920. Discute a experiência dos anarquistas tendo como principal fonte os jornais operários e anarquistas, bem como fragmentos de outros jornais e documentos, como correspondências e circulares, imprescindíveis para o cruzamento das informações. Analisa como ocorreu o processo de articulação dos anarquistas no Estado e sob quais meios se deu sua atuação. O anarquismo, enquanto ideia, passou a circular no movimento operário alagoano antes de 1906. Foi tema de debate tanto internamente no movimento operário, quanto entre os militantes operários e representantes da burguesia. Em alguns casos, o anarquismo foi visto de forma negativa por ambos. Todavia, existia a possibilidade de as ideias anarquistas influenciarem outros trabalhadores. Com a fundação das organizações da classe trabalhadora, União Operária de Alagoas (UOA) e a Federação Operária de Alagoas (FOA), com a sua participação nos Congressos Operários Brasileiros, em 1906 e 1913, houve uma aproximação com o sindicalismo revolucionário e com o anarquismo. Foi no contexto de funcionamento da FOA que se teve uma atuação anarquista mais acentuada, a partir da estratégia do sindicalismo revolucionário. Estes anarquistas alagoanos eram organizacionistas, atuaram na FOA, na Confederação Operária Brasileira (COB) e em seus sindicatos, nos quais militaram ao lado de trabalhadores de diferentes filiações político-ideológicas. Em 1916 e 1917, foram responsáveis pela publicação de jornais e buscaram fundar grupos libertários. Estiveram articulados em torno dos acontecimentos da conjuntura do Brasil e do mundo, entre 1917 e 1919, que apontavam para uma ruptura radical. Deste modo, sofreram repressão e perseguições. Ainda, no início de 1920, participaram da refundação da FOA e sustentaram as ideias da ação direta.

PALAVRAS CHAVE: Anarquismo, Sindicalismo Revolucionário, Alagoas.

ABSTRACT

This is a study on anarchism and revolutionary syndicalism in Alagoas, between 1906 and 1920. It discusses the experience of anarchists, having as main source the workers and anarchist newspapers, as well fragments of other newspapers and documents, such as correspondence and circular, essential for the crossing of information. It analyzes how the anarchists' articulation process took place and what means they acted on. Anarchism, as an idea, began to circulate in the workers' movement in Alagoas, before 1906. It was the subject of debate, both internally, in the workers' movement, and among workers' militants and representatives of the bourgeoisie. In some cases, anarchism was viewed negatively by both. However, there was the possibility that anarchist ideas could influence other workers. With the foundation of the workers class organizations, Working Union of Alagoas (UOA) and the Federation of Workers of Alagoas (FOA), with their participation in the Brazilian Workers' Congresses, in 1906 and 1913, there was an approximation with revolutionary syndicalism and with the anarchism. It was in the context of FOA functioning that there was a more accentuated anarchist performance, based on the strategy of revolutionary syndicalism. These anarchists from Alagoas were organizationists, they worked in the FOA, in the Brazilian Working Confederation (COB) and in their unions, where they fought alongside workers of different political-ideological affiliations. In 1916 and 1917, they were responsible for publishing newspapers and sought to found libertarian groups. They were articulated around the events of the conjuncture of Brazil and of the world, between 1917 and 1919, which pointed to a radical rupture. In this way, they suffered repression and persecution. Also, in the early 1920s, they participated in the refoundation of FOA and supported the ideas of direct action.

KEYWORDS: Anarchism, Revolutionary Syndicalism, Alagoas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO OPERÁRIO ALAGOANO E A EXPERIÊNCIA ANARQUISTA ENTRE 1906 E 1912.	28
1.1 No alvorecer da República, a formação e as vertentes políticas no Movimento Operário em Alagoas.....	29
1.2 A União Operária Alagoana e o Primeiro Congresso Operário Brasileiro.....	38
1.3 A adesão dos trabalhadores alagoanos à COB e ao sindicalismo revolucionário.....	42
1.4 As greves, as mobilizações e a formação da Federação Operária de Alagoas.....	43
2. “TRATEMOS NÓS MESMOS DOS NOSSOS INTERESSES, FAÇAMOS NÓS MESMOS A NOSSA EMANCIPAÇÃO”: O SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO NA FEDERAÇÃO OPERÁRIA DE ALAGOAS (1913-1915)	50
2.1 “Entre o Amazonas e o Prata, Alagoas”: organização e espraiamento do sindicalismo revolucionário.....	51
2.2 A compreensão e a articulação do sindicalismo revolucionário e da ação direta.....	70
2.3 O 1º de Maio e o fortalecimento de uma identidade de classe combativa e autônoma.....	77
2.4 Os anarquistas na Federação Operária de Alagoas.....	88
3. REFLUXO, RECONSTRUÇÃO E REPRESSÃO (1916-1920)	103
3.1 Canellas e a imprensa anarquista: imprimindo e disseminando o anarquismo em Alagoas.....	103
3.1.1 Tribuna do Povo: o anarquismo na “Atenas de Alagoas”.....	104
3.1.2 A Semana Social: a continuação da obra de Canellas em Maceió.....	111
3.2 O Comitê de Defesa Proletária: a luta contra a carestia de vida em Maceió em 1917.....	124
3.3 As novas tentativas de organização, as greves e a caçada aos anarquistas.....	132
3.4 A ação direta vencida pelo parlamentarismo?.....	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
FONTES	156
REFERÊNCIAS	157

Introdução

Esta pesquisa, cujo objeto é o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em Alagoas, visa contribuir com o avanço do conhecimento sobre o tema que, assim como a história do movimento operário brasileiro, por muito tempo esteve exclusivamente relacionada às experiências dos movimentos dos trabalhadores do eixo Rio-São Paulo.¹ Alguns estudiosos, recentemente, vêm buscando superar, nesse sentido, os marcos temporais e espaciais que os estudos do anarquismo estiveram fixados. No caso do Brasil, o período abordado, principalmente, é a Primeira República e o espaço, com poucas variações, São Paulo e Rio de Janeiro. Embora nossa pesquisa esteja dentro deste marco temporal, os anos de 1906 a 1920, tratamos de uma região onde pouco se estudou o anarquismo. Curiosamente, em três ocasiões distintas, no período entre a conclusão da graduação e início da pós-graduação, quando conversava sobre o meu objeto de pesquisa, fui interpelado por indagações quase idênticas, que podem ser resumidas em: existiram anarquistas em Alagoas? Querendo ou não, fui levado, pela persistência do questionamento, a pensar ainda mais sobre a importância do estudo.

Embora existam relevantes trabalhos sobre o movimento operário alagoano (onde o anarquismo é tratado sem maior aprofundamento) e os estudos a partir das experiências de vida de militantes e intelectuais anarquistas, como Elysio de Carvalho, Antonio Bernardo Canellas e Octavio Brandão, não há um estudo específico e mais abrangente sobre o anarquismo em Alagoas. Todavia, ressaltamos a grande contribuição que tais estudos deram para a nossa pesquisa. Deste modo, destacamos as obras de Moacir Medeiros de Sant'ana, Luiz Sávio de Almeida, Alice Anabuki Plancherel, Osvaldo Batista Acioly Maciel e as dissertações do Programa de Pós-Graduação em História da UFAL, de Bruno Rodrigo Tavares de Araújo e Shuellen Sabline Peixoto.

A obra pioneira é de Moacir Medeiros de Sant'ana, **Elysio de Carvalho, um militante do anarquismo**,² de 1982. O autor apresenta as dificuldades enfrentadas na pesquisa “em virtude do desaparecimento de uma determinada categoria de fontes, a dos jornais, revistas e outros periódicos do passado”³ e a aparição fugaz de Elysio, quando aparecia, em algumas obras de referência sobre o anarquismo. Elysio de Carvalho, que nasceu na cidade de Penedo, em Alagoas, em 29 de janeiro de 1880, foi um entusiasta da literatura. Inclusive, informa que foi

¹ PETERSEN, Silvia Regina. **Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira**. Anos 90 (UFRGS), Porto Alegre, UFRGS, v.3, 1995.

² SANT'ANA, Moacir Medeiros. **Elysio de Carvalho, um militante do anarquismo**. Maceió, Arquivo Público de Alagoas; Rio de Janeiro, Secretaria de Cultura – MEC, 1982.

³ *Ibid.*, p. 9.

através dela que se iniciou “nas ideias de reforma social”.⁴ Como partiu muito jovem para o Rio de Janeiro, em 1898, foi lá que exerceu maior parte da sua militância. Foi lá, também, que, além de uma intensa atividade de publicação em periódicos anarquistas, fundou ao lado do médico baiano e anarquista, Fábio Luz,⁵ a Universidade Popular, em 1904. Deste modo, a obra toca pouco no período em que ele viveu em Alagoas. Não fala sobre a participação (se houve participação) de Elysio nas lutas dos trabalhadores nesse estado, se detendo mais a sua atuação no Rio de Janeiro.

Em **Memória e omissão: anarquismo Octavio Brandão**,⁶ de 1997, edição revisada de sua dissertação de mestrado, apresentada no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, Alice Anabuki Plancherel buscou resgatar e reconstruir, por meio das memórias autobiografadas no livro *Combates e Batalhas*,⁷ a fase anarquista de Octavio Brandão e, por conseguinte, do movimento libertário em Alagoas. Apresenta ainda, que, a partir da delimitação regional, é o seu intuito “contribuir com os estudos sobre o movimento operário brasileiro, cuja tendência tem sido a de concentrar basicamente naquele que se desenvolve na região Sudeste do país”.⁸ Para autora, Octavio omite em sua obra de memórias a sua fase no anarquismo em Alagoas, se reportando muito vagamente a outros militantes nos seus aspectos ideológicos, assim como, dos jornais de sua autoria, no caso de *Canellas*. Esta atitude, para a autora, dificultaria, inclusive, o entendimento sobre a existência de um movimento anarquista em Alagoas. Todavia, a “omissão [...] longe de prefigurar, simplificadamente, uma falsificação consciente da história [...] torna-se expressão de uma forma de luta político-ideológica sob a qual, porém, uma autonomia relativa opera-se no sujeito no ato de lembrar”.⁹ O livro está estruturado em três capítulos, porém, as questões específicas ao anarquismo “encontram-se particularmente no capítulo III”.¹⁰ A “despeito de trabalhar com a história de vida em uma abordagem sociológica e de quase não utilizar fontes primárias”,¹¹ a obra possibilita conhecer, além da trajetória do próprio Octavio, a de outros militantes. O livro acrescenta, para o entendimento do anarquismo no período abordado, a formulação dos aspectos biográficos de

⁴ Ibid., p. 27.

⁵ Fábio Luz, um dos mais destacados militantes na história do movimento anarquista na cidade do Rio de Janeiro. Nascido a 31 de julho de 1864 em Valença, Bahia, Fábio Lopes dos Santos Luz foi médico, jornalista, escritor e professor. Excerto extraído do texto escrito pela Federação Anarquista do Rio de Janeiro - FARJ -, publicado no informativo **Libera** n°. 140, julho-setembro/2008. Disponível em: < <http://expressaoliberta.blogspot.com/2010/10/fabio-luz.html> >. Acesso em: 17 de maio de 2021.

⁶ PLANCHEREL, Alice Anabuki. **Memória & omissão: anarquismo & Otávio Brandão**. Maceió: Edufal, 1997.

⁷ BRANDÃO, Octavio. **Combates e batalhas: memórias**. São Paulo, Alfa-Omega, 1978.

⁸ PLANCHEREL, op. cit., p. 16.

⁹ Ibid., p. 19.

¹⁰ Ibid., p. 20.

¹¹ MACIEL, op. cit., p. 33.

alguns militantes que atuaram junto com Octavio, e em outros momentos, em Alagoas, como Antonio Bernardo Canellas, Olympio Santana e Rosalvo Guedes.

Já a abordagem do anarquismo feita por Luiz Sávio de Almeida está contida em suas **Crônicas alagoanas: notas sobre poder, operários e comunistas**.¹² Embora toque no anarquismo em alguns momentos ao longo de outros capítulos, trata mais detidamente sobre este em dois tópicos. O primeiro, “O anarquismo, a Igreja e o complô maximalista”, tem como foco o período de atuação de Canellas e Brandão, embora apresente outros nomes do grupo anarquista. Além dos já apresentados por Plancherel, como Olympio Santana e Rosalvo Guedes, acrescenta-se o alfaiate Pedro Codá como parte do pequeno, porém, muito ativo grupo de anarquistas de Alagoas. Narra os acontecimentos que estes anarquistas estiveram envolvidos como a publicação dos jornais **A Tribuna do Povo** e **A Semana Social**; a atuação em oposição à I Guerra Mundial e a partida de Canellas para Recife; o problema da carestia de vida e as greves no pós-1917; a chegada de José Oiticica em Alagoas e o alerta à segurança, culminando com os episódios do complô maximalista. No segundo, “O fim do anarquismo”, o autor trata sobre as repressões e perseguições aos anarquistas que se seguem ao complô maximalista e os desdobramentos de tais acontecimentos afirmando, em acordo com o título do tópico, que possivelmente estaríamos “diante do último grande momento do anarquismo”¹³, fazendo coro com a literatura que afirma que a partir de 1920 o anarquismo teria o início de sua derrocada.

Nas dissertações de mestrado de Shuellen Sablyne Peixoto da Silva, de 2014, **A trajetória política e intelectual de Octavio Brandão (1916-1918)**,¹⁴ e a de Bruno Rodrigo Tavares Araujo, de 2015, **Rebeldia com Causa: a trajetória política e intelectual de Antonio Bernardo Canellas (1916-1920)**¹⁵, por meio da história da vida, intelectual e militante, de Brandão e Canellas, as pesquisas buscaram reconstruir os contextos com as atuações no movimento operário, fruto das personalidades desses dois personagens, mas buscou, sobretudo, narrar a atuação coletiva com a participação de outros sujeitos da classe trabalhadora. No caso de Canellas, a pesquisa aborda o período em que este viveu em Alagoas e Pernambuco, tratando, desta maneira, da sua experiência na imprensa nessas localidades, seu envolvimento com a luta dos trabalhadores e, sob suspeitas, do seu pensamento anarquista. No segundo caso, o de

¹² ALMEIDA, Luiz Sávio. **Notas sobre poder, operários e comunistas em Alagoas**. – 2. Ed, rev., e aum. – Maceió: EDUFAL, 2013.

¹³ *Ibid.*, p. 141.

¹⁴ SILVA, Shuellen Sablyne Peixoto. **A trajetória política e intelectual de Octávio Brandão (1916-1922)**. 2013, 109f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-graduação em História. Maceió, 2014.

¹⁵ ARAUJO, Bruno Rodrigo Tavares. **Rebeldia com Causa: a trajetória política e intelectual de Antonio Bernardo Canellas (1916-1920)**. 2014. 181f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-graduação em História. Maceió, 2015.

Octavio, a historiadora segue o que indica as memórias de Brandão no livro “Combates e Batalhas”, não sem críticas, e situa o anarquismo na experiência daquele intelectual e militante, apenas na fase em que se instalou no Rio de Janeiro. Questão criticada por Plancherel, como vimos.

Por fim, Osvaldo Batista Acioly Maciel, com a sua obra, **Trabalhadores, identidade de classe e socialismo: os gráficos de Maceió (1895-1905)**.¹⁶ Embora não seja sobre o anarquismo e ainda ter como marco temporal um período anterior à delimitação de nossa pesquisa, registramos a importância deste estudo para que possamos compreender a organização da classe trabalhadora que incidirá, em muitos aspectos, no período o qual estamos abordando, o que ocorre também com outros capítulos da obra supracitada de Almeida. Diretamente sobre o anarquismo, mesmo tratando muito brevemente do tema, o autor apresenta um entendimento contrário daqueles que enxergam uma experiência consistente do anarquismo em Alagoas. Para o historiador, parece “que, em Maceió e Alagoas – como, grosso modo, no Nordeste – os ideais ácratas não obtiveram muito espaço e penetração no movimento operário ao longo da Primeira República”.¹⁷

Com exceção das obras de Sant’ana e Maciel, que se detém ao momento anterior a 1906, destacamos uma concentração das demais no período entre 1916 e 1919, no que concerne ao anarquismo em Alagoas. Ao ponto que é priorizado, deste modo, o período de militância de Canellas e Brandão, focando nesses dois militantes, principalmente. O sentido dessas produções dialoga e reforça alguns posicionamentos sobre o anarquismo e anarquistas alagoanos. Como assinala, Maciel, que diante das dificuldades enfrentadas em Alagoas os anarquistas optaram em sair, emigrar, “como são os casos de Elysio de Carvalho e Octavio Brandão”,¹⁸ o que influenciava “também, o personalismo e o individualismo como característica do primeiro, e a palidez das convicções ácratas do último”.¹⁹ Essa afirmação, sendo intenção ou não do autor, aliada aos aspectos observados nas obras apontadas, podem ser entendidas como resumo da experiência do anarquismo e dos anarquistas em Alagoas, fechada nesses sujeitos e suas experiências.

Sendo assim, nosso objetivo é analisar o processo de articulação do anarquismo e do sindicalismo revolucionário em Alagoas e a prática desenvolvida pelos anarquistas entre 1906 e 1920. Ou seja, como ocorreu o processo de articulação do anarquismo e como se deu a prática

¹⁶ MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. **Trabalhadores, identidade de classe e socialismo: os gráficos de Maceió (1895-1905)**. Maceió: Edufal, 2009.

¹⁷ Ibid., p. 184.

¹⁸ Ibid., p. 185

¹⁹ Ibid.

militante dos anarquistas? A nossa hipótese é a de que o anarquismo começou a circular no movimento operário alagoano com o processo de radicalização das sociedades de classe e a transição para os sindicatos de resistência, sendo intensificada com a atuação dos trabalhadores e trabalhadoras na União Operária de Alagoas (UOA) e sua adesão, após 1906, ao Primeiro Congresso Operário Brasileiro e, conseqüentemente, ao sindicalismo revolucionário; a formação da Confederação Operária Brasileira (COB) e a veiculação do jornal **A Voz do Trabalhador**, sendo consolidado com a militância dos trabalhadores na Federação Operária de Alagoas (FOA), a parti de 1913.

Ao passo que reconhecemos a importância de todas as obras apresentadas, observamos a inexistência de uma periodização que abrangesse a experiência anarquista em um período mais longo da Primeira República em Alagoas, considerando os diferentes contextos e nuances conjunturais. Embora, pouco mais de uma década seja um período relativamente curto, o que pode sugerir uma uniformidade ou um cenário estático, é equivocado pensar desta maneira. Jugamos ser necessário a formulação de uma periodização da atuação dos anarquistas em Alagoas, onde dividimos em pelo menos três momentos.

Tendo como base as obras de “referência” sobre o tema do anarquismo em Alagoas, para o alargamento do período como estávamos pensando, o conhecimento que tínhamos sobre os sujeitos, militantes anarquistas, era bastante reduzido. Deste modo, era também nosso objetivo identificar esses anarquistas de Alagoas e as suas relações com outros trabalhadores, anarquistas e não-anarquistas, tanto deste quanto de outros estados. Como ocorreu com os contatos que tinham como intenção as participações nos Congressos Operários e anarquistas. Do mesmo modo que: objetivamos descrever as atividades dos anarquistas como a militância nos sindicatos, a formação de organizações e grupos, a atividade através da imprensa, com a confecção e distribuição dos jornais, entre outras.

As abordagens do anarquismo surgem com os estudos pioneiros sobre o movimento operário brasileiro que ocorreram em meados da década de 1970. Em grande medida o anarquismo foi apresentado como uma tendência majoritária do movimento operário. Todavia, essa tese atribuiu a esta tendência a responsabilidade sobre os erros e fracassos desse movimento. Mais do que a análise de um processo histórico calcado em teoria e investigação empírica séria, em muitos casos, o anarquismo foi julgado politicamente, e tido como um movimento pré-político e o período, o qual atribuem a sua predominância, foi definido como a infância do movimento operário brasileiro. Nesta perspectiva, este movimento viria a amadurecer, apenas, com o processo de fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922. Os supostos erros e falhas imputadas ao anarquismo não foram vistos como parte de um

processo ocorrido em uma estrutura e conjuntura real, mas seriam inerentes e estritamente relacionados ao anarquismo. Ou seja, nesta perspectiva, o projeto de luta inspirado no anarquismo e desenvolvido pelos anarquistas e não-anarquistas no movimento operário estaria fadado ao fracasso.

Esses estudos, para o caso do Brasil, apresentaram a existência de duas correntes distintas atuando dentro do anarquismo. Sobre a Primeira República brasileira, a maioria dos estudos assinalam que o anarquismo estaria dividido entre as correntes anarcossindicalista e anarco-comunista. Na primeira, estariam os anarquistas adeptos da luta a partir dos sindicatos e se encontraria ali os principais articuladores das organizações de classe do período como a Confederação Operária Brasileira (COB) e suas filiadas, assim como as organizações que lhes deram origem. A segunda, reunia os anarquistas que enxergavam a atuação nos sindicatos como uma ação reformista e, portanto, participar desses espaços seria uma contradição em relação ao que preconizava o anarquismo, assim, sua estratégia não passaria pela organização sindical.

Ainda na década de 1970 a obra de Pinheiro e Hall²⁰ introduz ao debate o sindicalismo revolucionário. O movimento operário brasileiro, segundo os autores, por meio do Primeiro Congresso Operário, em 1906, aderiu ao sindicalismo revolucionário, ao modelo da *Confédération Générale du Travail* (CGT) francesa. No entanto, é a historiadora Edilene Toledo que avança nessa discussão. Nas obras **Travessias Revolucionárias**²¹ e **Anarquismo e Sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República**²² a historiadora faz a correção sobre a atuação de uma vertente, ou corrente, anarcossindicalista no movimento operário brasileiro. Para Toledo, o que existia, ao invés de anarcossindicalismo, era o sindicalismo revolucionário que ela reconhece como uma corrente política autônoma, independente tanto do anarquismo quanto do socialismo. Constatando que:

O movimento operário em São Paulo no início do século XX é, em geral, automaticamente associado ao anarquismo. [...] foi em vários momentos muito mais sindicalista revolucionário que anarquista, [...] portanto, não pode ser reduzido ao movimento anarquista, uma vez que a experiência da classe operária paulista envolveu diferentes ideias e comportamentos políticos, entre os quais se destaca o sindicalismo revolucionário, [...] corrente política autônoma em relação ao anarquismo e ao socialismo.²³

²⁰ PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michel. **A Classe Operária no Brasil 1889 – 1930**: documentos: volume 1- o Movimento Operário. – São Paulo: EDITORA ALFA-OMEGA, 1979.

²¹ TOLEDO, Edilene. **Travessias revolucionárias**: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e Itália (1890-1945). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004a.

²² TOLEDO, Edilene. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário**: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004b.

²³ TOLEDO, 2004a, p. 27.

Ao tentar desfazer a ideia de que os sindicatos em São Paulo eram anarquistas, a autora buscou desvincular o sindicalismo revolucionário do anarquismo. Embora, em alguns momentos fale de convergências entre eles (a seu ver, a política antiestatista)²⁴ e confirmar a atuação de anarquistas no sindicalismo revolucionário,²⁵ afirma que talvez o sindicalismo revolucionário, que, na sua visão, tinha George Sorel como seu principal teórico, tenha herdado do socialismo a noção de luta de classe que os anarquistas recusavam, e destaca que “historiadores italianos consideram que a ideologia sindicalista revolucionária aproxima-se mais do marxismo que do anarquismo”.²⁶

Tiago Bernardon de Oliveira em sua tese, **Anarquismo, sindicato e revolução no Brasil (1906-1930)**,²⁷ embora reconheça a importância da obra de Toledo, destacando como acertada a distinção que ela faz, entre sindicalismo revolucionário e anarcossindicalismo (termo este, inclusive, que viria a ser utilizado apenas anos mais tarde, na década de 1920), discorda, entretanto, da tese central da historiadora que afirma não haver vinculação entre o anarquismo e o sindicalismo revolucionário. O historiador, por sua vez, não percebe “o sindicalismo revolucionário no Brasil como uma corrente autônoma do anarquismo”. Para ele, “o sindicalismo revolucionário no Brasil não pode ser dissociado da militância anarquista”.²⁸ A estratégia adotada pelo movimento operário brasileiro a partir de 1906 foi a do sindicalismo revolucionário e teve como principais impulsionadores os militantes anarquistas. Nesse sentido, é emblemática a atuação dos anarquistas no Primeiro Congresso Operário Brasileiro, como descreve Oliveira, que mesmo estando proibida a participação dos militantes revolucionários e anarquistas, eles conseguiram reverter a situação e, não só participaram, como conseguiram aprovar as suas teses.

Outros autores, ainda, apresentam uma leitura oposta à de Toledo sobre a não vinculação entre anarquismo e sindicalismo revolucionário. Classificam o sindicalismo revolucionário como uma estratégia anarquista surgida da sua teoria e da prática dos anarquistas. Gaston Leval²⁹ é um desses, atribui a Bakunin a tarefa de fundação do sindicalismo revolucionário. Para Leval, o anarquista russo na Primeira Internacional “defendeu o conjunto dos princípios

²⁴ Ibid., pp. 31-32.

²⁵ TOLEDO, 2004b, p. 47 et seq.

²⁶ Ibid., p. 61.

²⁷ OLIVEIRA, Tiago Bernardon. **Anarquismo, Sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)**. 2009. 267f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Niterói: RJ, 2009.

²⁸ Ibid., pp. 26-27.

²⁹ LEVAL, Gaston. **Bakunin, fundador do sindicalismo revolucionário**. São Paulo: editora Imaginário e Faísca, 2007.

que sempre constituirão o corpo de doutrina do sindicalismo revolucionário”³⁰ que anos mais tarde a CGT adotaria. Visão compartilhada pelo pesquisador Sul-Africano, Lucien van der Walt³¹ que, ao longo de uma década, realizou um importante estudo do anarquismo e do sindicalismo numa análise global. Para o pesquisador:

O sindicalismo de intenção revolucionária³² constitui, em grande medida, parte da história do anarquismo. Muitas abordagens apresentaram esse sindicalismo como algo distinto do anarquismo ou mesmo hostil a ele. Nessa linha, muitos trabalhos apresentam George Sorel – um engenheiro aposentado francês, outrora marxista – como “o teórico do anarco-sindicalismo”, “o maior teórico do sindicalismo revolucionário”. Contrariamente, demonstramos que o sindicalismo de intenção revolucionária sempre foi parte da ampla tradição anarquista. Frequentemente se assume que este sindicalismo surgiu pela primeira vez na França dos anos de 1890; demonstramos, no entanto, que foi Bakunin, nos anos de 1860, e não Sorel, 40 anos depois, seu principal teórico e que toda uma primeira onda desse sindicalismo foi levada a cabo entre os anos de 1870 e 1880.³³

Felipe Corrêa também traz uma leitura distinta da de Toledo sobre o assunto. O autor produziu uma resenha crítica³⁴ rebatendo as principais teses do livro **Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República**, desta historiadora. Corrêa pontua algumas posições de Edilene que a levaram a concluir que o sindicalismo revolucionário seria uma ideologia independente, diferente e completamente separada do anarquismo. Um ponto diz respeito à autonomia proposta pelo sindicalismo revolucionário que, para ela, teria surgido nos anos 1890, portanto esta autonomia seria uma novidade. Assim, seria a nova autonomia que incentivaria a associação dos operários com neutralidade, política e religiosa, independência sindical atuando sob bases econômicas. Utilizaria, ainda, o exemplo do desenvolvimento do sindicalismo revolucionário na Itália para demonstrar que não seriam os anarquistas que haviam impulsionado este sindicalismo para o mundo, pois, há autores que atribuem aos marxistas o seu desenvolvimento nesse país. Por fim,

³⁰ Ibid., p. 22.

³¹ VAN DER WALT, Lucien. Apresentando chama negra. In: **Teoria e História do Anarquismo**. CORRÊA, Felipe; SILVA, Rafael Viana da; SILVA, Alessandro Soares da. (Organizadores). Curitiba: Editora Prismas, 2015.

³² Embora os autores acrescentem outras estratégias sindicalistas ao sindicalismo de intenção revolucionária, serve-nos a definição de Rafael Viana da Silva e Kauan Willian dos Santos de que “o sindicalismo de intenção revolucionária [...] abarca aqui o sindicalismo revolucionário e o anarcossindicalismo”. Ver: SANTOS, Kauan Willian, SILVA, Rafael Viana (organizadores). **História do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil: novas perspectivas**. - (-1ª.ed.) - Curitiba: Editora Prismas, 2018. p. 8.

³³ Ibid., p. 81.

³⁴ CORRÊA, Felipe. Anarquismo e sindicalismo revolucionário: uma resenha crítica do livro de Edilene Toledo, a partir das visões de Lucien van der Walt e Alexandre Samis. In: idem, **Ideologia e estratégia: anarquismo, movimentos sociais e poder popular**. São Paulo. Editora: faísca, 2011.

Corrêa assinala a posição de Toledo de que o sindicalismo revolucionário defendia a cultura classista, o pagamento de cotas e a manutenção de funcionários pagos no sindicato, o que seria rejeitado pelo anarquismo.

Todavia, para Corrêa, “o sindicalismo revolucionário não surge nos anos de 1890, tendo suas origens nos anos de 1860 e desenvolvendo-se entre os anos de 1870 e 1880. No berço do sindicalismo revolucionário, a AIT, fundada em 1864, esta ‘nova autonomia’ já estava presente”.³⁵ Esta autonomia seria defendida pelos anarquistas, Bakunin e outros membros da Aliança da Democracia Socialista (ADS),³⁶ bem como, por militantes de outras ideologias. A estratégia anarquista já defendia na AIT a adesão dos trabalhadores por base econômica, com neutralidade política e religiosa. “Defendia [...] a emancipação dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores e a luta de classes como uma contradição em meio à qual esses trabalhadores se engajariam na luta pela emancipação”.³⁷ Segundo Corrêa, Bakunin já defendia a autonomia do movimento popular. Assim:

a estratégia anarquista, conformada naquele momento pelos escritos de Bakunin e outros aliancistas, não previa transformar toda a AIT em anarquista (socialista revolucionária ou coletivista, como preferiam se chamar), defendendo-a como um movimento da classe trabalhadora que recebesse em seu seio todo trabalhador disposto a lutar. [...] sua estratégia previa que a transformação fosse feita pelos próprios trabalhadores, e não pelos anarquistas, que eram somente um setor destes trabalhadores. [...] para os anarquistas, era o nível social, ou seja, o movimento de massas [...] que deveria protagonizar a transformação social, e não o nível político, ou seja, a organização política revolucionária anarquista (partido).³⁸

Sobre o processo de formação do sindicalismo revolucionário na Itália, Corrêa assegura que se trata de uma exceção na história dessa estratégia e que é um equívoco da parte de Toledo, generaliza-lo. Demonstra, com base também nas pesquisas de van der Walt, que foram muitos os países onde os anarquistas sindicalistas exerceram influência nos sindicatos e mesmo nos lugares onde os anarquistas não foram hegemônicos sua estratégia esteve presente na prática sindical. Ainda, relacionado a este ponto, Corrêa julga ser incorreto dar ao sindicalismo revolucionário uma filiação marxista, exatamente porque foi a divergência no campo

³⁵ Ibid., p. 69.

³⁶ “primeira organização específica anarquistas da história”, fundada em 1868. Ver: CORRÊA, Felipe. O anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária: da Associação Internacional dos Trabalhadores à emergência na América Latina. In SANTOS, Kauan Willian, SILVA, Rafael Viana (organizadores). **História do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil: novas perspectivas.** – (-1ª.ed.) - Curitiba: Editora Prismas, 2018. p. 37.

³⁷ Ibid., p. 71.

³⁸ Ibid., pp. 71-72

estratégico que diferenciou os anarquistas dos marxistas, separou “libertários” de “autoritários” na AIT. Assim, enquanto os anarquistas queriam mobilizar as massas a partir da necessidade econômica, assegurando-lhe a responsabilidade da revolução social e pela gestão da nova sociedade sem classes e sem Estado, os autoritários “buscavam constituir a classe em partido da classe, subordinando o movimento econômico ao político-ideológico, com a imposição de um programa político-ideológico para o movimento popular”,³⁹ estava incluso uma concepção de socialismo, uma fase intermediária de poder econômico e político centralizado no Estado. Sobre a cultura da classe, Corrêa assegura que foram os anarquistas, através da sua estratégia, que promoveram uma cultura popular no seio das massas, bem como, incentivaram projetos de educação e instrução para a classe trabalhadora; os anarquistas também não eram contrários às cotas, sempre defenderam as cotizações para a publicação dos seus jornais, por exemplo; e, sobre a remuneração de funcionários pagos, buscaram evitá-los, mas conviveram com eles em casos imprescindíveis.⁴⁰

Esta contraposição produzida por Corrêa é de grande valia para que percebamos que o anarquismo tem uma relação estreita com sindicalismo revolucionário. Como ele assegura, o sindicalismo revolucionário é uma estratégia atrelada à ideologia anarquista. Inclusive, essa aproximação é colocada, em muitos momentos, pela própria Edilene Toledo. Uma questão talvez que induza ao equívoco no seu pensamento seja a generalização que ela faz em muitos casos sobre os posicionamentos dos anarquistas acerca do sindicalismo revolucionário, mesmo percebendo que houve no próprio anarquismo divergência no campo da estratégia. Ou seja, alguns posicionamentos estratégicos tomados por alguns anarquistas não reflete o posicionamento de todos os anarquistas, muito menos da ideologia anarquista. Questão que pode ser melhor compreendida a partir da distinção das correntes do anarquismo, e para o nosso trabalho é de suma relevância entender essa definição.

Neste sentido, ainda, Felipe Corrêa, no livro **Bandeira Negra: discutindo o anarquismo**,⁴¹ que tem como referência o trabalho do historiador Lucien van der Walt, buscou “produzir um balanço crítico de produções anteriores, identificando problemas e, em seguida, propor uma abordagem teórico-metodológica que possa solucioná-los, para, finalmente, realizar uma discussão teórica do anarquismo”.⁴² Desta maneira, muitos elementos, presente na discussão acerca do anarquismo, passaram por esse processo. Dentre eles, o debate sobre as

³⁹ Ibid., p. 76.

⁴⁰ Ibid.

⁴¹ CORRÊA, Felipe. **Bandeira Negra: discutindo o anarquismo**. – Curitiba: Editora Prismas, 2015.

⁴² Ibid., p. 46.

correntes do anarquismo. Ao analisar a definição dessas correntes em algumas obras de referência,⁴³ onde seus autores asseguram a existência de diferentes correntes anarquistas, encontrou variadas formulações, elaboradas sem uma definição de critérios necessárias para a sistematização dessas categorias e conceitos. Assim, temos o coletivismo, o comunismo, o individualismo, o sindicalismo revolucionário, o anarco-individualismo, o mutualismo, o anarco-comunismo, o anarco-sindicalismo, o anarquismo pacifista, o anarquismo societário ou social, o anarquismo espiritual, o anarquismo filosófico, o anarquismo verde, o anarquismo primitivista, o anarco-feminismo, o anarquismo cultural, o anarquismo sem adjetivos, o anarquismo reformista, o anarquismo terrorista, o anarquismo de estilo de vida, o coletivista autoritário, o comunista libertário, o anarquismo violento, o anarquismo utilitário, o anarquismo camponês e o anarquismo conspiratório, apresentados como correntes do anarquismo.⁴⁴

As variações nos critérios utilizados para a formulação dessas categorias podem ser organizadas nas seguintes matrizes: 1- a distribuição dos produtos na sociedade futura, o que envolve a questão coletivista e comunista; 2- as estratégias de luta ou o caráter das intervenções anarquistas, envolvendo as intervenções individuais ou coletivas, sindicais, comunitárias ou cooperativas, violentas ou pacíficas, econômicas, políticas ou culturais; 3- suas posições relacionadas às reformas, ao modelo de organização dos anarquistas e às classes que impulsionariam o processo de mudança; assim como, 4- o critério de ordem político-filosófica que envolve o espiritualismo ou a religião, as lutas ecológicas, lutas de gênero e a defesa da liberdade individual.⁴⁵ Corrêa considera “que as correntes devem ser estabelecidas por meio de critérios similares, que permitam, de fato, dar conta dos principais debates anarquistas [...] de maneira a permitir uma elaboração mais adequada de suas correntes”,⁴⁶ o que não ocorre com as definições das obras analisadas.

A partir da definição de anarquismo previamente colocada no seu trabalho o autor exclui uma série dessas correntes por contrariarem princípios do anarquismo como as correntes que têm por base autores não anarquistas como o anarquismo pacifista, o anarquismo espiritual, o anarquismo filosófico, o anarquismo religioso e o anarquismo utilitário, representados por Tolstoi, Gandhi, Godwin e Saint-Simon. Aquelas relacionadas exclusivamente à liberdade individual como o anarquismo individualista e o anarquismo de estilo de vida, são também excluídas, pois “a defesa da liberdade individual constitui um dos valores do anarquismo, que

⁴³ Esse trabalho se debruçou sobre sete “estudos teóricos e históricos de referência”, que têm sido utilizados significativamente nas investigações do anarquismo, acadêmicas ou não”. Ibid., p. 57.

⁴⁴ Ibid., passim.

⁴⁵ Ibid., pp. 237- 238.

⁴⁶ Ibid., pp. 240-241.

é parte de um princípio ético mais amplo, ligado, ao mesmo tempo, à liberdade coletiva, à igualdade e outros valores”.⁴⁷ O mutualismo é excluído, por sua vez, por se tratar de uma corrente socialista distinta do anarquismo e que surgiu antes dele. Em outros casos, há o estabelecimento das correntes a partir de princípios comuns a todos os anarquistas, portanto, não servem para distinguir uma corrente, é o caso da “questão da violência”; “os sujeitos mobilizados, camponeses e/ou trabalhadores urbanos e industriais”; “a luta contra a dominação de gênero”; e “a ecologia”. Os demais termos citados, apresentados como correntes do anarquismo, os quais não comentamos agora, possuem relação com essas questões apresentadas, por isso também, para Corrêa, não podem ser classificadas como correntes do anarquismo.

Os debates de maior relevância histórica do anarquismo, bem como, centrais e significativos, são os relacionados à estratégia anarquista. Em diferentes contextos, são esses debates que subsidiam polêmicas e dividem os anarquistas. Deste modo, é no seu bojo que se deve procurar os elementos necessário para se estabelecer as correntes anarquistas, pois é aí que se permite mapear adequadamente as diferenças entre os anarquistas.⁴⁸ A definição das correntes do anarquismo em Corrêa envolve o debate sobre estratégia. Nesse quesito, o autor apresenta quatro debates relevantes no tocante à estratégia: o primeiro, diz respeito às distintas posições relacionadas à organização; o segundo, aborda as questões de ganho de curto prazo, ou reformas, e a revolução; o terceiro, trata sobre a utilização da violência; e por fim, o quarto, envolve a questão sobre a organização especificamente anarquista.

O quarto debate, sobre a organização específica anarquista, é transversal às distintas correntes identificadas por Corrêa. Deste modo, para uma definição adequada destas correntes do anarquismo o autor se baseou apenas nos outros três debates. Partindo destes, Corrêa acha “pertinente a proposta de van der Walt, que considera, com base na história global do anarquismo em seus 150 anos de experiência, serem duas suas correntes anarquistas: o anarquismo insurrecionalista e o anarquismo de massas”.⁴⁹ Sobre o primeiro debate, a questão da organização, os insurrecionalistas “fazem parte do campo antiorganizacionista e posicionam-se, na maioria dos casos, contrariamente aos movimentos de massa organizados”.⁵⁰ No segundo debate, as lutas de curto prazo, “os insurrecionalistas consideram que as lutas reivindicativas são inúteis e, em última instância, ajudam a fortalecer o *status-quo*; é somente a revolução social

⁴⁷ Ibid., pp.238-239.

⁴⁸ Ibid., pp. 242-243.

⁴⁹ Ibid., p. 243.

⁵⁰ Ibid., p. 244.

que pode, segundo eles, promover a transformação social”.⁵¹ Por fim, no terceiro, a questão da violência, os anarquistas insurrecionalistas acreditam que o anarquismo não deveria “ser difundido por palavras ou escritos”, mas, por fatos, principalmente. Estes fatos devem ser “compreendidos como atos de violência contra capitalistas/burgueses e membros do Estado, tomando corpo em assassinatos, atentados à bomba e insurreições – neste último caso, sem bases populares organizadas de antemão ou mesmo vinculadas às ações”.⁵²

Os adeptos do anarquismo de massa, ao contrário, no primeiro debate, compõem a esfera organizacionista do anarquismo e eram favoráveis à organização; “defendem que a transformação social só pode se dar pelo protagonismo dos movimentos populares, sejam eles construídos nos locais de trabalho (pelos sindicatos ou outras estruturas) e/ou nas comunidades”.⁵³ Esta corrente anarquista, sobre as lutas de curto prazo, se posiciona “favoravelmente e consideram que as reformas – desde que sejam conquistadas pelos próprios movimentos populares e não vindas ‘de cima’ como obra dos capitalistas ou dos governos – são os primeiros objetivos da luta popular de massas”.⁵⁴ Os anarquistas da corrente de massas, no que diz respeito à questão da violência:

concordam que as ideias anarquistas também devem ser difundidas pelos fatos, ainda que, por fatos, entendam as mobilizações populares de massa ou ações a elas vinculadas e não os atos isolados de violência; fatos que devem ser conciliados com intervenções por meio das palavras e escritos, conciliação esta que não foi negada por parte considerável dos insurrecionalistas.⁵⁵

Corrêa demonstra, ancorado o trabalho do sul-africano, que a corrente do anarquismo de massas possui ainda subdivisões, comportando as abordagens sindicalistas e o anarquismo de massa antissindicalista. Para as abordagens sindicalistas teríamos as ramificações do anarco-sindicalismo e do sindicalismo revolucionário. Para o caso do anarquismo no Brasil da Primeira República esse modelo teórico não pode ser aplicado ao “pé da letra”. Felipe Correa, alerta que:

nas avaliações de contextos particulares, este modelo de análise pode não ser o mais adequado. Isto porque a constatação de que, em diversas circunstâncias, as posições relativas aos debates sobre organização, reformas e violências apareceram vinculadas umas às outras não foi uma constante. Houve casos em que apareceram somente alguns debates, e em outros em que eles se combinam de maneira distinta.

⁵¹ Ibid.

⁵² Ibid., pp. 244-245.

⁵³ Ibid., pp.245-246.

⁵⁴ Ibid., p. 246.

⁵⁵ Ibid.

No entanto, os debates e as correntes discutidas fornecem, para os casos particulares, as bases para elaboração de modelos análogos.⁵⁶

Para o caso particular do Brasil, Corrêa apresenta, com base nos estudos de Alexandre Samis, que os principais debates estratégicos foram sobre a organização e as lutas de curto prazo. Os resultados destes debates demonstram que um grupo de anarquistas foram favoráveis a participação nos sindicatos, tinham como estratégia a organização e luta sindical. Nesse quesito, outro grupo de anarquistas foram contrários a esta atuação nos sindicatos. Sobre as lutas de curto prazo, os anarquistas favoráveis à organização em sindicatos também concordavam com este ponto. Já aqueles que não concordavam com a participação nos sindicatos, jugavam também nocivas as lutas de curto prazo. Nessa perspectiva, as correntes anarquistas no Brasil foram definidas como organizacionista e anti-organizacionista. A corrente organizacionista, por sua vez, foi subdividida em anarco-sindicalismo e sindicalismo revolucionário, ou seja, entre aqueles que aceitavam a participação nos sindicatos existiam os adeptos do sindicalismo revolucionário e os simpáticos ao sindicalismo da Federação Operária Regional Argentina (FORA) que seguia o modelo de sindicalismo similar ao anarco-sindicalismo, mesmo em um momento em que esta nomenclatura não era ainda utilizada. Todavia, entre os anarquistas do Brasil, a corrente majoritária foi a dos anarquistas organizacionistas, adeptos do sindicalismo revolucionário.

Nesta perspectiva, o sindicalismo revolucionário é compreendido pelos anarquistas como uma estratégia de atuação no movimento dos trabalhadores. Em outro momento, Corrêa (2011, 2015), busca definir e assim distinguir ideologia e estratégia para afirmar que o sindicalismo revolucionário e o anarquismo não se tratam de duas correntes políticas distintas, uma vez que estão em campos diferentes. O anarquismo, na definição de Corrêa, “é uma ideologia socialista e revolucionária que se fundamenta em princípios determinados” e “defende uma transformação social fundamentada em estratégias”.⁵⁷ E “o sindicalismo revolucionário foi uma estratégia da ideologia anarquista para o movimento de massas”.⁵⁸

Desta maneira, mesmo o sindicalismo revolucionário abarcando um número muito maior de trabalhadores a partir da neutralidade política, de existir trabalhadores de variadas filiações político-ideológicas que se intitulavam sindicalistas revolucionários, bem como, aqueles que compreendiam o sindicalismo revolucionário como uma corrente política

⁵⁶ Ibid., p. 249.

⁵⁷ Ibid., p. 117.

⁵⁸ CORRÊA, Felipe. **Ideologia e estratégia**: anarquismo, movimentos sociais e poder popular. São Paulo. Editora: faísca, 2011. p. 67.

autônoma e, assim, eram reconhecidos como sindicalistas “puros”, os anarquistas o tiveram como uma de suas principais estratégias de luta. Assim, nos parece verossímil a compreensão de desenvolvimento do sindicalismo revolucionário a partir das formulações do pensamento de Bakunin e de prática deste e de outros na AIT e também no momento que se segue ao seu desmonte. Deste modo, nos parece pertinente pensar o sindicalismo revolucionário como uma estratégia da ideologia anarquista.

Como falamos da bibliografia que envolve o anarquismo em Alagoas e destacamos a pertinência destes, bem como, seus limites, para o nosso trabalho, sobre a experiência do sindicalismo revolucionário, ao contrário, não conseguimos encontrar abordagens na literatura sobre esta estratégia anarquista no movimento operário alagoano. Nesse sentido, era nosso objetivo analisar a experiência do sindicalismo revolucionário em Alagoas. Assim, constatamos que o momento de desenvolvimento do sindicalismo revolucionário em Alagoas se deu com a militância dos trabalhadores e trabalhadoras na UOA, com a adesão à COB, em 1908. Detectamos também algumas influências no Sindicato dos Gráficos, em 1912. A consolidação da experiência dos trabalhadores alagoanos com o sindicalismo revolucionário ocorreu com a sua participação na Federação Operária de Alagoas (FOA), formada, em 1913, por estes trabalhadores em seus sindicatos. A FOA se manteve ativa até 1915, em uma primeira fase, tendo em vista que foi retomada em 1920.

Diferente da abordagem sobre o sindicalismo revolucionário, conseguimos identificar algumas menções sobre a FOA⁵⁹ nos trabalhos de Osvaldo Maciel,⁶⁰ ao tratar dos momentos de interação entre o mutualismo e a luta de classes em Maceió, diz que após 1911 “temos o fim da hegemonia mutualista como principal forma de organização dos trabalhadores, o questionamento dos seus princípios e práticas por parte dos sindicatos e da Federação Operária de Alagoas”;⁶¹ e um artigo descritivo sobre a Federação no blog História de Alagoas,⁶² sendo esses dois exemplos, assegurado as suas diferenças, a nossa localização sobre a aparição da FOA.

⁵⁹ As citações aqui colocadas sobre a abordagem da FOA são bastante superficiais da nossa parte, assim, não asseguramos a não existência de outros trabalhos que possam ter tratado da federação. Simplesmente. não o encontramos.

⁶⁰ MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. **A perseverança dos caixeiros: o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879-1917)**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

⁶¹ Ibid., p. 28.

⁶² TICIANELI. **Federação operária alagoana e as primeiras greves**. Disponível em: < <https://www.historiadealagoas.com.br/federacao-operaria-alagoana-e-as-primeiras-greves.html> >. Acesso em: 17 de maio de 2021.

Por se tratar da história de pessoas comuns acreditamos que se faz mister analisar e debater a partir da perspectiva da história vista de baixo.⁶³ Embora pareça óbvia esta vertente da história para se estudar o anarquismo – que se configura como parte de movimentos populares subalternos, e foi composto por trabalhadores e trabalhadoras pobres, intelectuais autodidatas, pessoas anônimas –, não é tão óbvio assim. Sobre a utilização desta metodologia, como demonstra Hobsbawm, muitos pesquisadores eram, e ainda são, “naturalmente seduzidos a estudar não meramente pessoas comuns, mas as pessoas comuns que poderiam ser vistas como ancestrais do movimento”. Eram levados “a supor que a história dos movimentos e organizações que lideravam a luta dos trabalhadores e que, portanto, em um sentido real, ‘representavam’ os trabalhadores, podia substituir a história das próprias pessoas comuns”.⁶⁴ Buscar as pessoas comuns no estudo do anarquismo é uma necessidade primordial, ao ponto de incorrer em grande falha ignorar essa prerrogativa. Felipe Corrêa, afirma que o “estabelecimento precedente de correntes foi, em grande medida, forjado por meio de uma história vista de cima e tomou em conta um conjunto restrito de pensadores”.⁶⁵ Esta questão é muito cara para nossa pesquisa, uma vez que percebemos uma preponderância de alguns nomes de militantes anarquistas em detrimento de outros.

Observamos que esta questão traz à tona um debate sobre o problema da disponibilidade de fontes onde o sujeito comum seja encontrado. Desta maneira, “quanto mais para trás vão os historiadores, buscando reconstruir a experiência das classes sociais inferiores, mais restrita se torna a variedades de fontes à sua disposição”.⁶⁶ Embora sejam outros tempos e tenha havido de fato mudanças positivas, mesmo que poucas, sobre o acesso as fontes, ainda enfrentamos problemas similares aos que Sant’ana enfrentou quando do desenvolvimento da sua pesquisa sobre Elysio de Carvalho. Para esta pesquisa a principal categoria de fontes utilizadas foram os jornais operários e anarquistas, produzidos em Alagoas e outras partes do país. O corpo de fontes, no geral, é esparso. A partir de como organizamos nossa dissertação, alguns momentos dispõem de mais fontes do que outros. Sobre os jornais trabalhados, muitos constam apenas um número.⁶⁷ Dos jornais produzidos em Alagoas apenas dois, **A Semana Social** e **Tribuna do**

⁶³ THOMPSON, Edward Palmer. A história vista de baixo. In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Organizadores: Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. – (2ª ed.) – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2012.

⁶⁴ HOBSBAWM, Eric J. A história de baixo para cima. In: **Sobre história**. São Paulo: companhia das Letras, 2013. p. 283.

⁶⁵ CORRÊA, 2015, p. 238.

⁶⁶ SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: **A escrita da história: novas perspectivas**. BURKE, P. (Org.). São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 43.

⁶⁷ Os jornais são: **O Rebate**, **1º de Maio**, **Trabalho Livre**, **O Sindicato** e **O Escravo**, todos publicados em Maceió.

Povo, tem preservada a sua coleção, no caso do primeiro, pois do segundo, embora quase completa, tem o desfalque de dois números. Os jornais os quais há disponibilidade de quase toda a sua coleção, produzidos fora de Alagoas, utilizados nessa pesquisa foram **A Voz do Trabalhador** do Rio de Janeiro, **A Plebe** de São Paulo e **Tribuna do Povo** de Recife. Quando foi possível o acesso, não hesitamos em consultar a imprensa oficial e a imprensa conservadora tanto do estado, quanto de outros lugares.

A principal metodologia utilizada foi o cruzamento das fontes, subsidiada, em muitos casos, pela bibliografia analisada. Como indica Lapuente, é “fundamental que não se estude o jornal de maneira isolada. O contraponto com outras fontes é fundamental”.⁶⁸ Nesse sentido, além dos jornais, foi de grande importância encontrar um documento, uma correspondência da Federação Operária de Alagoas com a Comissão Organizadora do Congresso Anarquista sul-americano, de 1915, que foi endereçada para os anarquistas da FOA. Podemos, assim, identificar esses anarquistas alagoanos, fazendo o cruzamento com as notícias sobre eles e artigos escritos por alguns deles. *A priori*, nos faltava informações mais precisas sobre esses trabalhadores anarquistas, o que foi possível definir com a declaração destes que assinaram a resposta à Comissão, são estes: Olympio Santana, Sarmiento Rosas, Pedro Codá, Fernandes Pereira Machado, Antonio Pinto, Leofredo Duarte, João de Oliveira, Gracindo Silva, Vicente de Moura, Cleodon Mendes, José Lisbôa Junior e José Corréto. O documento traz também a assinatura do grupo de adeptos do sindicalismo. As informações foram valiosíssimas, exatamente por se tratar do período em que não conseguíamos encontrar estudos sobre o anarquismo em Alagoas, ou mesmo, estudos substanciais sobre o movimento operário do período que ao menos tangenciassem sobre o anarquismo.

Outra categoria de fontes que contribuiu com a nossa pesquisa foram as publicações de edições fac-símiles, no caso de **A Semana Social**⁶⁹ e o livro de memória de Octavio Brandão, “Combates e Batalhas”.⁷⁰ Subsidiaram também esse trabalho duas obras que lançaram importantes documentos para nosso objeto, os livros de Pinheiro e Hall, “A Classe Operária no Brasil 1889 – 1930: documentos: volume 1- o Movimento Operário”⁷¹ e Maciel, “Operários em Movimento: documentos para a história da classe trabalhadora em Alagoas (1870-1960)”.⁷²

⁶⁸ LAPUENTE, Rafael Saraiva. **O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos**. UFRGS, Porto Alegre, RS, 2015. p. 4.

⁶⁹ MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. (organizador). **A Semana Social**. Ed. Fac-símile. – Maceió: EDUFAL, 2013.

⁷⁰ BRANDÃO, 1978, op. cit.

⁷¹ PINHEIRO; HALL, 1979, op. cit.

⁷² MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. **Operários em Movimento: documentos para a história da classe trabalhadora em alagoas (1870-1960)**. – Maceió: EDUFAL, 2007.

Algumas dessas fontes, os jornais, se encontram em arquivos como o AEL (Arquivo Edgard Leuenroth) da Unicamp, como, **A Voz do Trabalhador** e **A Plebe**. As demais consultadas se encontram no CEDEM-UNESP (Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista).

Destacamos, ainda, as dificuldades que se impuseram com a Pandemia do Novo Coronavírus, agravada pela irresponsabilidade do governo federal, negacionista e genocida, que impactou em cheio o andamento, não apenas da nossa, como de muitas outras pesquisas. Arquivos e universidades fechadas, os ataques à educação pública, os ataques à classe trabalhadora e o medo constante diante de uma realidade em que o número de mortes chegou aos milhares por dia. Esse é um componente que não tem como excluir do processo de pesquisa e escrita deste trabalho. Esta é também uma marca historiográfica dos nossos trabalhos. Mas é necessário resistir e continuarmos a caminhada. E este trabalho tem uma ligação íntima com a resistência.

Esta dissertação está dividida em três capítulos. No capítulo I, discutimos a formação do movimento operário em Alagoas, abordando o contexto de início da Primeira República, apresentando aspectos, tanto locais quanto de âmbito nacional, buscando focar os debates nos quais o anarquismo esteve presente. Abordamos também a formação da União Operária de Alagoas (UOA) como uma organização que marca a transição, que não se dá completamente, entre as mutuais e as organizações de resistência. Assim como, a sua participação apoiando o Primeiro Congresso Operário Brasileiro, em 1906. Buscamos, deste modo, compreender a adesão da UOA à COB, e seu papel nas greves e mobilizações do período e o ensejo de formação da Federação Operária de Alagoas, para analisar, deste modo, o processo de articulação do anarquismo entre os trabalhadores desse estado.

No capítulo II, tratamos da formação e atuação dos trabalhadores na Federação Operária de Alagoas (FOA), sua participação no Segundo Congresso Operário Brasileiro e a participação nas greves das categorias como das fábricas de Cachoeira e Rio Largo, por exemplo. Buscamos identificar a correlação de forças das distintas ideologias presentes na federação, caracterizar a utilização do sindicalismo revolucionário e o reformismo e a militância dos trabalhadores anarquistas com sua articulação em torno das discussões sobre o Congresso Anarquista Sul-americano e o Congresso Internacional da Paz. Abordamos as mobilizações e discussões sobre o Dia Internacional dos Trabalhadores, o 1º de Maio como forma de reafirmação de uma identidade de classe e de combatividade. Com isso, buscamos explicitar os métodos de ação utilizados pelos anarquistas, sua consolidação no movimento operário de Alagoas, a identificação dos agentes anarquistas e o seu contato com militantes de outras partes do país.

No capítulo III, tratamos do período que se inicia com o refluxo do movimento organizado a partir da desarticulação da FOA. Abordamos a relevante atividade de publicação dos jornais **Tribuna do Povo** (1916-1917) e **A Semana Social** (1917), por Antonio Bernardo Canellas, sendo essa a principal expressão do anarquismo, entre 1916 e 1917. Pontuamos a aparecimento de novos militantes como Octavio Brandão, e as tentativas de rearticulação do movimento organizado; bem como, abordamos as tentativas de formação de grupos de caráter libertário/anarquista; a atuação do Comitê de Defesa Proletária e reorganização da FOA. Tratamos, também, dos episódios de repressão e da caçada aos anarquistas em Maceió, como os acontecimentos do complô maximalista. Por fim, discutimos os posicionamentos existentes naquele momento, tendo de um lado os partidários da ação direta e, do outro, os simpatizantes da estratégia parlamentarista, constatando que o pensamento anarquista e sindicalista revolucionário permaneceu presente no movimento operário alagoano no início da década de 1920.

1. A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO OPERÁRIO ALAGOANO E A EXPERIÊNCIA ANARQUISTA ENTRE 1906 E 1912

Ainda que a “questão social” tenha sido um ponto explicitado pelo movimento operário na Primeira República brasileira, expondo a necessidade de a sociedade reconhecê-la, as lutas sociais no Brasil ocorriam desde antes e suas raízes adentram ao período colonial. Deste modo, as lutas dos subalternos não surgem com o movimento operário no pós-1888, elas foram travadas, como destaca o historiador, Alexandre Ribeiro Samis, nos primeiros tempos, quando “os desterrados, trabalhadores pobres, escravos e indígenas preados, sofreram a fúria mercantil que soprou violentamente do velho mundo”.⁷³ Estes fatos desfazem, assim, o estereótipo o qual a elite brasileira impunha aos trabalhadores e trabalhadoras a característica de pacato e submisso. Nas terras onde se consolidou o estado de Alagoas, as marcas destas batalhas estão cravadas na história, desde a resistência dos indígenas caetés aos pequenos agricultores nos episódios da cabanagem. Temos, ainda, a mais destacada delas, importante não só para Alagoas, como para inúmeros outros lugares do Brasil, a resistência negra de escravizados fugidos dos engenhos para o Quilombo dos Palmares na Serra da Barriga contra o regime escravocrata.

Reconhecendo essas lutas, temos a possibilidade de pensar também a atuação dos oprimidos ao longo de outros momentos da história alagoana. Assim, destacamos a combatividade dos operários na Primeira República, evidenciando “que o início da história republicana em Alagoas não possui apenas oligarquias, latifúndios e marechais, mas que operários, artistas e artífices, juntos com outros grupos subalternizados, também foram sujeitos históricos dos destinos de nossas sociedades”.⁷⁴ É de parte destes sujeitos que trataremos aqui. Mais especificamente, sobre o surgimento do movimento operário em Alagoas e a articulação do anarquismo neste movimento. Neste capítulo, abordaremos ainda a formação do movimento operário em Alagoas com a participação das variadas vertentes ideológicas e a construção das organizações de resistência; analisaremos a atuação da União Operária de Alagoas e o envolvimento no Primeiro Congresso Operário Brasileiro; a adesão dos trabalhadores alagoanos à COB e ao sindicalismo revolucionário; e as mobilizações, os movimentos grevistas, a formação de sindicatos até a fundação da Federação Operária de Alagoas.

⁷³ SAMIS, Alexandre Ribeiro. O Pavilhão negro na Pátria Verde Oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil. In. **História do Movimento Operário Revolucionário**. (org) Eduardo Colombo, Tradução: Plínio Augusto Coêlho. – São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, Observatório de Políticas Sociais, 2004. p. 126.

⁷⁴ MACIEL, 2013. p. 5.

1.1 No alvorecer da República, a formação e as vertentes políticas no Movimento Operário em Alagoas

A historiografia sobre o movimento operário em Alagoas⁷⁵ apresenta a existência de organizações de trabalhadores antes mesmo da proclamação da Primeira República. Almeida observa, a partir do trabalho de Moacir Santana⁷⁶, que houve em Alagoas contestação ao capital pelo menos em três fases: no Império, na transição e na República.⁷⁷ Trata-se do período que ele vai chamar de preliminares do socialismo, que, no seu entender, ocorreu ao mesmo tempo das primeiras atividades do movimento operário. Para ele, neste “período pode ser vista a concepção de partido, a montagem de diversas organizações e a utilização de instrumentos como a greve”.⁷⁸ Deste modo, o socialismo em Alagoas seria discutido anteriormente à República. Sobre este socialismo, Almeida chama a atenção sobre alguns aspectos. O primeiro que elencamos é o de que não se tratava de marxismo, esta corrente “em Alagoas será matéria do segundo quarto do século XX”.⁷⁹ Salienta que havia o entendimento da existência de uma condição social de divisão entre dominantes e dominados, e estes últimos seriam os filhos do trabalho, que envolvia uma camada pobre e subalterna como os artistas, os operários e os sujeitos pobres, de um modo geral. A pretensão em se mudar a situação vigente alimentava a caminhada rumo a uma militância organizada, a fim de “superar a dominação realizada sobre os filhos do trabalho”, lançava-se “uma crítica sobre o sistema e determinava-se a necessidade de uma ação organizada e, deste modo, promovia-se também a compreensão de estratégia e tática dentro do espaço de luta que se identificava. O objetivo era fixado como a redenção dos filhos do trabalho”.⁸⁰

O segundo aspecto deste socialismo está relacionado à proposta de redenção que poderá ser associada a uma ordem religiosa, na qual muitos militantes, inclusive, davam seus testemunhos católicos. Almeida apontou ainda, que buscar “a redenção implicava agir para ser livre, e o socialismo será um termo utilizado para a indicação do caminho e para designar as razões de mudança”.⁸¹ Sem muito discutir o tipo de poder que se construiria no futuro, Almeida

⁷⁵ ALMEIDA, 2013. MACIEL, 2011.

⁷⁶ SANT’ANA, Moacir Medeiros. **Os primeiros movimentos grevistas em Alagoas**. 1987. Disponível em: < <https://www.historiadealagoas.com.br/os-primeiros-movimentos-grevistas-em-alagoas.html> >. Acesso em: 30 de novembro de 2021.

⁷⁷ ALMEIDA, 2013. p. 30.

⁷⁸ Ibid., p. 31.

⁷⁹ Ibid., p. 45.

⁸⁰ Ibid.

⁸¹ Ibid.

afirma que ficava nítida, ao menos, a imagem daquilo que se buscava dismantelar. Todavia, este socialismo trilhava o rumo da reforma. A proposta política deste socialismo tomava os interesses dos trabalhadores como tema central, procedendo de maneira eclética com a combinação de tendências diversificadas, em alguns casos até contraditórias. Os socialistas estavam buscando simpatizantes, pessoas que a partir de suas obras dessem suporte na defesa do trabalhador e na luta por liberdade e contra a opressão, sendo pouco rigoroso com a coerência de suas posições teóricas.

Uma categoria de trabalhadores de Alagoas se destaca nesse processo. Os “gráficos alagoanos tiveram papel de revelo na construção do movimento”⁸² operário. Pontos bastante destacados sobre essa proeminência dos gráficos seria o fato de que eles sabiam ler e escrever e tinham contato, nas redações dos jornais, com muitas informações. Esta categoria, como prova da sua estruturação, cria uma sociedade para defender os seus interesses. A Associação Tipográfica Alagoana de Socorros Mútuos, fundada em 14 de outubro de 1869,⁸³ possuía um caráter beneficente, mas, segundo Almeida, seria simplismo esgotar a análise por esse ângulo. Para ele, o “simples fato de ter sido criada reflete a crítica do pessoal do parque gráfico, dentro da forma como se organizava a produção; não se poderia, portanto, esgotá-la à condição de beneficente, uma vez que a simples crítica já lhe concedia dimensão de projeto político”.⁸⁴ Apesar de sua situação de pobreza, a entidade dos gráficos, destaca Almeida, lançou um importante jornal da imprensa alagoana, o **Gutenberg**, mesmo não sendo destinado à defesa específica da categoria.

Ainda no campo da imprensa, em 1889, na véspera da República, os socialistas Misael Moreira e Leopoldo Brasileiro, o primeiro, tido como o principal socialista daquele momento e estrategista do movimento, dirigiram o jornal **O Artista**, órgão fundamental para se ter uma visão sobre o socialismo no período. A partir deste jornal, é possível verificar a atuação de outras categorias de artistas que buscavam se organizar, a exemplo dos alfaiates.

Ao passo que caminhava o processo de organização, os trabalhadores começavam a encarar a possibilidade de participar das eleições. Ao considerar os interesses das categorias dos artistas como interesses do povo, passa-se a aventar a necessidade de sua representação no legislativo. Almeida fala sobre a possibilidade de os artistas estarem discutindo a República e expõe o questionamento destes trabalhadores frente a posição de republicanos, que julgavam necessário manter nas redações: “um corpo ilustrado, pois os artistas sozinhos não chegariam a

⁸² Ibid., p. 46.

⁸³ MACIEL, 2009. p. 129.

⁸⁴ ALMEIDA, op. cit., p. 46.

qualquer lugar”.⁸⁵ Para esses trabalhadores, isso significava a tentativa de conservação na República da opressão sofrida por eles anteriormente, o que seria inaceitável. Todavia, passavam a falar da necessidade de um artista no legislativo. Julgando haver espaço para tanto, solicitaram-se ações dentro de um partido. Mesmo havendo, por parte de alguns, a preocupação dos trabalhadores não serem usados no “joguete” dos políticos, discute-se a natureza da aliança, uma vez que não havia partidos de operários ou artistas. Seria, assim, “dentro dos canais políticos da elite”⁸⁶ que se daria essa atuação. É, em torno de 1887, que os artistas iniciam uma organização política quando montam um Diretório Político com os filiados do Montepio dos Artistas. Com a estruturação do diretório e a expectativa da República, com comportamento legalista e institucional, é pensada a criação de um Partido Operário.

É na década 80 do século XIX que se enxerga com maior clareza o surgimento de jornais de diversas entidades com participação no jogo político. Nesta década surge o Partido Operário em Alagoas ligado ao tipógrafo Luiz França e Silva, um dos fundadores, em 9 de fevereiro de 1890, no Rio de Janeiro, dos primeiros partidos políticos operários do Brasil.⁸⁷ Todavia, segundo Almeida, mesmo havendo essas mobilizações no período precedente, a República seria um marco, pois “introduz o pressuposto da igualdade jurídica”, o que possibilitou pensar, por exemplo, na formação de partidos ditos operários. Como exemplo, inspirado na ebulição do sufrágio universal, aponta a criação, em 21 de dezembro de 1890, do Partido Operário Alagoano. Almeida afirma que este evento significa um avanço em relação ao Diretório Político, atrelado ao Montepio dos Artistas. Era um passo mais expansivo, colocava o “operário” como categoria política, muito embora os artistas seguissem à frente da organização e, pelo menos, quando “se cria este partido operário, não há notícias de ligações efetivas com a massa de trabalhadores”.⁸⁸

Será fundada ainda neste contexto, em 29 de maio de 1892, pelo grupo que priorizou a atuação partidária, a Liga Operária. Almeida saliente sobre esta organização:

[...] tudo indica que Misael Moreira era seu principal mentor e um dos primeiros interessados na montagem de uma estratégia socialista e operária. Já não se tratava de falar indistintamente na redenção, mas de montagem de organizações operacionais. Pelo que chegamos a perceber, a criação da Liga Operária corresponde a uma nova fase do movimento.⁸⁹

⁸⁵ Ibid., p. 49.

⁸⁶ Ibid., p. 50.

⁸⁷ SCHMIDT, Benito Bisso. Os partidos socialistas na nascente República. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão. **A formação das tradições (1889-1945)**. As esquerdas no Brasil, vol. 1. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 145.

⁸⁸ ALMEIDA. Op. cit., p. 51.

⁸⁹ Ibid., p. 52.

A definição dada por Moreira sobre a Liga seria de que o seu trabalho era socialista. Ao entender que o socialismo era uma ideia importada, ele chamava a atenção para a necessidade de um programa com perspectiva nacional, que fosse limitado à realidade brasileira. Ao indicar a redução deste programa socialista aos limites conjunturais da sociedade alagoana, a montagem da Liga estaria fixada a uma compreensão dos termos estratégicos. Assim, Almeida apresenta que a fundação do Partido Operário e da Liga Operária teriam características distintas. A Liga seria uma organização classista, ligada ao movimento operário e o Partido seria uma organização política. Na prática, a nosso ver, essas funções acabam se confundindo. Mesmo o seu programa destacando que a Liga seria composta por artistas e operários, aponta como exigência “uma definição preliminar: ser socialista”.⁹⁰ Considerando que a classe deve abranger todos os trabalhadores com suas filiações políticas diversificadas, restringir uma organização de classe à uma vertente política, significa reduzir a capacidade de tal organização. Este tema ganhará destaque anos mais tarde com o advento do sindicalismo revolucionário.

Os militantes da Liga se dedicarão, dentre outras coisas, ao ensino técnico, à luta pela instrução obrigatória para os filhos dos operários e à participação do processo eleitoral. No que concerne ao processo político eleitoral, a Liga atuará através do Partido Democrático com a candidatura de Justino Souza de Rodrigues. Assim, nas palavras de Almeida:

A política operária estava sendo conduzida dentro de um partido da elite e procurava diferenciar a candidatura de Justino Souza Rodrigues. É daí que Misael Moreira escreve um manifesto de apoio, afirmando-o candidato da Liga. [...] Justino vai ser o primeiro socialista a participar do legislativo alagoano [...].⁹¹

Não tarda para surgir a dissensão na qual o nome de Misael estará incluído. Sem informações precisas, Almeida levanta a hipótese de que, por razões políticas internas, por meio da articulação de um vice-presidente da entidade seriam afastados da diretoria os secretários Misael Moreira e Filemom.⁹² Reagindo às críticas, Misael dá informações das divergências na Liga, assim como, pede cautela à entidade a respeito da intromissão política, o que equivaleria à “necessidade de os trabalhadores não deixarem ocorrer infiltrações da elite”.⁹³

A realização do I Congresso Operário Nacional, em 1882, organizado por França e Silva e a tentativa de articular nacionalmente o movimento operário pode ter influenciado a criação

⁹⁰ Ibid., p. 53.

⁹¹ Ibid.

⁹² Ibid.

⁹³ Ibid., p. 54.

do Partido Socialista de Alagoas, neste mesmo ano. Após a morte de Misael Moreira, em 15 maio, a Liga realizou, em agosto de 1893, uma assembleia geral na qual discutiu novas propostas para o seu programa. Ocorreu, a partir daí uma perceptível mudança de tática, quando o partido passou a ser priorizado e ocasionou o desaparecimento da Liga Operária. Almeida assinala que depois da criação do Partido Socialista caiu o nível de organização do movimento operário. Um ano após, em 1894, terão novos artistas se candidatando. Porém, não eram ligados ao movimento e não conseguiram representação.

Do final do século XIX ao início do XX, o cenário alagoano, no que concerne principalmente ao movimento operário, sofre algumas mudanças. Um dos aspectos dessas mudanças seria a queda da militância com um viés guinado à eleição. Todavia, o sentido socialista é mantido, principalmente com a atividade da imprensa operária que nesse momento tem como a “principal testemunha do que ocorre em Alagoas, no ano de 1900, [...] **O Trocista**, periódico de empenho socialista [...]”.⁹⁴ O pequeno jornal foi fundado em 7 de setembro de 1898, provavelmente em Maceió. Pertencia a Rosalvo & Cia, de Manoel Rosalvo da Silva, ficando a cargo exclusivo, com o desligamento de Manoel Rosalvo, de Joaquim Francisco Moreno. Buscou manter uma penetração em várias cidades do interior alagoano como em Pilar, São Miguel dos Campos, União dos Palmares, Barra de São Miguel, Triunfo e Viçosa. Desse modo, o socialismo foi divulgado também no interior com destaque para São Miguel dos Campos, União dos Palmares e Pilar, devido à militância de José Marinho de Souza. Esse militante, ainda, movimentou outros jornais, **O Vigilante** e **A Manguaba**, pelo menos o primeiro, seria de cunho socialista.

Este período foi marcado por uma crise econômica intensa que atingiu em cheio a vida dos trabalhadores. Em reação a esta crise, setores da classe trabalhadora ligados à área portuária de Jaraguá reagiram com greve. No campo da imprensa operária houve uma radicalização dos textos, principalmente em **O Trocista**, e em outro jornal que “seria bem mais radical; simplesmente pedia a revolta imediata, único meio de contornar a crise”.⁹⁵ **A Palestra** era um jornal socialista, tudo indica que havia sido criado em 1902, o seu primeiro número é de fevereiro do mesmo ano. Estes dois jornais estão ligados às ideias do grupo do pernambucano João Ezequiel de Oliveira Luz. Sua articulação, assim como a do socialista alagoano Joaquim Moreno, demonstra uma troca intensa de experiência e integração entre os trabalhadores alagoanos e pernambucanos.

⁹⁴ Ibid., p. 55.

⁹⁵ Ibid., p. 57.

Almeida destaca, para o período que vai de 1900 a 1902, dois acontecimentos importantes para o movimento operário de Alagoas. O primeiro, trata da criação de organizações operárias. O segundo, diz respeito ao debate travado com a direita acerca do socialismo, entre João Ferro e Luiz Lavenère.⁹⁶ Como exemplo do primeiro caso, temos a criação, em 23 de fevereiro de 1902, do Centro Proletário Alagoano, por João Ferro e outros militantes. O Centro terá, ainda, como órgão de imprensa, o jornal **O Proletário**. O Centro Proletário havia sido constituído por 30 socialistas e, em março, já contava 50 associados. Anunciava defender os interesses dos artistas e se preparava para expandir suas atividades para o interior. Buscaria representações em cidades como São Miguel dos Campos, Penedo, Pilar e União dos Palmares.⁹⁷ Suas principais finalidades seriam a beneficência, educação formal e educação política. Realizou, em Maceió, inúmeras conferências que abordou a situação do proletariado. Conferências públicas tratando da crise daquele momento, do atrofiamento das classes, aumento de impostos e de medidas para salvação dos trabalhadores. As atividades do Centro são indícios da reorganização das forças dos trabalhadores, sem nenhum relevo para a atividade partidária. Essa reorganização ocasionara ataques sistemáticos dos setores tradicionais, como a reação de Luiz Levenère, através do seu jornal, **O Evolucionista**, contra o socialismo. Ataques que acabaram rendendo um debate entre Levenère e João Ferro, havendo ainda a participação de outros socialistas, como Honório Minas.⁹⁸

A polêmica travada pelas páginas dos jornais, por parte de Levenère, no **Evolucionista**, no qual lança uma série de artigos que tem como título “contra o socialismo”, e da parte de Ferro, em artigos que são respostas, e são lançados nos jornais **O Gutemberg**, **O Trocista** e **A Palestra**.⁹⁹ Se por um lado temos, como destaca Almeida, um debate “extremamente importante, pois revela o que se entendia, tanto pela direita, representada pelo professor Luiz Levenère, quanto pela esquerda, representada, sobretudo, por João Ferro; era o ecletismo *versus* a falta de informação por parte da direita”.¹⁰⁰ Por outro lado, diferente da compreensão divergente dos oponentes acerca do socialismo, havia uma convergência dos seus posicionamentos naquilo que pensavam sobre o anarquismo. Tanto para o representante da burguesia quanto para o gráfico socialista, o anarquismo seria algo negativo. Levenère, salienta Almeida, atribui ao socialismo uma identidade comum ao anarquismo, o que foi contestado no jornal **A Palestra**, que afirmou, para diferenciar o socialismo do anarquismo, “que o socialismo

⁹⁶ Ibid.

⁹⁷ Ibid., p. 58.

⁹⁸ Ibid., p. 59.

⁹⁹ Ibid.

¹⁰⁰ Ibid.

não era um sonho, que não desejava a destruição da ordem existente, mas a construção de uma ordem nova”¹⁰¹. Sobre esse debate, Maciel traz mais alguns elementos relacionados às posições dos dois, destacando que numa “coisa, no entanto, Luiz Levenère e João Ferro concordavam: ambos entendiam o anarquismo e a anarquia como termos ruins”,¹⁰² doutrina que prejudicaria fatalmente a sociedade caso fosse aplicada.

Por parte da esquerda e do socialismo, à época em Alagoas, essa visão do anarquismo não seria exclusividade de João Ferro. Ainda na última década do século XIX, Almeida fala, sem trazer maiores detalhes, sobre o socialista Misael Moreira procurar diferenciar o socialismo do anarquismo. Em detrimento deste, “frisava que a contestação deveria realizar-se dentro dos limites legais”.¹⁰³ E, claramente, tendo o anarquismo como uma ideologia pejorativa, seria anunciado no jornal **O Gutenberg** que Virginio de Campos, em 1905, em sua conferência demonstraria que o elemento anárquico não fazia parte das bases do socialismo.¹⁰⁴

Ainda que não identifiquemos a atuação anarquista no movimento operário em Alagoas nesse período, o anarquismo estava, ao menos, nos debates. Ainda que encarado a partir de preconceitos e equívocos, por muitos, as ideias que envolviam o anarquismo estavam circulando em Alagoas. Talvez, a preocupação de Campos naquilo que seria comunicado em sua palestra de 1905, anunciada pelo **O Gutenberg**, seja um indício de que estas ideias estavam mais próximas do que imaginamos. Foi veiculado, neste jornal, que em novembro, na sede da União Operária Alagoana, Virginio de Campos, “propõe-se discutir as bases do socialismo, mostrando que não se faz mister o elemento anárquico para a perfeita estabilidade social, como querem alguns propagandistas”.¹⁰⁵ Quem eram esses propagandistas? Eram de Alagoas, de outras partes do Brasil ou do mundo? Não sabemos. Porém, está claro que essa propaganda estava reverberando neste estado. Isto se torna ainda mais plausível ao sabermos que “em junho de 1907, uma nota da Biblioteca da Sociedade Gladiantes informou os visitantes do mês, revelando que o sócio Virginio de Campos andou por lá para ler um exemplar da Terra livre, periódico anarquista de São Paulo.”¹⁰⁶

Embora Luiz Sávio de Almeida chame a atenção para a primazia do estudo do anarquismo, principalmente a partir de 1906, em detrimento do estudo do socialismo, neste

¹⁰¹ Ibid., p. 60.

¹⁰² MACIEL, 2009. p. 184.

¹⁰³ ALMEIDA, op. cit., p. 52.

¹⁰⁴ -s/a. Conferências. **O Gutenberg**, Maceió, 21 de outubro de 1905, Nº 225, p. 2.

¹⁰⁵ Ibid.

¹⁰⁶ TICIANELI. **Virginio de Campos e a organização operária em Maceió no início do século XX**. 2017. Disponível em: < <https://www.historiadealagoas.com.br/virginio-de-campos-e-a-organizacao-operaria-no-inicio-do-seculo-xx.html> >. Acesso em: 03 de novembro de 2022.

trabalho ele parece procurar inverter esses papéis. Ou seja, ignorar o anarquismo em algumas situações. Destacamos dois momentos: o primeiro diz respeito ao título do seu livro, **Crônicas Alagoanas**, ele traz como subtítulo, “notas sobre poder, operários e comunistas”, mesmo tratando de outras correntes e sujeitos, como o anarquismo e os anarquistas. O segundo momento, é quando cita Olympio Santana¹⁰⁷ e menciona apenas sua participação na fundação do Partido Comunista de Alagoas, deixando de lado o período que Olympio militou no anarquismo.

Mesmo diante destes posicionamentos contrários ao anarquismo e, como assegura Almeida, que seria apenas a partir de 1906 que o anarquismo se tornaria hegemônico, é ainda no final do século XIX que o jovem alagoano, Elysio de Carvalho, teve contato com as ideias de contestação social e, partindo para o Rio de Janeiro no limiar do século XIX, fará sua militância no anarquismo. Nascido na cidade de Penedo, em 29 de janeiro de 1880, declarou que iniciou nas ideias de “reforma social” a partir dos escritos Emile Zola e apresenta uma série de nomes de intelectuais e militantes cujo os escritos contribuíram para sua formação. Nomes como os de Proudhon, Reclus, Bakunin e Kropotkin, assim como os de Max Stirner, Frederick Nischer, Oscar Wild e tantos outros são citados.¹⁰⁸ Essa aproximação pela via literária não é estranha. Segundo van der Walt, “o anarquismo teve uma posição fundamental na vanguarda intelectual. Na Europa e na América Latina, atraiu escritores e artistas famosos, dentre os quais se encontram: Camilo Pissarro, Manuel González Prada, Oscar Wild, George Orwell, Pablo Picasso e Herbert Read”.¹⁰⁹

Tudo indica que a sua atuação em Alagoas foi breve e se restringiu à publicação de revista e jornal. Partiu em 1898 para a capital federal, em 23 de março, e ali, ao lado de sujeitos como o médico anarquista baiano, Fábio Luz, foi um dos fundadores da Universidade Popular, em 1904. Esse projeto, mesmo tendo tido uma vida breve, foi o primeiro do gênero na América do Sul, onde se buscou a instrução superior do proletariado e contou também com a participação de muitos outros anarquistas e socialistas. Elysio contribuiu em inúmeros jornais e periódicos. Em um texto, o qual Moacyr Sant’ana considera a primeira historiografia sobre o movimento anarquista no Brasil, declarou que fazia parte da corrente dos anarquistas individualistas. Neste escrito, Elysio de Carvalho elabora algumas noções para entendermos melhor o cenário do anarquismo no Brasil, mesmo que se reportasse ao cenário e à experiência anarquista no Rio de

¹⁰⁷ ALMEIDA, op. cit., p. 63.

¹⁰⁸ SANT’ANA, 1987, p. 27 et seq.

¹⁰⁹ VAN DER WALT, Lucien. Prefácio. In CORRÊA, Felipe. **Bandeira Negra**: discutindo o anarquismo. – Curitiba: Editora Prismas, 2015. p. 18.

Janeiro, no quesito da estratégia do anarquismo suas ideias faziam conexões importantes. Declarou existir duas correntes do anarquismo no Brasil, a dos anarquistas comunistas e a dos anarquistas individualistas, sendo essa corrente a da qual fazia parte. Pontua sobre os anarquistas comunistas que:

são consideravelmente numerosos, calculando-se o seu número, entre nós, em perto de 10.000 seguramente. Eles são pela maior parte revolucionários, condenam toda tática parlamentar, defendem a greve geral, apoiam o sindicalismo [...]. O anarquismo individualista, [...] está em minoria [...], apesar de estarem em desacordo com o comunismo, jamais deixaram de fazer causa comum com os adeptos de Kropotkin[...].¹¹⁰

Embora acreditemos que o seu contato com o anarquismo tenha ocorrido ainda em Alagoas, não há registros de influência ou mesmo da atuação de Elysio de Carvalho no movimento operário em Alagoas. Este alagoano se mostraria uma figura extremamente controversa, anos mais tarde.

Seria citado em um artigo, de 1908, sobre a situação e as perspectivas do movimento anarquista no Brasil¹¹¹ publicado no *bureau* criado no Congresso Anarquista de Amsterdã de 1907, para ativar a troca de informações entre os anarquistas de vários países. Na ocasião, ao se apresentar as dificuldades do anarquismo no Brasil, relata-se que há uma quantidade grande de pessoas que se diziam anarquistas sem muito rigor. Traz como exemplo o caso do “individualista que fez muito barulho no movimento, hoje subchefe da repartição de identificação brasileira. Esse senhor se chama Elysio de Carvalho”.¹¹² Cita-o porque, embora estivesse malvisto no Brasil naquele momento, “ele tem o desplante de se corresponder com diversos periódicos anarquistas”.¹¹³ Em 1909, escreveu renunciando ao anarquismo, declarando que o “anarquismo, como ideia, é uma expressão filosófica saída do cristianismo — o maior flagelo da humanidade - e, como fato, é o maior obstáculo à afloração da intelectualidade, da beleza e da arte: é uma doutrina em decadência”.¹¹⁴

No início da década de 1900, até 1904, o movimento operário de Alagoas passou por uma fundamental mudança, as lutas populares passaram a substituir o seu perfil intelectualizado.¹¹⁵ Neste contexto temos a formação da União Operária de Alagoas (UOA). Trataremos sobre ela ao longo das próximas páginas.

¹¹⁰ CARVALHO *apud* SANTANA, 1982. p. 35.

¹¹¹ PINHEIRO; HALL, *op. cit.*, p. 107.

¹¹² *Ibid.*, p. 108.

¹¹³ *Ibid.*

¹¹⁴ SANT'ANA, 1982, p. 41.

¹¹⁵ ALMEIDA, *op. cit.*, p. 61.

1.2 A União Operária de Alagoas e o Primeiro Congresso Operário Brasileiro

Há uma marcante virada, como vimos, na orientação programática e estratégica no movimento operário alagoano que vem ocorrendo desde finais do século XIX e que se aprofunda no início do século XX. Segundo Maciel, “refletindo o aprofundamento classista da organização dos trabalhadores”,¹¹⁶ seria fundada a União Operária de Alagoas (UOA). Assim como o Centro Proletário Alagoano, a fundação da UOA evidencia a radicalização na característica das organizações dos trabalhadores alagoanos, antes voltadas para uma categoria em específico, como a dos gráficos, e que, a partir de 1902, se voltava para os trabalhadores em um sentido mais amplo, envolvendo o entendimento de classe. Almeida, a esse respeito, afirma que mesmo com a participação de muitos gráficos, “o perfil intelectualizado é substituído por lutas populares” e que, nesse sentido, uma “nova fase estava inaugurada e a entidade iria para as ruas de Maceió, além de participar de movimentos grevistas”,¹¹⁷ ao mesmo tempo em que, o caráter legalista vinha sendo abandonado.

A UOA, como citam Maciel e Almeida, se intitula uma organização socialista e foi fundada entre o fim de 1903 e início de 1904. Conseguiria fundar, além da sede central, localizada no bairro da Levada, na rua 16 de setembro,¹¹⁸ sucursais em outros dois bairros, no Poço e no Jaraguá. Dos militantes constam os nomes de José Laranjeiras, Júlio Soares, Manoel Gabriel, Benedicto Portugal, Vicente de Moura, Guilherme Lemos, Virginio de campos, Josino Silva, entre outros.

A União contava ainda com uma diretoria feminina, composta por companheiras socialistas, as quais Almeida chamam de feministas. Algumas militantes que faziam parte da UOA eram Antônia Maria dos prazeres, Julia prazeres, Isaura Lemos, Amélia Peixoto, Amália Izabel Conceição, Esperança Costa e Maria da Silva Antonia P. Costa. Esses eram os nomes das mulheres eleitas para os cargos da diretoria, todavia, na posse da diretoria feminina um grupo de “mais de cem pessoas” participaram da atividade, tendo como parte, certamente, outras mulheres.

A União Operária propunha defender artistas e operários, atacando também preconceitos como de raça, nacionalidade e sexo.¹¹⁹ A organização dos trabalhadores e das trabalhadoras estava preocupada também com a educação política dos seus membros, bem

¹¹⁶ MACIEL, op. cit., p. 139.

¹¹⁷ ALMEIDA, op. cit., p. 61.

¹¹⁸ Ibid.

¹¹⁹ Ibid.

como, com a educação formal ministrada pelo estado aos filhos dos trabalhadores, pensado, deste modo, como uma educação alternativa.¹²⁰ Pretendia, ainda, veicular um jornal para a integração e difusão do socialismo. É citado por Almeida que a UOA falava, para a defesa do interesse e princípios da organização, na necessidade de participação nas eleições para deputado e senador. Todavia, esse autor ressalta, como característica de um novo patamar, as mobilizações desta organização e do movimento operário, que passaram a ter um caráter mais radical com passeatas e manifestações de rua.

Em 1904 a UOA realizaria uma atividade de 1º de Maio com ações executadas nos bairros de Bebedouro, Jaraguá e Levada. À noite, seria realizada uma passeata pelas ruas do centro de Maceió, com paradas em sedes de outras organizações de trabalhadores como a Montepio dos Artistas e Perseverança. Na ocasião, alguns militantes falaram sobre o socialismo e fizeram também um histórico da data de 1º de maio. Além do orador oficial da União, Fernandes Tavares, falaram no ato os trabalhadores Virginio de Campos e Vicente de Moura.

Outro episódio que acentua a ação das mobilizações da UOA, foi também um ato que ocorreu nas ruas de Maceió, havendo, ainda, confronto contra as forças do Estado. Esta manifestação foi realizada em solidariedade, prestada pelos militantes alagoanos, aos operários do Rio de Janeiro, envolvidos nas disputas entre Lauro Sodré e Rodrigues Alves. Esta ocasião foi também utilizada em Alagoas, por alguns, para contestar o governo local de Euclides Malta. A União Operária estará ligada à mobilização que foi programada para Maceió, a favor de Lauro Sodré. Mas não visavam apenas a defesa de Sodré. A solidariedade estaria relacionada também às lideranças operárias do Rio de Janeiro implicadas no conflito, a favor de Lauro Sodré. Em novembro de 1904, na tarde do dia primeiro, foi veiculado um boletim da UOA convocando o povo para participar de uma conferência que seria realizada na sua sede, na noite deste mesmo dia. O ato contou com a presença ostensiva da polícia armada tomando a rua 16 de setembro e a sede da UOA.

Em outro momento, no dia 18 de novembro, várias ruas do centro de Maceió foram tomadas pela polícia que impediu a realização de uma conferência marcada pela União Operária e dissolveu um *meeting* que ocorreria na praça da Catedral. Seguiu-se a isto uma passeata popular na qual membros da UOA estariam presentes, ocasionando um espancamento por parte da polícia que chegou a atacar passageiros de um bonde de onde se deu vivas à sedição. Como mencionamos, “há uma mudança radical; a entidade socialista estava na rua, como organização

¹²⁰ Ibid.

da sociedade civil, em choque contra a força do Estado”.¹²¹ Estas ações atraíram a ira dos conservadores e mais uma vez entra em cena, atacando o socialismo, Luiz Lavenère:

Afirmava que o socialismo era uma utopia, aconselhando os trabalhadores a abandonar ideias ilusórias; deveriam estar colocados junto ao governo, capaz de proceder a benefícios para a classe. Dizia que não deveriam existir associações operárias organizadas na forma de partido e apontava que eles, os operários deveriam criar entidades beneficentes; deveriam aceitar a forma como o poder estava organizado e fazer seus pleitos junto ao governo.¹²²

Além da reação a tais ações populares, podemos observar o foco também nas organizações operárias em forma de partidos, isso porque um grupo de artistas e operários se reuniram para tentar constituir um partido. Fizeram parte de tal grupo Guilherme Lemos, Virgínio de Campos, Júlio Martins Santana, José Laranjeiras e Alberto Pessoa, todos militantes da União Operária. Almeida sugere uma fragilização da UOA com o surgimento de uma dissidência que estaria, segundo ele, ligada à criação do Círculo Protetor dos Operários. A reunião para estruturação desse Círculo ocorreu em agosto de 1905, a princípio estaria marcada para o dia 20, porém só ocorreu no dia 27. Faziam parte da comissão responsável pela estruturação Virgínio de Campos, João de Deus Araújo, Júlio Soares, Joaquim Magalhães, Guilherme Lemos e Joaquim Carneiro. Almeida destaca que este seria o último momento em que os militantes operários tentariam criar um partido socialista em Alagoas, e, nas suas palavras, teria começado com a ilusão da República e iria até o momento em que os anarquistas se fortaleceram no movimento operário.

Em outro momento, afirma que este momento de ascensão do anarquismo seria o ano de 1906. Todavia, o que podemos observar, em Alagoas, é que o anarquismo existiu como matéria de debate, do qual surge, mais especificamente, as posições da direita, de um lado, de confundir o socialismo como o anarquismo na tentativa de detrá-lo, e, de outro lado, os militantes socialistas buscando desfazer essas confusões, aproximaram seus posicionamentos, em alguns casos, ao posicionamento dos conservadores defensores da burguesia. Neste último episódio de tentativa de construção do partido socialista (assim como outros episódios que citamos) o socialista Alberto Passos, concordando com os posicionamentos de ataque da direita desferidos pela pena de Luiz Lavenère sobre anarquismo e socialismo, ao assumir uma posição idêntica, recebe uma resposta da comissão responsável pela constituição do partido socialista, que, mais uma vez, busca distinguir o socialismo do anarquismo.¹²³

¹²¹ ALMEIDA, op. cit., p. 64.

¹²² Ibid.

¹²³ Ibid.

Sobre o ano de 1906, se não ocorreu uma guinada automática do movimento operário para o anarquismo em Alagoas e mesmo em outras partes do Brasil, ele guarda um acontecimento de suma importância para o movimento operário do Brasil que é o I Congresso Operário Brasileiro. Circulou no final de 1905, no mês de dezembro, na imprensa brasileira, uma convocatória para este congresso. Diferente do que possa parecer, era norma da convocatória, a participação apenas dos socialistas no congresso e seria proibida a participação dos revolucionários.¹²⁴ Ainda assim, “os anarquistas se fizeram presentes no evento e, mesmo não sendo maioria, conseguiram fazer valer suas teses, implicando na constituição da Confederação Operária Brasileira (COB), sob a insígnia do sindicalismo revolucionário, nos moldes da CGT francesa”.¹²⁵ Pinheiro e Hall, por sua vez, em um trabalho pioneiro, salientam a influência do sindicalismo revolucionário no congresso, ainda que marquem a diferença dessa iniciativa, encetada naquele evento, do que vinha ocorrendo em outras partes do mundo. Para eles “as resoluções do congresso foram muito mais sindicalistas que revolucionárias”.¹²⁶ Destacam, ainda, que a importância do congresso estaria na organização do movimento que emergiu daí. A partir da COB (organização surgida do congresso) e de seu jornal, **A Voz do Trabalhador**, foi permitido “pela primeira vez uma certa coordenação e troca de informações no interior do movimento operário, em nível nacional”.¹²⁷

O Congresso ocorreu no Rio de Janeiro, na sede do Centro Galego, entre os dias 15 e 22 de abril. Contou com a participação de 43 delegados representantes de 28 sindicatos. Além dessas organizações, com os seus delegados presentes na abertura dos trabalhos do congresso, consta a não participação do delegado do Círculo Socialista dos Obreiros de Caxias que adoeceu na viagem para o evento. Foram debatidos inúmeros temas divididos em três seções: orientação, organização e ação operária. O Congresso tratou ainda de outras questões intitulada de “acessórias” ou “suplementares” como a questão dos Operários Agrícolas, os Colonos, Federação de indústrias, Mineiros e Operários do Estado. Em meio à correlação de forças do congresso, a tese de construção de um partido é recusada e é aprovada a estratégia do sindicalismo revolucionário. Desta maneira, sobre a orientação de como deveria ser organizada a “sociedade operária”, o Congresso aconselha, “considerando que o operariado se acha extremamente dividido pelas suas opiniões políticas e religiosas [...]”, que:

[...] o proletariado a organizar-se em sociedades de resistência econômica, agrupamento essencial e, sem abandonar a defesa, pela ação direta, dos

¹²⁴ OLIVEIRA, 2018. p. 215.

¹²⁵ Ibid.

¹²⁶ PINHEIRO; HALL, op. cit., p. 41.

¹²⁷ Ibid.

rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, a pôr fora do sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidades que resultariam da adoção, pela associação de resistência, de uma doutrina política ou religiosa, ou de um programa eleitoral.¹²⁸

Da mesma forma que os elementos revolucionários não eram bem-vindos no congresso, este, a princípio, se trataria do Congresso Operário Regional Brasileiro. Devido à ampla participação e apoio de associações operárias de muitas partes do Brasil, a comissão de deliberações finais adotara o título de I Congresso Operário Brasileiro. Outras sociedades, que não se fizeram presentes, enviaram ofícios de adesão e solidariedade. Dentre estas registra-se a “União Operária Alagoana”.

Será com a implementação dos trabalhos da COB e a circulação do jornal **A Voz do Trabalhador**, no ano de 1908, que perceberemos que a União Operária de Alagoas passará a estreitar os laços com o sindicalismo revolucionário.

1.3 A adesão dos trabalhadores alagoanos à COB e ao sindicalismo revolucionário

No dia 1 de julho de 1908, é lançado o primeiro número do órgão de imprensa da COB, o jornal **A Voz do Trabalhador**. Anuncia claramente, no seu editorial, que o jornal, e implicitamente a COB, além de buscar conquistar a redução da jornada de trabalho para 8 horas e melhores salários, almeja também “a emancipação dos trabalhadores da tirania e exploração capitalista” e como “meio prático, como método de luta para alcançar tal *desideratum*, adotará e usará o sindicalismo revolucionário”.¹²⁹ É também neste número que a COB, em meio aos rumores de uma guerra latino-americana, entre Brasil e Argentina, lança um projeto chamado Guerra à Guerra, que buscava combater a famigerada ideia de guerra. Assim, como manifestação prática, o projeto da COB foi enviado através de uma circular para muitas associações da classe trabalhadora no Brasil. Esperava-se respostas com impaciência de “São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Alagoas, Ceará e todas as localidades onde houver algum movimento operário”.¹³⁰ Somando-se a esta articulação nacional, o projeto exigia esforços de uma construção internacionalista e, de maneira imediata, organizações da Argentina, *Federación Regional Obrera Argentina*, o jornal antimilitarista de Buenos Aires *Luz Al soldado*

¹²⁸ Ibid., pp. 46-47.

¹²⁹ -s/a. A voz do trabalhador. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 01 de julho de 1908. Nº 1, p. 1.

¹³⁰ -s/a. Pela paz dos povos: guerra à guerra. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 15 de julho de 1908. Nº 2, p. -2.

e a *Federación obrera del Uruguay*,¹³¹ aderiram ao projeto e ainda buscaram a adesão de outros coletivos dos seus países.

O projeto que a COB buscava implementar, conseguindo adesão da classe operária e popular da América Latina, visava “responder à declaração de guerra com a greve geral em todos os ofícios e profissões manuais ou intelectuais, públicos ou privados, não somente nos países beligerantes como também nas outras nações do continente, afim [sic] de paralisar a ação militar”.¹³² A ação estava marcada para uma terça feira, dia 1º de dezembro de 1908. “Convidam por conseguinte todas as povoações da América do Sul a exteriorizar de modo visível sua adesão à dita manifestação, abandonando todo o trabalho nesse dia feriado, concorrendo em massa às reuniões e passeios públicos”.¹³³ A União Operária Alagoana, por sua vez, adere ao projeto, sendo publicado em **A Voz do Trabalhador**, de 1º de agosto, que da “União Operária Alagoana, de Maceió, recebemos uma carta aderindo ao nosso projeto”.¹³⁴ Ainda nesta edição, é veiculada a notícia de que a COB recebeu uma carta da UOA, assinada pelo “companheiro Vicente de Moura”, então secretário da União. A notícia dá conta de que a UOA, há tempos, havia enviado um ofício de adesão à COB, que não chegou ao destinatário. Na ocasião, busca-se desfazer os possíveis mal-entendidos e louva-se a importante adesão da organização dos trabalhadores e trabalhadoras alagoanas à Confederação.

Desse período de funcionamento do jornal, cerca de um ano e cinco meses, entre julho de 1908 e dezembro de 1909, em seus 21 números, aquelas foram as únicas informações que obtivemos da UOA em **A Voz do Trabalhador**. Todavia, fica evidente a adesão, daquela organização, que tem o seu início a partir de um programa socialista, à Confederação Operária Brasileira e ao sindicalismo revolucionário. Embora haja uma desarticulação da COB, entre 1909 e 1913, as lutas continuam acontecendo em Alagoas, assim como algumas organizações operárias permanecem funcionando, como o Sindicato Gráfico, que tem, inclusive, uma estrutura organizacional preconizada pelo sindicalismo revolucionário. É o que veremos no tópico seguinte.

1.4 As greves, as mobilizações e a formação da Federação Operária de Alagoas

¹³¹ -s/a. Pela paz dos povos: guerra à guerra: projeto da confederação. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 01 de julho de 1908. Nº 1, p. 1.

¹³² Ibid.

¹³³ Ibid.

¹³⁴ -s/a. Pela paz dos povos: guerra à guerra. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 01 de agosto de 1908. Nº 3, p 1.

Durante o ano de 1909, em 13 de janeiro, irrompeu uma grande greve, considerada a maior da região no período. A greve tinha como objetivo o aumento dos salários dos trabalhadores ferroviários da companhia inglesa, *Great Western Brazil Railway*. Teve início em Recife, no estado de Pernambuco, na sede da superintendência da empresa e se espalhou para os estados de Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. O tráfego ferroviário da região foi totalmente paralisado pelo movimento paredista.

Em Maceió, com a adesão dos trabalhadores à greve, foram impulsionadas manifestações como a que ocorreu na Praça dos Martírios, para a qual, um boletim distribuído ao meio-dia, no dia 14 de janeiro, convidava o povo a participar daquela manifestação, onde discursaram alguns acadêmicos como Luiz Silveira, Manuel Loureiro, Guedes Lins, Virgílio Antonio e Rodrigues Melo.¹³⁵ A manifestação promovida pelos grevistas ocorreu na tarde do dia 14, às 5 horas e 40 minutos, e contou com a solidariedade da quase totalidade do comércio que atendeu à solicitação dos trabalhadores da *Great Western* a fechar as portas, levando um número elevado de pessoas, incomum para atividades daquela natureza, para a praça. Após os discursos dos senhores acadêmicos, a multidão de trabalhadores seguiu em passeata pelas ruas de Maceió rumo aos estabelecimentos da imprensa, envolvendo também esse seguimento para o fortalecimento da greve. Na ocasião, mais uma vez, falaram alguns representantes de alguns jornais: pela **A Tribuna**, Rodrigues Melo; pelo **Gutenberg**, Eusébio de Andrade; pelo **Diário Popular**, Virginio de Campos; pelo **Jornal de Alagoas**, Luiz Silveira e pelo **Correio de Maceió**, Costa Bivar.¹³⁶ A matéria do **Gutemberg**, que nos dá notícia de tais fatos, ressalta insistentemente o caráter pacífico dos manifestantes durante a passeata e que foi, inclusive, animada pela banda de música do batalhão da polícia. Ressalta também a solidariedade e simpatia generalizada, tanto em Maceió, quanto em outras localidades do estado. Comenta, também, a circulação de um boato que dizia que os proprietários rurais às margens *Great Western*, prejudicados pela paralisação, não são contrários a arrancar os trilhos em alguns trechos da ferrovia.¹³⁷

Membros da União Operária Alagoana, na noite do dia 14, reuniram-se para prestar solidariedade aos trabalhadores em greve e distribuíram um panfleto incentivando a população a patrocinar a causa dos ferroviários grevistas. Assim, dentre as ações em apoio, saiu às ruas um grupo de pessoas, seguidas pela banda musical do batalhão policial, pedindo auxílio para os grevistas. Após o décimo segundo dia de greve, segundo o documento recebido pela

¹³⁵ MACIEL, 2007, p. 118.

¹³⁶ Ibid., p. 119.

¹³⁷ Ibid., p. 120.

comissão de greve na noite de 24 de janeiro, a *Great Western* cedeu diante da pressão dos trabalhadores. Ocorrendo, no dia seguinte, uma passeata em comemoração à vitória dos grevistas, saindo da estação central daquela empresa, em Maceió, com fogos, banda de música e a fala de vários oradores no trajeto da passeata, que teve seu fim, com as falas de Pedro Nolasco Maciel e Virginio de Campos, dissolvendo-se na sede da União Operária Alagoana.¹³⁸

As notícias do funcionamento de outra organização dos trabalhadores, bem como a falta de notícias acerca da UOA, sugerem a sua desarticulação que, infelizmente, não podemos falar muita coisa. Já no ano de 1912, a partir do seu jornal, **O Sindicato**, tomamos conhecimento da existência do Sindicato Gráfico Alagoano. Embora não tenhamos maiores detalhes sobre esta organização, identificamos alguns aspectos que a diferencia de outras organizações e caracteriza uma penetração das ideias do sindicalismo revolucionário no movimento operário em Alagoas. São esparsas e poucas as informações, podemos dizer que, de certo modo, são superficiais, mas dois pontos indicam essa influência do sindicalismo de resistência. A primeira consiste na estrutura organizacional do Sindicato Gráfico, que escapa ao modelo tradicional de direção verticalizada com presidente, vice-presidente, etc., e adota aquilo que preconiza o sindicalismo revolucionário e estava nas bases de acordo da COB. Assim, os sindicatos deveriam procurar “substituir as suas diretorias por simples comissões administrativas unicamente com delegações de funções”.¹³⁹ O Sindicato Gráfico contava com um comitê executivo, composto pelos militantes Jorge Adalberto Freitas, J. Fernandes Costa, Manoel Rosalvo da Silva, J. Davino da Rocha, Joaquim Carneiro, Bittencourt Filho e Bernardes Junior; com um tesoureiro, Assis Melo; e um secretário geral, Bernardes Junior.

Podemos observar como funcionou na prática essa estrutura organizacional a partir de um documento publicado no jornal do Sindicato Gráfico, “a greve política”, que trata sobre a greve dos trabalhadores gráficos, em 1912, e da intervenção deste sindicato no processo. Ao informar sobre a atuação do sindicato, ao enviar uma carta ao **Jornal de Alagoas** e ao **Correio de Maceió**, enfatiza que a ação do secretário geral, Bernardes Junior, ocorreu com a devida autorização do comitê executivo, dando sinal de um processo horizontalizado de decisão, diferente do que ocorria em organizações nas quais o peso de decisão do presidente era superior ao de outros membros. “Procurando salvaguardar os interesses de sua classe, o secretário geral do Sindicato Gráfico, devidamente autorizado pelo comitê executivo, endereçou aos diretores do Jornal de Alagoas e do Correio de Maceió a carta que” foi transcrita no jornal **O Sindicato**.

¹³⁸ SANT’ANA, 1987. p. 9.

¹³⁹ PINHEIRO; HALL, op. cit., p. 50.

A carta permite que aprofundemos um pouco mais a análise do tipo de organização ao demonstrar que, mesmo estando claro que se trata de um processo horizontal, a decisão não foi um mero acordo de uma cúpula ou do comitê executivo, à revelia da base. Ao contrário, a carta expõe que houve contato com outros membros da categoria, e a procura ocorreu por iniciativa dos trabalhadores da base daquele sindicato. O que evidencia uma atuação efetiva desses trabalhadores de diferentes espaços organizacionais da categoria. Assim, diz a carta:

Ilustrado Sr. Diretor do Correio de Maceió. – Saudações. - O Comitê executivo do “Sindicato Gráfico Alagoano”, sendo consultado pela maioria dos gráficos empregados nas diversas tipografias desta capital, sobre a situação dos operários que deixaram o trabalho pela necessidade da greve geral de todas as classes, durante os dias 11, 12 e 13 do corrente, apela pelo vosso prestígio afim de que sejam pagos integralmente, pelos srs. Proprietários de tipografias, os salários relativamente aos mesmos dias.¹⁴⁰

O segundo ponto desta aproximação com o sindicalismo revolucionário está na propaganda deste sindicalismo no jornal **O Sindicato**, com a veiculação de dois textos. Um deles, “Boicotagem e Label: Sabotagem”, de Emile Pouget,¹⁴¹ explica didaticamente o significado do boicote, do *label* e da sabotagem como estratégias de luta dos trabalhadores, trazendo os seus pontos de convergências e divergências. No caso do boicote e do *label*, o texto diz que, mesmo sendo opostos, “derivam do mesmo princípio de auto emancipação”.¹⁴² Dentre outras coisas, o boicote “é uma espécie de excomunhão lançada contra um industrial ou um comerciante, onde se recomenda aos operários a não se trabalhar para ele [...]”.¹⁴³ É, ainda, “um meio para obrigar o patrão a ceder às reclamações operárias, a Boicotagem é também um meio de defesa para os consumidores[...]”.¹⁴⁴ O *label*, por sua vez, consiste em:

convite feito por uma corporação à massa operária, para que favoreça, sem que isso lhe custe nada a mais do que o esforço de solidariedade realizado, na qualidade de consumidora, os companheiros das corporações indicadas. Isso se faz de maneira muito simples: fortalecendo cada um de casa de comerciantes e industriais que a marca sindical recomenda como respeitadores das condições sindicais.¹⁴⁵

Boicotagem e label opõe-se, como vimos, exatamente porque no boicote os operários e consumidores tanto deixam de trabalhar quanto de consumir naqueles estabelecimentos que

¹⁴⁰ -s/a. A greve política. **O Sindicato**, Maceió, 01 de abril de 1912. Nº 2, p. 2.

¹⁴¹ EMILE POUGET. Boicotagem e label: sabotagem. **O Sindicato**, Maceió. 01 de abril de 1912. Nº 2, p 2.

¹⁴² Ibid.

¹⁴³ Ibid.

¹⁴⁴ Ibid.

¹⁴⁵ Ibid.

estão na mira dos operários por qualquer questão que fira os direitos da classe trabalhadora. Já no *label*, há o acordo para a contratação de trabalhadores, na indústria ou no comércio que atendam e respeitem as condições preconizadas pelos sindicatos. É, também, incentivado o consumo pelos trabalhadores, nos estabelecimentos que atendem aos interesses sindicais, sendo impressa nos seus produtos uma marca sindical, que comprava a sua aprovação. Deste modo, mesmo que o *label* não se constitua como uma manifestação revolucionária, ele e o boicote derivam do mesmo princípio: “os trabalhadores lutando e se defendendo diretamente do capitalismo, contando com as próprias forças, sem procurarem protetores de fora”.¹⁴⁶

Sobre a aplicação da terceira tática, a sabotagem, ela busca ferir “o patrão em pleno coração, isto é, no cofre forte”.¹⁴⁷ Ela é efetuada algumas “vezes pela lentidão no trabalho, outras pelo mau acabamento da obra; por vezes mesmo, ataca os instrumentos de produção”.¹⁴⁸ No comércio, a sua aplicação tem suas peculiaridades, como os desperdícios de produtos ou o mau atendimento aos clientes para que ele não consuma no estabelecimento. A sabotagem, esclarece, consiste, em muitos casos, em uma atitude individual que fortalece a ação coletiva.

O outro, um longo texto, “A ação direta”, de M. Pierrot,¹⁴⁹ é muito interessante, pois define de maneira bastante esclarecedora e contundente a estratégia da ação direta. Desta maneira, vemos que havia no meio operário alagoano, debates de prática e teoria acerca de táticas e estratégias como a ação direta. Segundo o artigo, foi a partir das experiências, às suas próprias custas, que os trabalhadores perceberam que não era proveitoso a atuação ligada a patrões e governantes, tirando, assim, “a conclusão de que o melhor era tratarem eles próprios de suas coisas”.¹⁵⁰ Nascendo daí a tática da ação direta, segundo o texto, um termo novo para uma ideia antiga. Embora se tratasse de uma ideia velha, era necessária à sua sistematização, “caracterizar nitidamente essa tática, a fim de a contrapor à dos reformistas legalitários”.¹⁵¹ A ação direta era a expressão da revolta operária contra a exploração e a opressão do capitalismo e se dava, em primeiro lugar, na luta cotidiana, nas reivindicações das necessidades urgentes. Diante de inúmeros conflitos cotidianos, as formas de defesas dos operários deveriam também ser múltiplas e, assim, tem-se um leque de táticas empregadas pelos operários: greve, boicote, sabotagem, entre outras.

¹⁴⁶ Ibid.

¹⁴⁷ Ibid.

¹⁴⁸ Ibid.

¹⁴⁹ M. PIERROT. A ação direta. **O Sindicato**, Maceió, 01 de abril de 1912. Nº 2, p. 3-4.

¹⁵⁰ Ibid.

¹⁵¹ Ibid.

O artigo M. Pierrot, ainda, fala da importância da greve também para propagandear e conscientizar os trabalhadores menos ativos. E, citando Pouget, diz que “mesmo no caso de derrota operária, a greve tem muitas vezes resultado material positivo”.¹⁵² Acrescenta que, se não fosse as greves ou movimentos parciais de revolta, a situação dos trabalhadores estaria pior. Embora reconheça que é imprescindível para um movimento de revolta as ações enérgicas, reconhece que se deve tomar cuidado quando as forças de repressão e que em alguns casos deve se pensar em outras táticas para auxiliar ou substituir a greve. Ainda assim, “é forçoso que os mais enérgicos e audaciosos paguem com o seu corpo, ponham de lado os regulamentos e as leis [...]. Nunca se conseguiu nada com o que muito bem poderíamos chamar de greves de resignação”.¹⁵³ As greves não podem ser movimentos calmos e, para que tenha mais chance de triunfar, é necessário apressar o movimento. As greves são utilizadas mesmo antes de serem legais e, mesmo em um cenário de legalidade, o sistema busca de muitas formas atacar a greve. Desta forma, para “exercer pressão no patronato, a ação direta emprega todos os meios, sejam eles legais ou ilegais”.¹⁵⁴ Ou seja, “servindo-se de uns meios a ação direta não exclui outros”.¹⁵⁵ O exercício pedagógico proporcionado pela ação direta é destacado ao afirmar que ela “dá aos trabalhadores mais confiança nas próprias forças e nos próprios meios de ação, enche-os de ousadia, desembaraçando-os de todos preconceitos morais, patrióticos, legais e parlamentares”.¹⁵⁶

Por fim, é exposto um ponto caro às estratégias e às táticas do sindicalismo revolucionário e da ação direta. Chama a atenção para a necessidade de:

não esquecer, porém, que a ação direta se exerce, na sociedade atual, para as reivindicações precisas à satisfação das mais instantes necessidades materiais e morais. Os operários são obrigados a apresentar suas reivindicações aos patrões a discutir com eles, e, a mais das vezes, o conflito termina por uma transação. Nem poderiam proceder de outra forma, a não ser que fizessem a revolução.¹⁵⁷

O posicionamento do sindicalismo revolucionário desenvolvido pelos trabalhadores em Alagoas se encaixa perfeitamente nessa posição que o texto expõe. Essa atuação pontual se trata de uma ginástica revolucionária, exercida pelos trabalhadores, pelos seus próprios meios, alcançar os objetivos urgentes. Há aí uma contraposição, no caso do Brasil, aos legalistas,

¹⁵² Ibid.

¹⁵³ Ibid.

¹⁵⁴ Ibid.

¹⁵⁵ Ibid.

¹⁵⁶ Ibid.

¹⁵⁷ Ibid.

contrários às ações que preconizassem a subversão da ordem vigente e da corrente anarquista contrária à atuação nos sindicatos e às lutas de curto prazo.

Como podemos ver, há, minimamente presente no movimento operário alagoano, a ideia de sindicalismo revolucionário, neste caso, no Sindicato Gráfico Alagoano. E será esta organização, junto a outros sindicatos e militantes, que, no cenário de rearticulação da Confederação Operaria Brasileira, a partir de 1912, fundará a Federação Operária de Alagoas, em 1913. Será este o tema do nosso próximo capítulo.

2. “TRATEMOS NÓS MESMOS DOS NOSSOS INTERESSES, FAÇAMOS NÓS MESMOS A NOSSA EMANCIPAÇÃO”: O SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO NA FEDERAÇÃO OPERÁRIA DE ALAGOAS (1913-1915)

Entre 1913 e 1915, com a fundação da Federação Operária de Alagoas (FOA) e sua adesão à Confederação Operária Brasileira (COB), a atuação dos trabalhadores organizados na Federação, se deu de maneira mais acentuada, principalmente a partir da estratégia do sindicalismo revolucionário e do princípio da ação direta. A retomada das atividades da COB alavancou um projeto de construção em âmbito nacional de uma organização sindicalista revolucionária que tinha como base os princípios aprovados no congresso de 1906, o qual adotara o modelo de sindicalismo da *Confédération Générale du Travail* (CGT) francesa, e que foram reafirmados no II Congresso Operário Brasileiro, em setembro de 1913. Portanto, a formação da FOA se deu nesse contexto de rearticulação da COB e de propaganda nacional do sindicalismo revolucionário. Seguindo o critério de “neutralidade” política e religiosa, própria desta modalidade de sindicalismo, os trabalhadores que iriam fazer parte da Federação, desta maneira, seriam aderentes de correntes político-ideológicas já conhecidas no movimento operário em Alagoas, como os anarquistas e os socialistas, mas, ainda, fizeram parte os sindicalistas. Certamente, também houve a participação de trabalhadores sem uma inclinação política definida *a priori*. Por sua vez, essa “neutralidade” não significou a ausência de correlações de forças e disputas internas, o que também pode ser observado em outras pesquisas sobre a experiência do sindicalismo revolucionário em outras localidades. Tampouco, a esse respeito, devemos pensar em um entendimento homogêneo e uma única intenção sobre a ideia de sindicalismo revolucionário e de ação direta. Destes trabalhadores, chamamos a atenção, principalmente, para ação dos anarquistas.

Assim, este capítulo propõe articular algumas questões: o que pretendia a FOA e qual o significado da sua relação com a COB? Como as correntes políticas em seu interior entendiam a ação direta e o sindicalismo revolucionário e, em que medida, se deram os conflitos neste espaço? Como atuaram os anarquistas na Federação? São algumas das questões formuladas. Aqui, portanto, trataremos da formação e atuação da Federação Operária de Alagoas, sua relação com a COB, abordando episódios de sua militância e suas ações: a participação no II Congresso Operário Brasileiro, Alagoas no mapa de “excursão” de propaganda da COB, a participação da FOA nas greves das categorias dos trabalhadores da indústria têxtil, como das fábricas de Cachoeira e Rio Largo, a formação de novos sindicatos, a publicação de jornais, entre outros. Buscaremos, ainda, identificar as distintas correntes político-ideológicas presentes

na Federação e entender como o sindicalismo revolucionário foi pensado e articulado pelos trabalhadores anarquistas e não-anarquistas em Alagoas. Abordaremos os debates em torno das comemorações do Dia Internacional dos Trabalhadores, o 1º de Maio, destacando a perspectiva que a partir do significado desta data buscou reafirmar uma identidade de classe, combativa, autônoma e independente. Por fim, analisaremos a militância dos anarquistas na FOA, observando a sua articulação translocal e internacionalista em torno do Congresso Anarquista Sul-americano (1915) e do Congresso Internacional da Paz (1915). Com isso, buscaremos explicitar os métodos de ação utilizados pelos anarquistas, sua consolidação naquele momento no movimento operário de Alagoas, a identificação dos agentes anarquistas e a participação de uma rede nacional de militantes.

2.1 Entre o “Amazonas e o Prata”, Alagoas: organização e espraiamento do sindicalismo revolucionário.

É no contexto de rearticulação da Confederação Operária Brasileira que será fundada, por iniciativa das associações da classe trabalhadora de Alagoas, como o Sindicato dos Gráficos, o Sindicato dos Alfaiates, o Sindicato dos Marceneiros, o Sindicato dos Sapateiros, assim como de outros militantes alagoanos, a Federação Operária de Alagoas. O processo de reativação da COB teve início em 1912 a partir da inquietação de alguns trabalhadores diante da “permanência num estado de letargia, profundo sono”,¹⁵⁸ pelo qual passavam as lutas e organizações do operariado no Brasil. Na visão desses trabalhadores, a situação foi encarada, ao mesmo tempo, como um fenômeno natural e passageiro em que a classe trabalhadora renovaria as suas energias e retomaria a luta. Entretanto, a retomada, por um caminho determinado, seria fruto da agência dos sujeitos da classe, e não como algo fadado a acontecer por si só.¹⁵⁹

Após uma sessão da Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), a quem competia a reorganização da COB, a partir da solicitação de várias associações de classe locais do Rio de Janeiro, nomeou-se uma comissão interina organizadora com a finalidade de iniciar os trabalhos

¹⁵⁸ -s/a. Em torno do ideal: Confederação operária Brasileira- as adesões- o 2º congresso. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 01 de janeiro de 1913. Nº 22, p. 3 e 4.

¹⁵⁹ “A Apatia, o esmorecimento são fenômenos naturais da organização atual. Querem apenas dizer, que o operariado lutea alguma-couza e se prepara para renovar a investida. Em cada trégua, necessárias para adquirir novas energias, está também implantado um marco [...]. E foi justamente depois de transposto esse lapso de tempo, em que as forças estavam dispersas, que os elementos conscientes, dispostos a trabalhar se congregaram num único pensamento, para continuarem a obra iniciada.” -s/a. Em torno do ideal: Confederação operária Brasileira- as adesões- o 2º congresso. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 01 de janeiro de 1913, Nº 22, p. 3 e 4.

de rearticulação. A distribuição de uma primeira circular, em 05 de outubro de 1912, inauguraria as tarefas daquela comissão. Com a recomposição da Confederação, pretendida para o dia 1º de janeiro de 1913, voltava para a atividade o seu jornal, *A Voz do Trabalhador*. Havia também a expectativa de realização, ainda naquele ano, do Segundo Congresso Operário Brasileiro. A ideia de realização desse congresso exerceu uma função precípua para a retomada da Confederação. “Pode dizer-se que a Confederação Operária Brasileira renasceu dessa necessidade”¹⁶⁰ de realização do Segundo Congresso. Este intento estava explícito na primeira circular que iniciava da seguinte forma:

A Federação Operária do Rio de Janeiro, de acordo com diversas federações e associações de classe do interior, nomeou a comissão reorganizadora da Confederação Operária Brasileira, a fim de dar princípio aos trabalhos para a realização, nesta capital, do Segundo Congresso Operário Brasileiro.¹⁶¹

Outro fator que também influenciou para a retomada da COB foi a articulação dos reformistas e a realização do IV Congresso Operário Brasileiro, conhecido como o “Congresso-pelego” ou dos “amarelos”.¹⁶² Consta na 2ª circular expedida pela comissão provisória da COB e reproduzida na íntegra em *A Voz do Trabalhador*, um alerta aos companheiros sobre a tentativa, por parte de um grupo, de conduzir os operários à estratégia partidária parlamentarista, havendo assim, a necessidade da enérgica ação por parte do sindicalismo de ação direta. Dizia a circular: “mais do que nunca a nossa atividade de ação contínua e consciente se tornou imprescindível, quando observamos [...] um grupo que [...] não se peja de tentar conduzir operários [...] à política de partido”.¹⁶³ Em novembro de 1912, no referido congresso, onde, segundo Oliveira, os “elementos revolucionários não eram bem vindos”, realizado na sede do Senado Federal, a programação anunciava a criação de um “Partido Operário e de uma nova central, a Confederação Brasileira do Trabalho (CBT)”.¹⁶⁴

Por sua vez, atendendo ao chamamento da comissão provisória para rearticulação da COB, muitas organizações operárias responderam às circulares se prontificando de imediato a

¹⁶⁰ PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michel. *A Classe Operária no Brasil 1889 – 1930: documentos: volume 1- o Movimento Operário*. – São Paulo: EDITORA ALFA-OMEGA, 1979. p.173.

¹⁶¹ Primeira Circular *apud* PINHEIRO; HALL, op. cit., pp. 172-173.

¹⁶² FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920*. 2ª ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2016. p. 72. OLIVEIRA, Tiago Bernardon. *Anarquismo e revolução: militância anarquista e a estratégia do sindicalismo revolucionário no Brasil da Primeira República*. In SANTOS, Kauan Willian, SILVA, Rafael Viana (organizadores). *História do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil: novas perspectivas*. -1ª.ed. - Curitiba: Editora Prismas, 2018. p. 219.

¹⁶³ -s/a. Em torno do ideal: Confederação operária Brasileira- as adesões- o 2º congresso, *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 01 de janeiro de 1913. Nº 22, p. 3 e 4.

¹⁶⁴ OLIVEIRA, op. cit., p. 219.

aderir à Confederação e nomearam, assim, seus delegados.¹⁶⁵ Além dessas, outras organizações que não se associaram naquele momento, também responderam às circulares¹⁶⁶. Dentre estas organizações não associadas se encontrava o Sindicato Gráfico Alagoano. Este sindicato seguia em atividade em Alagoas e movimentou uma greve de sua categoria em 1912, demonstrando a atuação do movimento operário em Alagoas no período em que a COB se encontrava dispersa.

As trocas de correspondências e as notícias das articulações entre as associações de classe e a comissão foram divulgadas em **A Voz do Trabalhador**, que retomou suas atividades com a publicação de um número em 1º primeiro de janeiro de 1913. Como mencionamos, a primeira organização alagoana a se corresponder foi o Sindicato Gráfico Alagoano, seguido pelo Sindicato dos Sapateiros, pelo Sindicato dos Alfaiates e pelo Sindicato dos Marceneiros. Nessa fase inicial, além das organizações, também estabeleceram comunicação com a COB os militantes Leopoldo Pereira, para tratar de uma subscrição para o jornal da Confederação, e o anarquista Vicente de Moura, que, a partir do que havia enviado em sua missiva, foi incentivado a não desanimar e a crer na “grandeza do nosso ideal”.¹⁶⁷ A correspondência entre este último e a COB seria recorrente.

De fins de 1912 a maio de 1913, entre as comunicações com a Confederação, as articulações e discussões locais, engrossaria o caldo que culminaria na formação da Federação em Alagoas. A solenidade de fundação da FOA ocorreu em uma data simbólica para os trabalhadores, o 1º de Maio, em 1913, onde seria a sua primeira sede, o sobrado da Rua da Alfandega, nº 63, no Jaraguá.¹⁶⁸ Segundo Maciel, dos quatro bairros existentes em Maceió no

¹⁶⁵ “Respondendo às circulares expedidas a todas as sociedades operárias e aderindo à Confederação nomearam já seus delegados para a Comissão Confederal as seguintes associações: Círculo Operário Fluminense, Niterói; União Operária de Cravinhos, União Operária de Sorocaba, União Operária Beneficente de Franca, São Paulo; Federação Operária do Rio Grande do Sul, com as suas federadas; Federação Independente, desta capital, Federação Operária do Rio de Janeiro, com suas respectivas federadas e a Sociedade Beneficente Vila Rafard, de S. Paulo”. –s/a. Em torno do ideal: Confederação operária Brasileira- as adesões- o 2º Congresso. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 01 de janeiro de 1913. Nº 22, p. 3 e 4.

¹⁶⁶ “Além das associações acima mencionadas responderam às circulares enviadas as seguintes associações, que em breve estarão também confederadas: Sociedade B. e Progresso dos Operários em Fábrica de Tecidos, desta capital; Liga Operária de Pelotas, R. G. do Sul; Sindicato Gráfico Alagoano, Estado de Alagoas; União Gráfica, S. Operária B. União e Trabalho, Guaratinguetá, S. Paulo; Centro H. Ciência, Amor e Liberdade, Belém, Pará, além de muitas outras que mencionaremos no próximo número”. –s/a. Em torno do ideal: Confederação operária Brasileira- as adesões- o 2º Congresso. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 01 de janeiro de 1913. Nº 22, p. 3 e 4.

¹⁶⁷ No nº 24, de 01 de fevereiro de 1913, de **A Voz do Trabalhador**, o terceiro número desta segunda fase, no espaço Canhenho Associativo, na página quatro há as respostas às cartas de Vicente de Moura que, até aquele momento havia enviado duas. Pelo teor das respostas, supomos que suas missivas trataram da preocupação de Vicente acerca de possíveis problemas do movimento em Alagoas.

¹⁶⁸ Ao longo da sua trajetória a FOA teve mais duas sedes. Anunciada em **A Voz do Trabalhador** de 15 de dezembro de 1913 a Federação havia mudado para uma nova sede na rua do livramento nº30, “afim de se poderem desenvolver mais amplamente os sindicatos a ela federados”; e em 07 de abril de 1915, na coluna associações proletárias, aparece no anúncio o endereço da federação na Rua Barão de Anadia, no nº 21.

início do século XX, o Jaraguá era um dos três localizados na parte baixa da cidade. Este que é um bairro portuário, era um forte reduto dos trabalhadores subalternos, abrigava todos os ramos de trabalho ligados ao Porto de Jaraguá como os trapicheiros, os estivadores, os carroceiros e os doqueiros. Devido ao sistema de trabalho tradicional deste período, o *free call* ou *shape up*, que no Brasil ficou conhecido como parede, o bairro recebia um fluxo diário de inúmeros candidatos em busca de trabalho, bem como, obrigava alguns a morar próximo ao Porto.¹⁶⁹

Essa região da cidade também concentrava trabalhadoras que não estavam ligadas diretamente à atividade portuária. Como demonstra a historiadora Sandra Sena, além “dos trabalhadores que desenvolviam atividades no porto de Jaraguá, [...] diversas trabalhadoras, recém libertas da escravidão”,¹⁷⁰ buscaram tirar o seu sustento através da comercialização de algumas mercadorias no entorno do bairro. Deste modo, o primeiro sindicato a se filiar à FOA após a sua fundação, em agosto de 1913, estava ligado ao Porto de Jaraguá, o Sindicato dos Estivadores.

A FOA, em 1913, contava com 422 trabalhadores associados.¹⁷¹ Além dos 150 membros do Sindicato dos Estivadores, o Sindicato dos Gráficos contava com 102 membros; o Sindicato dos Alfaiates com 35 membros; o Sindicato dos Sapateiros com 80 membros; o Sindicato dos Marceneiros com 28 membros; e o Sindicato de Ofícios Vários com 27 membros. Embora constasse no relatório da FOA para o Segundo Congresso Operário Brasileiro a informação de que o Sindicato Operário de Ofícios Vários estaria “em formação, devendo ficar definitivamente instalado”¹⁷² por aqueles dias, apenas um ano depois, em 10 de setembro de 1914, seria anunciada a sua fundação de fato. Sobre a formação dos Sindicatos Operários de Ofícios Vários, a indicação da COB, saída do Primeiro Congresso de 1906, previa que se daria apenas em “último caso e com o fim de facilitar e provocar a formação das outras associações de resistência”.¹⁷³

Sobre a estrutura organizativa a COB destacava que “o sindicato é a coesão de operários que se unem para ação contra o capital e que, portanto, essa ação deve ser de todos, pois, do contrário, seria insubsistente; e que as delegações de poder e mando levam os operários à

¹⁶⁹ MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. **Trabalhadores, identidade de classe e socialismo**: os gráficos de Maceió (1895-1905). Maceió: Edufal, 2009. p. 51-52.

¹⁷⁰ SENA, Sandra Catarina de. **“São quase todos pretos”**: cotidiano e experiência da classe trabalhadora em Maceió pós abolição. 88f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió. 2019. p. 71.

¹⁷¹ VIRGINIO DE CAMPOS. Relatório da Federação Operária de Alagoas para o Segundo Congresso Operário Brasileiro. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 01 de maio de 1914. Nº 53-54, p. 3.

¹⁷² Idem.

¹⁷³ Resoluções do I Congresso Operário Brasileiro *apud* PINHEIRO e HALL, op. cit., p. 48.

obediência passiva e prejudicial nas lutas operárias”,¹⁷⁴ assim, os sindicatos deveriam substituir as diretorias (presidentes e comissões diretivas) por comissões administrativas com delegação das suas funções. Deste modo, a FOA formou sua estrutura organizativa com as seguintes instâncias: o Comitê Executivo, do qual fazia parte Flaviano Domingues Moreira,¹⁷⁵ José Grevy, Epaminondas Leite, Leopoldo Pereira e Virgínio de Campos; o Comitê Síndico, em que estavam Gracindo Silva, Vicente de Moura, Firmino França, Olympio Santana e José Gomes de Mendonça; o Comitê de Propaganda, composto por Delorizano Moraes, Mário Wanderley, Jayme D’altavila, Antônio da Silva Duarte e Bernardes Junior; o Comitê Federativo com Jorge Freitas, Oscar de Barros, Benedito Angelo, Manoel Silvino e Gualter Medeiros; e ainda, a Secretaria Geral tendo como secretário Bernardes Junior e auxiliar, Oscar Colombo; a Tesouraria que foi ocupada por Manuel Santana Sobrinho e, por fim, a Secretaria do Comitê Executivo, sendo o secretário José Vitorino da Costa e o auxiliar, J. Domingues Moreira.¹⁷⁶

Pouco se sabe sobre a maioria destes trabalhadores. Além dos nomes dos participantes das instâncias da FOA, de alguns poucos, sabemos suas profissões. Há um pouco mais de informação sobre militantes que atuaram em outro momento no movimento operário em Alagoas, aqueles relacionados à participação no Centro Proletário Alagoano e na União Operária de Alagoas como os socialistas José Grevy, Virgínio de Campos e Jayme Daltavilla e os anarquistas Vicente de Moura, Pedro Codá e Olympio Santana. Talvez seja esse o “denodado punhado de lutadores” que **A Voz do Trabalhador** menciona, ou ainda, um número menor entre aqueles nomes.

A despeito da composição exclusivamente masculina das instâncias da Federação, como podemos perceber, o movimento operário de Alagoas era diversificado e as mulheres estiveram presentes nos postos de trabalho e nas lutas, embora, ausentes da historiografia.¹⁷⁷ Segundo Marcelino, as “notícias sobre abusos sofridos pelos trabalhadores e os valores dos maus salários circulavam aos quatro cantos pela imprensa e por cartas”.¹⁷⁸ Os trabalhadores de Alagoas, por sua vez, fizeram suas denúncias nas páginas de **A Voz do Trabalhador** como forma de resistência diante da opressão dos patrões. A esse respeito, foi lançado um “manifesto” ou

¹⁷⁴ Ibid., p.50.

¹⁷⁵ Como são escassas, muitas vezes, as informações sobre a grande maioria desses trabalhadores, escolhemos informar tudo que possamos detectar sobre os mesmos, ainda que não esteja relacionado diretamente ao contexto da nossa abordagem. Assim, anunciamos que encontramos informações sobre Flaviano Domingues Moreira, em 1920, atuando na entidade Monte Pio dos artistas no Sul da Bahia, na cidade de Itabuna. Ver (CARVALHO, 2014).

¹⁷⁶ -s/a. Pelo mundo proletário. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 01 de junho de 1913. Nº 32, p. 3.

¹⁷⁷ Destacamos, para Alagoas, o artigo de Luiz Sávio de Almeida, “Breve reflexão sobre a mulher na indústria têxtil: Alagoas – 1920”, na sua obra utilizada nesta pesquisa.

¹⁷⁸ MARCELINO, Danilo Rosa. **Ação direta: a via para transformação social**. 165f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2018. p. 57.

“boletim”¹⁷⁹ onde os operários denunciaram as deploráveis condições de trabalho, os abusos e as violências sofridas nas fábricas de Cachoeira e Rio Largo, revelando a experiência de muitas trabalhadoras naqueles locais. Ali, segundo o boletim, o operariado apanhava de “chibata” e palmatória quando reclamava os seus direitos. Assim, a operária Amélia Tenório sofreu uma surra de “chibata” do gerente e, na mesma ocasião, perdeu a mãe também vítima de uma surra, motivada pelo simples pedido de que a filha não fosse agredida. A fibra de Felizbela Conceição, operária viúva que trabalhava com quatro filhos e, diante da perseguição aos seus dois filhos, “coagidos a deixar a fábrica e ameaçados de surra e cadeia”,¹⁸⁰ insistiu em continuar trabalhando na mesma fábrica junto com as duas filhas menores para garantir o seu sustento. A exploração e o roubo sofrido pela trabalhadora Augusta Roza, que ganhou 4\$100 (4 mil e 100 réis) e teve 1\$500 (1 mil e 500 réis) abatido do aluguel semanal da casa, sendo obrigada a se manter com 2\$600 (2 mil e 600 réis); pela operária Joana que em uma semana, trabalhando das 6 da manhã às 20 horas, 14 horas diárias, recebeu a quantia de 3\$600 (3 mil e 600 réis) e teve abatido 1\$500 (1 mil e 500 réis) da casa, ficando apenas com 2\$100 (2 mil e 100 réis); e a operária Tereza que trabalhou a semana inteira para receber apenas 2\$160 (2 mil e 160 réis) sofrendo ainda o desconto de 1\$500 (1 mil e 500 réis) da casa, ficou com míseros 660 réis para sustentar as filhas. E ainda, as operárias Cícera Maria e Joelzinha Oliveira, com os salários de fome, ganharam em uma semana, respectivamente, 1\$ e 1\$500, para uma jornada de trabalho de 14 horas, das 6 da manhã às 20 horas.¹⁸¹

Essas experiências demonstram que as operárias estavam presentes como sujeitos no contexto de luta, seja na própria atividade de laborar, reivindicar os seus direitos ou militar contra a exploração e opressão, desconstruindo a ideia de um movimento operário estritamente masculino, embora a sua aparição não seja frequente nas instâncias das organizações de classe. A este respeito Cláudio Batalha demonstra que:

a mão-de-obra feminina foi muito significativa em ramos como o têxtil e o de vestuário, chegando a ser majoritário em alguns lugares. [...] o que é importante ressaltar é que o peso do trabalho feminino esteve sub-representado na face mais visível da classe operária – suas organizações. Inclusive nas organizações de setores que contavam com a presença significativa e até majoritária de mulheres, como nas associações de trabalhadores têxteis, elas estavam quase que invariavelmente ausentes dos quadros diretores.¹⁸²

¹⁷⁹ Este manifesto, como o denomina a redação de **A Voz do Trabalhador**, ou boletim, como é chamado por aqueles trabalhadores que o escreveram, foi veiculado neste jornal, na edição de 15 de novembro de 1913, p. 4.

¹⁸⁰ -s/a. Pelo Mundo Proletário. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1913, Nº 43, p. 4.

¹⁸¹ -s/a. Pelo Mundo Proletário. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1913, Nº 43, p. 4.

¹⁸² BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projeto de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (organizadores). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente**,

No caso da FOA, em momento algum aparecem. Deste modo, a categoria das trabalhadoras das fábricas têxteis de Cachoeira e Rio Largo se filiou à Federação, no entanto, os membros indicados como delegados e representantes foram todos homens.

Em anos anteriores, como foi tratado, houve na União Operária de Alagoas uma seção feminina, da qual fazia parte, entre outras mulheres, Isaura Lemos. O jornal **O Rebate** publicou na edição de 1º de maio de 1915, um curto, porém, importante texto desta militante, “Aos heróis de 87”, datado de 11 de novembro de 1905. Neste artigo, a autora aborda os episódios das execuções dos trabalhadores na greve de Chicago, que deram origem ao Dia do Trabalhador, ressaltando o dia 11 de novembro de 1887, dia da execução dos operários anarquistas que ficaram conhecidos como os Mártires de Chicago. Saúda, na ocasião, suas “dignas companheiras do universo”.¹⁸³ José Elias da Silva, delegado da COB, em sua passagem por Pernambuco, nas visitas de propaganda em 1914, relatou que no “dia 31 teve lugar às 20 horas outra conferência na sede da Liga P. dos T. em F. de F. e T. de Torre,¹⁸⁴ imensamente concorrida por operários em sua maioria tecelões em que o elemento feminino predominava escutando com especial interesse a oração do conferencista”.¹⁸⁵ A historiadora Samantha Colhado Mendes, ao tratar da experiência das anarquistas em São Paulo, na Primeira República, apresenta a sua importantíssima participação, destaca que essas mulheres já vinham problematizando a condição de inferioridade imposta pelos seus companheiros, enfrentada no âmago do próprio movimento dos oprimidos. Assim denunciavam “a soberania masculina, mesmo nos meios operários, ao discorrerem sobre o egoísmo masculino, que colocava a mulher em uma posição de inferioridade”.¹⁸⁶ Como obra das próprias mulheres, segundo a historiadora, “com base no sindicalismo revolucionário com influência determinante do anarquismo” as militantes “organizaram suas uniões, ligas e sindicatos por ofícios ou ‘núcleos femininos’”. Como observamos sobre a COB e a FOA, nestas organizações não “havia presidentes ou hierarquias, nem autoridade, mas sim comissões executivas com rotatividade de membros, geralmente secretário, tesoureiro, revisor de contas e vogais eleitos em assembleia e com votos deliberativos”.¹⁸⁷

da Proclamação da República à Revolução de 1930. Livro 1. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 165.

¹⁸³ ISAURA LEMOS. Aos heróis de 87. **O Rebate**, Maceió, 01 de maio de 1915, Nº 01, p.2.

¹⁸⁴ Liga Protetora dos Trabalhadores em Fábricas de Fiação e Tecidos de Torre.

¹⁸⁵ -s/a. Excursões de propaganda. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 20 de junho de 1914, Nº 57, p. 1 e 2.

¹⁸⁶ MENDES, Samanta Colhado. Anarquismo e feminismo: as mulheres libertárias no Brasil (1900-1930). In SANTOS, Kauan Willian, SILVA, Rafael Viana (organizadores). **História do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil: novas perspectivas**. (-1ª.ed.) - Curitiba: Editora Prismas, 2018. p. 186.

¹⁸⁷ Ibid., pp. 180-181.

Embora seja traçado, como observamos, um modo diferente do tradicional para a organização dos trabalhadores, a horizontalidade e o federalismo, não significam de maneira nenhuma o abandono ou recusa da organização. Sendo assim, ao tratar sobre os dispositivos, como estatutos e regulamentos, a COB, a partir do seu II Congresso:

aconselha vivamente aos trabalhadores do Brasil a abolirem das suas sociedades de resistência os estatutos ou regulamentos calcados em formulas burocráticas e coercitivas, e restringi-los exclusivamente a simples normas administrativas, despidas de qualquer determinação que fira a autonomia individual dos associados ou que conceda atribuições de mando a qualquer deles.¹⁸⁸

Antes da aprovação desta resolução no Congresso, em setembro, os estatutos da FOA foram aprovados em 29 de junho de 1913. Estes foram extraídos dos estatutos da Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), enviados pela COB como norma. Para atender às especificidades da Federação alagoana o documento sofreu imprescindíveis alterações. Deste modo, adepta do sindicalismo revolucionário, a FOA propunha como “método de luta a ação direta, estando de acordo com a Confederação Operária Brasileira”¹⁸⁹ que indicava que “o proletariado economicamente organizado, independente dos partidos políticos, só pode, como tal, lançar mãos de meios de ação que lhe sejam próprios, [...] tais como a greve geral ou parcial, a boicotagem, a sabotagem, o label, as manifestações públicas, etc.”.¹⁹⁰ No campo da estratégia de luta o formato de organização proposta pelo sindicalismo revolucionário para a classe trabalhadora, estava em oposição às organizações mutualistas e beneficentes e das organizações de trabalhadores com fins eleitorais para ocupar postos no parlamento. O comentário do operário pernambucano Eufrozino Manuel Carneiro define bem como entendemos o que seria a COB. Para ela, seria “o que se chama de organização sindicalista revolucionária, cuja tática de luta se denomina ‘ação direta’, quer dizer, ação do trabalhador pelo próprio trabalhador, independente de intermediários, de religião e de política”.¹⁹¹ Estava fundamentada no modelo do sindicalismo revolucionário da *Confédération Générale du Travail* (CGT) francesa e, ficou conhecido aqui também como organização de resistência, sindicato de resistência, ou apenas sindicalismo. As decisões do Primeiro Congresso e a inclinação ao sindicalismo revolucionário serão reafirmadas e aperfeiçoadas no Segundo Congresso da COB.

¹⁸⁸ -s/a. As Resoluções do Segundo Congresso. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 01 de outubro de 1913, Nº 39-40, p. 2-4.

¹⁸⁹ -s/a. Pelo mundo proletário. **A Voz do Trabalhador**, 15 de junho 1913, Nº 33, p.3.

¹⁹⁰ Resolução do Primeiro Congresso Operário Brasileiro *apud* PINHEIRO e HALL, op. cit., p. 51.

¹⁹¹ EUFROZINO MANUEL CARNEIRO. Sobre as excursões de José Elias. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 20 de julho de 1914, Nº 59, p. 1-2.

O II Congresso Operário Brasileiro, a exemplo do Primeiro, também foi realizado no Rio de Janeiro, desta vez no centro Cosmopolita, entre os dias 8 e 13 de setembro de 1913. Reuniu, durante os seis dias de debates, 59 associações (duas federações estaduais, cinco federações locais e 52 sindicatos, sociedades, centros ou ligas), quatro jornais e delegados de organizações da região da Prata, Uruguai e Argentina. Os debates se deram em torno de 24 temas e foram aprovadas quatro moções de solidariedade para os trabalhadores do México, para a Confederação Geral do Trabalho e para os trabalhadores sindicalistas de Portugal, Trabalhadores de Portugal e Trabalhadores da Espanha. As 59 associações indicaram 117 delegados para o Congresso e para as associações que não conseguiram enviar seus delegados, foram indicados, pela Comissão Especial organizadora, outros trabalhadores para representarem as entidades que não conseguiram mandar delegados próprios. O envio de delegados, embora observada as dificuldades pecuniárias, foi reiteradas vezes incentivado, ressaltando a relevância das associações em mandar delegados próprios e que esta seria uma das maiores vantagens a se tirar. Considerando o anúncio da 5ª Circular, da qual parte foi publicada em **A Voz do Trabalhador**, de 15 de junho de 1913, sobre a questão, dizia que seria “necessário que nos conheçamos pessoalmente, os que, espalhados por este vasto país, trabalhamos pela nossa emancipação, pela emancipação do proletariado”.¹⁹²

Para as organizações de Alagoas que não conseguiram enviar delegados próprios, foram indicados pela comissão os delegados Natale Muratori e Zenon de Almeida para o Sindicato dos Sapateiros, Tomaz de Aquino para o Sindicato dos Alfaiates, Manuel Ferreira dos Santos e Jaime de Oliveira para o Sindicato dos Marceneiros, Luiz Gonzaga para o Sindicato dos Estivadores e Honoré Cémeli para o Sindicato dos Gráficos, este acabou não participando das sessões do congresso. Como delegados próprios da FOA foram indicados o gráfico socialista Virgínio de Campos e o anarquista gaúcho, Cecílio Vilar. Ao retornar à Alagoas houve uma recepção ao delegado Virgínio de Campos reverberando na imprensa diária como o jornal alagoano **Correio de Maceió**. Na ocasião ocorreu uma atividade na sede da FOA com grande participação do povo e das associações, na ocasião falaram vários trabalhadores como o secretário da Federação Bernardes Junior, e outros militantes como Flaviano Domingues, Bitencourt Filho, Jorge Freitas, Vicente de Moura, Antônio de Albuquerque, João Mendonça e Olympio Santana. Virgínio de Campos finalizou o encontro falando sobre o congresso e suas pautas.

¹⁹² Quinta Circular para o Segundo Congresso Operário Brasileiro. *Apud*: PINHEIRO e HALL, op. cit., p.175.

Das pautas, os seis primeiros temas debatidos no II Congresso Operário Brasileiro já haviam sido discutidos no Congresso de 1906, sendo suas resoluções ratificadas. Esses temas foram os seguintes:

A sociedade operaria deve aderir a uma política de partido ou conservar sua neutralidade? Deverá exercer uma função política? [...]

O sindicato de resistência deve ter como única base a resistência, ou aceitar conjuntamente o subsídio de desocupação, de doença ou cooperativismo? [...]

Devem ou não federar-se as associações exclusivamente beneficentes? [...]

Quais os meios de ação que o operariado economicamente organizado pode usar vantajosamente? [...]

Que meios empregar para garantir o salário dos trabalhadores e o pagamento em dia? [...]

Abolição do trabalho por obra ou empreitada?¹⁹³

Destes seis, o que tomou mais tempo de debate foi o primeiro tema. A sua discussão “se prolongou por toda primeira sessão e parte da segunda”.¹⁹⁴ Embora já tivesse sido discutido no Congresso de 1906, devido a apresentação da Federação Operária de Santos de outro tema, que implicava na resolução do Primeiro Congresso, retornou à pauta. A Federação Operária de Santos apresentou o seguinte tema: “sendo as aspirações das organizações operárias tendentes à transformação econômica e social, quais devem ser os princípios da nova sociedade: os da propriedade privada e da autoridade ou os do socialismo anarquista?”¹⁹⁵ As inúmeras declarações de votos enviadas à mesa diretora do Congresso foram unânimes em aceitar as resoluções do Primeiro Congresso expondo que o sindicato deveria ser organizado pelo princípio econômico e deveria permanecer livre das doutrinas políticas, religiosas, filosóficas e de partidos. Destaco a declaração do delegado da Federação Operária do Rio de Janeiro, o anarquista Joaquim dos Santos Barbosa, afirmando que:

Considerando que os princípios anarquistas, como quaisquer outros princípios políticos ou religiosos, adotados oficialmente pelos Sindicatos, constituem uma imposição aos trabalhadores de outras ideias, de cuja força necessitamos para a conquista das nossas aspirações, - a Federação Operária do Rio de Janeiro, alheia como é a toda política especial de partido, é pela orientação sindicalista.¹⁹⁶

Ao final dos debates do tema uma moção foi aprovada ratificando a resolução de 1906, alegando que a orientação que a organização deveria seguir, em detrimento da política especial

¹⁹³ s/a. As Resoluções do Segundo Congresso. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 01 de outubro de 1913, Nº 39-40, p. 2-4.

¹⁹⁴ Ibid.

¹⁹⁵ Ibid.

¹⁹⁶ Ibid.

de um partido, seria o “terreno da ação direta de pressão e resistência contra o capitalismo, para a garantia e conquista dos seus direitos econômicos que ligam estreitamente os trabalhadores, divididos pelas opiniões políticas, religiosas ou sociais”.¹⁹⁷ A delegação operária de Santos enviaria à mesa, ainda, uma outra proposta na qual constava a proposição em que o “Congresso aconselha a propaganda do anarquismo nas sociedades operárias, como meio para alcançar a emancipação dos trabalhadores”.¹⁹⁸ Após longa discussão a proposta foi recusada. Seria aprovada, ainda, uma moção de José Borobio a qual “aconselha todas as sociedades operárias a permitirem em seu seio uma ampla exposição e discussão de todas as ideias”.¹⁹⁹ Os outros cinco temas também passaram por discussões, não havendo alterações substanciais, foram reafirmadas as resoluções do Primeiro Congresso para os devidos temas.

Além destes, outros dezoito temas foram debatidos ao longo do Congresso.²⁰⁰ Dentre os novos temas abordados, destaco o sétimo que tratou sobre os “Meios a empregar na propaganda do sindicalismo”. Na moção aprovada o Congresso apela:

a todas as organizações sindicais do Brasil para que se dediquem a uma imediata, intensa e larga obra de propaganda da organização operária, [...] e, para esse fim, aconselha os seguintes meios: o jornal, o folheto, o cartaz, o manifesto, o carimbo, as conferências, excursões de propaganda, representações teatrais, criação de biblioteca [...].²⁰¹

Embora este tenha sido apresentado como um novo tema, não era completamente novo. Esses meios aprovados em 1913 para empregar a propaganda do sindicalismo já haviam despontado em 1906, no Primeiro Congresso, quando foi lançado para o debate se seria conveniente a propaganda do sindicalismo pelos sindicatos e como organizá-la. Dentre os meios elencados, a realização das “excursões” para o interior do Brasil era uma importante medida para a construção e consolidação da COB e do sindicalismo revolucionário no país. Tal ação

¹⁹⁷ Ibid.

¹⁹⁸ Ibid.

¹⁹⁹ Ibid.

²⁰⁰ Os outros temas debatidos foram: Necessidades ou desnecessidade de estatutos ou regulamentos para os sindicatos. Reconhecido o primeiro caso devem os estatutos ser uniformes?; Conveniência da instalação de sucursais ou seções de sindicatos nas grandes cidades.; Meios a empregar na organização dos trabalhadores rurais.; Mecanismo de organização federativa do proletariado.; Adoção de um sinete confederal.; É ou não conveniente criar bolsas do trabalho?; Meios a empregar na propaganda do sindicalismo.; Meios a empregar para alcançar a fixação do salário mínimo e limitação de horas de trabalho.; Como conseguir e assegurar de condições de higiene e segurança em que deve ser exercido o trabalho operário?; Conveniência da disseminação da imprensa operária.; Educação e instrução das classes operárias.; Atitude dos sindicatos em face do cooperativismo.; Atitude dos sindicatos revolucionários em face da organização operária iniciada e auxiliada pelo clero católico.; Meios de intensificar a propaganda contra o alcoolismo.; o problema da imigração.; Propaganda antimilitarista.; Atitude do proletariado em caso de guerra externa.; e Conveniência de uma ação conjunta, ofensiva e defensiva, do proletariado do Brasil e dos países vizinhos. Reunião de um Congresso Operário Sul-americano.

²⁰¹ -s/a. As Resoluções do Segundo Congresso. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 01 de outubro de 1913, Nº 39-40, p. 2-4.

tinha como intuito propagandear com mais força o sindicalismo e a ação direta, pois, como fora observado nos documentos do Congresso, em algumas localidades só se conhecia vagamente essa forma de luta, e incentivar a criação e o fortalecimento das organizações de resistência seria de suma importância. O diferencial da resolução do Segundo Congresso sobre o tema, mais abrangente e específica, foi a definição de como seriam aplicados tais meios. No que concerne às aplicações dos meios de ação, no quinto ponto, que versa especificamente sobre as “excursões de propaganda”, o Congresso orientou:

5º - que a Confederação Operária Brasileira organize uma série de excursões permanentes pelos estados, nomeando para esse fim um ou mais propagandistas, que percorrerão sucessivamente as diversas regiões do Brasil, trabalhando pela sistematização da organização operária, remodelando as que se encontrem calcadas nos velhos moldes e organizando as classes que estejam desunidas. Para esse fim deverá ser criada uma caixa especial, mantida pelas contribuições das sociedades, por subscrições voluntárias, festivais, espetáculos [...].²⁰²

No entanto, apenas em março de 1914 a proposta sairia do papel, sendo designada a missão para o anarquista João Crispim, da Federação Operária de Santos, que seguiria como delegado da COB para o interior de São Paulo; e ao Norte se dirigiria o anarquista pernambucano, José Elias da Silva. Este, vivendo há sete anos no Rio de Janeiro, era secretário da FORJ e um destacado militante na COB. Os estados que o receberia seriam Bahia, Alagoas e Pernambuco. O itinerário original da “excursão” previa o seu início pela Bahia, rumando depois para Sergipe,²⁰³ em seguida Alagoas e, por último, Pernambuco, finalizando uma primeira etapa. O delegado esperaria orientações da Confederação naquele Estado, assim, seguiria depois, mais ao Norte,²⁰⁴ rumo à Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Ceará e Pará.²⁰⁵

Em andamento a missão, José Elias da Silva rumou no dia 27 de abril de Salvador para o estado de Alagoas.²⁰⁶ A permanência na cidade de Maceió foi marcada por contratemplos, ocasionados pelas “chuvas torrenciais e ininterruptas”,²⁰⁷ assim como, uma enfermidade que acometeu o delegado da COB. No entanto, além da recepção calorosa, recebeu toda

²⁰² Ibid.

²⁰³ Não existe nem um relato sobre a estadia do delegado da COB no referido estado nas colunas destinadas para tratar da excursão no jornal **A Voz do Trabalhador**.

²⁰⁴ A excursão ficou na primeira etapa apenas, sendo finalizada no estado de Pernambuco.

²⁰⁵ ROSENDO DOS SANTOS. Excursões de propaganda: os enviados da Confederação. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 01 de março de 1914, Nº 50, p. 01.

²⁰⁶ -s/a. Excursões de propaganda: enviados da Confederação. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 15 de maio de 1914, Nº 55, p. 1-2.

²⁰⁷ -s/a. Excursões de propaganda: os delegados excursionistas da confederação. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 01 de junho de 1914, Nº 56, p. 1-2.

solidariedade dos companheiros da FOA nos cuidados especiais despendidos devido a esse problema de saúde. Apesar disso, as intempéries não impediram a realização da missão a qual estava destinado.

As atividades do excursionista tiveram início na realização do 1º de Maio com a sua participação como orador, sendo parte das atrações para o evento do dia do trabalhador organizado pela FOA. Na ocasião, dissertou sobre o 1º de Maio. No dia 6 de maio, fez uma conferência na sede do “Bloco Alagoano”, embora o lugar fosse “aburguesado” foi cedido de bom grado, após ter sido procurado devido ao espaço reduzido que havia na sede da Federação para o alto número de pessoas que demonstraram interesse em participar, e que, segundo as informações, compareceram.²⁰⁸ Ocorreu também, nesse mesmo espaço, no dia 13 de maio, a conferência com o tema a “Exploração do homem pelo homem”. Na sede da FOA, dia 17 de maio, ocasião na qual ocorreria uma reunião do Sindicato dos Padeiros, realizou-se outra conferência, o que potencializou a propaganda do sindicalismo revolucionário e da ação direta junto a essa categoria.²⁰⁹ Ainda sobre as conferências, realizou-se outra, agora no Montepio dos Artistas, na tarde do dia 24, com o tema “O sindicalismo e a emancipação econômico-social do proletariado”, aproveitando o ensejo, com a máxima atenção do número “elevadíssimo” de presentes, o conferencista enfatizou o erro dos trabalhadores em esperar as melhorias das condições morais e materiais dos governos.²¹⁰

Além das conferências, outras atividades foram desenvolvidas pelo excursionista e os militantes da FOA agitando aqueles dias em Maceió sobe a égide do sindicalismo. Naquele momento, foram distribuídos os folhetos confeccionados pela COB especificamente para as “excursões”. As manifestações também ocorreram em locais públicos. Em dois dias, 23 e 24 de maio, foram realizados dois comícios de propaganda na Praça Wanderley de Mendonça, no bairro do Jaraguá. No dia 23, o comício teve como orador José Elias da Silva e contou com a presença de grande público, composto por estivadores, em sua maioria. No dia seguinte, na manhã de 24, a propaganda foi conduzida, além de José Elias, pelo negro alfaiate anarquista, membro da FOA, Olympio Santana.²¹¹

A estadia de José Elias da Silva e o propósito de propagandear as ideias e o programa de luta da COB, o sindicalismo revolucionário e a ação direta, revelou-se positivo, reconhecido

²⁰⁸ -s/a. Excursões de propaganda: enviados da Confederação. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 15 de maio de 1914, Nº 55, p. 1-2.

²⁰⁹ -s/a. Excursões de propaganda: os delegados excursionistas da confederação. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 01 de junho de 1914, Nº 56, p. 1-2.

²¹⁰ -s/a. Excursões de propaganda. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 20 de junho de 1914, Nº 57, p. 1-2.

²¹¹ Ibid.

tanto pelo delegado, quanto, pelos trabalhadores de Maceió. Esses, expondo suas expectativas, comentaram que dali em breve outras categorias se aproximariam da federação, como ocorreu com os trabalhadores do Sindicato dos Padeiros, que esteve muito presente nesse momento em que o “excursionista” esteve em Alagoas. Inclusive, a sessão de despedida na véspera de partida de José Elias para o Recife, deu-se em uma reunião dos padeiros, com pronunciamentos de muitos trabalhadores sob forte comoção, encerrando com vivas à FOA e à COB, e entoando, por fim, o hino revolucionário “Filhos do povo”.²¹²

José Elias, por sua vez, ao externar suas impressões, destacou que os trabalhadores daqueles estados eram cada vez mais indiferentes à luta política.²¹³ Pensamos assim, que essas impressões de José Elias contrariam o que geralmente se pensava nos grandes centros. Ele prossegue, demonstrando que aqueles trabalhadores estavam passando para o campo da luta sindicalista, com uma ressalva, sobre o que ele descreveu de muitos trabalhadores da Bahia, no quesito de ainda acreditar nas políticas de partidos, embora também, muitos estivessem rumando para o sindicalismo.

A realização da visita presume um grande esforço das organizações locais, pois era indicado que teriam que arcar com as despesas da ida do delegado ao seu estado, fazendo uso de seus próprios recursos, ou mobilizando festas e subscrições. O esforço mostra que enxergavam a relevância naquilo que o “excursionista” tinha para compartilhar. Em outras palavras, expõe a crença no projeto que intentava a excursão, no programa que a Confederação buscou disseminar Brasil a fora. E este projeto seria, como foi dito no diálogo entre os trabalhadores pernambucanos, o carregador da estiva, Anacleto Reis e Eufrozino Manoel Carneiro, que o objetivo do programa da COB seria a “unificação das classes trabalhadoras do Amazonas ao Prata”, e ainda, que a sua obra de organização e reorganização obedecia à orientação sindicalista.²¹⁴ Depreende-se daí o intento de disseminação do sindicalismo revolucionário em boa parte do país, buscando dar ao movimento um caráter amplo territorialmente. Em maior ou menor medida, o sindicalismo revolucionário esteve presente em muitos estados do Brasil, inclusive, em Alagoas.

Essas visitas, por seu turno, assumiram enorme importância para o movimento operário brasileiro, principalmente o movimento articulado em torno do sindicalismo revolucionário e do anarquismo. Ao ponto que se incentivava a criação de novas entidades de resistência ou a

²¹² Ibid.

²¹³ Ibid.

²¹⁴ EUFROZINO MANOEL CARNEIRO. Sobre a excursão de José Elias. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 20 de junho de 1914, Nº 59, p. 1-2.

transição das de cunho beneficente e parlamentaristas, para o sindicalismo revolucionário, os movimentos locais, nessa perspectiva, se fortaleciam e fortaleciam, por sua vez, a COB, em um processo horizontal de retroalimentação das organizações. Não se tratava, de maneira alguma, da imposição de um modelo absoluto vindo de um centro de comando, mas estratégias/táticas em respeito às especificidades locais, buscando a irmanação em um projeto comum e irradiando força da “periferia” para o “centro” que era um meio de coordenação com a função de executar aquilo que era decidido em conjunto pelas entidades confederadas, como propunha o modelo federalista. Nesse sentido, a título de exemplo, assim como os estatutos da FORJ serviram de modelo para algumas organizações como indicação da COB, outros estatutos foram também utilizados. Organizações translocais trocaram, ou aventaram a possibilidade de trocas de experiências, assim como se espelharam mutuamente em suas práticas. Como a indicação da FOA ao Sindicato dos Padeiros de Alagoas para conversar com a organização dos padeiros do Pará que vinham tendo sucesso em suas lutas.

Observar essa experiência como exitosa e como positiva para o movimento operário não significa afirmar que seria a consolidação de um movimento que não encontrasse problemas, recuos e/ou derrotas. Ou seja, não se trata de querer hipervalorizar o sindicalismo revolucionário ou a atuação dos anarquistas romantizando essa trajetória, indicando assim, quantitativamente, a superioridade do anarquismo sobre as outras correntes políticas, como foi posto por muito tempo pela historiografia. Mas reconhecer que de certo modo, como aponta Oliveira, essas interpretações se deram devido a importante atuação dos anarquistas. E quando esse movimento viveu as suas experiências malogradas é importante observar como se dão os conflitos e o que enfrentam qualquer um dos grupos subalternos que se levantam contra a opressão. Nesse sentido, Oliveira assinala que “qualquer esforço contra-hegemônico sempre tem gigantescas dificuldades para superar condições objetivas e subjetivas que reproduzem as múltiplas formas de dominação social”.²¹⁵

Convencidos da superioridade dos métodos do sindicalismo revolucionário sobre as outras estratégias no movimento operário, não raro, aqueles métodos foram tidos como um modelo adiantado pelos seus defensores, seria este um sinal de modernidade em sentido evolucionista. Por sua vez, os estados do Norte, e suas pequenas capitais ou os interiores, eram encarados como lugares atrasados, portanto, foram colocados como distantes daquele modelo de sindicalismo “moderno”. Tacitamente, essa hierarquia se reproduz nas relações entre os grandes centros do Norte e as pequenas capitais, em algumas análises. Contrariando essa

²¹⁵ OLIVEIRA, 2018, p. 218.

perspectiva, Alagoas no quesito de organização do sindicalismo revolucionário, seguia na dianteira em relação às outras duas capitais, Salvador e Recife, mesmo sendo essas duas maiores e com uma classe operária também maior. Segundo José Elias da Silva, a Bahia ainda se encontrava muito maravilhada pelos políticos, mas acumulou alguns avanços com a presença do delegado propagandista e conseguiram fundar o Sindicato Operário de Ofícios Vários, que seria o representante da COB naquele estado até a fundação de uma federação estadual. O movimento em Pernambuco, por sua vez, só naquele momento conseguiu articular a fundação da sua federação de resistência. Inclusive, a FOA participaria da sua fundação como uma espécie de anfitriã por se tratar da organização confederada mais próxima.

É possível observar em Alagoas, antes mesmo da reorganização da COB, em 1912, como já mostramos, a presença de temas referentes ao sindicalismo revolucionário como os textos de Emile Pouget e M. Pierrot publicados no jornal **O Sindicato**.²¹⁶ E também a estrutura organizativa do Sindicato Gráfico de Alagoas.

A organização de uma entidade como a FOA elevou os ânimos dos trabalhadores alagoanos e possibilitou a veiculação de um jornal (mesmo que tenha tido uma vida breve), planos de funcionamento de biblioteca e escola para os filhos dos operários, assim como, a formação de outros sindicatos como o dos estivadores e o Sindicato de Operários de Ofícios Vários. No momento de renovação da comissão federal houve a inclusão de representantes de novos sindicatos como o Sindicato dos Padeiros, Sindicato dos Pedreiros, Sindicatos dos Operários de Cachoeira, Sindicato dos Operários de Rio Largo e o Sindicato dos Trapicheiros.²¹⁷ Na seção de **A Voz do trabalhador**, destinada a divulgação dos locais operários, temos listados para Alagoas outros sindicatos, assim como a retirada de alguns que participaram da fundação da Federação.

Como a Federação estava organizada apenas em Maceió, não demorou em buscar sua expansão para o interior.²¹⁸ Entre outubro e novembro de 1913 a Federação Operária de Alagoas prestou apoio moral e material aos operários grevistas das fábricas de Cachoeira e Rio Largo.²¹⁹ Segundo Moacyr Medeiros de Santana, no seu estudo sobre as greves em Alagoas entre 1891 e 1914,²²⁰ o ano de 1913 foi o campeão em números de greve, foram deflagradas sete, no total. A primeira delas teve início em outubro, no dia 20. Tratava-se da greve dos operários têxteis da

²¹⁶ **O Sindicato**, Maceió, 01 de abril de 1912, Nº02.

²¹⁷ -s/a. Brasil operário. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1914, Nº 49, p. 4.

²¹⁸ -s/a. Brasil operário. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 01 de janeiro 1914, Nº 46, p. 3-4.

²¹⁹ -s/a. Pelo mundo proletário. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 01 de novembro 1913, Nº 42 p. 4.

²²⁰ SANT'ANA, Moacyr Medeiros de. **Os primeiros movimentos grevistas de Alagoas**. 1987. Disponível em: <<https://www.historiadealagoas.com.br/?s=os+primeiros+movimentos+grevistas+de+alagoas>> Acesso em: 20/04/2021

fábrica de Cachoeira, motivada pelo desentendimento entre o gerente da fábrica e um operário. Esta greve durou apenas dois dias, até a noite do dia 22, sendo finalizada devido o entendimento dos grevistas e diretores da corporação proprietária daquela fábrica, a Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos. Todavia, a greve seria retomada no dia seguinte, em 23 de outubro, abrangendo agora, além dos operários e operárias da fábrica de Cachoeira, os da fábrica de Rio Largo, esta pertencente a Companhia Progresso Alagoano. O governo do estado, ao tomar conhecimento dos primeiros acontecimentos, prontamente deslocou uma força policial ao local, segundo o **Jornal de Alagoas**, para preservar os edifícios da Fábrica e garantir acesso dos trabalhadores que não aderiram à greve.²²¹

Como a FOA contribuiu com os trabalhadores e as trabalhadoras em greve nas fábricas têxteis referidas, o exemplo de solidariedade e luta levou ao reconhecimento positivo de tais ações e aquelas trabalhadoras e trabalhadores não tardaram em aderir à Federação, assim como a aderir à Confederação. Estas greves se estenderiam para o mês de novembro, ocorrendo ainda nesse mês mais duas paradas de duas categorias cujos sindicatos eram filiados à FOA, o Sindicato dos Alfaiates e o Sindicato dos Sapateiros. Essa constante de greves em Alagoas nesse mês levou o jornal **O Comentário**, no artigo “Terra das manias”, a assinalar que “a mania que a domina agora” seria a das greves. “Dê fato, há alguns dias ninguém ouviu outra coisa em Maceió, que não seja a palavra – greve”.²²² Entretanto, essas greves não se tratavam de algo dado ao acaso, pelo contrário, nos parece que eram os frutos da organização da FOA com a perspectiva da resistência e da ação direta. Outras categorias, como os trapicheiros, no mês seguinte, também movimentaram com a greve a cidade de Maceió. As informações dadas à COB pelos trabalhadores alagoanos, e noticiadas em **A Voz do Trabalhador**, sobre o processo de aproximação da Federação e sua articulação com os trabalhadores daquelas fábricas, demonstra os seus resultados nas denúncias na carta sobre a exploração e opressão dos patrões para com as operárias mulheres, as crianças e os homens, como os exemplos que citamos anteriormente. Também nos informa sobre a “conscientização” acerca da importância da união e da organização de classe, resultando na criação do sindicato de sua categoria, nas duas fábricas, nas reivindicações por melhores salários e redução das jornadas de trabalho, por meio da greve.

Ainda sobre as greves em Cachoeira e Rio Largo, com a sua retomada no dia 23 os operários e operárias reivindicavam um aumento de 30% sobre seus salários e a redução da jornada de trabalho, que era de 14 a 15 horas, para 12 horas diárias. Diante de tal situação,

²²¹ **Jornal de Alagoas** apud SANT’ANA, 1987, p. 9.

²²² **O Comentário** apud SANTANA, 1987, p. 10.

informa o jornal **O Comentário**, os diretores das duas fábricas marcaram uma assembleia geral extraordinária para o dia 16 de novembro, alegando não poder resolver pessoalmente a questão, pretendiam apresentar para os acionistas as cobranças dos operários grevistas. Todavia, a FOA prossegue sua mobilização em apoio à greve e no dia 28 de outubro, em uma reunião da Federação, foi deliberado a saída de um grupo responsável pela arrecadação de donativos para as famílias dos grevistas, o que ocorreria na manhã do dia 30. Ainda, em 3 de novembro, uma comissão da FOA esteve reunida com o Secretário do Interior. Na ocasião acordaram o retorno dos grevistas ao trabalho até que se tivesse uma decisão da assembleia extraordinária do dia 16 apenas sobre o aumento dos salários, uma vez que, as outras propostas teriam sido acatadas pelos diretores das fábricas. Esta assembleia ocorreu em 17 de novembro, um dia após ao que estava marcado. A decisão consistiu em rever as tabelas de salários e conceder aumento entre 5 e 10% em todas as sessões conforme as classes de serviço; o serviço das 6 da manhã às 20 horas seria tornado facultativo e pagariam o excedente a quem realizasse tal trabalho; os operários que não retornassem ao trabalho até o dia 20 seriam demitidos e seriam obrigados a entregar a chave da casa na qual residiam, em 8 dias; as fábricas seriam fechadas por tempo indeterminado até que se conseguisse novos operários que aceitassem as condições estabelecidas; seria solicitado do governo estadual a defesa ininterrupta contra as agressões aos estabelecimentos das fábricas e a garantia de segurança aos operários que aceitassem trabalhar.²²³

A proposta dos patrões foi recusada e os operários mais uma vez se puseram em greve. Moacyr Sant'ana afirma que uma comissão se dirigiu ao governador Clodoaldo da Fonseca para que este interviesse junto aos diretores das fábricas e buscasse uma solução para o impasse que fosse interessante para os trabalhadores, uma vez que havia sido feita uma proposta e essa teria sido recusada. O governador teria designado os desembargadores Esperidião Tenório de Albuquerque e Dário Cavalcante Araújo Rêgo para que assegurassem definitivamente um acordo. Desta maneira, no dia 28 de novembro, o **Jornal de Alagoas** havia anunciado “(achar-se) felizmente terminada – devido à intervenção governamental – a greve dos operários das fábricas de tecidos de Cachoeira e Rio Largo”.²²⁴ É possível notar no excerto do jornal a sua felicidade e o destaque à ação do governo ao intervir no processo. O que pode, por sua vez, soar estranho, exatamente por ser claro o posicionamento da COB e as organizações filiadas, como a FOA, à autonomia e ação direta dos operários na luta por seus “direitos”. Neste sentido, pelos informes da FOA divulgados em **A Voz do Trabalhador**, nos contam que a conquista, mesmo

²²³ SANT'ANA, 1987, p. 8-9.

²²⁴ **Jornal de Alagoas** apud SANT'ANA, 1987, p.10.

que parcial, só foi possível devido à mobilização dos trabalhadores que encabeçaram a greve, tendo seguido as propostas e orientações da FOA em se organizarem em sindicato e, a partir daí, seguirem na luta, com o apoio da Federação e da Confederação, “e o que é mais importante, excluindo da sua agitação os costumados interventores, estranhos à classe trabalhadora”.²²⁵

Embora estranhas uma à outra, as notícias de *o Jornal de Alagoas* e *A Voz do Trabalhador* não se excluem. Tanto a busca pela intervenção governamental, quanto a defesa de uma ação exclusivamente operária podem ter ocorrido concomitantemente. Todavia, acreditamos que tais encaminhamentos se deram em correlações de forças dentro da Federação. Mesmo que a estratégia seguida pela Confederação e suas confederadas depositasse toda a crença na ação direta, a diversidade de inclinações políticas poderia ocasionar a aprovação de medidas práticas, no calor das lutas concretas, destoantes daquilo que estava definido nos estatutos e bases de acordo. Nesse caso, chamamos a atenção para a possibilidade de se tratar de decisões que não contaram com a aprovação de todos, tendo em vista as informações compartilhadas entre os trabalhadores da FOA e COB que destacam a exclusão dos elementos estranhos aos trabalhadores.

Entretanto, ao nosso ver, caso haja, não se sustenta o questionamento sobre o protagonismo dos trabalhadores no processo como comumente ocorre em creditar o desfecho positivo das lutas dos trabalhadores à ação de agentes externos à classe, como a ação dos governantes ou a uma concessão da própria elite, e quase nunca reconhecer a atuação dos oprimidos. É evidente, neste episódio, que tudo ocorreu por agência dos trabalhadores. Primeiro, por deflagrarem as sucessivas greves. E, segundo, sustentá-las recusando, inclusive, a tentadora proposta de saída da assembleia dos acionistas, revelando uma sólida solidariedade de classe e confiança na ação direta diante dos patrões que riram, a princípio, pois já estavam habituados a desforra sobre estes trabalhadores. E a ida ao governo de Clodoaldo da Fonseca, mesmo tendo entre os trabalhadores das fábricas em greve, quanto militantes da Federação, simpáticos àquele governante, revela uma atitude desafiadora e ousada, uma vez que a primeira ação do governo nesse processo de greve foi enviar a força de repressão.

A FOA era uma organização composta por trabalhadores de diferentes inclinações políticas. Como sabemos, a “neutralidade” política e religiosa era uma das marcas da estratégia do sindicalismo revolucionário. Destarte, a neutralidade não significa uma vivência sem conflitos ou correlação de forças. E, menos ainda, que todos os trabalhadores, embora aceitassem o sindicalismo revolucionário e o princípio da ação direta, a enxergassem da mesma

²²⁵ -s/a. Brasil operário. *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 01 de dezembro de 1913, Nº 44, p. 4.

maneira. Nesse sentido, devido aos desacordos acerca das orientações da Federação, a partir de 1914, ocorreu o desligamento de dois membros.²²⁶ Um deles é Bernardes Junior, secretário geral da FOA e que também o era no Sindicato dos Gráficos e o militante Leopoldo Pereira, membro do Comitê de Propaganda da FOA. Trata-se de um elemento que indica essa multiplicidade de perspectiva dentro da Federação. Nesse sentido, nas próximas páginas, buscamos analisar como os trabalhadores da Federação Operária de Alagoas entenderam e articularam o sindicalismo revolucionário e a ação direta.

2.2 A compreensão e a articulação do sindicalismo revolucionário e da ação direta.

Mesmo presumindo a existência de algumas correntes políticas na Federação Operária de Alagoas, a identificação dos seus membros não foi uma tarefa das mais simples. Sobre os trabalhadores e representantes anarquistas, que era nosso foco, embora tivéssemos algumas informações que possibilitou, minimamente, ter uma noção sobre esses trabalhadores, seria uma correspondência entre a comissão organizadora do Congresso Anarquista Sul-americano e o grupo de anarquistas da FOA que nos permitiria encontrar explicitamente esses militantes, assim como, identificar os “adeptos do sindicalismo”. Já sobre os socialistas, não há nos documentos referentes à FOA informações que assegurassem que tal ou qual membro seria adepto desta tendência. Todavia, como já expusemos, havia na Federação militantes socialistas que tinham um histórico de atuação no movimento operário de Alagoas anos atrás. Como estes não constavam, tanto no grupo dos anarquistas, quanto no grupo dos sindicalistas, acreditamos que permanecessem no socialismo. Além dos nomes dos militantes citados como socialistas, pensamos que muitos outros dos comitês da FOA também focem socialistas, haja vista, se tratar de uma corrente mais antiga no movimento alagoano, poderia, assim, ter uma maior penetração neste movimento. De certo, da grande maioria anônima, não conseguimos identificar as suas filiações político-ideológicas. Sendo assim, salientamos que duas tendências políticas podem ser identificadas, o anarquismo e o socialismo. Assim como há a participação dos trabalhadores denominados sindicalistas, chamados por alguns de sindicalistas “puros”, que seriam os adeptos do sindicalismo revolucionário enquanto uma tendência política autônoma.

Podemos constatar que ao menos oito trabalhadores se definiam como sindicalistas. Seriam estes: João Francisco, Firmino França, José Theofilo de Araujo, Afonso de Menezes,

²²⁶ -s/a. Brasil operário. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1914, Nº49, p. 4.

Luis Pedro, Januário de Oliveira, José da Rocha Cabral e Francisco do Carmo. Sobre dois destes trabalhadores sabemos suas profissões a partir da delegação do sindicato que representaram, nesse caso, o Sindicato dos Pedreiros. Na posse da comissão federal da Federação Operária de Alagoas e das delegações de sindicatos, em informação de 15 de fevereiro de 1914,²²⁷ temos, representando o sindicato dos pedreiros, José Theofilo e Januário de Oliveira. Nas instâncias da Federação consta a participação de Firmino França no Comitê Síndico. Fazia parte desse Comitê, além deste sindicalista, José Gomes de Mendonça - do qual não temos maiores informações - e os anarquistas, Gracindo Silva, Vicente de Moura e Olympio Santana. O grupo de anarquistas na Federação Operária de Alagoas tinha como participantes Olympio Santana, Sarmiento Rosas, Pedro Codá, Fernandes Pereira Machado, Antonio Pinto, Leofredo Duarte, João de Oliveira, Gracindo Silva, Vicente de Moura, Cleodon Mendes, José Lisbôa Junior e José Corréto. Temos ainda, a aproximação nesse período, de Rosalvo Guedes. Dos trabalhadores socialistas, como José Grevy e Jayme Daltavila, um militante que teve uma atuação de relevo na Federação foi Virgínio de Campos. Este foi o delegado da FOA no II Congresso Operário Brasileiro e apareceu também como representante de **A Voz do Trabalhador** em Alagoas. Anteriormente, Virgínio esteve organizado em torno de entidades socialistas e buscava por meio da candidatura eleitoral a representação dos trabalhadores no parlamento; consta ainda sua participação como tesoureiro da liga dos Republicanos Combatentes.

Embora esses trabalhadores de distintas tendências tenham atuado numa mesma organização (exatamente porque esta, com a neutralidade política e religiosa, preconizava a adesão dos trabalhadores apenas pela sua condição de classe, para atuarem na luta de âmbito econômico) a partir da estratégia do sindicalismo revolucionário e o seu princípio de ação direta, nos interessa saber como estes trabalhadores pensaram e articularam esta estratégia. Pelos limites das fontes, buscamos extrair nas entrelinhas as mínimas informações que possibilitassem essa análise.

Deste modo, observamos na declaração da FOA, elaborada para o Segundo Congresso Operário Brasileiro assinada por Virgínio de Campos, membro da comissão executiva, pontos que nos chamaram a atenção por demonstrar como alguns elementos da estratégia do sindicalismo eram compreendidos. Sobre a atuação dos trabalhadores alagoanos o documento observava que algumas experiências, como as greves, não haviam sido bem-sucedidas ali, devido à falta de organização em sociedades de resistência, ainda incipientes em Alagoas,

²²⁷-s/a. Brasil operário. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1914, Nº49, p. 4.

expondo assim, a sua crença naquele tipo de organização. Assim, conclamava os irmãos operários para que continuassem “nessa vereda, unidos sempre, fortes e resolutos, cada qual compreendendo as vantagens resultantes da organização sindicalista”. Por sua vez, ao se referir à ação direta, a comissão toma como exemplo os ensinamentos do tipógrafo socialista João Ferro, afirmando o seguinte: o “companheiro João Ferro [...], nos ensinava que o método da ação direta era o elemento propulsor das reais conquistas proletárias”.²²⁸

Na importante trajetória e atuação do tipógrafo junto à classe trabalhadora alagoana e de outros locais do país, está a participação como um dos principais responsáveis pela reativação da Associação Tipográfica Alagoana, entidade, anteriormente de caráter beneficente, que inauguraria então uma fase de resistência, entre 1987 e 1988.²²⁹ Ainda, em 1902, compôs a redação do periódico **O Proletário**, órgão de propaganda das classes trabalhadoras do estado de Alagoas, junto com José Greve e Norberto Carlos. Deste jornal podemos extrair uma posição acerca do modelo de agremiação pretendido para a luta dos trabalhadores, onde a “organização francamente socialista” substituiria as entidades de beneficência, uma vez que, no entender do periódico, “as associações de beneficência operária, nesta terra, nenhum resultado prático tem dado”.²³⁰ A referência a João Ferro seria feita ainda em outras duas ocasiões: a primeira, em uma publicação da FOA, em 1913, e a segunda, no jornal **Trabalho Livre**, dos socialistas Guilherme Lemos e Joaquim Moreno,²³¹ em 1914.

Como podemos ver a contestação contra as mutuais e beneficências em Alagoas tem seu início antes da consolidação do sindicalismo revolucionário nesse estado, e já em princípios do século, em 1902, temos esse registro. Outro elemento associado também à ação direta, a greve, vinha sendo praticada em Alagoas desde fins do século XIX, como foi apresentado por Santana. Como podemos ver, não era uma novidade no estado surgida apenas com o sindicalismo revolucionário. Embora, na prática política de João ferro esteja contida a rejeição das mutuais e beneficências e a busca em erigir as organizações de resistência, contudo, o princípio da ação direta seria mais complexo. Apenas a negação das mutuais e beneficências, bem como, a realização de greves não seriam suficientes para caracterizá-la, pelo menos, não como passou a ser entendido com o sindicalismo revolucionário, ou no sentido dado por alguns

²²⁸ VIRGINIO DE CAMPOS. Relatório apresentado ao Segundo Congresso Operário Brasileiro. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, nº 53-54, 01 de maio de 1914, Nº 53-54, p. 3.

²²⁹ MACIEL, 2009, p. 108.

²³⁰ -s/a. A ideia. **O Proletário**, Maceió, 17 de janeiro de 1902, Nº 01, p. 1.

²³¹ Sobre o primeiro caso, a publicação da FOA, falaremos um pouco mais logo adiante. No segundo caso, a menção no Trabalho Livre, faz parte de uma homenagem aos trabalhadores e militantes alagoanos já falecidos.

grupos políticos, como é o caso dos anarquistas. Para estes, esta estratégia envolvia outros elementos.

Um destes, de grande destaque, passou a ser a recusa sistemática do parlamentarismo e do partido para disputas eleitorais como meio de atuação para os trabalhadores. Ainda em relação ao exemplo da noção da ação direta a partir dos ensinamentos de João Ferro que, por sua vez, como signatário do socialismo orientado pela II Internacional, tinha como principal estratégia para a redenção dos filhos do trabalho a disputa parlamentar por meio da criação e atuação de um partido socialista, ao tomar seus ensinamentos sobre a ação direta ignoraram esse aspecto da sua experiência. Este anseio foi compartilhado também por Virgínio de Campos (que, inclusive, foi candidato), igualmente, outros socialistas que fizeram parte das organizações que tinham como finalidade também as disputas eleitorais. O que não quer dizer que todos que comungaram do pensamento eleitoral de outrora tenham permanecido com os mesmos posicionamentos ainda em tempos da FOA.

No tocante ao parlamentarismo, por sua vez, o jornal da FOA, **1º de Maio**,²³² que tinha como diretor e secretário os anarquistas Vicente de Moura e Cleodon Mendes, ao publicar, ou ter a intenção de se publicar, o texto do anarquista José Elias da Silva, “Sindicalismo Revolucionário”, declara, nas palavras do anarquista pernambucano, que:

O socialismo parlamentar já não infunde mais confiança ao operariado farto de reconhecer que os governos, quaisquer que sejam, são defensores dos privilégios capitalistas, recebendo em troca desta defesa os impostos arrancados às classes trabalhadoras, e com os quais os governantes se locupletam.²³³

A concepção do sindicalismo revolucionário, e conseqüentemente, da ação direta, do jornal destoa da prática defendida e vivida, tanto por João Ferro, quanto por Virgínio de Campos, pelos menos, no quesito da estratégia parlamentarista. O que poderia justificar, então, este entendimento discrepante por parte de uma mesma organização? Custa-nos pensar a situação encarando como mera incompreensão por parte dos militantes, confusão ou equívoco diante das diferenças na conceituação dos pontos nas duas ocasiões. Muito embora, na falta de informações mais precisas, não podemos descartar qualquer hipótese. Por outro lado, podemos

²³² Foi anunciado em **A Voz do Trabalhador**, de 20 de julho de 1914, p. 4, que o texto sairia na segunda edição do jornal **1º de Maio**, órgão da Federação Operária de Alagoas. Porém, não tivemos contato com esta edição, sabemos apenas da existência do número 01, que se encontra no Centro de Memória e Documentação da Universidade Paulista (CEDEM – UNESP). Acessamos o texto na edição de 20 de julho de 1914, p. 1, de **A Voz do Trabalhador**, que o reproduziu o mesmo.

²³³ JOSÉ ELIAS DA SILVA, O sindicalismo revolucionário, **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 20 de julho de 1914, Nº 59, p. 1.

pensar também como decorrentes das múltiplas visões internas, fruto, como já mencionamos, das orientações e, sobretudo, experiências políticas distintas que muitos carregavam.

Os textos para as declarações das organizações de classe para o II Congresso Operário Brasileiro, para o qual o relatório assinado por Virgínio de Campos foi redigido, orientava contar um pouco do histórico e da trajetória do movimento em cada localidade, e ainda, como este estava na atualidade e o que se vislumbrava para o futuro. A menção a João Ferro se inscreve na tentativa de associar a luta da Federação Operária de Alagoas com a atuação deste, mais precisamente, reafirmando assim as experiências e a tradição da própria classe em Alagoas. Há nesse gesto uma disputa do sentido da ação direta, divulgada agora pela COB e suas confederadas, tornando-a também um legado daqueles que comungaram - ou comungam ainda nos tempos da FOA - das posições de Ferro.

Atestando a importância deste militante, seria mencionado ainda em uma nota da Federação publicada no **Jornal de Alagoas**. A nota é uma resposta a um “telegrama circular” divulgado na imprensa do país, portanto, também em Alagoas, pelo socialista parlamentarista Pinto Machado, usado para atacar o II Congresso Operário Brasileiro. O trecho no qual João Ferro é citado tem como foco o anarquismo, e nos causou algumas dúvidas se ele foi colocado ou não como um anarquista. Assim, citamos um trecho do texto da FOA. Rebatendo aquilo que foi exposto por Machado, salienta que:

Anarquismo é o ideal político de Platão, o postulado democrático de Aristóteles, esposado com as ideias alevantadas de Hamon, Réclus, Kropotkin, Faure, Delaise, Neno Vasco, José Oiticica, Mario Wanderley e outros, muitos outros, pensadores de várias gerações.
Nobres e proletários, Tolstoi e João Ferro, abraçam o ideal regenerador da humanidade e, por eles, sem tréguas nem desfalecimentos, combatem na imprensa e na tribuna.²³⁴

Embora seguida de uma lista um tanto frouxa de nomes que para o autor estavam associados de algum modo ao anarquismo, Ferro vem apenas no parágrafo seguinte ao lado de Tolstoi, como um proletário que luta pela regeneração da humanidade. Todavia, se “o ideal regenerador da humanidade” referido se tratar do anarquismo, o que não temos certeza, João Ferro estaria sendo colocado como alguém que abraçava o anarquismo. A Hipótese se torna mais plausível, se pensarmos que Tolstoi era entendido por muitos como anarquista. Entretanto, caso fosse tido mesmo como simpático para com o anarquismo, se trataria de uma grande contradição do autor do texto, pois, anos antes João Ferro expôs uma visão profundamente

²³⁴ CECÍLIO VILAR, Campanha contraproducente, **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1913, Nº 38, p. 2.

negativa e contrária ao anarquismo. Outro elemento pode ser considerando ainda. Como se tratava de uma nota pública utilizada para defender uma ideologia incompreendida e atacada por muitos, a inclusão pouco criteriosa para o anarquismo de alguns daqueles nomes, como Platão e Aristóteles, inclusive a menção ao tipógrafo, teria como intuito tornar mais fácil de ser aceita pelos leitores e grande público que porventura tivesse contato com o texto.

De todo modo, uma coisa está nítida, João Ferro era referência para o movimento operário alagoano. Assim, entendemos que mesmo sendo reconhecido o valor daquele militante, as duas citações guardam suas diferenças. João Ferro era um socialista conhecido, assim se envolveu em discussões públicas, foi autor de muitos textos veiculados na imprensa, não poderia ser facilmente apresentado como anarquista. Nem poderia ser entendido como um praticante da ação direta no sentido atribuído pelos anarquistas. Todavia, seria mais fácil fazer parte do entendimento daqueles que comungaram do seu posicionamento político. Exatamente, os militantes que tiveram contato com Ferro foram os socialistas como o próprio Virgínio de Campos, aquele que assina a declaração e possivelmente teve responsabilidade sobre a mesma. Os textos parecem carregar um tanto daqueles que os assinam, ou dos grupos os quais pertenciam, ainda que se trate do escrito de uma organização, e pensarmos que estes passassem pela avaliação coletiva. Não parece ter sido por acaso exatamente Vicente de Moura ter escrito a nota que, dentre outras coisas, trata, como um elemento importante, do anarquismo. Outro fator que pode contribuir com nosso raciocínio sobre as disputas no entendimento do significado de sindicalismo e ação direta nos exemplos explorados aqui, é o fato do jornal **1º de Maio**, que possivelmente veiculou o texto sobre o “Sindicalismo Revolucionário” aqui citado, tinha como Diretor e secretário, respectivamente, os anarquistas Vicente de Moura e Cleodon Mendes, o próprio jornal fez inúmeras menções ao anarquismo.

Extraímos desta discussão, com todas as debilidades já apresentadas, que parece que para alguns militantes da FOA não haveria problemas a associação da ação direta ao pensamento parlamentarista, embora fizessem uso da luta por meio de alguns elementos da ação direta nos sindicatos de resistência, como uma maneira de conquistas urgentes da classe. Por outro lado, outros enxergavam na ação direta um meio de luta que rechaçava por completo o parlamentarismo.

O exemplo da intervenção do governo nas greves de Cachoeira e Rio Largo também incide sobre um ponto importante sobre o significado da ação direta. O que não quer dizer que simplesmente porque uma cobrança seja atendida pelos patrões ou governantes sejam necessariamente um abandono da ação direta. Pode-se, por meio desta, exigir que aqueles atendam aos anseios dos trabalhadores. Portanto, depende da maneira que se chega ao governo

ou patrões, que o método correto seria a exigência e não a concessão cordial. Nesse sentido, pensamos também que pode ter havido uma divisão, frente ao que se anuncia na imprensa alagoana e o que informa **A Voz do Trabalhador**, sobre os trabalhadores em se buscar e aceitar o auxílio do governo ou rechaçá-lo, nos episódios das greves tratadas aqui.

Independentemente de qualquer coisa, a nota da FOA, escrita por Vicente de Moura, cita a característica do II Congresso como operária e não anarquista, zelando pelo princípio da neutralidade política. Uma questão curiosa ainda nesta discussão sobre a neutralidade política e religiosa do sindicalismo da COB seria a posição do jornal **Gazeta da Tarde** de Alagoas mencionado na matéria de **A Voz do Trabalhador**, atacando a ideia de Pinto Machado de criação de um partido e louvando a restrição à luta no campo econômico das organizações da COB. Embora se trate de um jornal não operário, a linguagem é idêntica à de um militante, o que poderíamos imaginar ter sido esta matéria escrita por um trabalhador engajado. Ou ainda, o que é menos provável, por se tratar de um jornal defensor dos interesses da burguesia, talvez acreditasse ser mais nocivo para esta a atuação dos trabalhadores nos partidos e por meio das eleições do que apenas a sua atuação no campo econômico atendendo à neutralidade política e religiosa, por isso o posicionamento do jornal favorável às orientações da COB e contrárias às ideias de Pinto Machado.

No contexto de atuação do movimento operário brasileiro contra a Primeira Guerra, os anarquistas e sindicalistas revolucionários, aparecem próximos na FOA, o que sugere uma afinidade entre ambos. Estes sindicalistas endossaram a posição dos anarquistas ao assinarem em conjunto um documento em que se tratava, de certo modo, de uma situação específica do anarquismo, denotando o acordo dos sindicalistas sobre a participação dos anarquistas de Alagoas e o envio de teses para o Congresso Anarquista Sul-Americano. No entanto, a ocasião envolvia o interesse mais geral do movimento operário, pois estava em discussão também a realização do Congresso Internacional da Paz, evento que tinha um caráter mais plural, ou seja, visava a adesão de todo o movimento operário, diferente do congresso anarquista. A comunicação para esses eventos, com destaque nos interesses “específicos” do anarquismo, foi feita em Alagoas via Federação Operária de Alagoas. Como podemos ver é em telegramas endereçados à FOA que a comissão organizadora do Congresso Anarquista Sul-Americano se dirige aos anarquistas alagoanos para tratar de sua participação no evento; é também por meio da FOA que os anarquistas de Alagoas entraram em contato com o centro Libertário de São

Paulo²³⁵ cujo assunto seria referente ao Congresso Anarquista de Londres, o que demonstra, por um lado, a importante atuação dos anarquistas alagoanos naquele momento na articulação com militantes de outros estados, e por outro lado, uma violação do princípio da neutralidade política destas organizações sindicalistas revolucionárias.

Pelo que apresentamos no capítulo, foi possível perceber uma distinção em alguns posicionamentos e entendimentos na Federação Operária de Alagoas. Embora, trabalhadores de múltiplas tendências atuassem sobre a bandeira do sindicalismo revolucionário, não constituía um bloco homogêneo, visualizamos assim entendimentos dispares sobre o sindicalismo revolucionário e seus preceitos, assim como, a adoção de medidas rechaçadas pelo projeto sindicalista. Essa disputa de orientação esteve presente na prática do movimento operário mesmo organizado a partir da neutralidade política. Nesse sentido, além de bastante movimentado nesses anos a data de 1º de Maio em Alagoas, constatamos que ela revela também alguns aspectos que constituem a identidade de um movimento operário autônomo e combativo e contrário ao reformismo de alguns setores do operariado, atrelados à burguesia e ao parlamentarismo. É o que veremos agora.

2.3 O 1º de Maio e o fortalecimento de uma identidade de classe combativa e autônoma

“Cada aurora d’um Primeiro de Maio é, por si mesmo, um grito de indignação. Risonha e altaneira faz vibrar no coração de milhões de operários o desejo, a coragem de se fazer um outro primeiro de maio...”. Cleodon Mendes

No 1º de Maio, nos idos de 1913 a 1915, havia uma importante movimentação e a ocorrência de acontecimentos valiosos para classe trabalhadora em Alagoas. Todavia, não somente em Alagoas. O dia primeiro de maio, como assinala Toledo,²³⁶ era um marco do fim e começo do ano dos trabalhadores, “simbolicamente representava a conclusão do ano dos trabalhadores e era o momento em que se faziam balanços das lutas do ano transcorrido. As manifestações do Primeiro de Maio também estimulavam as novas lutas dos anos que se

²³⁵ Sobre o documento que trata desta comunicação não tivemos contato. Referenciamos, desta maneira, a citação de Maciel, 2015, p. 104, nota de roda pé, “Relatório da ‘Federação Operária de Alagoas’ enviado ao Centro Libertário de S. Paulo para ser apresentado no Congresso Internacional Anarquista de Londres (1915).

²³⁶ TOLEDO, 2004b, p. 81.

iniciavam”²³⁷. A comemoração em alusão à data é visível ao longo de quase toda a Primeira República. Nesse período de atividade da FOA foi intensa a ação nesse sentido e representava um componente de uma identidade combativa para os trabalhadores, uma vez que buscava rivalizar a forma de manifestação do 1º de Maio, tendo, de um lado, a justa e original homenagem aos Mártires de Chicago, que, no entender de um setor do movimento operário, no qual os anarquistas eram parte de destaque, deveria preconizar a luta como a forma mais acertada de saudar aqueles trabalhadores assassinados levando adiante a sua causa e construindo um significado contra a burguesia. Dando, assim, um significado positivo ao que era ser trabalhador e, por conseguinte, por meio da combatividade, construindo uma identidade de classe independente e autônoma. Por outro lado, uma ala reformista do movimento operário, acusada de ser incentivada e patrocinada pelo patrão, buscou arrancar o significado de rebeldia da data e afastar os trabalhadores das lutas, lembrando a ocasião como mera festividade. No seio da classe trabalhadora, a disputa se deu entre projetos de um sindicalismo de resistência e um sindicalismo, grosso modo, reformista. Embora todo o movimento operário tivesse o dia primeiro e maio como data especial, a maneira como se mobilizaria a partir deste símbolo é distinta para alguns seguimentos que compõem o movimento. E nesse sentido, é importante pensar sobre a afirmação de Benedict Anderson, de que o “Primeiro de Maio celebra a memória de anarquistas imigrantes — não marxistas — executados nos Estados Unidos em 1886”.²³⁸

No Brasil, a comemoração da data começou a ser maquinada ainda no início dos anos 90 do século XIX. Segundo Milton Lopes, em seu artigo que trata sobre a relação do anarquismo e do Primeiro de Maio no Brasil,²³⁹ as primeiras referências são de 1891 e se trata de uma atividade em São Paulo, repetindo-se no ano seguinte, 1892, onde seria registrada comemorações também no Rio de Janeiro e em Porto Alegre. A representação da data conta nesse período, inclusive, com textos de Euclides da Cunha em jornais como **O Estado de São Paulo**. Segundo Lopes, as repressões eram inerentes às comemorações do primeiro de maio, uma vez, que tinha os anarquistas como principais elementos nesses atos. Lopes lembra, ainda, da interferência da polícia em uma reunião em São Paulo, em 1894, onde se buscava organizar a comemoração do Primeiro de Maio daquele ano, e contava com a participação dos irmãos

²³⁷ O trecho citado foi extraído da legenda de Edilene Toledo (2004b, p. 81) em uma imagem de um panfleto da FOSP que trata do Primeiro de Maio de 1909 em São Paulo.

²³⁸ ANDERSON, Benedict. **Sob três bandeiras: Anarquismo e imaginação anticolonial**. Tradução: Sebastião Nascimento. – Campinas, SP: Editora Unicamp; Fortaleza, CE: Editora da Universidade Estadual do Ceará, 2014.

²³⁹ LOPES, Milton. Anarquismo e Primeiro de Maio no Brasil. In CORRÊA, Felipe; SILVA, Rafael Viana da; SILVA, Alessandro Soares da. (Organizadores). **Teoria e História do Anarquismo**. Curitiba: Editora Prismas, 2015. p. 220.

Arthur e Luciano Campgnoli, egressos da colônia anarquista de Guararema, em São Paulo.²⁴⁰ Em Porto Alegre, ex-moradoras da colônia Cecília — a experiência de comunidade anarquista mais conhecida do Brasil, fundada por imigrantes italianos na cidade de Palmeira no estado do Paraná — estariam também envolvidos com as mobilizações do Primeiro de Maio de 1892.²⁴¹ Além do envolvimento nessas atividades de Primeiro de Maio, os anarquistas oriundos das experiências das colônias participaram também das fundações de sindicatos nos primeiros anos do século XX, como os membros da colônia de Erenbango no Rio Grande do Sul.²⁴² Este envolvimento dos anarquistas e sua participação na luta de classe muito cedo no Movimento Operário Brasileiro, a nosso ver, desmonta possíveis julgamentos que possam querer colocar o anarquismo como uma seita utópica e ingênua que pretendia vencer o capitalismo meramente pelo isolamento e a fundação de colônias e comunidades, devido as primeiras experiências aqui no Brasil.

Outras cidades do interior de São Paulo, ainda, segundo Lopes, com destaque para Santos, ao longo da última década do século XIX, desenvolveram também suas atividades do Primeiro de Maio, onde era certa a intervenção da polícia. Destas realizações, algumas despontam com um tom festivo, a exemplo do que ocorreu em São José do Rio Pardo.²⁴³ Esta maneira de comemoração do Primeiro de Maio era vista com bons olhos pelos de cima, inclusive passaria a ser incentivada e patrocinada. Diante da resistência por parte dos trabalhadores, continuando suas manifestações à revelia da cruenta repressão do capital e do Estado, estes pareciam interessar-se, no caso de não conseguir extirpar, ao menos, controlar essas ações instituindo a data como feriado nacional, por exemplo. Assim, em “1902 é enviado projeto de lei à Câmara dos Deputados, tornando a data feriado nacional, o que só viria a acontecer mais tarde. A imprensa burguesa passa a enaltecer a data com uma retórica vazia, que busca mascarar seu verdadeiro significado para o proletariado mundial”.²⁴⁴ As características que emprestavam às mobilizações uma atmosfera festiva como os cortejos com banda de música - muitas vezes do exército ou da polícia - e a queima de fogos de artifício, ficou conhecida como “carnavalização”²⁴⁵ da data, e fora energeticamente criticada pelos anarquistas. Outro fator que envolveu o modelo de “comemoração” do Primeiro de Maio aceitável pelas

²⁴⁰ Ibid. p. 219.

²⁴¹ Ibid., p. 222.

²⁴² SAMIS, 2004, p. 131.

²⁴³ LOPES, op. cit., pp. 222-223.

²⁴⁴ Ibid., p. 224.

²⁴⁵ Ibid., p. 226.

elites, seria a sua realização em locais fechados, ou seja, esquadrinhado, longe das ruas e dos distúrbios que a combatividade e os protestos ocasionariam.

Nesse sentido, em 1906, o I Congresso Operário Brasileiro trazia como tema de discussão para o movimento operário a questão de como deveria ser comemorado o Primeiro de Maio. Levando em conta a tentativa do governo e da burguesia em usurpar e descaracterizar o significado, o Congresso expressaria que, “tornar feriado o Primeiro de Maio equivale a subornar um adversário que o ataca; o que é, portanto, uma mistificação perniciososa”. Ficaria aconselhado, desta maneira, aos trabalhadores e sindicatos, caso o decreto de feriado fosse efetivado, que iniciassem “uma forte propaganda no sentido de patentear a incompatibilidade da adesão do Estado a tal manifestação, que é revolucionária e de luta de classe, apontando o seu trágico epílogo a 11 de novembro de 1887”.²⁴⁶ A menção da resolução do Primeiro Congresso ao “11 de novembro de 1887” não é uma exceção no movimento operário. Ao contrário, como informa Lopes, além do 1º de maio, o dia da execução dos trabalhadores, 11 de novembro, do ano de 1887, também era comemorado, era uma das características das saudações aos Mártires de Chicago, pelo menos, nas primeiras homenagens.²⁴⁷

Em Maceió, no jornal **O Rebate**, do dia 1 de maio de 1915, seria publicado o texto de Isaura Lemos, o qual foi citado aqui, intitulado “Aos Heróis de 1887”. Originalmente foi escrito para homenagear o dia 11 de novembro no ano 1905, onde a autora protesta:

solenemente o vergonhoso processo promovido pelos senhores do capital da América do Norte, contra cinco obreiros que tomaram para sempre conforme as pretensões desses burgueses sem nexos!
O 11 de Novembro não deixa de ser um dia de luto, porque recorda aqueles tristes assassinatos, porém não deixará de ser um dia de alegria porque n’alma operária significa a glorificação dos heróis.²⁴⁸

A alegria pela glorificação dos heróis, por sua vez, não poderia significar, dentro de uma perspectiva combativa, a “carnavalização” do dia dos trabalhadores, seja no 1º de Maio, ou, no dia 11 de novembro.

O posicionamento do Primeiro Congresso atendia à premissa de que o proletariado estava envolvido em uma luta de classes, e que afirmava esta luta ao se agrupar em sociedades de resistências; essa associação dos trabalhadores, ou seja, a solidariedade dos seus esforços, era uma condição essencial para os trabalhadores na luta de classes, seja para libertar, ou simplesmente, melhorar a sua situação. Considerando ainda, que a data teve sua origem

²⁴⁶ Resoluções do Primeiro Congresso Operário Brasileiro *apud* PINHEIRO; HALL, op. cit., p. 47.

²⁴⁷ LOPES, op. cit., p. 223.

²⁴⁸ ISAURA LEMOS. Aos heróis de 1887. **O Rebate**, Maceió, 01 de maio de 1915, Nº 01, p. 2.

histórica na luta pela ação direta e na busca pelas 8 horas de trabalho e culminou com uma tragédia, a execução dos anarquistas em Chicago, impediria sua mistificação “pelas festas favorecidas por interessados na resignação e imobilidade do proletariado”, não podendo, desta maneira, “realizar uma ‘festa do trabalho’, mas sim um protesto de oprimidos e explorados”.²⁴⁹ Toda essa ideia, como vimos, considera a atuação dos trabalhadores organizados em sindicatos, assim, ao propagandear o Primeiro de Maio, como a resolução do Congresso, Alfredo V. Lins,²⁵⁰ em 1915 lembra a importância de o proletariado buscar, além do conhecimento, da instrução pela escola, livros e imprensa; e recusar a política de partido e manter distância da burguesia; buscar também a organização sindical, pois esta seria a herança das lutas de Chicago para os trabalhadores.

No que concerne ainda ao Primeiro de Maio, o congresso estabelece que, na luta pelas 8 horas de trabalho, o proletariado brasileiro no próximo Primeiro de Maio, no caso, o de 1907, deveria impô-lo pelo meio do protesto e da ação direta. Estabelece-se nesse ano uma grande greve que adquiriu força em São Paulo e bastante significativa em outros lugares. Mais uma vez se abateu fortemente sobre o operariado a repressão. A partir daí as comemorações do 1º de Maio foram fortemente combativas. No entanto, segundo Lopes a partir de 1910 a burguesia e o governo começam a intervir no Primeiro de Maio buscando cada vez mais incliná-lo à festividade.²⁵¹

Sobre os acontecimentos em Alagoas acerca da data, como já expusemos, tem-se, em 1913, a fundação da Federação Operária de Alagoas no dia 1 de maio daquele ano. No ano seguinte, haverá a realização de comemoração à data com a presença de José Elias da Silva, na ocasião da “excursão de propaganda” da COB. A propósito, o delegado excursionista, além desta participação em Alagoas, tratou sobre a importância de tomar a data como um dia de luta e resistência, alertando os trabalhadores da Bahia para essa questão. A importância dada à data pelos trabalhadores de Alagoas fez com que estes, escrevendo em 12 de abril para o delegado que estava em Salvador, solicitassem sua presença na atividade que a FOA realizaria no primeiro de maio, adiando assim a ida do excursionista para Sergipe, como estava previsto, ficando a visita àquele estado apenas para o retorno de José Elias.

A comemoração do Primeiro de Maio de 1914 organizada pela FOA teria a seguinte programação:

Às 6 horas será queimada na porta da Federação uma salva de 21 tiros.

²⁴⁹ Resolução do Primeiro congresso Operário Brasileiro *apud* PINHEIRO; HALL, 1979, p. 47.

²⁵⁰ ALFREDO V. LINS. *Avante!*. **O Rebate**, Maceió, 01 de maio de 1915, Nº 01, p. 1.

²⁵¹ Lopes, *op. cit.*, p. 231.

Às 12 horas, será queimada outra salva, seguindo-se da sessão precedida do hino revolucionário, cantado por alguns companheiros, sendo orador da sessão o companheiro José Elias da Silva, delegado da Confederação Operária Brasileira, em missão de propaganda pelos estados do Norte, que dissertará sobre o 1º de Maio, sucedendo-se outros oradores no mesmo assunto. A noite haverá agradável palestra sobre o dia e seus precedentes históricos.²⁵²

Embora o formato da comemoração contenha elementos outrora condenado pelo setor mais combativo do movimento operário, e mais especificamente os anarquistas, como as queimas de fogos, e ainda, a característica que a burguesia incentivava, da realização das atividades em local fechado, por sua vez, nos aparece com bastante nitidez, pelo teor da programação, com histórico da data - que seria a luta radicalizada pelas oito horas de trabalho e o seu resultado trágico -, a simbologia do hino revolucionário e a própria presença de José Elias, que a atividade teria uma intenção oposta ao que seriam as marchas “carnavalizadas” que ocorreram em alguns Primeiros de Maio. O anarquista José Elias da Silva era uma figura bastante emblemática no sindicalismo revolucionário, e assim vinha propagando a resistência e a ação direta nessa visita ao Norte. Em contato com os trabalhadores alagoanos, por meio de carta, externa a “grande satisfação em saber, que os companheiros estão organizando manifestações de protesto para o dia 1º de Maio”.²⁵³ Apesar de escrita antes de ser estabelecida a programação do evento, caso não fosse essa a intenção da FOA, de organizar manifestações de protesto, como assinalou José Elias, talvez não se publicasse a declaração do anarquista. Inclusive, na carta resposta ao convite da FOA, consta outras declarações do excursionista sobre o Primeiro de Maio, todas com uma tônica de inexorável combatividade.

É possível observar que decorrente da importância da data como um símbolo para os trabalhadores, o jornal da Federação Operária de Alagoas adota o título de **1º de Maio**. A circulação de jornais cujo título seria uma homenagem à data²⁵⁴ foi recorrente. Segundo Lopes, ao tratar dos episódios de 1891, no “1º de Maio daquele ano, circula em São Paulo uma edição única de jornal com aquele título, o que vem a se repetir no 1º de Maio do ano seguinte, só que desta vez o título era em italiano (Primo Maggio)”.²⁵⁵ Neste ano de 1914 se tornaria decano o jornal **1º de Maio** do Ceará, órgão do Centro Artista Cearense, o qual, no Primeiro de Maio de 1914, o jornal alagoano, **Trabalho Livre**, saúda.²⁵⁶ Lopes demonstra ainda, como prova do

²⁵² FEDERAÇÃO OPERÁRIA DE ALAGOAS. Comemoração de 1º de Maio. **1º de Maio**, Maceió, 01 de maio de 1914, Nº 01, p. 2.

²⁵³ JOSÉ ELIAS DA SILVA. Carta. **1º de Maio**, Maceió, 01 de maio de 1914, Nº 01, p. 2.

²⁵⁴ Ao passarmos a vista numa lista de arquivos do CEDEM de jornais do operariado brasileiro da época, constataremos facilmente a existência de muitos exemplares com o título 1º de Maio.

²⁵⁵ LOPES, op. cit., p. 220.

²⁵⁶-s/a, Primeiro de Maio, **Trabalho Livre**, Maceió, 01 de maio de 1914, Nº 01, p. 4.

enraizamento do Primeiro de Maio à vida dos trabalhadores, também a criação de sindicatos cujos nomes remetiam à data, como o caso dos trabalhadores da construção civil de Santos, que em 1904 fundaram a Sociedade Primeiro de Maio.²⁵⁷

No que corresponde à criação dos veículos de imprensa e sua relação com o 1º de Maio, mesmo diante dos constantes problemas referentes, principalmente, a dificuldades financeiras enfrentadas pelos trabalhadores, a data foi uma ocasião ideal para o surgimento de vários jornais da classe trabalhadora, ainda que muitos tivessem “existência tão efêmera que nasceram e morreram para logo”.²⁵⁸ Sobre o período abordado neste capítulo, os únicos jornais que estão mais relacionados com o anarquismo e o sindicalismo revolucionário, próprios de Alagoas, são números de primeiro de maio. Além do órgão da FOA, o jornal **1º de Maio**, de 1914; temos **O Rebate**, de 1915; e para o cruzamento de informações e a análise de um posicionamento divergente desses dois jornais temos outro jornal alagoano, de edição também de primeiro de maio, **Trabalho Livre**, de 1914. Tudo indica que sejam números únicos. Com exceção do **1º de Maio**, que, embora não tenhamos tido contato, o lançamento do número dois foi mencionado em **A Voz do Trabalhador**; dos outros não obtivemos nenhuma informação nesse sentido, a não ser a informação sobre o ano de **Trabalho Livre**, que indica se tratar do ano III. Essa incidência demonstra a relevância da data para o lançamento dos jornais, assim como, essas folhas seriam importantes para as atividades dos trabalhadores que se ampliavam no Primeiro de Maio. Deste modo, de maneira meramente especulativa, poderíamos pensar também que a conservação destes números poderia estar associada ao Primeiro de Maio, nesse caso, por terem tido uma maior circulação, e em menor medida, a data pode ter atribuído maior valor aos jornais, possibilitando sua conservação.

Desta forma, em 1914 apareceu o órgão de imprensa da Federação Operária de Alagoas, no dia primeiro de maio, o jornal de título homônimo, **1º de Maio**. Tinha como diretor, o anarquista Vicente de Moura e, secretário, o anarquista Cleodon Mendes. Este número contava com artigos de vários trabalhadores, quase todos membros da FOA.²⁵⁹ Além de Vicente de Moura e Cleodon Mendes, o jornal trazia artigos de Silva Rizza, Leofredo Duarte, Lisbôa Junior, Odilon Lyra, Gracindo Silva e Olympio Santana. Com exceção de Silva Rizza e Odilon Lyra, os demais trabalhadores eram do grupo de anarquistas que faziam parte da FOA. A temática principal deste número estava voltada para o Primeiro de Maio. Em sua maioria, os

²⁵⁷ LOPES, op. cit., p. 225.

²⁵⁸ -s/a. Mais Um. **1º de Maio**, Maceió, 01 de maio de 1914, Nº 01, p. 1.

²⁵⁹ De todos os nomes que assinam os artigos, apenas o de Silva Riza e Odilon Lyra não são encontrados na documentação referente à Federação Operária de Alagoas, desta maneira não sabemos informar se essas pessoas eram membros delas.

textos traziam um histórico dos episódios de Chicago, alguns com uma narrativa mais inclina à historiografia, outros, por meio da prosa poética. Esse resgate histórico vinha acompanhado do alerta em se seguir as lutas daqueles Mártires “porque fatos idênticos bem poderão se desenrolar, com os mesmos detalhes, em nossos dias”.²⁶⁰ Portanto, marcava-se a oposição entre os trabalhadores e a burguesia, destacando, por sua vez, o papel do Estado nas tragédias vivenciadas pelos operários. Outro fator destacado nos textos, além da ativa identidade de trabalhador, aquele que tudo produz, de mãos calosas, humildes, mas inteligentes, em oposição à burguesia parasita, seria a necessidade de uma atitude combativa em relação ao Primeiro de Maio. Soma-se, ainda, a independência e autonomia dos trabalhadores para se esquivar tanto do que a burguesia e o Estado preconizavam como aceito para as comemorações, festividades e de preferência em locais fechados. Também se atentava, em relação aos seguimentos de trabalhadores que se utilizavam dos meios burgueses como a democracia e o parlamento, o que deveria permanecer nas lutas diárias, seguir as comemorações por meio dos protestos e não de festas, como já mencionamos.

Além do jornal, o número contou com um suplemento de duas páginas, “1886-1914, PÁGINAS DOS OPERÁRIOS DE ALAGOAS. VÍTIMAS DE CHICAGO: O EXORDIO DA TRAGÉDIA”,²⁶¹ contendo uma ótima introdução que tratou do contexto de lutas da classe nos Estados Unidos da América na segunda metade do século XIX, focando, entre outros pontos, na luta pelas 8 horas de trabalho, a adoção da estratégia da greve geral e a importante participação dos anarquistas, culminando na torpe execução. Continha também discursos dos acusados no tribunal, defesas, manifestos e protestos dos próprios; além de escritos com o apoio familiar e solidariedade entre os acusados. Abordou ainda a questão do suicídio Ling, da execução dos trabalhadores e do tardio reconhecimento da inocência destes.

No mesmo ano de 1914, outro jornal operário surgiu no dia 1 de maio em Maceió. Tratava-se de **Trabalho Livre**, inscrito como “Polianthéa dedicada as classes trabalhadoras”, trazia ainda no frontispício, além da imagem de Karl Marx, a celebre consigna do manifesto comunista, “Trabalhadores de todos os países, uni-vos”. O jornal tinha como diretores os socialistas de longa data na atuação operária em Alagoas, Guilherme Lemos e Joaquim Moreno. Assim como o **1º de Maio**, abordou como principal temática o Dia Primeiro de Maio. Alguns dos textos, compartilhando similitudes, louvaram a data, declararam a importância do seu significado, tocaram nos acontecimentos que lhe deram origem e afirmaram, de modo geral, a identidade de classe em oposição ao capital e a burguesia. No entanto, nos chamou a atenção

²⁶⁰ GRACINDO SILVA. 1º de Maio, **1º de Maio**, Maceió, 01 de maio de 1914, Nº 01, p. 3-4.

²⁶¹ Suplemento do jornal da Federação operária de Alagoas, **1º de Maio**, 01 de maio de 1914.

um artigo provocativo intitulado “Festa ou protesto?”, de B. Marconde Oliveira. Essa discussão parecia esgotada, pelo menos para os anarquistas e sindicalistas revolucionários. O texto lança uma crítica ao setor do operariado que propagandeava a comemoração da data como “um dia de luto, de protesto, de revolta”,²⁶² qual seja, os libertários. Sobre a orientação dos libertários e a adesão dos trabalhadores aos seus posicionamentos, o autor diz:

A orientação libertária parece conseguir vibrar mais intensamente sobre os sentimentos e motivos do proletariado, mesmo porque este, talvez em razão da vida sofredora que arrasta na sociedade, paga grande tributo ao sentimentalismo e tem acentuada tendência para a revolta, embora não tenha paciência, previdência e método para prepara-la, o que dá em resultados vermos, em nossos dias, não poucos operários pregam a revolta, a revolução, confiando tanto na consciência incrédula e revolucionária de hoje, como outrora Pedro Ermitão, sem recursos e contando somente com a Providência Divina, pregava a cruzada contra o domínio dos turcos.²⁶³

Embora reconheça a maior penetração da orientação libertária, utiliza para a desqualificar, alegando não existir uma correspondência entre o que desejam e pregam com uma maneira real de se atingir os seus objetivos. Compara, ainda, essa posição com uma quimera de fanáticos religiosos. De tal comparação, avalia o autor, ter sido “mais sensato o fanatismo do Ermitão”,²⁶⁴ uma vez que, a crença de Pedro seria uma crença coerente, ao contrário daqueles que seguiam as orientações dos libertários. Assim, Pedro Ermitão:

confiando demasiadamente numa crença fervorosa como a daquele tempo, crença que tinha ponto de partida o sofrimento, o desapego às comodidades da vida, e por finalidade a morte, metamorfose necessária para o gozo de uma vida de recompensas, de amor, de paz, de tranquilidade; do que o fanatismo dos que hoje tanto confiam numa consciência e numa solidariedade amolecidas pela sede de prazeres, pelo apego à vida terráquea, além do qual creem nada mais existe.²⁶⁵

Para o autor o posicionamento que prescreve a revolta e o protesto, nega a consagração do trabalho e, desta maneira, são cúmplices da burguesia no aviltamento e desvalorização do trabalho. Em outro trecho volta a criticar os libertários alegando não ser o “bastante desejar-se e propagar-se a revolução, é essencial dar-se provas de uma coragem e de um desprendimento

²⁶² B. MARCONDES DE OLIVEIRA. Festa ou Protesto?. **Trabalho Livre**, Maceió, 01 de maio de 1914 N° 01, p. 2-3.

²⁶³ Ibid.

²⁶⁴ Ibid.

²⁶⁵ Ibid.

capazes de suggestionar as multidões”. Questiona ainda a necessidade de protestar um dia determinado do ano devido o ocorrido em Chicago; se apenas este atentado a classe trabalhado sofreu; se é esse o único ato de despotismo sofrido pelos dominados; e se não poderiam evocar a memória de todos os mártires que caíram durante os séculos. É bastante clara a tentativa de deslegitimar o principal símbolo deste dia, que é a execução dos anarquistas de Chicago, utilizando subterfúgios como o questionamento sobre o propósito de lutar apenas um dia ou evocar a memória de tantos mártires que tombaram durante muitos séculos, tornando tanto geral, quanto evasiva a referência de luta a partir dos mártires de Chicago, por exemplo. Para ele não se dignificaria o trabalho com discursos platônicos, “inflamados de orientações revolucionárias, mas vazios de fatos, negativos de realidades”.²⁶⁶ Em oposição à defesa de um Primeiro de Maio de protesto e não de festa, o texto indica que:

O 1º de Maio deve, pois, ser um elevado, dignificado e até deificado, e como não se pode dignificar o efeito sem elevar a causa, nem o produto sem lisonjear os produtos²⁶⁷, resulta que os operários glorificarão a si mesmo, glorificarão o trabalho, e tanto mais que eles só se entregam ao trabalho necessário, útil e produtivo causa primordial de todo bem estar humano.²⁶⁸

A consagração do trabalho, nesse sentido, seria não apenas com festejos, mas seria também com trabalho, a glorificação do trabalho. Outros pontos do jornal que marca a discrepância de identidade autônoma e na combatividade em relação ao postulado no **1º de Maio** – que, além da burguesia e do capital, tem como inimigos da classe trabalhadora os governos e o Estado - seria a saudação a Clodoaldo da Fonseca pela festa oferecida em homenagem ao “trabalho” no dia Primeiro de Maio, “O exmo. Sr. Coronel Clodoaldo da Fonseca, associando-se as festas em homenagem ao trabalho, escolheu para levar a efeito esta bela solenidade que também significa a Arte, a Poesia, o dia 1º de Maio, dedicando-a ao operariado alagoano, [...] À s. Exc. Os nossos aplausos”²⁶⁹. Assim como também consta no referido jornal uma homenagem ao presidente Hermes da Fonseca pela construção das vilas operárias.²⁷⁰

²⁶⁶ Ibid.

²⁶⁷ A frase está sem sentido, talvez tenha ocorrido um erro, e nos parece que o correto seria “sem lisonjear os produtores”.

²⁶⁸ Idem.

²⁶⁹ -s/a. Festa das Árvores. **Trabalho Livre**, Maceió, 01 de maio de 1914, Nº 01, p. 3.

²⁷⁰ UM OPERÁRIO ALAGOANO. Vila Operária Marechal Hermes. **Trabalho Livre**, Maceió, 01 de maio de 1914, Nº 01, p. 3.

Lançado também no dia primeiro de maio, só que agora no ano de 1915, **O Rebate** seria veiculado entre a classe trabalhadora de Maceió. Aperiódico, sairia “quando as suas condições permitissem”,²⁷¹ este jornal estava mais próximo daquilo que pregara o jornal **1º de Maio**, inclusive reproduz o texto de Vicente de Moura publicado naquele jornal. Pregou a luta contra a “propriedade privada” anunciando que não se combateria como os “senhores do estado”, ou seja, acrescenta o jornal, “nosso combate possui uma arma mais poderosa que as vossas metralhadoras – a consciência libertária”. Como os outros dois jornais, apresentou como tema principal o dia Primeiro de Maio com textos republicados como o citado de Vicente de Moura e, o também já falado, de Isaura Lemos, além de excertos de textos sobre as vítimas de Chicago, assim como, trechos das “Palavras das vítimas de Chicago perante os tribunais americanos”. Destoando claramente daquilo que B. Marconde de Oliveira trouxe no artigo “Festa ou protesto?”, em **Trabalho Livre**, Vicente de Moura, sem titubear, lança que “O 1º de Maio não é de festa e tão pouco de júbilo; ao contrário, é o dia que os trabalhadores unidos vão à praça pública, [...], exteriorizar as suas forças físicas e Moraes, protestando contra a classe que os exploram”.²⁷² Outro trecho que marca a discrepância entre **O Rebate** e o **Trabalho Livre**, no sentido das saudações a qual este último publicou para o governador de Alagoas e o Presidente da República. **O Rebate** expõe, como o jornal **1º de Maio**, sua oposição tanto ao capitalismo e a burguesia, quanto a qualquer forma de governo. “Mostrar a massa trabalhadora a sua ruína, concretizada no capitalismo, criticar sob todos os aspectos os preconceitos sociais, mostrar ao povo que não existe melhores governos, pois todos eles, monárquicos ou republicanos, são a negação da liberdade”.²⁷³

O artigo do alfaiate anarquista Gracindo Alves²⁷⁴ colocou um novo elemento nos debates sobre o que aqui destacamos dos jornais. Trata-se da situação do movimento operário frente à Primeira Guerra Mundial, questão de protesto dos trabalhadores nesse Primeiro de Maio. O alfaiate assim chamava os “Proletários de todo o globo, de pé hoje, lavrae [sic] o vosso protesto na praça pública, arrancai de todas as fibras que formam o centro de vossos nobres sentimentos para que proveis o vosso ódio esse atentado infame: - a guerra”,²⁷⁵ e os responsáveis pela cruel ação, a guerra, “que, não satisfeitos ainda em arrancar o vosso suor, [...], querem também assistir o digladiar de homens como vós, que já tendes bastantes razões

²⁷¹ GRUPO EDITOR. Expediente, **O Rebate**, Maceió, 01 de maio de 1915, Nº 01, p. 2.

²⁷² VICENTE DE MOURA, 1º de Maio, **O Rebate**, Maceió, 01 de maio de 1915, Nº 01, p. 3-4.

²⁷³ GRUPO EDITOR, O Rebate, **O Rebate**, Maceió, 01 de maio de 1915, Nº 01, p. 1.

²⁷⁴ GRACINDO ALVES, Primeiro de Maio, **O Rebate**, Maceió, 01 de maio de 1915, Nº 01, p. 2.

²⁷⁵ Ibid.

para voltar as armas contra tão maus feitores”.²⁷⁶ Para Gracindo, seriam “os déspotas, os tiranos, senhores de todos meios de produção”²⁷⁷ quem obrigavam os operários a produzir aquilo, canhões e espingardas, que depois os fariam “vítimas das tuas próprias mãos calosas”.²⁷⁸ Assim como os governos atacaram aqueles que lutaram contra a guerra, como o caso do anarquista Sebastian Faure, posto no cárcere pelo governo democrata francês, ainda que “o seu crime foi ter lançado um manifesto na França, ao mundo em favor da paz”.²⁷⁹ Diante disso, indaga então, “Que nos vale pois, os democratas?”.²⁸⁰

Como podemos notar os anarquistas buscaram fortalecer a partir da simbologia do Primeiro de Maio uma identidade de classe pautada na combatividade, no que se refere às formas de comemoração que seriam através dos protestos, das greves e da ação direta; e na autonomia frente aos seus inimigos, seja a burguesia e o capitalismo ou os estados e seus governos. Esta atuação seria preceito da estratégia do sindicalismo revolucionário no Brasil do qual os anarquistas tiveram importante participação. Trataremos agora, mais especificamente, da militância dos anarquistas alagoanos na Federação Operária de Alagoas.

2.4 Os anarquistas na Federação Operária de Alagoas

Antes de qualquer coisa, considerando as questões historiográficas que envolve a relação entre anarquismo e sindicalismo revolucionário e a divisão estratégica existente no anarquismo, apontamos que os anarquistas em Alagoas, nesse período, podem ser identificados como organizacionistas²⁸¹ e tiveram como meio de atuação o sindicato. A participação dos anarquistas ocupou um papel de relevo na construção da FOA e, assim, do sindicalismo revolucionário. Além das primeiras organizações a estabelecer contato com a COB, o anarquista alagoano, Vicente de Moura, escreveu de maneira recorrente e obteve respostas, publicadas em **A Voz do Trabalhador** no espaço determinado para essa finalidade, a algumas de suas cartas. Até fevereiro de 1913, Vicente havia enviado duas cartas, saiu no terceiro número da reedição daquele jornal uma resposta que transparece a persistência de Vicente de Moura em se contatar com a COB: “Recebemos a carta; a primeira também. Aguarde respostas. Motivos de força maior determinaram esta falta [...]. Não desanime. A grandeza de nosso ideal é (rasurado) que

²⁷⁶ Ibid.

²⁷⁷ Ibid.

²⁷⁸ Ibid.

²⁷⁹ Ibid.

²⁸⁰ Ibid.

²⁸¹ CORRÊA, 2015, pp. 245-246.

nada poderá impedir a sua evolução”²⁸². Em outro momento, em meio a fundação da FOA, Moura parece compartilhar desconfianças, talvez sobre grupos ou indivíduos com intenções escusas no movimento operário de Alagoas - em muitos casos essas desconfianças estavam relacionadas a aqueles que aderiam e propagandeavam as ações parlamentaristas como meio de atuação para o movimento operário. Sobre esta questão dizia os redatores: “Ciente do que nos informa. Nada de nos confundir com essa gente”.²⁸³

Vicente de Moura foi bastante ativo desde o começo das articulações dos sindicatos e militantes com a COB, levando-nos a crer que esteja entre os principais nomes na empreitada de fundação da FOA. Como já fora citado, nesta organização os anarquistas tiveram representatividade no Comitê Súdico, do qual Moura fez parte ao lado de Gracindo Silva e Olympio Santana. Moura teve algumas participações em eventos como orador, escreveu notas, esteve envolvido na fundação de sindicatos, nas correspondências com a COB etc. Além desse anarquista, Olympio Santana também teve relevante participação como orador da Federação, bem como, Cleodon Mendes como secretário do Jornal e, ao lado do próprio Vicente de Moura e Rosalvo Guedes,²⁸⁴ na formação do Sindicato Operário de Ofícios Vários, do qual também fez parte o anarquista Lisboa Junior.

Como mencionamos antes, este momento foi importante para a divulgação do sindicalismo revolucionário, bem como, do anarquismo em Alagoas. No início do século XX, entre outubro e novembro de 1902, em um caso mais emblemático, esta ideologia veio à baila em uma discussão, por meio dos jornais **O Evolucionista** e **O Trocista**, encampada pelo “porta-voz do capitalismo e da burguesia local”²⁸⁵ Luis Lavenère e o socialista João Ferro. De um lado, Lavenère viria atacar “as principais ideias e estratégias do movimento socialista”.²⁸⁶ Em um momento, Lavenère, lança sobre o socialismo o epíteto de anarquismo, ideologia que ele via com mãos olhos. Já Ferro em seus artigos, que respondiam aos ataques do redator de **O Evolucionista**, “fala da ordem burguesa como uma ordem anárquica”²⁸⁷ compartilhando, assim, a visão negativa de Lavenère sobre o anarquismo. Maciel demonstra que:

[...] ambos entendiam o anarquismo e a anarquia como temas ruins, como doutrinas que, se aplicadas, denegririam fatalmente a sociedade. Ferro

²⁸² -s/a. Canhenho Associativo. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 1913, Nº 24, p. 4.

²⁸³ -s/a. Bilhetes e Recados. **A Voz do Trabalhador**, Rio Janeiro, nº 32, 01 de junho de 1913, Nº 32, p. 4.

²⁸⁴ Rosalvo Guedes aparece nas correspondências com a COB nos meses em que se dá a articulação do Sindicato de Ofícios Vários junto com outros anarquistas. No entanto o seu nome não consta no documento em que o grupo de anarquistas da FOA responde à Comissão Organizadora do Congresso Anarquista Sul-Americano. Rosalvo Guedes terá uma atuação no anarquismo anos mais tarde ao lado de Octavio Brandão e outros militantes.

²⁸⁵ Maciel, 2009, p.178.

²⁸⁶ Ibid.

²⁸⁷ Ibid.

defende o socialismo e a doutrina de Marx do epíteto de anarquismo que lhe lança o redator do *Evolucionista*, enquanto que – noutro momento - falada da ordem burguesa como ordem anárquica. Junto ao pensamento conservador a anarquia e suas defesas da descentralização e da necessidade de que não haja nenhuma forma de poder nunca foram bem-vistas.²⁸⁸

Era comum aos socialistas no final do século XIX e começo do século XX, como demonstra Oliveira,²⁸⁹ buscar desvencilhar o socialismo do anarquismo ao tratar, dentre outras ocasiões, da definição daquele, concordando, como vimos no exemplo anterior, com as posições dos inimigos de classe que buscavam detrair o anarquismo. Virginio de Campos, na sua defesa do socialismo, cuidou, como anuncia **O Gutenberg**, em mostrar que nas bases do socialismo “não se faz mister o elemento anárquico para perfeita estabilidade social”.²⁹⁰

No contexto de militância da FOA a situação se modificou e, a nosso ver, atesta a importância que os anarquistas forjaram no movimento operário. O único jornal, talvez o único número, que veio a existir, da Federação Operária de Alagoas, o **1º de Maio**, do qual já falamos, tinha como diretor e secretário os anarquistas, Vicente de Moura e Cleodon Mendes, respectivamente. E como já foi dito, quase todos os artigos foram assinados por anarquistas. Além destes pontos, seu editorial menciona o anarquismo de maneira distinta dos dois exemplos citados, ou seja, de forma positiva. Assim se referia o editorial:

O anarquismo é uma ideia, e uma maneira de pensar evoluída com os tempos, é uma doutrina que acusa desenvolvimento do cérebro; vós não a podeis compreender porque tendes o entendimento atrofiado pela corrupção. Esta arvore assombrosa, o anarquismo, dia a dia, galhardamente cresce, e mais se ramifica e mais se estende, para a sombra enorme de sua copa frondosa, viridente, ubérrima, abrigar os despojados de vossa incruenta pilhagem.²⁹¹

Esta definição do anarquismo e a necessidade de ressaltar seu significado sugere, por um lado, o quanto esta ideologia era atacada²⁹² e, por outro lado, considerando o posicionamento e ataques de alguns indivíduos e tendências no movimento operário brasileiro no final do XIX e no início do século XX contra o anarquismo, demonstra que neste momento essa ideologia ocupava uma posição de reconhecida relevância no movimento. Ainda em nome da FOA, o anarquismo foi mais uma vez defendido e descrito positivamente em um jornal alagoano divulgado pela **A Voz do Trabalhador**, como contraponto à acusação de Pinto

²⁸⁸ Ibid.

²⁸⁹ OLIVEIRA, 2009, p. 55.

²⁹⁰ -s/a. Conferências. **O Gutenberg**, Maceió, 21 de outubro de 1905, Nº 225, p. 2.

²⁹¹ -s/a. Mais Um. **1º de Maio**, Maceió, 01 de maio de 1914, Nº 01, p. 1.

²⁹² Podemos observar essa defesa constante do anarquismo nos discursos dos operários de Chicago no tribunal quando foram condenados pelos episódios de Haymarket, onde a principal acusação era fato de serem anarquistas. Os fragmentos desses discursos foram publicados no suplemento do jornal *1º de Maio*.

Machado sobre a alegação de que no II Congresso Operário Brasileiro imperaria as ideias anarquistas. Entendemos, pelo que segue na nota, que a intenção do senhor Machado seria manchar a imagem do Congresso, associando-o ao anarquismo.

O sr. Machado, dizendo que naquele tentamen [sic] imperarão as ideias anárquicas, julga, ao que parece, telegrafar para um meio de beocios [sic], onde não conheça a verdadeira significação da palavra – Anarquismo - que hoje já ninguém comete a veleidade de confundir com Niilismo ou Terrorismo.²⁹³

A nota prossegue expondo, diferente de outras ocasiões, como o anarquismo era naquele momento percebido por “todo mundo”. O “Anarquismo”, segue o texto, “sabe todo mundo, é, por enquanto, o sonho de perfectibilidade humana, que, por forças das contingências sociológicas, um dia, que não vem tarde, se tornará a mais sublime das realidades”. Como vemos, ao contrário de aviltar “fatalmente a sociedade”, como cita Maciel sobre o entendimento de Ferro e Lavenère, e “não se faz mister [...] para perfeita estabilidade social”, pensamento de Virgínio de Campos; o anarquismo seria então um sonho de perfectibilidade que logo se converteria em realidade.

Vicente de Moura, que assina a nota enquanto secretário interino da FOA, continua esclarecendo que “em bem da verdade, no Segundo Congresso não predominarão as ideias anárquicas que, afinal de contas, não são ideias de terror, de niilismo”, e conclui esclarecendo que, “O Congresso será exclusivamente operário, predominando nele a ideia econômica”.²⁹⁴ Esta nota registra a posição dos anarquistas alagoanos acerca das orientações do Congresso, defendendo suas posições enquanto anarquistas e transparecendo tranquilidade a respeito do caráter operário e a primazia da ideia econômica, que seria, ao lado da neutralidade política e religiosa, e da ação direta, características do sindicalismo revolucionário, para o movimento operário.

O grupo de anarquistas no seio da Federação Operária de Alagoas não se constituiu como uma organização “formal”, era um grupo de afinidade agindo dentro das associações de classes, junto de trabalhadores que carregavam outras inclinações político-ideológicas. Segundo Corrêa, historicamente os anarquistas, na maioria dos casos, priorizaram a articulação das estratégias de massa em detrimento das organizações políticas especificamente anarquistas.²⁹⁵ Em outros casos, os anarquistas se organizaram como grupo redator em torno de

²⁹³ VICENTE DE MOURA *apud* CECÍLIO VILAR. Campanha contraproducente. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 01 de setembro de 1913, Nº 38, p. 2.

²⁹⁴ *Ibid.*

²⁹⁵ CORRÊA, 2015, p. 272.

publicações como os casos de alguns jornais mais duradouros: **O Amigo do Povo**, **Terra Livre**, **La Bataglia**, **Germinal**, **Guerra Social**, **A Plebe**, entre outros. Estas são condições mais favoráveis para a análise das produções teóricas destes grupos, de seus projetos e programas. No caso dos anarquistas alagoanos, as fontes, nesse sentido, são um tanto pobres, restando-nos muito pouco, caso queiramos implementar tão análise. Na medida do possível, buscamos minimamente adentrar em tais análises. Sobre as fontes utilizadas, inclusive, nos apegamos a fragmentos e trechos já citados algumas vezes aqui, partes do jornal **1º de Maio** e as declarações na nota de Vicente de Moura.

Depreende-se das fontes supracitadas aspectos que podem caracterizar a compreensão do anarquismo daqueles anarquistas. Considerando o meio o qual são expostos tais pensamentos, no caso, os jornais, a linguagem é mais flexível do que um documento de base teórica ou mesmo manifesto, devido a circunstâncias e intencionalidades. Assim temos as definições de anarquismo como “o sonho de perfectibilidade humana, [...] que não vem tarde, se tornará a mais sublime das realidades”²⁹⁶ e de “uma ideia, e uma maneira de pensar evoluído com os tempos, é uma doutrina que acusa desenvolvimento do cérebro”.²⁹⁷ Embora, tais escritos, aos olhos de algumas pessoas, possam se apresentar um tanto simplório teoricamente, esclarecemos, a partir de Corrêa, que a “definição de anarquismo [...] implica uma distinção substancial entre os conceitos de ideologia e teoria”. Para o pesquisador a “ideologia apresenta distintos elementos de ordem não-científica, como aspirações, valores, sentimentos, motivações, que impulsionam práticas políticas”.²⁹⁸ As definições que apresentamos se situam no campo das aspirações sobre o rumo da realidade que se tornará perfeita com o anarquismo; e de uma construção e exposição dos anarquistas como pessoas mais “evoluídas” em comparação com outros trabalhadores, apáticos ou adeptos de meios de atuação como a política parlamentar e, principalmente, da tacanha burguesia.

Essa oposição à burguesia é explicitada como um fator determinante na existência do anarquismo, atentando para a sua relação antagônica, onde, se referindo ao anarquismo, “o que lhe alimenta, o que lhe avigora, o que lhe dá seiva robusta, o que lhe serve de estrutura às suas fortes raízes é a vossa sociedade corrupta, é a vossa justiça venal. [...] a esta arvore se quiserdes matar, destruí-la, [...] – Vós todos burgueses, enforcai-vos”.²⁹⁹ A relação antagônica de classes, entre burgueses e trabalhadores, do qual os anarquistas são parte, caracteriza, na compreensão

²⁹⁶ VICENTE DE MOURA *apud* CECÍLIO VILAR. Campanha contraproducente. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 01 de setembro de 1913, Nº 38, p. 2.

²⁹⁷ -s/a. Mais Um. **1º de Maio**, Maceió, 01 de maio de 1914, Nº 01, p. 1.

²⁹⁸ CORRÊA, op. cit., p. 121.

²⁹⁹ Ibid.

dos anarquistas, uma luta de classes. Embora pareça óbvio, a adesão do anarquismo à luta de classe é negada por alguns historiadores como Cláudio Batalha e Edilene Toledo. O pesquisador Bruno Araujo, na sua dissertação, ao falar da postura adotada por Canellas nas suas publicações nos periódicos, afirma que a sua atuação política e ideológica foi marcada por uma miscelânea, por misturar muitas concepções de distintas tendências, por exemplo, termos próprios do socialismo e, por conseguinte, estranhos ao anarquismo, fazendo parte destes princípios, a luta de classes.³⁰⁰ Embora saibamos que como socialismo Araujo esteja falando sobre a tendência signatária da II Internacional, contestamos suas conclusões a respeito destas questões, pois o anarquismo é uma ideologia socialista. Sobre a luta de classes, podemos ver que os anarquistas alagoanos a enxergam como ponto crucial para sua existência.

Assim, como a matriz socialista, pensamos que ela vai muito além da tendência saída da II Internacional e envolve, inclusive, o anarquismo. Corrêa define que “O anarquismo é uma ideologia socialista e revolucionária que se fundamenta em princípios determinados”.³⁰¹ Ainda no jornal **1º de maio** os anarquistas de Alagoas tocaram na proliferação de organizações e sociedades operárias em várias partes do mundo que tinham o socialismo como base, entre essas se encontrava os grupos anarquistas:

[...] podemos dizer, com convicção, já existem nas cinco partes do mundo centenas de sociedades operárias, com programas diversos, mas tendo por base a ação – socialismo. Entre elas contam-se: Sindicatos, Uniões, Cooperativas, Centros de Estudos Racional, Grupos Anarquistas, Ligas Anticlericais, Livres Pensadores, etc.³⁰²

À oposição à burguesia na luta de classes e à sua base socialista, soma-se, à ideia dos anarquistas alagoanos, o elemento político, controverso nas discussões que classifica o anarquismo como uma ideologia que nega a política. Na atuação prática, ou seja, na estratégia do sindicalismo revolucionário, os anarquistas concebem a luta operária tanto a partir da questão econômica, quanto política. Sobre a luta operária, assinala o anarquista alagoano Leofredo Duarte, que ela “abrange não só os interesses da economia, como a política: aquela representa acúmulos das riquezas, dos que exploram as gerações trabalhadoras: esta, proeminências dos que anferem as posições de mando e poder”.³⁰³ Desta maneira os anarquistas compreendiam que deveriam combater ao mesmo tempo, tanto o capitalismo, quanto o Estado. Cleodon Mendes pensando sobre a condição dos trabalhadores assinala que:

³⁰⁰ ARAUJO, op. cit., p.118.

³⁰¹ CORRÊA, op. cit., p. 117.

³⁰² -s/a. Mais Um. **1º de Maio**, Maceió, 01 de maio de 1914, Nº 01, p. 1.

³⁰³ LEOFREDO DUARTE. Companheiros! **1º de Maio**, Maceió, 01 de maio de 1914, Nº 01, p.1.

[...] o homem que, com verdade e critério, desconhece a distinção de estado, indubitavelmente não a alimenta, procura sim destiná-la [sic] como: Pozzi, Kropotkine, Malatesta, Neno Vasco e outros de iguais sentimentos e cultivo social, cujo papel tem sido importantíssimo nas últimas tempestades socialistas. Seu modo de doutrinar faz-nos compreender e adquirir pouco a pouco a consciência de nossa situação, o sentimento de ser esmagado e impiedosamente explorado pela burguesia nefasta.³⁰⁴

Nesse ponto, o anarquista chama a atenção para a indistinção de modelos de Estados, assim como, o modo de doutrinar daqueles que combatem o Estado possibilita adquirir paulatinamente a consciência acerca do papel nefasto da burguesia. O militante anarquista acrescenta sobre a necessidade de agir sobre a situação implementada pela burguesia e o Estado, indaga “se não é preciso subjugar esta sociedade assassina e ociosa, onde os fracos e os pobres são terreno de exploração dos fortes, ricos e do estado?”. E aponta ainda que “para a garantia dessa ociosidade e corrupção, foram criadas e tramoiadas [sic], pelos próprios parasitas, as potências que olhar não podemos com bons olhos, nem a nossa razão reconhece – justiça, pátria, lei e estado”, inclusive, a tal sociedade é preciso “o estado garantir esta divisão social”. Embora o anarquismo não deva ser visto meramente como anti-estatista, como é comumente caracterizado, a citação guarda um ponto chave sobre a compreensão e atuação política dos anarquistas, a sua atuação seria fora do campo da política oficial, seria um conceito negativo de política.

Retomando a questão sobre a proeminência do caráter operário do Congresso, destacamos que, assim como na historiografia a relação entre anarquismo e sindicalismo revolucionário é objeto de acalorado debate, entre os contemporâneos, por sua vez, foi também discutida com bastante vigor. Embora a maioria dos anarquistas brasileiros tivessem posição semelhante à dos alagoanos, existiram, entre aqueles que concordavam com a participação nos sindicatos, proposições contrárias àquelas do sindicalismo revolucionário, colocando para o movimento a proposta de adoção do anarquismo como doutrina oficial das associações de classe. Um exemplo foi o que expressou em sua declaração de princípios a Federação Operária de Santos, ocasionando uma grande discussão nas páginas de **A Voz do Trabalhador** entre os anarquistas João Crispim e Neno Vasco.

Sob o título, “O Anarquismo no Sindicato”,³⁰⁵ o jornal da COB publicou o debate dos dois anarquistas, entre setembro de 1913 e novembro de 1914. A estreia se deu a partir de um

³⁰⁴ CLEODON MENDES. 1886-1914. **1º de Maio**. Maceió, 01 de maio de 1914, Nº 01, p. 3.

³⁰⁵ Além de ser mencionados em inúmeros trabalhos este debate foi publicado em livro organizado pela Biblioteca Terra Livre e o Núcleo de Estudos Libertários Carlos Aldegheri, **Anarquistas no sindicato**: um debate entre Neno Vasco e João Crispim, em 2014.

artigo de Neno Vasco em reação a um conjunto de ideias que vinham sendo defendidas pelo jornal **Germinal** e expressas em uma declaração de princípios da Federação Operária de Santos. Nas palavras de Neno:

O meu artigo foi escrito porque a minoria anarquista de Santos fez aprovar, em junho de 1913, pela Federação Operária da localidade, uma “declaração de princípios” comunista anarquista, redigida, se não erro, pelo próprio camarada João Crispim, que defendia semelhante modo de proceder nas colunas do *Germinal*, de São Paulo. Era imitar os anarquistas argentinos, que tinham feito adotar “oficialmente” pela Federação Operária Regional (não “realmente” pelos “associados”) o comunismo anarquista.³⁰⁶

O problema da declaração, para Neno, seria a defesa de uma doutrina que preconizava adotar “nos estatutos e congressos sindicais o comunismo anarquista como finalidade dos sindicatos e suas federações”.³⁰⁷ Segundo o anarquista português, esta doutrina seria a causa da divisão do operariado na Argentina num campo onde este poderia e deveria estar unido; e demonstra que essa medida contradiz o anarquismo no que ele tem de essencial. Considerando aquilo que preconiza tal declaração em duas hipóteses: a primeira, “ou o sindicato é composto exclusivamente de anarquistas e só anarquistas admite”,³⁰⁸ a segunda, “ou o sindicato agrupa profissionalmente os assalariados, sem distinção de finalidades políticas e sociais”.³⁰⁹ No primeiro caso o sindicato se configuraria como um grupo de ideias, ainda que a base também fosse a profissão. Deste modo, sendo os anarquistas minoria, teriam reduzida capacidade de influenciar os grandes movimentos de massa, estariam em contato apenas entre si mesmos, podendo se tornar exclusivamente teóricos, cultivando o ideal, apenas, e restritos à uma propaganda abstrata que não conduziram à ação e à organização necessária; separados do movimento, e ainda, “pelo arrojo de suas ideias, pela densa atmosfera de ódios, calúnias e deturpações que os envolve”,³¹⁰ os anarquistas não inspirariam “confiança ao grosso do proletariado”.³¹¹ Caso fossem numerosos voltariam sua propaganda entre o povo, mas do lado de fora do sindicato, o que seria um problema, pois o sindicato seria um campo fértil para o contato dos anarquistas com o povo, onde eles poderiam dar “provas de energia e dedicação pela causa comum”,³¹² inspirando-lhes confiança. Seriam estes, princípios essenciais, uma vez

³⁰⁶ NENO VASCO. O anarquismo ou sindicato. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 01 de maio de 1914, Nº 53-54, p. 2.

³⁰⁷ NENO VASCO. O anarquismo no sindicato. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 01 de setembro de 1913, Nº 38, p. 1.

³⁰⁸ *Ibid.*

³⁰⁹ *Ibid.*

³¹⁰ *Ibid.*

³¹¹ *Ibid.*

³¹² *Ibid.*

que, os anarquistas não almejavam uma simples revolução política, queriam uma revolução social.

Por outras palavras: não queremos emancipar o povo; queremos que ele mesmo se emancipe. Precisamos de, pela propaganda, pelo exemplo, pela ação, estimular a massa no caminho da emancipação, levando-a a agir, a interessar-se diretamente pela sua causa, pelos seus interesses, a organizar-se para isso, para essa ação direta, ainda que principie com ações modestas.³¹³

No segundo caso, que arregimenta seus membros apenas pela profissão e condição de assalariado, e tendo como finalidade “lutar pelos seus interesses contra o patronato”,³¹⁴ a adoção do comunismo anarquista como doutrina oficial representaria um artifício autoritário engendrado por delegados e representantes e não seria a exata expressão dos sindicatos. Um grupo para aderir ao anarquismo oficialmente seria um grupo de anarquista que “constitui-se por ideias e afinidades e quem nele adere franca e conscientemente ao anarquismo: sem isso perderia o seu caráter essencial”.³¹⁵ Neno considera mais anarquista a atuação dos sindicatos quando recrutam os salarizados, conscientes da função de sua luta contra o patronato, do que quando organiza os trabalhadores sob a bandeira do anarquismo, quando aqueles não possuem um conhecimento regular daquela ideologia. Assim, aponta que as quatro alíneas da base de acordo da COB exprimiam melhor “a realidade dos fatos, os fundamentos do sindicalismo, baseado essencialmente sobre o agrupamento dos trabalhadores para a luta de classe, no terreno econômico e social, independentemente dos partidos políticos”,³¹⁶ do que outros estatutos sindicalistas revolucionários ou anarquistas. Julgava, deste modo, supérfluas declarações como as da CGT, contidas no estatuto e moção de *Amiens*, de que seria objetivo finalista do movimento a abolição do salarizado e do patronato e estabelecendo como núcleo de organização da vida social o sindicato. Embora assinale as devidas diferenças, este sistema, sobretudo, o sistema adotado pela FORA da Argentina, renovava um erro autoritário que, inclusive, conduziu à ruína a AIT ou I Internacional.

Caminhando para a conclusão deste primeiro artigo, Neno afirma que deveria ser outro o processo que levaria ao sindicato, “anarquicamente, libertariamente”, o anarquismo. Mas, antes da conclusão, argumenta que o sindicato comporta duas tendências contraditórias no seu seio: Uma carrega o proletariado a uma concepção revolucionária da luta de classes; a outra

³¹³ Ibid.

³¹⁴ Ibid.

³¹⁵ Ibid.

³¹⁶ Ibid.

conduz o operariado ao estabelecimento de categorias privilegiadas no seu próprio seio. Questiona, pois, qual deveria ser a atitude dos anarquistas no sindicato?

Em primeiro lugar, devem ali conservar quanto possível sua liberdade de ação, evitar os compromissos e os motivos de suspeitas [...], o seu papel é de uma minoria atuante e propulsora: favorecer com todas as suas forças a tendência socialista, anarquista e revolucionária do movimento econômico operário e as formas de ação e organização que as promoverão; acompanhar ardentemente o operário em suas reivindicações, procurando alarga-las; apontando-lhes sempre o nosso fim e mostrar-lhe fatigavelmente a necessidade da revolução social. Procurar, em suma, que anarquistas sejam, não os estatutos, mas os operários, se não nas ideias, ao menos nos atos.³¹⁷

Em resposta, João Crispim, dentre outros pontos, afirma, sobre a definição do sindicalismo, que “está claro que este baseia-se no agrupamento de trabalhadores, por classe, mas esses agrupamentos ou sindicatos desenvolvem a sua atividade conforme a orientação que neles predomina”.³¹⁸ Destaca, o que a seu ver é uma contradição do artigo do Neno, o fato de não concordar que o sindicato declare a abolição do patronato, mas declara, por sua vez, que os anarquistas não querem uma mera revolução política, e sim uma revolução social. Desta maneira, acerca da atuação dos anarquistas no sindicato, Crispim assinala que “não devem limitar os meios de propaganda, devem trabalhar até que os sindicatos façam a propaganda em geral das reivindicações proletárias, inclusive a abolição definitiva de todos os elementos autoritários, até que propaguem o comunismo anarquista”.³¹⁹ Na sua visão, devido os anarquistas não fazerem a propaganda revolucionária nas organizações orientadas por estes, estas organizações estavam tomando uma tendência corporativa. Argumenta Crispim, que “o zelo de neutralidade em benefício da tendência a agrupar todos os trabalhadores”³²⁰ tem provocado a renúncia do anarquismo no sindicato. Acredita, ainda, que “se os sindicatos ou sociedades operárias devem ser neutros a respeito da questão social [...], pouco tem a fazer os anarquistas no movimento operário”;³²¹ agora:

Se, ao contrário, as sociedades operárias não devem limitar as suas necessidades aos interesses imediatos [...], o que se deve pedir aos anarquistas é que façam nas organizações a maior propaganda dos seus princípios, até que tomem uma orientação anarquista, sem esperar que todos os seus componentes aplaudam ou conheçam profundamente a filosofia do anarquismo.³²²

³¹⁷ Ibid.

³¹⁸ JOÃO CRISPIM. O anarquismo no sindicato. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 1914, Nº 48, p. 7.

³¹⁹ Ibid.

³²⁰ JOÃO CRISPIM. O anarquismo no sindicato. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 01 de março de 1914, Nº 50, p. 3.

³²¹ Ibid.

³²² Ibid.

Neno retoma a discussão no artigo “O anarquismo ou sindicato”.³²³ Em resposta a Crispim, diz não crê no automatismo revolucionário do sindicato, para ele o sindicato poderia ser tanto instrumento de conservação burguesa, quanto ferramenta da revolução social. Sendo assim, seriam “necessárias a propaganda e a ação incessantes, francas e decididas dum livre e independente de uma minoria de anarquistas”.³²⁴ Entretanto, o sindicato deveria ser aberto para todas as opiniões na luta contra os patrões. Sobre a neutralidade abordada por Crispim, Neno diz que não defende “a neutralidade passiva, à moda daqueles reformistas que pretendem encerrar o movimento operário na ação estritamente corporativa, ou dos que querem banir do sindicato até a discussão e a propaganda, a livre iniciativa e a ação sincera das tendências”.³²⁵ Neno distingue os níveis organizacionais, de “um lado a organização operária de resistência”, do outro lado “os partidos e grupos de ideias”.³²⁶ Seria na organização de resistência que se exerceria “a ação das minorias conscientes e atuantes, das tendências”.³²⁷

Para João Crispim, o sindicato não só poderia como deveria ter uma orientação anarquista. Para ele os métodos e fins do anarquismo estavam de acordo com os interesses e necessidades do proletariado. Deste modo, não vê problemas na adoção de uma declaração de princípios anarquista nos sindicatos. Embora, enfatize que essa adoção “não era uma causa, mas sim uma consequência de uma longa ação revolucionária e de uma intensa propaganda libertária”.³²⁸ O que para Neno seria inconcebível. Para este, mesmo que em um sindicato se reunissem todos os anarquistas de uma corporação, ainda assim não poderia ser anarquista o sindicato, pois muitos outros trabalhadores certamente não o seriam, e o sindicato deveria ter as portas abertas para estes, sobe pena de perder o seu sentido.³²⁹

O debate encampado pelos anarquistas revela duas estratégias historicamente utilizadas pela ampla tradição anarquista na luta de classes, o anarcossindicalismo e o sindicalismo revolucionário, o que alguns autores chamam de sindicalismo de intenção revolucionária. Nenhuma das duas tendências nega a participação nos sindicatos, muito embora, entre elas haja uma distinção na relação da ideologia com a estratégia. No sindicalismo revolucionário, atende-se ao princípio de neutralidade política e a não vinculação partidária dos sindicatos; no

³²³ NENO VASCO. O anarquismo ou sindicato. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 01 de maio de 1914, N° 53-54, p. 2.

³²⁴ Ibid.

³²⁵ Ibid.

³²⁶ Ibid.

³²⁷ Ibid.

³²⁸

³²⁹

anarcossindicalismo o anarquismo seria a ideologia oficial do sindicato, seria, a partir de seus estatutos, uma organização de classe, porém anarquista.

A COB aderiu desde seu Primeiro Congresso ao sindicalismo revolucionário, posição defendida, entre outros, por Neno Vasco que era um dos grandes intelectuais do movimento, muito estimado pela Confederação, que além de artigos sobre o sindicalismo, escreveu bastante sobre o anarquismo e a participação dos anarquistas no sindicato no jornal da COB. Inclusive, a primeira brochura divulgada à venda pelo jornal no retorno em 1913 seria de Neno Vasco, um conjunto de artigos que já havia sido publicado no jornal **Guerra social**, o seu título era “O valor da ação operária”.³³⁰ Certamente seus escritos tiveram ressonância em Alagoas onde, em algumas ocasiões, Neno foi posto entre os principais nomes do anarquismo. Neno Vasco que era português viveu no Brasil por alguns anos, porém desde 1909 já se encontrava em terras europeias. Ainda assim, era contínua a sua contribuição para o movimento operário brasileiro. Observamos que os anarquistas alagoanos eram adeptos daquilo que Neno Vasco defendia sobre a posição dos anarquistas frente ao sindicato. Os anarquistas alagoanos concordavam com os preceitos da corrente organizacionista.

Outra questão que envolveu os anarquistas e impactou o mundo, sobretudo o mundo operário, foi o advento da Primeira Guerra Mundial. A Guerra já se fazia sentir no movimento operário em Alagoas e o jornal **O Rebate** (1915) trazia artigos e poemas tratando sobre o tema. Sobre o caminho que tomaria o movimento operário brasileiro tendo por principal articulador a COB, os anarquistas desta organização, segundo historiador Kauan Willian dos Santos,³³¹ “munidos de seus contatos translocais e transnacionais na América do Sul propuseram dois congressos relevantes nesse período”. O Congresso Internacional da Paz e o Congresso Anarquista Sul-Americano. Os dois congressos, por sua vez, expunham intenções diferentes:

Enquanto o segundo congresso citado foi proposto especificamente pelos militantes anarquistas no interior da confederação, tentando atingir outros núcleos ou grupos de propaganda libertária do continente sul-americano, visando um tipo de programa para a atuação de sua família política no interior dos espaços operários, o outro tentava garantir a junção com grupos ideológicos (socialistas, anarquistas) e sindicais (de ofícios ou regionais de várias parte do globo), visando à união das forças de origem proletárias para tencionar especialmente as decisões dos estados nacionais no desenrolar da Primeira Guerra Mundial.³³²

³³⁰ -s/a. As nossas edições. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 15 de Janeiro de 1913, Nº 23, p. 4.

³³¹ SANTOS, Kauan Willian. “Guerra à guerra”: raça, antimilitarismo, organização política anarquista durante a Primeira Guerra Mundial. In: SANTOS, Kauan Willian, SILVA, Rafael Viana (organizadores). **História do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil**: novas perspectivas. (1ª ed.) - Curitiba: Editora Prismas, 2018. p. 150.

³³² SANTOS, op. cit., pp. 150-151.

Santos, falando sobre a adesão de anarquistas, como Leuenroth, aos Congressos, aponta que as “redes dos militantes garantiram notícias e adesões de outros grupos anarquistas”,³³³ assim como inúmeras organizações operárias de várias partes do mundo. Na articulação translocal, o historiador apresenta “as adesões de entidades sindicais do país, entre elas as federações do Rio grande do Sul e de Alagoas”.³³⁴ A comunicação com os trabalhadores alagoanos foi feita em nome da Federação Operária de Alagoas, embora, pela resposta dos alagoanos, o telegrama indica tratar de questão de interesse mais especificamente do anarquismo. Porém, Santos demonstrou que a articulação se deu por dois vieses, considerando as diferenças dos dois congressos realizados quase que simultaneamente.

O documento³³⁵ de comunicação entre a Comissão Organizadora do Congresso Anarquista Sul-Americano e os trabalhadores de Alagoas assumiu o papel imprescindível para a identificação, na nossa pesquisa, dos anarquistas que estavam atuando na FOA. Este é o único meio que coloca de maneira explícita a lista destes anarquistas alagoanos, ou seja, suas assinaturas que constam no documento como o grupo libertário da Federação Operária de Alagoas. A partir dele podemos, no manuseio das fontes, cruzar com outras, como os jornais.

O telegrama, de 20 de setembro de 1915, do “grupo libertário de Alagoas” por meio da Federação Operária de Alagoas, atende à comunicação sobre o Congresso Anarquista Sul-Americano para o qual os anarquistas daquele estado foram convidados para participar, se fazendo presente com representação própria ou indicando algum delegado, assim como produzindo teses para serem debatidas no Congresso. À essa altura, apesar dos esforços, notamos um tom de desânimo na resposta desses trabalhadores, declarando o seguinte: “enviamos por meio desta circular o resultado do pouco que podemos fazer, apesar de muita vontade de mais fazer e que devido ao estado péssimo em que nos achamos não nos foi possível”. A última notícia sobre a Federação Operária de Alagoas em **A Voz do Trabalhador** é do número do dia sete de abril de 1915, tratava-se do anúncio na coluna Associações Operárias na qual era divulgado o endereço das entidades classistas de vários estados do Brasil.³³⁶ Na ocasião, de Alagoas, foi anunciada a Federação Operária e os sindicatos que faziam parte da mesma, como o Sindicato Operário de Ofícios Vários, o Sindicatos dos Estivadores e o

³³³ Ibid. p. 152.

³³⁴ Ibid.

³³⁵ Telegrama da Federação Operária de Alagoas para a Comissão Organizadora do Congresso Anarquista Sul-Americano de 1915. Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual de São Paulo (CEDEM), São Paulo.

³³⁶ -s/a. Associações operárias. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 07 de abril de 1915, Nº 69, p. 4.

Sindicato dos Pedreiros, sediados na rua Barão de Anadia, número 21, em Maceió. Chamamos a atenção para o fato de não aparecerem mais nenhum dos sindicatos fundadores da Federação na lista, evidenciando que possivelmente ocorreram mudanças. Na mesma coluna, um número antes, de 5 de março de 1915,³³⁷ e dois números antes deste, de 1 de janeiro de 1915,³³⁸ ainda é enunciada a Federação e seus sindicatos que era o Sindicato dos Gráficos, o Sindicato dos Alfaiates e o Sindicato dos Estivadores e a sede seria na rua do livramento. A informação mais consistente sobre atuação da Federação nos últimos meses seria de novembro de 1914, sobre a fundação do Sindicato de Ofícios Vários.³³⁹

A falta de notícias sobre a FOA sugere sua desarticulação. Por parte dos anarquistas, as dificuldades continuaram a ser ressaltadas no documento citado, como “o número de libertários de Alagoas”, que a seu ver “é bastante pequeno” e a própria condição dos trabalhadores nesse momento de crise agravada pela Primeira Guerra Mundial. Embora fosse intuito mandar um representante para o Congresso Anarquista Sul-Americano, assinala o grupo, “isto não nos foi possível pelos motivos que, como trabalhadores, bem conheceis”. Apesar das dificuldades, os anarquistas alagoanos apresentaram protestos de solidariedade e nas duas reuniões que realizaram tiraram os encaminhamentos de aderir ao Congresso e indicar como delegado José Elias da Silva. A respeito das teses, esclareceram que, embora tenham levantado assuntos relevantes não os aproveitaram para a formulação delas. O documento foi assinado pelo “grupo de libertários” da FOA e os “adeptos do sindicalismo”, como já anunciamos e descrevemos a lista. Após o fim da circulação de **A Voz do Trabalhador** não obtivemos, nesse ano, mais notícias sobre a Federação Operária de Alagoas. Já em 1917 o anarquista Antonio Bernardo Canellas no seu jornal **A Semana Social**, ao caracterizar o momento pelo qual passava, de dificuldades do movimento operário, menciona os tempos de atuação da FOA como um tempo distinto, que se deu até 1915. O anarquismo em Alagoas passava então por um novo momento e tinha o anarquista Antonio Bernardo um sujeito de suma importância com a publicação dos seus jornais, **Tribuna do Povo** e **A Semana Social**. Por ação deste militante e entorno do seu jornal, **A Semana Social**, observamos a luta contra a carestia de vida e a criação do Comitê de Defesa proletária em Maceió. Além dessas publicações, tivemos, ainda, uma intensificação nas lutas dos trabalhadores com greves, as tentativas de formação de organizações, a aparição de novos militantes e o ressurgimento da Federação Operária de Alagoas. Um período de repressão

³³⁷ -s/a. Locais operários. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 05 de março de 1915, Nº 68, p. 4.

³³⁸ -s/a. Locais operários. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 01 de janeiro de 1915, Nº 66, p. 4.

³³⁹ -s/a. Brasil operário. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 01 de novembro de 1914, Nº 64, p. 4.

muito forte marca também os anos que se seguem à desarticulação da FOA em 1915. Questões as quais trataremos no próximo capítulo.

3. REFLUXO, RECONSTRUÇÃO E REPRESSION (1916-1920)

Agora trataremos do período em que o movimento dos trabalhadores organizados sofreu um refluxo com a desarticulação da FOA, lançando luz, sobre a relevante atividade de publicação dos jornais **Tribuna do Povo** (1916-1917) e **A Semana Social** (1917), como expressão do anarquismo nesses anos em Alagoas. Jornais estes, dirigidos pelo tipógrafo anarquista, Antonio Bernardo Canellas. Pontuaremos, ainda, a presença de novos militantes e as tentativas de rearticulação do movimento, bem como, abordaremos as tentativas de formação de grupos de caráter libertário/anarquista, a atuação do Comitê de Defesa Proletária e reorganização da FOA. Trataremos da retomada das lutas por meio das greves e fortalecimento das entidades dos trabalhadores, ocasionando, por outro lado, os episódios de repressão e caçada aos anarquistas em Maceió e dos embates entre os partidários da ação direta e os do parlamentarismo. Com isso, além da maneira que os anarquistas atuaram nesse período, buscaremos, com a contribuição dos demais capítulos, demarcar a história do anarquismo em Alagoas como uma construção coletiva, onde muitos sujeitos comuns contribuíram.

3.1 Canellas e a imprensa anarquista: imprimindo e disseminando o anarquismo em Alagoas

A Federação Operária de Alagoas teve suas atividades encerradas em 1915. Informações posteriores sugerem o espraiamento de alguns dos anarquistas, militantes da FOA, pelo interior do estado, pós 1915. É o caso de Olympio Santana, que foi trabalhar na alfaiataria Deus da Moda, em Viçosa. Há também notícias da ida de Cleodon Mendes para o sertão do estado, a Vila da Pedra (hoje cidade de Delmiro Gouveia), trabalhar nas oficinas gráficas da fábrica de linhas; e Leofredo Duarte, na cidade de Pilar, aparece em correspondência com Canellas no jornal **Tribuna do Povo**, publicado em Recife. Nesse novo cenário, uma importante atividade para o anarquismo foi desenvolvida em Alagoas, seria a publicação de dois jornais. Em muitos momentos da história a imprensa foi um instrumento bastante utilizado pelos anarquistas, sobretudo, ao longo da Primeira República.

Os dois jornais mencionados, estiveram ativos entre agosto de 1916 e novembro de 1917, por iniciativa, principalmente, de Antonio Bernardo Canellas. **Tribuna do Povo** (1916-1917) e **A Semana social** (1917) se encarregaram da propaganda e disseminação de ideias de

emancipação da classe oprimida na capital, Maceió, e em outras inúmeras cidades do interior alagoano. O tema principal das publicações foi o anarquismo e, a partir deste, travou-se o debate sobre as principais questões que o movimento operário vinha se detendo naquele momento; bem como, instigou os trabalhadores alagoanos sobre a necessidade de se unirem em associações de classe. Além da publicação destes dois jornais e mais **Tribuna do Povo** (1918-1920) em Recife, no período que se estabelece o nosso estudo, Canellas foi um assíduo colaborador em outros jornais.

Antonio Bernardo Canellas chegou em Alagoas no final de 1915 e se instalou primeiro na cidade de Viçosa, na região da Zona da Mata alagoana. Segundo os trabalhos de pesquisa de Iza Salles³⁴⁰ e Bruno Rodrigo Tavares Araujo,³⁴¹ Canellas seria natural de Niterói/RJ, tudo indica que já teria tido contato com o movimento operário e com o anarquismo antes de chegar ao interior alagoano. De lá, lançaria o seu primeiro jornal, **Tribuna do Povo**. Entre as hipóteses a respeito dos motivos de sua vinda para Alagoas, já que não se tem informações precisas, estaria a intenção de atuar no movimento operário de Alagoas e Pernambuco e seria também “motivada em face da campanha dos libertários contra a Guerra”.³⁴² Se são verdadeiras ou não tais intenções, o fato é que ele tanto atuou no movimento operário dos dois estados quanto no combate à guerra. Curiosamente, se existem dúvidas sobre a sua vinda para Alagoas para combater a Primeira Guerra Mundial, é certo que a sua partida ocorreu devido a este enfrentamento. Por meio dos dois jornais em questão, Canellas buscou combater veementemente a guerra, chamando a atenção dos políticos e da polícia local que iniciaram a perseguição a ele. Somada à outras questões, foi forçando a deixar Alagoas, em fins de 1917, quando residia em Maceió e estava em atividade **A Semana Social**. Todavia, na sua trajetória em Alagoas, a história se inicia na cidade de Viçosa.

3.1.1 Tribuna do Povo: o anarquismo na “Atenas de Alagoas”

Antes da retaliação sofrida e da conseqüente fuga de Maceió, Canellas viveu no interior alagoano, em Viçosa. Segundo Araujo,³⁴³ a pesquisa do historiador Alfredo Brandão indica que o povoado de Viçosa tenha sido fundado por Manoel Francisco no ano de 1790, sendo elevado à categoria de vila no dia 13 de outubro de 1831 e à cidade em 16 de maio de 1892. O seu

³⁴⁰ SALLES, Iza. **Um cadáver ao sol**. – Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

³⁴¹ ARAUJO, op. cit.

³⁴² Ibid., p. 71.

³⁴³ Ibid., pp. 52-53

desenvolvimento teve por base o incremento da produção agrícola da cana-de-açúcar, de instalações de engenhos, assim como, da cultura do algodão. Araujo aponta, ainda, uma relação do desenvolvimento econômico e a urbanização. A instalação da linha férrea seria outro fator que contribuiria com o desenvolvimento daquela cidade no interior de Alagoas. Entre outras cidades do interior, Viçosa se tornou a maior economia e a segunda maior cidade do estado. O desenvolvimento econômico reverberou também nas experiências sócio-político-culturais. Soma-se às construções, aberturas de novas ruas, instalação de escolas e ao aumento populacional, o aspecto que marca a história de Viçosa como “Atenas das Alagoas”. Nessa cidade, os “intelectuais desenvolveram jornais (entre eles Canellas), poemas, obras literárias, gêneros musicais, associações de incentivo à educação (Liga contra o analfabetismo, Instrutora viçosense), teatro, dentre outros exemplos”.³⁴⁴

Canellas se inseriu nesse contexto e, talvez tenha sido esse um dos motivos preponderantes pelo qual tenha ido viver na cidade, acrescentando à vida local uma pitada de rebeldia com a publicação de **Tribuna do Povo**. A redação do jornal contava, além de Canellas como redator-tipógrafo, com a participação de José Fernandes Xavier como redator-secretário. Em um momento de crise financeira enfrentada por Canellas, fora anunciado o seu afastamento do cargo que exercia no jornal, e seria, assim, substituído por Auto Brandão Vilela, substituição a qual não se concretizaria. No entanto, apesar do envolvimento nesse momento de Auto B. Vilela, não podemos afirmar se este seria também membro da redação do jornal ou se tenha se aproximado apenas devido à necessidade de substituição do redator-chefe.

Este episódio serve para demonstrar a força que teria o redator nos rumos do jornal. Caso se concretizasse a troca de posto com Vilela, Canellas passaria a produzir *Microcosmos*,³⁴⁵ uma seção de informações, crítica e propaganda independente da direção que administraria a **Tribuna do Povo**, por meio da qual, Canellas, manteria as promessas que fez ao iniciar a publicação deste jornal. Outro aspecto que se depreende daí é a importância dos artigos e seções em traduzir as posições do seu redator principal, no caso em questão, o pensamento anarquista de Canellas.

Foram lançados no total 18 números. O primeiro, do dia 17 de agosto de 1916 e o último número, do dia 8 de janeiro do ano seguinte. O jornal foi veiculado, para além de Viçosa, na capital, Maceió, e em várias cidades no entorno de Viçosa como Mar Vermelho, União dos Palmares, Murici, entre outras. Cunhou, em seu primeiro exemplar, o que representava os seus

³⁴⁴ Ibid., p. 56.

³⁴⁵ ANTINIO BERNARDO CANELLAS. *Microcosmos*. **Tribuna do Povo**, Viçosa, 28 de outubro de 1916, Nº 10, p.1.

redatores e demonstrou a que veio o jornal: “Somos socialistas, amigos da liberdade e filhos do povo; vimos a pugnar pelos direitos dos oprimidos e assumir um posto de sacrifício”.³⁴⁶

As fontes sugerem que Canellas teve uma vida sem muitos problemas no que se refere à questão política, pelo menos a maior parte do tempo em que viveu ali, ainda que fosse implacável nos seus posicionamentos políticos no jornal. Desse modo, mesmo elogiado pela sua atuação como “socialista militante” por autoridades ou personalidades ilustres, não deixou de frisar sua postura combativa frente às discordâncias destes acerca da radicalidade que suas medidas impunham para as transformações na estrutura da sociedade. Fato ocorrido em uma seção da S. R. Instrutora Viçosense, em que Canellas foi elogiado pelo orador da seção. Comentado o fato, Canellas diz que o “orador referiu à ‘tribuna do povo’ na pessoa do seu redator-tipógrafo e elogiou neste a sua qualidade de operário e sua missão de socialista militante”. No entanto, o “erudito dissertante não concorda com a ‘pressa’ dos propagandistas da remodelação social”. Canellas, por sua vez, retruca afirmando que:

O ilustrado prelecionista talvez sentisse a nossa “pressa”, se tivesse sofrido, desde a infância, o aperto cruel da iniquidade econômica. Ele precisa temperar-se nas lutas das reivindicações para adquirir a fortaleza dos apóstolos para não desanimar ante o caminho a percorrer, para não enfraquecer ante a imensidade do edifício a remodelar.³⁴⁷

As publicações operárias, socialistas ou anarquistas, por exemplo, carregam uma identidade que as aproximam em muitos aspectos, independente de lugar e tempo. Isso não significa, por sua vez, que todos os jornais anarquistas publicados no período eram exatamente iguais, ao contrário. Em alguns casos, as características, as peculiaridades dos locais influenciariam suas múltiplas facetas. Percebemos que, embora **Tribuna do Povo** fizesse a propaganda anarquista, era um jornal do interior de Alagoas, teria alguns pontos distintos em sua característica comparado aos jornais anarquistas dos grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo. Deste modo, temos exposta a cordialidade entre Canellas e o orador Pedro Mota Lima. E mais, ainda, temos o entusiasmo de Canellas para com os elementos, digamos assim, mais avançados daquela localidade, ainda que não se configurassem estritamente como objetivos do anarquismo. Daí o incentivo dado por Canellas à prática esportiva, o apoio à cena artística e às ações de caridade de algumas sociedades deste gênero, seja na atuação em

³⁴⁶ ANTONIO BERNARDO CANELLAS. O que somos e ao que vimos. **Tribuna do Povo**, Viçosa, 17 de agosto de 1916, Nº 1, p. 1.

³⁴⁷ ANTONIO BERNARDO CANELLAS. Soltos. **Tribuna do Povo**, Viçosa, 21 de setembro de 1916, Nº 6, pp. 2-3.

alfabetizar, cuidar dos menores carentes e ainda do funcionamento do Hospital N. S. da Conceição.

Nesse sentido, subjaz uma ética que direciona as posições do redator e seu jornal no rumo do que se propõe em sua apresentação. Mesmo quando trata de temas corriqueiros e que comumente não são analisados em outros jornais libertários. Daí as lições que Canellas, que foi um entusiasta e incentivador, depreende da prática esportiva:

[...] o esporte tem [...] a preciosa vantagem de estimular o amor à associação, o instinto de solidariedade e a camaradagem afetuosa – sentimentos, estes, que precisam ser cultivados no coração de todos os homens para que a humanidade chegue a um período áureo de paz e liberdade.³⁴⁸

Ao tratar também sobre a questão da mendicância, problema presente em Viçosa, a posição de Canellas destoa da posição da burguesia e dos conservadores locais. Para ele a mendicância é fruto da miséria do capitalismo e só seria possível combatê-la agindo nas causas e não no efeito, ou seja, “para extinguir a mendicidade é necessário remodelar a atual organização da sociedade”.³⁴⁹ E na coluna Canhenho Policial,³⁵⁰ ao abordar o caso de um homem chamado Francisco Leite e um companheiro seu, presos por roubarem 400 gramas de bacalhau, o redator aponta que o roubo foi ocasionado pela condição a que o sistema capitalista leva as pessoas, e não porque Francisco e seu companheiro fossem pessoas más em sua essência, mas seriam empurrados pelas condições impostas pelo sistema a desrespeitar o código civil que, como destaca Canellas, de modo sarcástico e ácido, dava como meio para solução do problema da fome dos oprimidos, o suicídio.

Outro aspecto de inserção do jornal na realidade viçosense são os anúncios de propaganda dos pequenos estabelecimentos e ainda a proximidade que o redator mantinha com os seus proprietários. As propagandas não eram comuns nos jornais anarquistas e, em alguns casos, surgiram polêmicas a este respeito como nos traz Rafael Viana da Silva.³⁵¹ Para a **Tribuna do Povo**, os anúncios foram vitais. Ainda sobre a vida financeira do jornal, apesar do aperto constante, não seria tomada nenhuma medida desprovida de atenção aos elementos de princípios. Embora fosse aberto à venda de espaço para propaganda, o jornal se recusava a

³⁴⁸ ANTONIO BERNARDO CANELLAS. Sport. **Tribuna do Povo**, Viçosa, 17 de agosto de 1916, Nº1, p. 3.

³⁴⁹ ANTONIO BERNARDO CANELLAS. Regularizar a mendicidade. **Tribuna do Povo**, Viçosa, 21 de setembro de 1916, Nº 6, pp. 1-4.

³⁵⁰ ANTONIO BERNARDO CANELLAS. Canhenho Policial. **Tribuna do Povo**, Viçosa, 16 de dezembro de 1916, Nº 15, p. 3.

³⁵¹ SILVA, Rafael Viana da. **Elementos inflamáveis**: organizações e militância anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964). 2014. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2014. p. 107 et seq.

publicar peças de ações de políticos e seus partidos. Salvo se estes aceitassem pagar uma quantia muito acima do que era cobrado pelos anúncios normais.

Tal recusa estava ancorada no princípio da autonomia do jornal e em acordo às suas posições políticas. Pois bem, mais uma vez, o jornal não seria apolítico por negar as ações da democracia burguesa ou da República, mas era adepto, como foi veiculado recorrentemente e como forma de atuação política, da organização de classe e da ação direta em detrimento das eleições e do parlamento, por exemplo.

É explícita a crítica de Canellas ao modelo social de dominação e exploração vigente ao ponto que reforça, ao incentivar, por meio da luta dos oprimidos – a ação direta, – a queda deste modelo e a construção de uma sociedade nova. Assim foi compartilhado em Alagoas, tanto em sua capital quanto em cidades pequenas do interior, uma ideologia com um ponto de vista e posições que atacavam o modelo político Republicano e o sistema capitalista, de maneira mais estrutural, assim como também centrou fogo na crítica a pontos cruciais da conjuntura daquele momento como o combate à Primeira Guerra Mundial e ao militarismo.

A crítica à República apareceu em vários números, mas o artigo de 15 de novembro, no aniversário da Proclamação da República,³⁵² sintetizou o posicionamento acerca de tal regime. Canellas declarou que no momento em que foi proclamada, a República atendia a um ímpeto dos espíritos adiantados diante da monarquia e do império. No entanto, afirmou que, naquele momento, “a República é um ideal falido. Mas não seja isso pretexto para que muitos indivíduos alimentem o sonho insensato a volta dos corrompidos tempos do império”. Da mesma maneira que também “não tem razão aqueles que se obstinam em ver na república o mais ideal dos regimes políticos”.

Em contraposição a estes regimes, Canellas teria no anarquismo ou comunismo anarquista a forma adequada de organização para a sociedade. “A ‘socialização dos meios de produção e consumo’ e o ‘comunismo anarchico’ são os grandes ideais do século”. A República, para ele, diante do socialismo radical (o anarquismo) pregado por Kropotkin, e do sublime ideal de Faure e Tolstoi, se eclipsa. Retoma o comunismo anárquico como o grande ideal: “um regime político onde todos sejam iguais, onde todos sejam, livres e onde todos só achem ocasião de amar seu semelhante”.³⁵³ Além da indicação de obras dos anarquistas, nos “trechos escolhidos” foram publicados excertos de obras de vários pensadores anarquistas ou

³⁵² ANTONIO BERNARDO CANELLAS. A República: salve a república, e viva os novos ideais. **Tribuna do Povo**, Viçosa, 15 de novembro de 1916, Nº 11, p. 1.

³⁵³ ANTONIO BERNARDO CANELLAS. O Grande ideal. **Tribuna do Povo**, Viçosa, 23 de dezembro de 1916, Nº 16, p. 1.

que trataram sobre.³⁵⁴ Como na edição de 16 de dezembro de 1916, Canellas reproduz um texto de Vicente Morello³⁵⁵ onde discorre largamente sobre a importância do anarquismo, publicado originalmente no jornal **Tribuna** de Roma, na Itália, em 28 de agosto de 1897. Foram publicados também artigos como o de Neno Vasco, figura de incomensurável relevância para o anarquismo no Brasil, intitulado “Definições”³⁵⁶ no qual apresenta os conceitos de socialismo, anarquia, anarquismo e socialismo anarquista.

A recusa de Canellas de participação da política oficial como as eleições e a recusa em divulgar a vida dos partidos e seus candidatos é evidente. Em oposição à estas, o redator propõe a auto-organização do povo e a ação direta. Seja para os oprimidos das cidades ou para os camponeses, a única saída para sua condição de oprimido e explorado seria ação direta.

Os jornais anarquistas tinham uma função de militância e não funcionavam como um mero veículo de informação neutra. Canellas enxergava a realidade a partir da divisão de classes, e nessa luta, tinha um lado, o lado dos oprimidos. Assim foi colocado o seu posicionamento político-ideológico, os seus princípios foram expostos constantemente no jornal e embasaram as suas ações políticas. Sua intenção foi, através da organização da classe e da ação direta, destruir o Estado e o capitalismo, mas tratou também, como vimos, dos problemas próprios de Viçosa ou da municipalidade, como denomina o historiador Araujo.³⁵⁷ Mesmo não havendo, no período de veiculação do jornal, atuação de movimentos dos oprimidos como o funcionamento de sindicatos, insurreições ou greves em Viçosa, o jornal incidiu na mudança da realidade ao apresentar os problemas locais e apontar uma saída para eles. Assim versou sobre a situação dos trabalhadores rurais e sobre a situação dos trabalhadores da fábrica de Rio Largo. Deste modo, ao ponto que o jornal focou nas questões de propaganda ideológica abordando situações de um campo político e social macro, esteve, ao mesmo tempo, atento à realidade de Viçosa e outras localidades de Alagoas. Os principais problemas enfrentados pelos trabalhadores e pelo povo, de um modo geral, seriam, a seu ver, criados pelo Estado e pelo capitalismo. Demonstrou, inúmeras vezes, que os meios apresentados pelo Regime Republicano e capitalista (o reformismo e a conciliação de classe) seriam inadequados para os

³⁵⁴ José Oiticica, Neno Vasco, Jean grave, Kropotkin, Malatesta, Sebastian Faure, Élisée Reclus, entre outros.

³⁵⁵ VICENTE MORELLO. Trechos escolhidos. **Tribuna do Povo**, Viçosa, 16 de dezembro de 1916, Nº 15, p. 1.

³⁵⁶ NENO VASCO. Definições. **Tribuna do Povo**, Viçosa, 8 de janeiro de 1917, Nº 18, p. 3.

³⁵⁷ ARAUJO, op. cit., p. 88, “A trajetória política ideológica de Canellas em Viçosa foi marcada por experiências e atuações através das páginas do periódico analisado, que teve uma repercussão evidente, frente aos problemas existentes na municipalidade.

trabalhadores, elegendo a organização popular, o que em alguns momentos chamou de mobilização extraparlamentar,³⁵⁸ e a atuação por meio da ação direta, como o caminho correto.

No tocante ao envolvimento de Canellas e do jornal nas questões específicas de Viçosa, o redator publicou na seção Canhenho Policial, casos como o citado anteriormente, do roubo de bacalhau. Na edição de 8 de janeiro de 1917, último número do jornal, Canellas afirma: “Não queremos mais reportagens: assim falou o nosso pequeno Lépine”³⁵⁹ sobre um incidente ocorrido após à visita rotineira à sede do comissariado a fim de noticiar as possíveis ocorrências. Na ocasião, tomaram conhecimento sobre o conflito em um engenho chamado “Engenho Bonito”. O conflito envolvia o subcomissário J. Tenório que foi procurado por Canellas para que pudesse falar sobre o ocorrido, como não foi encontrado, o jornal decidiu lançar a matéria com a versão dos presos, devido isso sofreu retaliação do subcomissário o qual exclama que notícias como essas seriam melhores não serem dadas, forçando a exclusão da seção Canhenho Policial do jornal.

Ainda, no mesmo artigo, Canellas esclarece qual era o seu intuito em relação ao que informava no seu jornal. Para ele, “cada notícia deveria ser objeto de estudo sobre a má organização da sociedade”. Embora não tenhamos encontrado uma menção explícita sobre a relação da censura que sofreu com o fim da publicação de **Tribuna do Povo**, achamos pertinente a afirmação de Araujo,³⁶⁰ que atribui responsabilidade também a tal fato sobre o fim da atividade daquele jornal e da consequente migração de Canellas para Maceió. Como podemos perceber, a “Atenas de Alagoas” seria também permeada pelo autoritarismo e violência que incide sobre aqueles que vão de encontro ao pensamento dominante. Diante de inúmeros problemas apresentados, Canellas anuncia a suspensão do jornal. Devido a múltiplos fatores, Canellas se considera vencido na luta naquele momento, porém, diz ter consciência de que não se afastou do caminho traçado no primeiro número do jornal. Assume que suas promessas foram “defender os interesses do povo” e isto o fez quando disse “ao povo que a defesa dos interesses não reside na ação eleitoral e sim na ação direta”. Concluindo, afirma que continuará a obra em outra parte.³⁶¹ De lá segue para Maceió e em março daquele ano, pouco mais de dois meses do encerramento das atividades de **Tribuna do Povo**, surge **A Semana Social**.

³⁵⁸ ANTONIO BERNARDO CANELLAS. Confronto entristecedor. **Tribuna do Povo**, Viçosa, 24 de agosto de 1916, Nº 2, p. 3.

³⁵⁹ ANTONIO BERNARDO CANELLAS. Não queremos mais reportagens: assim falou nosso pequeno Lépine. **Tribuna do Povo**, Viçosa, 8 de janeiro de 1917, Nº 18, p. 3.

³⁶⁰ ARAUJO, op. cit., p. 87.

³⁶¹ ANTONIO BERNARDO CANELLAS. Não queremos mais reportagens: assim falou nosso pequeno Lépine. **Tribuna do Povo**, Viçosa, 8 de janeiro de 1917, Nº 18, p. 3.

3.1.2 A Semana Social: a continuação da obra de Canellas em Maceió

Vivendo em Maceió, capital de Alagoas, Canellas lança no dia 30 de março de 1917, o primeiro número do seu segundo jornal publicado naquele estado, **A Semana Social**. No total, foram publicados 24 números, ao longo de 30 de março a 3 de dezembro de 1917. Assim como **Tribuna do Povo**, o jornal em questão também circulou em muitas localidades. Além de Maceió, onde era produzido, o periódico foi veiculado em inúmeras cidades do interior como Viçosa, Mar Vermelho, Pindoba, São Miguel dos Campos, União dos Palmares, Atalaia, Pilar, entre outras. Fora do estado, chegou a Aracajú, capital de Sergipe, e no Rio de Janeiro, pelo menos.

Por sua vez, diferente do jornal publicado em Viçosa, não foi possível identificar uma equipe de redação na produção de **A Semana Social**. Este era produzido exclusivamente por Canellas. No entanto, o seu êxito não seria mérito apenas desse militante. Indiretamente o jornal, como também **Tribuna do Povo**, contou com uma rede de apoio de outros militantes que colaboraram com artigos, distribuição do jornal, assinaturas e a propaganda de seus estabelecimentos, como foi caso do anarquista alagoano Gracindo Alves, que contribuiu de muitas maneiras com os jornais de Canellas. Gracindo anunciou sua alfaiataria tanto no jornal de Viçosa, quanto no de Maceió; distribuiu, em Maceió, **Tribuna do Povo**, de Viçosa e de Recife; e contribuiu n' **A Semana Social** com um importante artigo sobre a Revolução Russa. Olympio Santana também colaborou nessa empreitada, exerceu a função de cobrador de **A Semana Social** em Viçosa por um tempo. Diretamente, no que corresponde ao anarquismo, houve a contribuição com artigos de Octavio Brandão e Astrogildo Pereira, artigos e excertos de inúmeros outros anarquistas como Neno Vasco, Malatesta, Kropotkin, Pietro Gori, Jean Greve, Eliseè Reclús, e outros, foram publicados.

Outro ponto relevante que merece ser salientado é a sua distribuição em pontos de circulação de trabalhadores como na agência da Singer em Sergipe e em fábricas na Levada em Maceió. O mundo do trabalho foi uma constante preocupação de Canellas, exemplo das situações abordadas dos trabalhadores rurais e trabalhadores das fábricas de Rio Largo. Assim como também a questão social de um modo geral. Desta maneira as injustiças sofridas pelos subalternos em inúmeros cantos de Alagoas foram debatidas e denunciadas, como os desmandos cometidos pelo coronel Delmiro Gouveia no povoado da Pedra – hoje, a cidade Delmiro Gouveia - no sertão do estado. Mais que isso, considerando os limites do meio de atuação em que estava inserido, as injustiças não foram apenas expostas, mas combatidas.

Embora trouxesse no seu frontispício o anúncio de que seria um órgão político, literário e noticioso, quando foi questionado em priorizar a literatura, o redator tipógrafo deixou claro que o principal foco do jornal é a questão social. Em outras palavras, é a luta de classes. No editorial do número de estreia, afirmou que se instalava “na imprensa um porta voz do grito do povo oprimido”, grito bloqueado pela “muralha do indiferentismo rotineiro e de deturpação sistemática constituída pela imprensa burguesa”, seria ainda um “intérprete das aspirações genuinamente populares”. A sua principal missão seria:

[...] analisar as manifestações da vida social sob o ponto de vista dos nossos ideais; [...] concitar todos os homens sinceros a estudar as causas da dor que infelicita os habitantes deste planeta desde o pobre ao potentado, desde o escravo até o cidadão liberto, desde o selvagem até o super civilizado; [...] enfim, proclamar aquilo que julgamos a verdade e a justiça.³⁶²

Apresenta, ainda, a síntese do programa e das ideias do jornal. Informar com voracidade os seus leitores e assinantes e serem defensores dedicados da liberdade e da justiça, seriam alguns dos pontos que constavam nessa apresentação. Além dos objetivos de analisar, concitar as pessoas ao estudo da sociedade, informar o povo e defender sua liberdade, o redator e seu jornal pretendiam também lutar “pela implantação de um regime político-econômico fundado na paz, no respeito mútuo e na igualdade perante os meios de desenvolvimento e de ação em todas as manifestações da vida (rasurado)”.³⁶³ Como vemos, o jornal seria, para o povo oprimido, um porta voz do seu grito, teria a função de informar, ser um meio de estudo, análise e, sobretudo, uma ferramenta de implantação de uma nova sociedade.

Em virtude disto, muitos espaços foram reservados para denúncias e cobranças acerca de situações que insidiam de alguma maneira na vida do povo. As cobranças ocorreram desde a exigência de reformas de bancos nas praças e nas ruas danificadas pelas chuvas; demonstrou-se também a necessidade de construção, no estado, de estradas de rodagem para alavancar seu desenvolvimento econômico, assim como, a exigência de melhorias na Companhia de trilhos urbanos “no sentido de melhorar as condições do público”, apontando, deste modo, a necessidade de criação de “uma tabela de preços especial para ser aplicada das 6 às 7 da manhã e das 4 e meia às 5 e meia da tarde, horas em que o povo trabalhador, na maioria, transita de casa para a oficina e vice-versa”,³⁶⁴ haja vista que, devido aos baixos salários dos operários de Maceió, eles são obrigados a procurar as minúsculas casas dos arrabaldes, sendo, desta

³⁶² ANTONIO BERNARDO CANELLAS. A semana social. **A Semana Social**, 30 de março de 1917, Maceió, Nº 1, p. 1.

³⁶³ Ibid.

³⁶⁴ ANTONIO BERNARDO CANELLAS. Tudo precisa progredir! Todos precisam andar de bonde. **A Semana Social**, Maceió, 26 de junho de 1917, Nº 10, p. 4.

maneira, de suma importância a locomoção nos bondes; a ação pública sobre a higiene da população pobre; denúncias sobre o vício em jogos, à inoperância dos conselhos municipais, as cobranças abusivas de impostos, o monopólio da carne exercido pelo sr. Scmhite, entre outros. Por sua vez, no jornal também Canellas fez elogios como o caso em que teceu à algumas ações positivas do intendente municipal de Maceió e ao artista popular “Manoel Correntão” para quem, no editorial do número de 29 de setembro, foi apresentado louvores.

Voltando às denúncias, Canellas apontou uma situação em que duas categorias de trabalhadores eram tratadas de maneira díspares aos olhos da lei, quando médicos cobravam por suas consultas um alto valor e tinham esse direito garantido pelo código civil, e os vendedores de peixe, por sua vez, eram acusados pela imprensa de pedirem quantias exorbitantes pelas suas mercadorias, ao ponto de a imprensa pedir a prisão destes vendedores. A revolta do redator seria quanto “aos dois pesos e duas medidas” adotados pela imprensa naqueles casos, concluindo que a igualdade perante a lei era uma burla.³⁶⁵

Assim como a clara manifestação em favor dos vendedores de peixe, o redator do jornal se atentou à “concorrência existente entre a capitania dos portos e os poderes municipais” de Alagoas, respingando este conflito nos pescadores. Canellas declara que nada “teríamos a ver com isso se essa desarmonia não estivesse prejudicando os humildes e laboriosos pescadores”.³⁶⁶ Estes pescadores estavam sofrendo com pesados impostos cobrados pelos dois órgãos. Outro episódio envolvendo a atuação da capitania dos portos foi tratado, quando esta estaria afetando, segundo o jornal, os trabalhadores das “barcaças e outras pequenas embarcações”,³⁶⁷ prejudicando o comércio de mercadorias como a madeira e a cal, por exemplo, o que levaria também ao prejuízo os consumidores.

A questão da capitania dos portos e daqueles trabalhadores foi levado ainda a diante pelo redator em dois artigos na seção intitulada o “O Regimento da Capitania”. Segundo Canellas, o regimento criado pelos legisladores para ser aplicado pela capitania não seria apropriado para a realidade modesta, precária de alguns, dos pequenos navegantes.

O Regulamento exige um mariate [sic] completo para as pequenas embarcações. Mas a aquisição de coleção de bandeiras que forma um mariate [sic] completo causa um sacrifício sobremodo penoso. [...] O Regulamento exige, também, que as pequenas embarcações levem ferros de espia, além do

³⁶⁵ ANTONIO BERNARDO CANELLAS. A igualdade perante a lei é uma burla. **A Semana Social**, Maceió, 10 de abril de 1917, Nº 2, p. 3.

³⁶⁶ ANTONIO BERNARDO CANELLAS. As belezas do regime: todos querem governar os pescadores. **A Semana Social**, Maceió, 30 de abril de 1917, Nº 4, p. 1.

³⁶⁷ ANTONIO BERNARDO CANELLAS. A sistemática escravização do povo. **A Semana Social**, Maceió, 26 de junho de 1917, Nº 10, p. 4.

ferro de correntes [...] ³⁶⁸. Outra coisa que o regulamento exige e que é especialmente censurável: os analfabetos não podem tirar matrícula para mestre de barçaça, embora tenham sobeja competência para ocupar este cargo. ³⁶⁹

Sobre as exigências da capitania dos portos, no entender de Canellas, para o caso do “mariate”, seriam válidas para as grandes embarcações que faziam trajetos para a Bahia ou Rio grande do Norte, e no caso dos “ferros de espia e de correntes”, seriam válidas para as embarcações que enfrentavam fortes ventos e temporais de inverno. O que não era o caso das pequenas barçaças que se limitavam ao trajeto entre Penedo e Pernambuco e estavam sendo atingidas por aquelas cobranças. No tocante aos analfabetos, o redator tipógrafo aponta um enorme descompasso em tal medida uma vez que a atividade exercida pelos mestres não exigia conhecimento dos livros e sim o conhecimento prático. A intenção do governo, que não proporciona condições de alfabetização, seria escorraçar aqueles trabalhadores para as posições inferiores.

Havia ainda outras exigências que atingiriam, dentre outras coisas, o já tão atacado bolso dos trabalhadores das barçaças. Exigia-se, para exercer o cargo de mestre das pequenas embarcações que navegavam apenas no entorno do porto, diga-se de passagem, uma carta que os habilitariam a navegar em toda a costa do Brasil. A questão, além de excluir os analfabetos, uma vez que requeria que os candidatos soubessem ler e escrever, excluía os mais precarizados pois a carta custava 80 contos, o que seria demasiado caro para os trabalhadores das barçaças. Ainda, outros equipamentos foram exigidos, sendo considerados por Canellas, da mesma maneira, desnecessários para as pequenas embarcações referidas, considerando, dentre outros aspectos, as condições climáticas favoráveis que enfrentavam e o, relativamente curto, percurso feito rotineiramente. Constava ainda nas exigências, além de três faróis de “custos caríssimos” e um relógio de parede também de preço alto, um “livro de derrota e código de sinais” de 40 contos e salva-vidas que sairia a 25 contos.

O redator aponta ainda, o que ele chama de “Novo tentáculo” do “monstruoso povo que se oculta sob o nome de ‘Capitania do porto’”, ³⁷⁰ um imposto cobrado aos mestres das barçaças sobre os passageiros que as embarcações estivessem transportando, o que, segundo o exemplo no caso comentado aqui, o valor do imposto sobre cada passageiro seria equivalente ao valor

³⁶⁸ ANTONIO BERNARDO CANELLAS. O regulamento da capitania: ele tem coisas boas, mas também coisas más. *A Semana Social*, Maceió, 21 de julho de 1917, Nº 13, p. 1.

³⁶⁹ ANTONIO BERNARDO CANELLAS. O regulamento da capitania: ele é ruinoso vexatório e inadmissível. *A Semana Social*, Maceió, 06 de agosto de 1917, Nº 15, p. 2.

³⁷⁰ ANTONIO BERNARDO CANELLAS. A exploração recrudescer! O polvo “capitania do porto” criou mais um tentáculo. *A Semana Social*, Maceió, 28 de julho de 1917, Nº 14, p. 3.

cobrado pelo mestre aos passageiros, ou seja, nenhuma vantagem teria os mestres, toda a quantia das passagens seria apenas para a quitação do imposto, ou aqueles seriam obrigados a elevar os preços das passagens cobradas aos passageiros. Deste modo, Canellas assinala, fazendo o uso da metáfora, que o carro do progresso burguês sob o nome de capitania dos portos, saiu em disparada esquecendo apenas de esperar os trabalhadores, ou seja o progresso burguês não os contemplava e existiria para estes como algo negativo. Embora, reconhecesse que o regulamento trouxesse coisas positivas, ele “contém certas disposições que garantem os embarcações, forçando os mestres e proprietários a cumprir os contratos que fizeram – são essas as coisas boas que ele tem. Ele representa um conjunto de aperfeiçoamentos desejáveis”. No entanto:

As despesas a que as exigências do Regulamento obrigam, formam uma espécie de capacete de metal pesadíssimo e insuportável a impedir que os marítimos levantem a cabeça – isto é, que prosperem -, ou uma corda pesada em volta do pescoço dessa laboriosa classe a apertar, até tirar-lhe o estímulo que o lucro dá.³⁷¹

Há nesta trincheira a total preocupação do redator do jornal com os de baixo, com as dificuldades que estes enfrentariam até que abandonassem as atividades ou mudassem para outros estados. Outra categoria de trabalhadores defendidas por **A Semana Social** foi a dos trabalhadores rurais e os trabalhadores das fábricas de Rio Largo e Cachoeira, demonstrando o compromisso com as causas dos trabalhadores. Foram expostas no jornal as grandes dificuldades enfrentadas pelas operárias e operários das fábricas de Rio Largo e Cachoeira, o que poderia, certamente, ser estendido para outras fábricas de tecido do estado. Demonstrou que a situação dos operários de Alagoas caminhava em sentido oposto à dos operários de outras partes, no que corresponde ao tempo de trabalho. Há, segundo Canellas, a tendência para a diminuição das horas de trabalho nas fábricas em outras partes do Brasil e do mundo, enquanto aqui, em Alagoas, o trabalho noturno foi fortemente incrementado e, em alguns casos, existia ainda o trabalho dominical para a limpeza e manutenção das máquinas, pois não seria permitido destinar algumas poucas horas para essa finalidade nos dias regulares de trabalho.³⁷² As más condições de vida dos operários não se resumiam às fábricas, a miséria dos trabalhadores e trabalhadoras adentrava os seus lares, e o jornal nos dá notícias da suspeita de uma epidemia de

³⁷¹ ANTONIO BERNARDO CANELLAS. O regulamento da capitania: ele é ruinoso vexatório e inadmissível. **A Semana Social**, Maceió, 06 de agosto de 1917, Nº 15, p. 2.

³⁷² ANTONIO BERNARDO CANELLAS. A necessidade da associação. **A Semana Social**, Maceió, 16 de setembro de 1917, Nº 20, p. 3.

peste bubônica. Vários casos de febre foram registrados, inclusive com vítimas fatais. Na ocasião, médicos foram convocados para vistoriar a fábrica de Cachoeira e as casas dos operários de uma seção da fábrica. Em um artigo d' **A Semana Social** é informado que foram encontrados ratos mortos nestes ambientes.³⁷³

Ainda sobre a realidade dos operários fabris, em uma crônica, o redator aborda a única maneira pela qual se conseguia enriquecer nesse sistema, que seria a exploração dos trabalhadores pelo seu patrão, o que ele classifica como roubo. O enredo fala sobre uma operária que pensa em ficar rica trabalhando duro, como imaginava que o seu patrão teria conseguido enriquecer, pois, é assim que o sistema faz a sua propaganda. Passando a trabalhar muito mais, a operária aumentou sua produção vertiginosamente, como esta situação arrancaria mais dinheiro do seu patrão, ele decide diminuir o valor da produção em 50%, portanto, roubando a outra parte do que a operária produziu, concluindo que apenas dessa maneira se pode enriquecer.³⁷⁴

Sobre os trabalhadores rurais e a população pobre do interior, de maneira geral, o jornal denuncia a condição de miséria em que viviam. Compreendia que tal miséria estaria dentro de uma história de violência, de massacres e espoliações. Deste modo, a “miséria e o vilipendiamiento [sic] dos habitantes do interior do estado de Alagoas é produto de uma continua série de crimes e de um permanente despotismo do rico sobre o pobre, do herdeiro sobre o deserdado e do proprietário sobre o morador”.³⁷⁵ Assinala que essa miséria e a condição de exploração “não terminará enquanto não forem expropriados os grandes proprietários cuja riqueza tenha origem na espoliação”.³⁷⁶ Diante desta situação deplorável vivida pelos trabalhadores rurais e tendo em mente que os proprietários não hesitam em usurpar as terras dos camponeses, a ação de expropriação feita pelos trabalhadores não corresponde a um ato injusto e arbitrário, ao contrário, seria um ato de justiça e amor ao próximo.

Além da violência escancarada usada para açambarcar as propriedades dos camponeses, outros meios também eram utilizados, desde promessas de compras por quantias irrisórias que, em muitos casos, não eram pagas as indenizações, e a pressão e ameaças quando os pequenos proprietários tinham meios de esboçar uma resistência. Demonstrando, deste modo, que nem a lei nem as forças dos governos poderiam (nem seria interesse dos governos) impor um freio aos

³⁷³ ANTONIO BERNARDO CANELLAS. Que miséria! **A Semana Social**, Maceió, 03 de novembro de 1917, Nº 26, p. 4.

³⁷⁴ ANTONIO BERNARDO CANELLAS. Ela não sabia que só fica muito rico quem rouba. **A Semana Social**, Maceió, 13 de outubro de 1917, Nº 23, p. 4.

³⁷⁵ ANTONIO BERNARDO CANELLAS. Uma cruzada santa: a libertação dos trabalhadores rurais. **A Semana Social**, Maceió, 09 de junho de 1917, Nº 8, p.1.

³⁷⁶ Ibid.

roubos dos endinheirados. Cita, desta maneira, o exemplo da lei criada pelo governo do estado, do coronel Clodoaldo da Fonseca, “lei que permitia reintegrar nas suas terras os trabalhadores que delas haviam sido esbulhados”; porém, não produziu o efeito em favor dos pequenos proprietários. Canellas afirma que contra “esses processos cavilosos, não há lei, não há governo, não há força legal capaz: só a ação de um povo conhecedor dos seus direitos e cioso da sua liberdade [...]. É sabido, é lei sociológica, que a libertação do povo só pode ser obra deste mesmo povo”.³⁷⁷

Um elemento importante emerge da declaração de Canellas que afirma não ser a intenção da ação simplesmente protestar e exigir punição aos responsáveis pelas mazelas em que viviam os trabalhadores rurais, mas sim criar uma nova realidade na qual esses atentados não fossem possíveis. Vejamos a fala do redator:

Mas aqui, não se trata somente de protestar contra esses abusos e de clamar pela punição dos culpados. Demonstraríamos uma deplorável curteza [sic] de vistas se se resumisse nisso a nossa ação. Trata-se é de criar um ambiente moral e uma situação econômica que para o futuro, tornem materialmente impossíveis esses atentados ao direito do povo e que permitam à população rural livrar-se da ignorância e tomar o seu lugar no carro do progresso.³⁷⁸

No tocante aos operários das fábricas, Canellas indica também que seriam os próprios trabalhadores, apenas eles, que conseguiriam realizar suas conquistas. Mais uma vez demonstra se tratar de um erro dos trabalhadores esperar que as melhorias sejam concedidas pela elite política e econômica como normalmente se indica na República e no capitalismo. Assim:

O governo por sua vez e no papel de guarda-costas do capitalismo não demonstra interesse algum pela melhoria das condições que o operariado se acha [...].

Depois de fazermos as nossas conquistas, o governo poderá legaliza-la se quiser. Mas o que não devemos fazer é esperar pela época em que ele se disponha a legalizar essas medidas quando nós, com nossa união, podemos decreta-las já e já.

Em nenhuma parte do mundo houve exemplo de ação do governo preceder a ação obreira.³⁷⁹

Essa orientação de independência de classe, necessariamente, exige a união e associação dos trabalhadores que, de certo modo, seria um meio para se chegar a uma nova realidade pretendida. Junto ao que Canellas pontua, no caso dos trabalhadores rurais, teria que haver uma

³⁷⁷ Ibid.

³⁷⁸ Ibid.

³⁷⁹ ANTONIO BERNARDO CANELLAS. A necessidade da associação. *A Semana Social*, Maceió, 16 de setembro de 1917, Nº 20, p. 3.

ação de educação e esclarecimento: “Pelo livro, pelo jornal e pela palavra”.³⁸⁰ Acrescenta, na primeira pessoa, como tipógrafo, membro da classe oprimida, não alguém que apenas fala pelos trabalhadores, que uma “vez associados seremos uma força respeitada pelos governos e temidas pelos industriais. Associados falaremos com voz forte ao Capital e ao Estado e conseguiremos realizar as nossas justas aspirações”. Conclui de maneira enfática que suas palavras seriam “um convite à classe dos trabalhadores em fábricas de tecidos para se associarem”.³⁸¹

Sem mirar uma categoria da classe trabalhadora em específico, em muitos outros momentos essa provocação e incentivo foram lançados.³⁸² Na visão de Canellas, além da dispersão e desunião, os operários alagoanos se encontravam em sono profundo e mergulhados no indiferentismo acerca de sua condição de explorados e despreocupados quanto a necessidade de sua defesa e resistência. E, ainda, viviam à espera de melhores condições advindas dos governos e submissos à misericórdia dos patrões. Canellas, frisa o momento de convulsão social pelo qual passava o mundo naquele momento e, em muitos lugares, os operários marchavam rumo a uma nova realidade. Desta maneira, os operários alagoanos deveriam se preparar para dar a sua contribuição na “fase decisiva na luta entre trabalho e capital”. Portanto, “o operariado de Alagoas precisa unir-se para resguardar os seus interesses”. Essa união se daria:

por meio de um estreitamento de relações que permita definir-se o modo de pensar e de agir dos operários [...]. Esse estreitamento e essa definição se tornarão efetivos por meio da prática de solidariedade e de estudo da posição do homem trabalhador ante os meios de produção e de consumo.³⁸³

Essa posição dos trabalhadores, diferente do que acontece no capitalismo, deveria possibilitar que os meios de produção estivessem em suas mãos, podendo, deste modo, satisfazer suas necessidades de consumo livremente. E para se realizar tal feito seria “preciso abolir o sistema de salariedade e pôr-se em prática a SOCIALIZAÇÃO!”.³⁸⁴ A socialização dos meios de produção configura um objetivo finalista, tanto para o movimento socialista, de modo geral, quanto para o anarquismo. Significa a emancipação dos trabalhadores. Para que isso ocorresse, segundo o redator, a classe trabalhadora de Alagoas precisaria despertar, sendo este

³⁸⁰ ANTONIO BERNARDO CANELLAS. Uma cruzada santa: a libertação dos trabalhadores rurais. **A Semana Social**, Maceió, 09 de junho de 1917, Nº 8, p.1.

³⁸¹ ANTONIO BERNARDO CANELLAS. A necessidade da associação. **A Semana Social**, Maceió, 16 de setembro de 1917, Nº 20, p. 3.

³⁸² ANTONIO BERNARDO CANELLAS. Solidariedade, trabalhadores. **A Semana Social**, Maceió, 20 de abril de 1917, Nº 3, p.3.; e ANTONIO BERNARDO CANELLAS. A emancipação dos operários: operários, despertai. **A Semana Social**, Maceió, 11 de julho de 1917, Nº 12, p. 4.

³⁸³ ANTONIO BERNARDO CANELLAS. Solidariedade, trabalhadores. **A Semana Social**, Maceió, 20 de abril de 1917, Nº 3, p.3.

³⁸⁴ ANTONIO BERNARDO CANELLAS. Solidariedade, trabalhadores. **A Semana Social**, Maceió, 20 de abril de 1917, Nº 3, p.3.

despertar a reunião em associações de classe. Assim, convém “que seja um despertar consciente de uma classe a caminho da emancipação, cheia de energia e enxergando claramente o caminho a seguir, assim como os meios a adotar”.³⁸⁵ Canellas aqui, trata do quesito de organização da classe trabalhadora para além da sua atuação mais urgente e das necessidades básicas. Portanto, esclarece que os trabalhadores deveriam se preparar para uma jornada de luta prolongada, na qual não basta apenas, a partir da associação de classe, se lançar em “greves desordenadas e movimento falhos de energia”,³⁸⁶ seria preciso que, além da luta diária e concomitante a ela, antes do passo mais contundente que seria aquele da emancipação definitiva ou revolução social, “tenhamos em vista proceder a uma elaboração intelectual que nos habilite a compreender inteiramente a grandiosidade da luta que iremos travar e a aspereza da jornada que temos que seguir”.³⁸⁷ O despertar consciente era uma preocupação ostensiva, tanto do redator neste artigo, quanto do anarquismo; por isso, a educação (assim como, organização, planejamento, programas, estratégias e táticas) é um ponto de suma importância no caminhar da luta anarquista. Todavia, não seria essa educação ou a conscientização desligada das lutas ou dos meios práticos de ação que efetuariam as mudanças rumo ao objetivo finalista almejado. “Antes da ação violenta e expropriadora, devemos empregar a ação pacífica e evangelizadora. Mas isso de forma que ao evangelizarmos não nos esqueçamos de que a violência e a expropriação é que efetuarão a nossa emancipação final”.³⁸⁸

Canellas fez muito mais do que apenas alertar a classe trabalhadora sobre a necessidade de se unir. Indicou, além do objetivo finalista, que caminho seguir (e como seguir) para atingir tal objetivo. Formulações que estão no campo da estratégia e da tática. Por se tratar de um jornal, obviamente, não equiparamos os preceitos elaborados e expostos ao de um programa de uma organização, por exemplo. Porém, é importante perceber o significado que a especificação mais minuciosa de um projeto de luta para os trabalhadores, onde se explicita, inclusive o processo de utilização da violência para a derrubada de um modelo societário e a construção de outro, oposto aquele, ocasionará muito mais impacto do que apenas dizer que os trabalhadores devem se organizar.

Certamente, este impacto pode ser ao mesmo tempo, tanto positivo, quanto negativo. Quando, a partir de um programa ou propaganda, é demonstrado aos trabalhadores, de maneira mais clara e direta, o que eles precisam fazer, como fazer e para que fazer, penso que há

³⁸⁵ ANTONIO BERNARDO CANELLAS. A emancipação dos operários: operários, despertai. **A Semana Social**, Maceió, 11 de julho de 1917, Nº 12, p. 4.

³⁸⁶ Ibid.

³⁸⁷ Ibid.

³⁸⁸ Ibid.

possibilidade de melhor convencer os trabalhadores sobre sua necessidade de luta organizada. Por outro lado, a afronta à classe dominante costuma ser seguida, na mesma proporção, podendo atrair mais facilmente represálias. Nesse sentido, a situação ganha um agravante, pois, como parte da análise da realidade, a atuação, obrigatoriamente, desfere uma crítica tenaz à dominação econômica e política.

Nesse sentido, Canellas apresenta que a atividade da burguesia industrial de Alagoas, centrada nas fábricas de tecido, a exemplo dos “Zagalos e os Teixeira Bastos”, se configuraria como um “crime social”, mais atroz que os delitos cometidos pelos criminosos comuns. Porém, diferente destes que seriam condenados ou mortos, os industriais eram louvados, “cumulados de honrarias e comendas”. O seu crime consistia em aprisionar por 14 ou 15 horas, inclusive em jornada noturna, no ambiente insalubre das fábricas, úmidos e sem ventilação, acometendo os trabalhadores por anemia e tuberculose, causa morte de inúmeros operários, não só os homens adultos, mas, também mulheres e crianças. No campo, arrancavam dos trabalhadores rurais suas propriedades, como já fora dito, com chantagens, falcatruas e, mesmo, a brutal violência, matando-os ou forçando-lhes a sair do seu território. Às análises críticas, reiteramos, seguiam apontamentos sobre a urgência em se criar associações de classe para que conseguissem reverter a situação difícil em que viviam, por meio da ação direta e não da esperança de benevolência, assistencialismo, favores dos burgueses ou governantes, alcançar um regime de justiça, tornando comum a propriedade apoiada na “igualdade política”:

[...] é preciso [...] criarem-se associações de resistência contra a febre da desmedida ganância industrial [...].

[...] a classe trabalhadora não precisa da caridade argentaria e de nada serve o direito emanado das leis e dos códigos. A classe operaria precisa é de um regime de justiça e do direito à existência feliz garantidos pelo sistema econômico da propriedade comum e apoiados na igualdade política verdadeiramente compreendida.

Mas esse regime de justiça [...] não lhe pode ser assegurado pela caridade argentaria nem pelo Direito dos Códigos. Só pode ser implantado pela ação direta dos que tem interesse em tal fazer, isto é, os que trabalham, sofrem e produzem.³⁸⁹

Se por um lado a aversão anarquista às leis, está ancorada em princípios ideológicos de que apenas na sociedade futura, a justiça e a lei possam existir de fato, como afirma Oliveira³⁹⁰, por outro, essa aversão se ancora em um significado bastante pragmático, no sentido de que os anarquistas constatarem na prática muitos exemplos de manipulação das leis ao bel prazer da

³⁸⁹ ANTONIO BERNARDO CANELLAS. Um crime social. **A Semana Social**, Maceió, 06 de outubro de 1917, Nº 22, p. 1.

³⁹⁰ OLIVEIRA, 2009, p. 101.

classe dominante. Ou seja, as leis são promulgadas, mas o estado não garante a sua execução quando ela trata dos direitos dos trabalhadores. Assim, Canellas reivindica direitos ao enfatizar e denunciar o não cumprimento da lei de folga aos domingos para os trabalhadores do comércio, ou, como vimos, da lei que estabelecia o retorno às propriedades rurais expropriadas dos pequenos agricultores, criada pelo governo Clodoaldo da Fonseca. Ou, ainda, quando denuncia a disparidade de uma mesma lei que privilegia atividade de médicos e pune vendedores de peixe.

A ação direta, por sua vez, como componente do discurso político que incentiva a organização dos trabalhadores em sociedades de classe como uma forma de conscientização e um meio de luta, indica o caminho a seguir nos conflitos de classe, marcando a independência dos trabalhadores em relação à burguesia e fazendo com suas próprias mãos aquilo que seria do seu interesse. Daí o desprestígio e as críticas radicais às leis e aos códigos. Aqui há claramente um projeto que se apresenta como uma alternativa aos caminhos desenhados pela democracia republicana.

As críticas ao regime político foram fartamente veiculadas em **A Semana Social**. Nesse sentido, no tocante à sucessão presidencial ou do governo do estado, seja em Alagoas ou Rio de Janeiro, Canellas afirma que o povo estaria ciente que independente de quem ganhasse a disputa eleitoral, os trabalhadores, continuariam vivendo em situação precária de fome e miséria, em condições de trabalho de super exploração.³⁹¹ E julga ser “infantil” aqueles que conservam a crecha nos “atores políticos”.³⁹² A eleição seria uma farsa, uma vez que conserva nas mãos das elites o poder do estado; e para o povo, mais interessa a sua organização e a prática da ação direta. Para Antonio Bernardo, o fim mais necessário seria a consolidação da uma sociedade anarquista.

Além do posicionamento de Canellas que tende ao anarquismo, muitos artigos e excertos de textos de autores e militantes anarquistas foram veiculados, possibilitando para muitos, não só em Maceió, mas também no interior alagoano, o contato com aquelas ideias e projetos. Para ele, atingir os trabalhadores pela propaganda de ideias que visava influenciar nas organizações para luta, havia uma coerência entre meios e fins. Como ficou claro, ao propor uma ação que buscava impor resistência aos patrões e à elite política, por meio das organizações

³⁹¹ ANTONIO BERNARDO CANELLAS. Vai-se embora o atual presidente e depois virá um outro... “mutatis mutantis” e... a miséria continuará... . **A Semana Social**, Maceió, 30 de março de 1917, Nº 1, p. 3.

³⁹² ANTONIO BERNARDO CANELLAS. O “frevo” político está a escumar na terra da arariboia... . **A Semana Social**, Maceió, 10 de abril de 1917, Nº 2, p. 1.

de classe e da ação direta, buscando consolidar a socialização de terras e meios de produção, em suas palavras, a construção de um novo regime.

Além dos inúmeros temas apresentados, outros foram tratados não só por Canellas, como também pelo movimento operário e anarquista no Brasil e no mundo, é o caso dos posicionamentos frente à Primeira Guerra Mundial e à Revolução Russa. Um tema novo abordado nessa fase foram os acontecimentos revolucionários na Rússia. A Revolução Russa, afirma o historiador Frederico Duarte Bartz,³⁹³ deflagrada em fevereiro de 1917, foi um movimento que desde a primeira hora impressionou o mundo. Em diversas partes passou a ser reproduzido o que os russos haviam conseguido com sucesso em sua terra. Assim, esta revolução também repercutiu no Brasil. Ao tratar do Rio Grande do Sul, o historiador gaúcho demonstra que no meio operário deste estado as referências à revolução surgiram muito cedo, sendo que apenas um mês depois da revolução de fevereiro, em uma greve de “calateiros”, o evento já seria mencionado. Ocorrendo, também, nos comícios da greve geral de 1917 no mês de julho. “Nestes primeiros momentos, invariavelmente, as referências à revolução se ligam aos anarquistas”.³⁹⁴

Em Alagoas, as primeiras notícias no jornal **A Semana Social** sobre o processo revolucionário que se iniciava na Rússia, despontaram no seu número de estreia, em 30 de março. Em “A Revolução Russa: suas causas e possíveis consequências”, a leitura que o jornal fez destes acontecimentos os relacionam com a guerra em curso na Europa. Para Canellas, os acontecimentos revolucionários no território russo era parte de um processo que ele já chamava a atenção na **Tribuna do Povo**, de que os dirigentes dos regimes dos países da Europa em guerra não se sustentariam devido aos conflitos que eles prepararam. Na Rússia, particularmente, a sua participação contra os impérios centrais atendia à política de expansão eslava. Segundo o redator-tipógrafo, esta expansão não poderia ser vista como um objetivo de evolução do povo russo. Na verdade, era feita em oposição a ele.

A expansão eslava é criação dos Czares, grão-duques e seus satélites. Essa expansão é prejudicial à vitalidade da raça eslava em dois pontos capitais: o progresso e o bem estar. [...] as necessidades da evolução político-social do povo da Santa Rússia não exigem uma expansão por meio de conquistas guerreiras. O povo russo precisa, sim, de um regime político-econômico equitativo e liberal para poder, então, seguir sua evolução normal [sic] até que a sua cultura e a sua civilização transbordem para além de suas fronteiras pelas

³⁹³ BARTZ, Frederico Duarte. **O horizonte vermelho**: o impacto da revolução russa no movimento operário do Rio Grande do Sul, 1917-1920. Porto Alegre: Sulina, 2017. p.13.

³⁹⁴ Ibid., p. 15.

palavras de seus sábios e philosophos [sic] e pelo exemplo da sua organização social.³⁹⁵

Os telegramas nesse momento dão conta de que o Czar, que exercia seu poder despótico, fora deposto pelo povo pobre, liberto há pouco da servidão. Para ele, como consequência, a partir da conscientização do povo russo, seria exercida uma forte pressão que conduziria ao abandono da guerra, causaria a queda da burguesia e o triunfo do povo, e o exemplo seria seguido pelo proletariado de outros países. Meses depois, em 11 de julho, seria publicado um importante artigo do alfaiate anarquista Gracindo Alves, fornecendo a visão daquele segmento sobre o momento da Rússia. O exemplo grandioso e digno dado ao mundo, uma verdadeira revolução popular, onde o povo russo em meio a calamidade da guerra, em vez de paz, ou mesmo esperar uma vitória nos conflitos em andamento, seguiu o caminho destinado aos povos, que seria a revolução social. Sobre as transformações que ocorrem neste processo, o autor assegura que a Rússia já havia alcançado a república e, todavia, avançava para uma nova vida e novas lutas, pois uma Rússia republicana não passaria de uma Rússia em que a burguesia buscava frear o ímpeto de revolução popular. Estimava-se, com base nos telegramas que recebiam, que a Rússia já seria mais do que uma república, falava-se em uma Rússia socialista e acreditava-se que o problema da emancipação seja melhor compreendido mesmo se tratando de um socialismo de Estado. Para o autor do artigo, um socialismo de estado não seria ainda o ideal, porém ressalta “que já é um passo para frente, mesmo que não seja tudo”.³⁹⁶

Embora considerem todas as transformações do regime de maneira positiva, é possível depreender do artigo que os anarquistas esperavam da Rússia uma completa emancipação, não bastando a queda do Czar e o estabelecimento de uma república, mas a consolidação de um socialismo que derrubasse a burguesia e superasse a organização a partir do Estado. Por conta do retorno da Rússia à Guerra, Canellas avalia que essa questão significa para a burguesia que seu projeto não corre perigo mortal e, para ele, “significa que a ilusão patriótica e a mentira estatal ainda ocupam no cérebro do povo russo um lugar que deve ser ocupado pelas ideias de fraternização internacional e de soberania popular”.³⁹⁷ Por força dos acontecimentos, destaca Canellas, que os países imperialistas mostram que não conseguirão resistir à força alemã, assim como a Rússia e os revolucionários que aderiram à guerra esfacelarão. Canellas afirma que, a partir do movimento reacionário da Entente:

³⁹⁵ ANTONIO BERNARDO CANELLAS. A Revolução Russa: suas causas e possíveis consequências. **A Semana Social**, Maceió, 30 de março de 1917, Nº 1, p.1.

³⁹⁶ GRACINDO ALVES. A Revolução Russa. **A Semana Social**, Maceió, 11 de julho de 1917, Nº 12, p. 3.

³⁹⁷ ANTONIO BERNARDO CANELLAS. A Rússia revolucionária há de vencer a Rússia guerreira. **A Semana Social**, Maceió, 21 de julho de 1917, Nº 13, p. 4.

os russos farão novamente sua saída da macabra contradança – guerreira e irão tratar dos seus reais interesses – que são a continuação da obra de inovadora, regeneradora e revolucionária de transformação político-econômica do país e da extirpação dos tentáculos que ainda resta do cancro do tzarismo.³⁹⁸

Esses acontecimentos também serviram de exemplo e incentivo para o movimento em Alagoas, já que ao falar da necessidade da associação da classe trabalhadora, menciona as conquistas da Rússia devido a tais iniciativas.³⁹⁹

A I Guerra Mundial, talvez, tenha sido o assunto mais presente no jornal e as perspectivas de Canellas sobre elas, que marcam uma ferrenha oposição aos conflitos beligerantes, assumindo uma postura classista e internacionalista, no sentido de acreditar que a saída para os conflitos residia na união dos trabalhadores independente da diferença de nacionalidade, para lutar contra a principal interessada e causadora da guerra, a burguesia e o capitalismo e sua sanha imperialista. De Alagoas, voz ativa contra o governo do Brasil nas suas tentativas de militarização, pregou contra o patriotismo e as posições favoráveis a Entente. As críticas se tornaram mais brutais na medida em que o governo brasileiro se aproximava de uma aliança com a Entente. Essa militância de Canellas agravou o descontentamento de algumas pessoas em Maceió sobre ele, ocasionando a perseguição, ameaça e tentativa de assassinato de Antonio Bernardo. Devido a isso, Canellas muda-se para Recife/PE, em dezembro de 1917.

Como foi observado por Araujo,⁴⁰⁰ durante a estadia de Canellas em Viçosa não foi possível encontrar nem um episódio de luta concreta, como mobilizações e greves, por exemplo. Um pouco diferente da experiência de Canellas em Maceió, em que houve participação direta nos acontecimentos do movimentado ano de 1917 e quando **A Semana Social**, jornal sob sua direção, foi pivô do debate em torno da luta contra a carestia de vida naquela cidade, ocasionando a formação do Comitê de Defesa Proletária, organização de atuação dos trabalhadores naquele ano. Tema que abordaremos agora.

3.2 Comitê de Defesa Proletária: a luta contra a carestia de vida em Maceió em 1917

Em 1917, os operários e as operárias do Brasil foram protagonistas em um dos mais importantes episódios da luta de classe brasileira na Primeira República. No mês de julho, como afirmou o historiador Kauan Willian dos Santos,⁴⁰¹ na semana do dia 9 ao dia 16, ocorreram

³⁹⁸ Ibid.

³⁹⁹ ANTONIO BERNARDO CANELLAS. A necessidade da associação. **A Semana Social**, Maceió, 16 de setembro de 1917, Nº 20, p. 3.

⁴⁰⁰ ARAUJO, op. cit., p. 87.

⁴⁰¹ SANTOS, 2018, p. 165.

paralizações e mobilizações de intensidade inéditas em São Paulo. No dia 11, instalou-se o que a historiadora Christina Roquete Lopreato⁴⁰² caracterizou como “greve geral anarquista”. Ainda segundo Santos, esse fôlego grevista, após tomar conta da cidade de São Paulo, irradiou-se para cidades do interior do Estado e outras regiões do Brasil.

Em um cenário de crises aprofundadas, sobretudo, pela Primeira Guerra Mundial, a carestia de vida é sentida em todo o país. As mobilizações operárias em 1917 tiveram na utilização política da carestia de vida o estopim para a radicalização das lutas diante do agravamento da situação enfrentada pelo povo. Como se não bastasse penosas jornadas de trabalho de até 16 horas, cumpridas por operários e operárias, essas pessoas viveram momentos como as altas exorbitantes dos aluguéis, a escassez e alta de preços dos gêneros de primeira necessidade que dificultavam as condições de vida e sobrevivência, que atingiu não só os operários, mas a população pobre em geral.

A atuação contra a carestia de vida em Alagoas, nesse período, se deu com a criação do Comitê de Defesa Proletária,⁴⁰³ organizado em torno do jornal **A Semana Social**. Como ocorrido em outras partes do país, presumimos que outros trabalhadores e militantes anarquistas estiveram também envolvidos nessa mobilização contra a carestia de vida em Alagoas, pois, nesse contexto, considerando o que atesta Edgard Leuenroth, importante militante anarquista que esteve engajado nessas lutas e acompanhou de perto o seu desdobrar, os anarquistas “jamais deixaram de participar de seus movimentos de reivindicação, muitas vezes de sua iniciativa”.⁴⁰⁴

As notícias acerca das mobilizações no Sudeste do Brasil chegaram a Alagoas concomitante aos primeiros acontecimentos que culminaram na greve geral de São Paulo, dias após o período, denominado por Lopreato,⁴⁰⁵ de semana trágica. Em julho, **A Semana Social** veiculou a ação dos operários de São Paulo e aproveitou para ressaltar para os trabalhadores e trabalhadoras alagoanas a importância de tais atos e a necessidade em seguir o seu exemplo. Para o operariado de São Paulo, dizia o jornal, “já passou o tempo em que se confiava nos novos governos e nos políticos simpáticos”, assim para os trabalhadores alagoanos, como àquele operariado, “a ação direta que ele adotou”⁴⁰⁶ seria o meio que os faria vencer.

⁴⁰² LOPREATO, Christina da Silva Roquete. **O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917**. São Paulo: Annablume, 2000.

⁴⁰³ Como veremos, outros Comitês existiram em outras cidades para contribuir na organização das lutas nesse contexto.

⁴⁰⁴ LEUENROTH, Edgard. **Anarquismo: roteiro da libertação social**. Antologia de doutrina, crítica-história-informações. CCS-SP, Rio de Janeiro: Achiamé, 19-. p. 105.

⁴⁰⁵ LOPREATO, op. cit., p. 29.

⁴⁰⁶ ANTONIO BERNARDO CANELLAS. As greves de S. Paulo: os operários de Alagoas precisam se mover também. **A Semana Social**, Maceió, 21 de julho de 1917, Nº 13, p. 4.

Ainda em maio, os reclamos sobre a carestia em Alagoas despontaram n’**A Semana Social**, que informava o aumento do imposto sobre o peixe e esclarecia que, com esse aumento, “para o vendedor tirar algum lucro é preciso o vender por um preço excessivamente alto”. Além do peixe, o pão, a carne, o café e o açúcar, o milho e o feijão “estão escasseando e encarecendo”. Na sua avaliação, isso estava ocorrendo “devido à ganância capitalista em exportar esses produtos para a Europa”, essa “ignóbil exploração capitalista-governamental”.⁴⁰⁷ Dois números depois, em 19 de junho, o tema voltou às páginas do jornal enfatizando o agravamento da carestia e continuava apontando aquilo que já havia demonstrado: a falta dos gêneros alimentícios e de primeira necessidade, além do seu encarecimento; a exportação destes produtos para a Europa; e a cumplicidade capitalista e governamental.⁴⁰⁸

Nas mobilizações em São Paulo, segundo Lopreato,⁴⁰⁹ o redator do jornal socialista **Avanti**, Theodoro Monicelli ressaltou a importância precípua em lutar para além da pauta estrita das condições de trabalho e salarial do operariado. Moniceli continua e observa que era mais importante, naquele momento, pôr fim aos aumentos constantes dos gêneros alimentícios, já que de nada adiantaria conseguir 20% de aumento nos seus salários, se dias depois tudo continuaria a aumentar. Em Alagoas os trabalhadores buscaram pressionar o governo, exigindo a resolução do problema da carestia, embora enxergasse que a superação definitiva seria algo mais complexo.

Sobre a participação dos anarquistas, Leuenroth⁴¹⁰ lembra a relevância dos movimentos alavancados pelos libertários contra a carestia de vida em vários períodos e pontos do país. Sobre essa atenção dos anarquistas às crises de 1917, a historiadora Lopreato assegura que os “anarquistas se valeram do agravamento da carestia de vida e da crise do trabalho que se verificou no ano de 1917 para incitar os trabalhadores a lutarem contra a exploração a que estavam submetidos como produtores e consumidores”.⁴¹¹

Ainda segundo a historiadora, a propaganda dos operários, principalmente a anarquista, se fez sentir com a “ressonância dos seus discursos junto ao operariado” e a defesa de “deflagração de greves, a partir do mês de maio”.⁴¹² Desta maneira, a ação dos anarquistas foi imprescindível para o desenvolvimento dos acontecimentos que varreram a cidade de São Paulo. A deflagração da grande greve geral, no mês de julho de 1917, deveu-se muito aos

⁴⁰⁷ ZÉ PATRIOTA. A carestia. **A Semana Social**, Maceió, 30 de maio de 1917, Nº 7, p. 03.

⁴⁰⁸ ANTONIO BERNARDO CANELLAS. A carestia da vida: ela agrava-se. **A Semana Social**, Maceió, 19 de junho de 1917, Nº 9, p. 01.

⁴⁰⁹ LOPREATO, op. cit., p. 33.

⁴¹⁰ LEUENROTH, op. cit., p. 105.

⁴¹¹ LOPREATO, op. cit., p. 37.

⁴¹² Ibid., p. 33.

esforços dos anarquistas em torno dos jornais **Guerra Sociale** e **A Plebe**, militantes do Centro Libertário de São Paulo e socialistas. Estes grupos formaram, em 9 de julho, o Comitê de Defesa Proletária em São Paulo, construído para organizar nas greves e contribuir nas negociações. A participação das mulheres anarquistas nestes episódios foi de suma relevância. A historiadora Samanta Colhado Mendes⁴¹³ mostra a importância da atuação das mulheres no anarquismo em vários momentos da Primeira República, embora ainda sejam silenciadas e esquecidas. Lopreato⁴¹⁴ ressalta a militância feminina do Centro Feminino Jovens Idealistas presente nas atividades da greve geral; destaca a fala de uma trabalhadora no enterro do sapateiro anarquista José Iniguez Martinez, além de muitos outros momentos de ação feminina nesses episódios.

Apesar de todo este esforço e organização despendida pelos anarquistas é comum à historiografia destes acontecimentos de 1917 supervalorizar o aspecto da espontaneidade em que, segundo ela, se deram as greves e mobilizações. Para, em seguida, desdobrar o argumento da espontaneidade na crítica aos anarquistas, acentuando a ideia de uma essência antiorganizacionista e, do ponto de vista político, ingênua destes.

Tiago Bernardon de Oliveira⁴¹⁵, identificou como crítica ao anarquismo, a afirmação do historiador Boris Fausto, na qual, coloca, de forma hironica, que as ações espontâneas dos trabalhadores se dão apenas nos contos de fada e não na história do movimento operário. Por sua vez, o historiador Alexandre Samis afirma, taxativamente, que a participação dos anarquistas nos acontecimentos de 1917 mobilizou e organizou centenas de greves, que de espontâneas não tiveram nada.⁴¹⁶

Embora a ideia de ação espontânea esteja presente nos discursos dos próprios anarquistas, Oliveira esclarece que:

Ao contrário da caricatura feita pelos críticos do anarquismo em relação ao espontaneísmo, ele tinha seus limites. A ênfase na ação espontânea das massas é explicada pelo contraponto da ação legítima dessas massas contra os argumentos da classe dominante, de que elas eram desvirtuadas por agitadores, e os argumentos dos que viam a necessidade da construção de um partido político com organização centralizada, mas isso não significa cegueira diante dos riscos do enfrentamento.⁴¹⁷

⁴¹³ MENDES, op. cit.

⁴¹⁴ LOPREATO, op. cit., pp. 34-35.

⁴¹⁵ OLIVEIRA, op. cit., p. 103.

⁴¹⁶ SAMIS, 2004. p. 142.

⁴¹⁷ OLIVEIRA, op. cit., p. 112.

A partir da organização destes atos, como mencionamos, e após a explosão em São Paulo, as mobilizações se espalharam para o interior daquele Estado em cidades como Campinas, Sorocaba, Jundiaí e outras; assim como, no Rio de Janeiro. Quanto a isso, assinala Samis que:

No rastro da greve geral iniciada em São Paulo [...], a UGCC e outras associações de resistência declararam, em 22 de julho de 1917, a extensão do movimento para o Rio de Janeiro, tendo como consequência imediata o fechamento de várias sedes sindicais pela polícia e a prisão de muitos militantes.⁴¹⁸

A União Geral da Construção Civil (UGCC) que passou a ser União dos Operários da Construção Civil (UOCC) a partir de 26 de junho de 1918, tinha no seu quadro um importante nome do anarquismo do Brasil, Domingos Passos, um operário negro, conhecido como o Bakunin brasileiro. Samis⁴¹⁹ pontua que a trajetória militante de Domingos Passos se confunde com a vida da sua organização de classe. Desse modo, esta atuação de Domingos Passos na UOCC, demonstra, mais uma vez, a participação dos anarquistas nessas agitações.

Ainda no Rio de Janeiro, então capital da República, em janeiro de 1917 foi formado um Comitê Central de Agitação e Propaganda Contra Carestia e o Aumento de Impostos, impulsionado pelo Centro Libertário e a Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ).⁴²⁰ Essas mobilizações ganharam força e comitês semelhantes foram formados em outras cidades e em outros estados.

Mesmo que a memória dos acontecimentos de 1917 esteja relacionada, principalmente, à magnitude destes acontecimentos nos grandes centros urbanos, suas ações, obviamente, não tiveram o mesmo tamanho, não foram idênticas em todo o país, variaram a partir da realidade de cada local onde se manifestou. Todavia, ocorreram em muitos lugares do Brasil. Se buscarmos entender as mobilizações, greves e ações por todo o país, no período, apenas pela ótica das manifestações das grandes multidões e da greve “épica”,⁴²¹ perderemos de vista a movimentação e os esforços dos trabalhadores das localidades menores e que não tiveram visibilidade na grande imprensa, nem por grande parte da historiografia. Em Alagoas,

⁴¹⁸ SAMIS, Alexandre Ribeiro. Presenças indômitas: José Oiticica e Domingo Passos. In FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão. **A formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.102.

⁴¹⁹ Ibid.

⁴²⁰ OLIVEIRA, op. cit., p. 106.

⁴²¹ Com isto não queremos desprezar a imensidão de 1917, pelo contrário, é impossível não salientar a importância e nem reconhecer a grandeza, tanto dos atos, quanto da atuação dos e das anarquistas.

ocorreram muitas mobilizações importantes da classe trabalhadora que se ressentem da análise da experiência local e que leve em conta as condições materiais em que se deram.

Provavelmente no início de agosto de 1917, alguns trabalhadores em Maceió buscaram concretizar a ideia de formação de uma organização popular que pudesse atuar naquele momento contra o problema da carestia de vida e buscaram seguir os passos das mobilizações que ocorriam em muitas partes do Brasil. É destacado que a partir do “echo dos últimos acontecimentos do Rio e de S. Paulo mais o agravamento da carestia da vida, ressurgiu entre os operários alagoanos a ideia de associação”.⁴²² Estes trabalhadores formaram o Comitê de Defesa Proletária no mês de agosto e passaram a se reunir aos domingos, na nova sede do jornal **A Semana Social**, que se mudou da Rua do Araçá, nº 74, para a Rua Voluntários da Pátria, nº63. Na edição de 6 de agosto, no balancete de junho e julho, Canellas, além de falar sobre o êxito que o jornal vinha atingido com o avanço nas finanças comparado às contas de abril e maio e do aumento da tiragem do jornal, passando de 350 para 740 exemplares, anuncia também que:

Para melhor correspondermos à nossa missão, vamos mudar a nossa tenda para uma casa mais ampla do que a que hoje ela ocupa e situada numa rua central de Maceió. A nossa tenda depois de mudada para a nova casa, ficará a disposição das classes trabalhadoras para se reunirem assembleias e tratar-se dos interesses do operariado.⁴²³

Durante o curto período de existência do Comitê de Defesa Proletária, do qual temos notícias, as suas ações foram reuniões, a divulgação dos problemas nas páginas de **A Semana Social**, as tentativas de ação direta e a elaboração e entrega de uma Moção ao governo estadual. Elaboraram uma Moção que exigia uma ação concreta do governo para a resolução da carestia de vida em Maceió. Outro ponto alto dessa atuação fora a divulgação de uma mobilização junto à ida de uma comissão do Comitê ao palácio do governo que pregou uma ação direta popular na sede do governo do Estado.⁴²⁴ Esses trabalhadores, considerando aquilo que era veiculado no jornal **A Semana Social**, demonstraram clareza que qualquer ação que fosse tomada pelo

⁴²² ANTONIO BERNARDO CANELLAS. O despertar da plebe: solidariedade, trabalhadores! O movimento é propício. **A Semana Social**, Maceió, 18 de agosto de 1917, Nº16, p. 1.

⁴²³ ANTONIO BERNARDO CANELLAS. A semana social: balancete de junho e julho. **A Semana Social**, Maceió, 06 de agosto de 1917, Nº15, p. 4.

⁴²⁴ ANTONIO BERNARDO CANELLAS. Agitação obreira: uma grande manifestação em perspectiva. **A Semana Social**, Maceió, 16 de setembro de 1917, Nº 20, p. 2.

governo contra a carestia seria um paliativo, uma vez que, enxergavam-na como uma consequência do capitalismo, sua definitiva extinção viria apenas com a queda deste sistema.⁴²⁵

As exigências contidas na Moção mostram que algumas figuras ligadas diretamente ao governo eram responsáveis pela carestia em Alagoas:

[...] muitos dos dirigentes tem interesse fortíssimo na conservação dos altos preços dos víveres e do alojamento, pois são fazendeiros e proprietários. [...] dá-se o fato de ser o presidente do Estado o maior cultivador de cocos e o intendente da capital um dos mais fortes proprietários de casa de aluguel.⁴²⁶

Mesmo destacando a relação dos membros do governo com a carestia, o Comitê segue suas cobranças. A moção, publicada em **A Semana Social**,⁴²⁷ exigia atuação do governo com medidas que fixassem os preços dos aluguéis e disponibilizassem a baixo custo os gêneros de primeira necessidade à população. Embora tenha assumido um tom de negociação, a postura do Comitê foi criticada pelo **Jornal do Commercio**, sendo rebatida, tal crítica, à altura por Canellas. Dizia ele que, para este Jornal “a moção dos operários ao presidente do Estado ‘não estava redigida com o critério que era de esperar da parte dos solicitantes’”. Canellas prossegue especulando sobre o desejo daquele jornal: “Queria ele, provavelmente, que a moção do operariado ao presidente do Estado fosse redigida no estilo de prosa poética e contivesse ditirambos e elogios pomposos aos opressores do povo”.⁴²⁸

O Comitê segue realizando as reuniões chamadas pela **A Semana Social** e divulgando os resultados das ações exercidas contra o governo, ao mesmo tempo em que expõe o seu entendimento sobre a carestia e as estratégias de ação para combatê-la. Em todos os momentos, é ressaltada a ação direta como meio mais acertado de luta e a necessidade em atuar pontualmente contra a carestia, mas buscar a partir da organização classista o aprofundamento das lutas e a busca da revolução social.⁴²⁹

Nesse contexto de 1917, concomitante às lutas travadas no país e à grande greve geral de São Paulo, as ações dos trabalhadores alagoanos podem ser interpretadas como irrelevantes

⁴²⁵ ANTONIO BERNARDO CANELLAS. O terrível problema. **A Semana Social**, Maceió, 25 de agosto de 1917, Nº 17, p. 1.

⁴²⁶ Ibid.

⁴²⁷ ANTONIO BERNARDO CANELLAS. Sobre a carestia de vida. **A Semana Social**, Maceió, 18 de agosto de 1917, Nº 16, p. 3.

⁴²⁸ ANTONIO BERNARDO CANELLAS. O jornal do comércio e o operariado: os processos deles não são os nossos. **A Semana Social**, Maceió, 01 de setembro de 1917, Nº 18, p. 1.

⁴²⁹ ANTONIO BARNARDO CANELLAS. O terrível problema. **A Semana Social**, Maceió, 25 de agosto de 1917, Nº 17, p.1; ANTONIO BERNARDO CANELLAS. A agitação obreira: uma grande manifestação. **A Semana Social**, Maceió, 16 de setembro de 1917, Nº 20, p. 2; ANTONIO BERNARDO CANELLAS. Os escravocratas serão vencidos e a liberdade triunfará. **A Semana Social**, Maceió, 20 de outubro de 1917, Nº 24, p. 1.

e desconsideradas totalmente pela historiografia. No entanto, como pontua E. P. Thompson,⁴³⁰ a ação dos de baixo, quando examinada com a visão dos de cima, é sempre vista como uma doação, por sua vez, é a partir da visão dos de baixo que ela será significada como uma conquista. Desta maneira, precisamos entender a partir dos de baixo para enxergarmos os esforços de organizar a classe e, mais especificamente, as ações práticas como a Moção, as reuniões e a tentativa de mobilização, nos moldes que se deram, como conquistas da classe trabalhadora alagoana e acúmulo para a sua experiência.

Assim como o protagonismo destas lutas de 1917, em muitas partes do Brasil, foram dos anarquistas, em Alagoas, Canellas, por meio do jornal **A Semana Social**, desempenhou o importante papel em exortar os trabalhadores para a ação contra a carestia de vida utilizando o propício clima de revolta daquele período no país para lhes sensibilizar sobre a necessidade da organização e da luta, e assim criarem o Comitê de Defesa Proletária naquele Estado.

Mesmo não tendo maiores informações sobre os demais trabalhadores e trabalhadoras envolvidas nessas movimentações em Maceió, podemos colocar esse movimento na ampla tradição anarquista pela proeminência que Canellas e seu jornal assumiram nesse processo, sobretudo, por seus posicionamentos e estratégia defendida acerca dos eventos. A atuação seria por meio da ação direta e independente dos governos e politiqueros. Além do mais, a experiência de anos anteriores a qual Canellas tinha conhecimento era de um anarquismo com atuação no movimento sindical. A partir do contato com militantes que participaram da Federação Operária Alagoana, pensando esse modelo, almejou reconstituir em Alagoas as associações de classe. Todavia, presumimos que não foram apenas anarquistas que participaram dessas mobilizações, pois estes estiveram imersos nas lutas junto a uma classe trabalhadora mais ampla.

Por fim, é importante ressaltar que a atuação dos trabalhadores anarquistas contra carestia, significa antes daquilo que E. P. Thompson⁴³¹ trata na sua economia moral como uma ação espasmódica destes trabalhadores (a luta como uma mera reação aos estímulos do efeito da fome provocado pela carestia no seu estômago), a ação contra a carestia foi mais uma estratégia de “ginástica revolucionária”,⁴³² ou seja, a luta pontual para atender às necessidades básicas da classe trabalhadora, visando, além de uma melhor condição de vida, o fortalecimento das lutas como preparo para a revolução social. As atividades do Comitê de Defesa Proletária

⁴³⁰ THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 69.

⁴³¹ THOMPSON, op. cit.

⁴³² LOPREATO, op. cit., p. 36.

parecem ter cessado com o encerramento das atividades do Jornal **A Semana Social**, embora, os problemas e as dificuldades dos trabalhadores avancem para os anos de 1918 e 1919, havendo queixas generalizadas em Maceió sobre os efeitos ainda da carestia de vida. No entanto, nesses anos vemos ressurgir as organizações de classe com suas atividades, mobilizações e greves, ocasionando também uma forte repressão e, especial, uma caçada aos anarquistas. Trataremos sobre isso no próximo tópico.

3.3 As novas tentativas de organização, as greves e a caçada aos anarquistas

O anarquismo brasileiro na Primeira República foi marcado pela relação estreita com o sindicalismo revolucionário que foi o seu principal vetor social nesse período. Se por um lado esse anarquismo esteve firme junto ao movimento operário, compondo as entidades de classe, fazendo parte de sindicatos, federações e confederações, o que podemos chamar de organização de massas, por outro lado, no quesito de organização política propriamente anarquista, esta força decresce. Isso não se dá devido há um princípio anarquista que rechaça a organização como alguns afirmam. Uma prova é que neste período houve tentativas de se construir organizações políticas anarquistas no Brasil a exemplo da Aliança Anarquista de São Paulo, de 1918, e o primeiro Partido Comunista de cunho anarquista, em 1919. Essas tentativas de formação e consolidação de organização, existiram tanto antes, quanto depois do período o qual estamos tratando. Desde a atuação de Bakunin na Aliança da Democracia Socialista (ADS), passando pela atuação dos anarquistas mexicanos no contexto da revolução de 1910, militando no Partido Liberal Mexicano (PLM). Essas iniciativas podem ser observadas também no período descrito por alguns historiadores como de declínio do anarquismo, o Pós-Segunda Guerra no Brasil.

Em Alagoas alguns grupos foram formados. Embora, impulsionados por anarquistas, não se constituíam como uma organização anarquista ou tiveram como membros apenas anarquistas. Segundo Maciel,⁴³³ para Francisco Foot Hardman e Leonardi, o anarquismo se encontrava razoavelmente implantado em Alagoas, com a atuação de entidades como a sociedade dos Irreverentes, de 1917, e a Congregação Libertadora da Terra e do Homem, de 1918. As duas entidades, mesmo se colocando no campo de atuação libertária, são bastante distintas, além de uma existência um tanto efêmera, podemos perceber que não emplacaram uma atuação mais consistente.

⁴³³ MACIEL, 2009, p.33.

A Sociedade “Os Irreverentes” foi criada com intuito da ação com viés literário, pelo menos assim transparece o anúncio de sua fundação em **A Semana Social**.⁴³⁴ Pode-se ler na edição de 27 de outubro de 1917 “que deu na cabeça de um grupo de moços fundar uma sociedade com o título – Os Irreverentes. [...] Gente de língua afiada e demolidora [...]”. O anúncio traz a lista também dos membros⁴³⁵ envolvidos com essa associação que se apresentam com pseudônimos. Dentre eles está Salomão Bombarda, pseudônimo utilizado por Octavio Brandão, com o qual publicou muitos artigos em alguns jornais. Junto aos outros membros pretendia ser:

Uma associação idêntica às sociedades alemãs como Os Emancipadores de Berlim, gente libertária, insubmissa, revolucionária e sobretudo, irreverente, pois para mostrar a gente que compunha aquela sociedade basta dizer que Stirner, o negativista imortal, dela fez parte.⁴³⁶

Esta atuação de jovens intelectuais, segundo o periódico, teve por intenção principal martelar duramente os preconceitos morais e sociais. A questão da moralidade do povo alagoano é mencionada de maneira recorrente por Brandão na sua autobiografia, o livro combates e batalhas.⁴³⁷ Sobre Os Irreverentes, quando indagado sobre esta sociedade, Octavio se limita a dizer que ela foi de 1917, mais ou menos, e que fora dissolvida.⁴³⁸ Em combates e batalhas ele discorre um pouco mais sobre essa experiência, inclusive indicando uma incoerência acerca do ano de fundação da sociedade, aqui ele diz ser de janeiro de 1918. Havia sido fundada na “sala do Silêncio” que ficava nos fundos de sua farmácia. Os seus membros seriam operários e empregados do comércio. Nesta sociedade, Octavio diz ter discutido os problemas sociais e ter feito propaganda do ateísmo combatente. Em uma conferência em abril de 1918 preconizou:

Procurar arrancar o povo à escravidão atual, política, econômica, moral, religiosa e intelectual.
A afirmação da justiça, da liberdade e da revolta; a afirmação de uma Pátria fecunda, pacífica, trabalhadora; a afirmação da ciência como grande farol a iluminar a vida universal.

⁴³⁴ ANTONIO BERNARDO CANELLAS. Os irreverentes. **A Semana Social**, Maceió, 27 de outubro de 1917, Nº25, p. 1.

⁴³⁵ “Salomão Bombarda, Irrever Rappoppoffff, Mario Philisteu, Zeca Basílica, Nico Mattazinha, Barros Insurrecto, Virgilio Comte, Sebastião Clarim e Nicolau Astronomo”.

⁴³⁶ ANTONIO BERNARDO CANELLAS. Os irreverentes. **A Semana Social**, Maceió, 27 de outubro de 1917, Nº 25, p. 1.

⁴³⁷ BRANDÃO, op. cit.

⁴³⁸ REGO, Otávio Brandão. **Otávio Brandão** (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC, 1993, 139 p. dat. p. 11. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista213.pdf> >. Acesso em: 18 de maio de 2021.

A negação do Estado; a negação de todas as tiranias, de todas as opressões, de todas as escravidões; a negação da sociedade atual, mãe da miséria e da tirania; a negação do militarismo; a negação do açambarcamento do capital por uma dezena de argentários; a negação do açambarcamento da terra pelos grandes proprietários.⁴³⁹

Em outro momento, revela em depoimento,⁴⁴⁰ ainda, que em 1918 fundaram uma coisa mais séria, a Congregação Libertadora da Terra e do Homem. Em agosto daquele ano, em Maceió, havia tomado a iniciativa com operários, artesãos, intelectuais e empregados no comércio de fundar esse grupo. Tal qual a anterior, fez a propaganda dos seus objetivos, os quais seriam:

A libertação da terra e do homem trabalhador do Brasil. A divisão das terras. A valorização do trabalho dos operários e lavradores pobres. A fundação de escolas primárias e do ensino profissional. O ressurgimento de uma arte e literatura novas e nacionais que trouxessem o cunho dos nossos costumes, do nosso folclore.⁴⁴¹

Como havíamos pontuado, existiam diferenças entre as duas organizações. A Congregação seguiu em atividades de militância mais concreta e enviou membros para o interior para fazer a propaganda daqueles objetivos, “penetrando nas fazendas e engenhos, pregando ‘terra aos trabalhadores de enxada’, a divisão da terra”.⁴⁴² Além de Octavio Brandão, estiveram envolvidos com a fundação e as ações deste grupo outros trabalhadores anarquistas, como Rosalvo Guedes e Umbelino Silva.

Vieram a público notícias sobre a descoberta de outro grupo ligado ao anarquismo em Alagoas. Trata-se do conselho SSG Ganganelli, mencionado em 1919 no desenrolar do chamado complô maximalista como uma célula anarquista em atividade naquele momento. Entretanto, segundo Almeida,⁴⁴³ o que a polícia havia feito seria ressuscitar esta organização anarquista que havia tempos estava inativa. Essa descoberta parecia se tratar de uma armação para culpar os anarquistas naquela operação. O conselho SSG Ganganelli se tratava de um grupo anarquista e anticlerical desativado e que funcionou, talvez, entre 1913-1915, como sugere um anúncio de reunião daquele conselho no **Jornal de Alagoas**,⁴⁴⁴ de 18 de outubro de 1914. Este grupo reunia nomes dos anarquistas atuantes na FOA naquele período, os militantes Pedro Codá, Olympio Santana, Cleodon Mendes, Gracindo Silva, Lisboa Junior e Rosalvo

⁴³⁹ BRANDÃO, op. cit., p.116.

⁴⁴⁰ REGO, op. cit., p. 11.

⁴⁴¹ BRANDÃO, op. cit., p. 127.

⁴⁴² REGO, op. cit., p. 11.

⁴⁴³ ALMEIDA, op. cit., p. 133.

⁴⁴⁴ **JORNAL DE ALAGOAS** *apud* ALMEIDA, p. 133.

Guedes, mais o sindicalista João Domingues e Odilon Lira que tem um texto publicado no jornal **1º Maio**, o qual tratamos no capítulo anterior, e outros membros os quais não havíamos identificados no período no grupo dos anarquistas e sindicalistas da FOA, que seriam Jonas Medeiros e Abdoinack Fonseca.⁴⁴⁵

Esse contexto mais intenso de lutas iniciado em 1917 é uma continuidade, de certo modo, das lutas que vinham sendo travadas desde início do século, mas se trata também de uma retoma depois do baque sofrido com a I Guerra Mundial e a repressão no Brasil, Alagoas estava também imerso nesse contexto. Como houve a desarticulação da COB a nível nacional, em Alagoas a FOA também teve suas atividades encerradas e, pelo que podemos constatar em **Tribuna do Povo** e **A Semana Social**, os anos de 1916 e parte de 17 não houve atuação mais prática do movimento operário em Alagoas, o que parece ter esboçado uma mudança com o Comitê de Defesa Proletária. A FOA será reorganizada em 1920, porém antes disso, assim como em outras partes do país, asseguradas as suas diferenças, uma onda grevista e de luta operária, nas quais os anarquistas estavam envolvidos, também se deu em Alagoas.

Ainda sobre organizações políticas, surge a notícia de funcionamento do grupo de propaganda socialista⁴⁴⁶ situado em Maceió. Embora desponte em 1918, a sua formação seria do ano anterior e reuniam, segundo a notícia, valorosos trabalhadores que fizeram parte da extinta Federação Operária de Alagoas. Não conseguimos identificar os nomes destes trabalhadores, exceto o responsável pela correspondência, Arcenio Lanuza. A intenção seria distribuir manifestos e folhetos de propaganda sobre o ideal socialista gratuitamente em Maceió. São poucas as informações sobre esse grupo, como vimos. Não sabemos quais foram esses trabalhadores que compuseram e, como não tivemos acesso aos textos dos panfletos e folhetos produzidos pelo grupo, se torna um tanto deficitária a análise mais detida sobre sua orientação ideológica, uma vez que é apresentado apenas como socialista. Todavia, Arcenio Lanuza teve um artigo publicado na **Tribuna do Povo** do Recife, a propósito do dia 1º de Maio,⁴⁴⁷ e se apresenta como libertário, tem como objetivo a vitória do comunismo e defende o maximalismo e a Revolução Social. Apresenta ainda como opositores aos direitos dos trabalhadores os senhores capitalistas, políticos e padres. Os elementos apresentados, somados ao teor geral do discurso, se percebe claramente que não se trata de um socialismo parlamentarista ou reformista, muitos pontos difundidos nesse texto foram largamente

⁴⁴⁵ ALMEIDA, op. cit., p. 132.

⁴⁴⁶ ANTONIO BERNARDO CANELLAS. Propaganda em Alagoas: grupo de propaganda socialista. **Tribuna do Povo**, Recife, 20 de abril de 1918, Nº 9, p. 3.

⁴⁴⁷ ARCENIO LANUZA. 1º de maio. **Tribuna do Povo**, Recife, 01 de maio de 1919, Nº 38, p.3.

utilizados pelo campo anarquista. Com base no pensamento de Lanuza, acreditamos que os anarquistas poderiam muito bem compor aquele grupo.

Como já foi dito algumas vezes, que o grupo de anarquistas de Alagoas seria pequeno em proporção comparado à totalidade do seu movimento operário, certamente esses não eram maioria, mas estariam sempre presentes nessas experiências do movimento como as fontes sugerem. Deste modo, temos a atuação de Rosalvo Guedes na Congregação Libertadora da Terra e do Homem, em 1918, e, ainda, a participação como conferencista na entidade de classe dos madeireiros, a União dos Trabalhadores em Madeira, em 1919. Rosalvo seria também um representante do jornal de São Paulo, **A Plebe**, em Alagoas,⁴⁴⁸ assim como outros anarquistas também exerceram essa atividade de distribuição de jornais e estariam envolvidos em outros episódios da luta operária.

Podemos observar, a exemplo da União dos Trabalhadores em Madeira, que a ideia do sindicalismo permanece viva em Alagoas, uma vez que, esta entidade é anunciada como “forte associação que tão ativa tem mantido a propaganda sindicalista em Maceió”.⁴⁴⁹ Temos também a fundação da União dos trabalhadores em ofícios vários “que tratará de organizar o operariado sobre as bases do sindicalismo”.⁴⁵⁰ Outras organizações são apresentadas tendo suas atuações ressaltadas, como a associação de classes União dos Trapicheiros do Jaraguá, que passa a organizar uma escola noturna; os sapateiros que “mantêm-se ativos e prosseguem satisfatoriamente na obra de organização da classe”;⁴⁵¹ assim como, os padeiros. Todavia, do ponto de vista do sindicalismo, há ainda alguns problemas com algumas associações de classe de Maceió. Assim, chamam a atenção sobre a situação dos operários do Jaraguá:

É de lastimar que as organizações operárias do Jaraguá ainda se deixem influenciar por elementos políticos que só procuram causar entraves no seu desenvolvimento e desvirtuar a sua ação. O trabalhador deve evitar o contato dos políticos porque estes são os piores inimigos da sua emancipação.⁴⁵²

Estas atividades de classe envolvia a participação dos anarquistas e essas queixas deixa bastante claro traços do posicionamento anarquista. Segundo Almeida, o “ano de 1918 pode ser considerado como de intensa atividade do grupo anarquista em Maceió”.⁴⁵³ Embora não tenha

⁴⁴⁸ PLANCHEREL, op. cit., p. 91.

⁴⁴⁹ -s/a. De Alagoas. **Tribuna do Povo**, Recife, 01 de janeiro de 1919, Nº 29, p. 3.

⁴⁵⁰ -s/a. Ecos de Maceió. **Tribuna do Povo**, Recife, 01 de julho de 1918, Nº 12, p.4.

⁴⁵¹ Ibid.

⁴⁵² -s/a. De Alagoas. **Tribuna do Povo**, Recife, 01 de janeiro de 1919, Nº 29, p. 3.

⁴⁵³ ALMEIDA, op. cit. p. 125.

sido anunciada pela grande imprensa, as atividades operárias, como as greves, aconteceram naquele ano. Como demonstra Almeida, não seria aquele um ano pacífico, o que pode estar subentendido na falta de referência naquela imprensa. Esta carência de informações é suprida pelo jornal **Tribuna do Povo**, de Canellas, agora situado em Recife. Este seria “um dos principais instrumentos para a divulgação do anarquismo em Alagoas”.⁴⁵⁴ Ressaltamos mais uma vez o importante papel exercido por Antonio Bernardo para o anarquismo alagoano e estados vizinhos, como fica patente. Por sua vez, é necessário afirmar que o movimento tanto em Alagoas, quanto em Pernambuco, vai além dele. Sobre isto, a declaração do senhor Pedro Andrade Lira, em uma carta publicada na **Tribuna do Povo**, na ocasião de perseguição da polícia à Canellas, devido suas excursões de propaganda e organização da luta, é emblemática. Marca a consciência dos trabalhadores sobre a importância das referências do movimento operário não se cristalizarem e demonstra que a luta pode seguir independente da presença das figuras “mais importantes”, como era Canellas. Assim, afirma Pedro Andrade Lima: “[...] Não pense s. s. que a retirada violenta de qualquer camarada do nosso meio venha amortecer as energias do operariado. [...] Antes de o camarada Canellas conviver conosco, já aqui tinha havido greves e já tínhamos também dado publicidade a um jornal”.⁴⁵⁵

Se o ano de 1917 foi encerrado com as atividades do Comitê de Defesa Proletária, em 1918 e 1919 inúmeras categorias realizaram greves em Alagoas. As resistências e lutas que vinham sendo implementadas, não só no Brasil como no mundo, ocorreram também em Alagoas. No mês de setembro em Maceió greves foram executadas pelos sapateiros, pintores, metalúrgicos, tecelões, trapicheiros, carroceiros, lancheiros, estivadores e a greve de usina elétrica e motorneiros.⁴⁵⁶ Destacamos a greve dos padeiros, ocorrida em outubro, pois ela rompe o silêncio da mídia conservadora sendo mencionada pelo jornal católico **O Semeador**, que, ao fazer a crítica a esta greve, considerou que esta atividade estaria sendo costumeira em Maceió.⁴⁵⁷ Antes destas greves os trapicheiros vinham realizando suas assembleias, chamando a atenção a quantidade de membros da sua associação, e que, por meio da solidariedade, junto com os carroceiros, já haviam conseguindo um pequeno aumento nos seus salários e seguiam na tentativa de, melhor organizados, impor os seus direitos.⁴⁵⁸ As pautas das categorias da classe trabalhadora em Alagoas foram variadas. Além da comum cobrança pela redução das horas de

⁴⁵⁴ Ibid.

⁴⁵⁵ **Tribuna do Povo** apud ARAUJO, op. cit., p.147.

⁴⁵⁶ Trecho citado por Araújo a partir de a tribuna do povo de 01 de setembro de 1918, p.4. Embora tenhamos contato com muitas edições de **Tribuna do Povo**, não foi possível encontrar esse número do jornal.

⁴⁵⁷ ALMEIDA, op. cit., p. 125.

⁴⁵⁸ -s/a. Ecos de Maceió. **Tribuna do Povo**, Recife, 01 de julho de 1918, Nº 12, p.4.

trabalho e aumento salarial, os trapicheiros buscaram conquistar condições de trabalhado mais dignas, pleiteando a redução do saco de açúcar transportado por eles, de 120 e 100 kg para 80 kg.⁴⁵⁹ E o exemplo de uma greve dos padeiros da Padaria Ideal que cobravam a demissão de um caixeiro, também funcionário da Padaria, por perseguir os trabalhadores.⁴⁶⁰

No andamento das lutas no início de 1919, houve as mobilizações dos trabalhadores em trapiche e lancheiros,⁴⁶¹ na qual reivindicavam algumas melhorias. Os trapicheiros que “resolveram lutar contra a pretensão do burguês que quis ‘furar’ a tabela com pessoal estranho à sociedade”; e os lancheiros, que buscavam organizar uma nova tabela com aumento dos seus salários. A questão do envolvimento das organizações operárias de Jaraguá com elementos burgueses e “politiqueiros” parecia se modicar, ensaiava-se um abandono dos métodos que vinham sendo utilizados, que seria a conciliação com políticos e membros da burguesia intervindo diretamente em suas associações de classe. Nesta ocasião, buscaram agir de maneira autônoma, desafiando, conseqüentemente, os representantes do capitalismo e do Estado, intrusos nas sociedades das categorias do porto de Jaraguá. Neste momento, também havia o andamento da greve dos alfaiates⁴⁶² em Maceió. A parede durou três dias e as notícias informavam que houve completo êxito das exigências destes trabalhadores, com o aumento dos salários, seguindo mobilizados na sociedade auxiliadora dos alfaiates, realizavam regularmente suas reuniões.⁴⁶³ A União dos Trabalhadores em Madeira⁴⁶⁴ também seguia em atividade, tocando com entusiasmo suas sessões e a escola, e já vinham se organizando para a realização do 1º de Maio daquele ano.

Concomitante às atividades operárias, foi grande também a repressão que se abateu sobre seus agentes. Além das greves que estouravam em muitos estados e cidades do Brasil e da Revolução Russa, um evento de grande monta que assombraria mais a burguesia e as forças do Estado, aos quais responderiam com a já rotineira repressão, foi a Insurreição Anarquista do Rio de Janeiro, em novembro de 1918.⁴⁶⁵ O ano de 1918 no Rio de Janeiro foi marcado por intensa atividade operária e popular, como em muitas partes do mundo, de modo geral, e particularmente do Brasil, “se inicia sob o signo da vitória da Revolução Social na Rússia Soviética”.⁴⁶⁶ No início do ano, ainda em janeiro, foi constituída naquela cidade a Aliança

⁴⁵⁹ -s/a. De Alagoas. **Tribuna do Povo**, Recife, 01 de janeiro de 1919, Nº 29, p. 3.

⁴⁶⁰ Ibid.

⁴⁶¹ -s/a. Ecos de Maceió. **Tribuna do Povo**, Recife, 01 de março de 1919, Nº 33, p. 4.

⁴⁶² -s/a. Ecos de Maceió. **Tribuna do Povo**, Recife, 01 de março de 1919, Nº33, p. 4.

⁴⁶³ -s/a. Notícias de Maceió. **Tribuna do Povo**, Recife, 01 de março de 1919, Nº33, p. 4.

⁴⁶⁴ -s/a. Ecos de Maceió. **Tribuna do Povo**, Recife, 01 de março de 1919, Nº33, p. 4.

⁴⁶⁵ ADDOR, Carlos Augusto. **A Insurreição Anarquista do Rio de Janeiro**. Editora: Dois Pontos, Rio de Janeiro, 1986.

⁴⁶⁶ Ibid., p. 135.

Anarquista. Esta entidade não era ““propriamente uma agrupação no sentido estrito e comum das agrupações libertarias”, mas antes ‘um órgão de união, de entendimento, de aliança’”,⁴⁶⁷ cuja finalidade seria “congregar esforços na propaganda geral e básica da anarquia”.⁴⁶⁸ Segue crescente o processo de mobilização operária e organização dos sindicatos. Nesse sentido, foi criada a União Geral dos Trabalhadores (UGT) e teve suas bases de acordo discutidas e aprovadas por várias associações de classe do Rio de Janeiro. A UGT, claramente inclinada ao sindicalismo revolucionário, veio substituir a Federação Operaria do Rio de Janeiro (FORJ) perseguida e desfeita pela repressão no contexto das greves do ano anterior. Seguiram também nas mobilizações outras importantes entidades da classe trabalhadora do Rio como a União de Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT), a União Geral dos Metalúrgicos e União Geral da Construção Civil, formando suas sucursais nos subúrbios. Soma-se a estas, a Aliança Anarquista. Como consequência, explodiram inúmeras greves e surgiram novas organizações classistas ou unificação de entidades de uma mesma categoria. Por outro lado, de maneira contínua se agravava a elevação do custo de vida, com alta dos gêneros de primeira necessidade, outro fator de grande impacto para os trabalhadores e população pobre no geral, seria a epidemia de gripe, acompanhada das prisões de militantes organizados no Comitê Pró-Combate à Epidemia e figuras ligadas ao Comissariado de Alimentação Pública.⁴⁶⁹ As notícias no início de novembro sobre o declínio da pandemia e os efeitos da fome, dão ao Rio um clima de “renascimento”. Entretanto, ainda que não se negue a diminuição da pandemia, é afirmado que a fome devastadora continuava a potencializar os efeitos daquela, que, além de atingir agudamente os subúrbios, acerta também a parte nobre da cidade.⁴⁷⁰ Assim, vivia-se no Rio, “às vésperas da insurreição de 18 de novembro”, um “misto de tensão, angústia, expectativa e euforia”.⁴⁷¹

Embora a insurreição anarquista tenha sido sufocada no seu nascedouro, devido a traição de um infiltrado, o tenente do Exército, Jorge Elias Ajus, as greves operárias, que eram parte do plano da insurreição, prosseguiram e se desencadearam em revoltas que avançaram para além daquele mês e ano. No primeiro momento os principais articuladores, que eram anarquistas, foram detidos. Dentre estes se encontrava, além de nomes como José Elias da Silva, Astrogildo Pereira, Agripino Nazaré, entre outros, a figura de José Oiticica. Segundo as informações do tenente, Oiticica seria um pivô da insurreição. Devido a isto, foi deportado para

⁴⁶⁷ Ibid.

⁴⁶⁸ Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro *Apud* ADDOR, op. cit., p. 135.

⁴⁶⁹ ADDOR, op. cit., p. 158.

⁴⁷⁰ Ibid., p. 159.

⁴⁷¹ Ibid., p. 162.

Alagoas. Segundo Edgar Rodrigues, “o desterro não impediu que Oiticica continuasse pregando suas ideias. Começou a falar delas aos pescadores, em reuniões noturnas, à luz de velas, atraindo inclusive Otavio Brandão que teve seu livro canais e lagoas prefaciado por Oiticica, passando a dizer-se anarquista”.⁴⁷² Conforme informação de a **Tribuna do Povo**, o professor teria chegado a Alagoas no dia 15 de dezembro no paquete Olinda e teria sido calorosamente recepcionado por muitos militantes alagoanos na plataforma de desembarque formando inúmeras comissões de organizações sindicais daquele estado.⁴⁷³ A chegada de Oiticica, segundo Almeida,⁴⁷⁴ havia exacerbado a ideia de segurança em Alagoas.

Sobre os ecos da Revolução Russa, nesse momento, tanto os oprimidos se inspiravam e faziam menção aos acontecimentos da Rússia, exaltando o maximalismo, quanto a burguesia e o Estado, se encontravam vigilantes, mobilizando uma pesada repressão sobre os trabalhadores e disseminando uma narrativa jocosa sobre o maximalismo. O **Jornal de Alagoas** ao reproduzir um telegrama, segundo ele, dos Estados Unidos, afirma que na Rússia “anarquizada pelo maximalismo” estavam importando mulheres para serem abatidas como rezes para alimentar o povo. Publicado na **Tribuna do Povo** a crítica a esta matéria, fala-se que a imprensa burguesa publica as maiores infâmias contra o maximalismo e que o **Jornal de Alagoas** tem fabricado muitos telegramas daquela natureza, havendo, inclusive, a repressão da imprensa e da polícia contra os operários das oficinas daquela imprensa que tentam combater as calúnias.⁴⁷⁵ Em outro caso, ao repreender e fazer ameaças a um grevista da Padaria Ideal, o secretário do Interior diz que Maceió não é a Rússia para existir tais atos. E, nessa e outras ocasiões, os operários contrapõem-se destacando a revolução da Rússia de maneira como algo acertado e positivo.

O medo da elite e a perseguição ao maximalismo desencadearam em Maceió o que ficou conhecido como o complô maximalista. As teias desse complô envolveram faces religiosas e políticas. No que diz respeito à primeira, havia uma investida da igreja católica contra o espiritismo, e mencionada muito levemente, a igreja batista. No aspecto político, e é este que acaba prevalecendo, intenta-se combater as ações dos trabalhadores e estimular a perseguição aos anarquistas tidos pela elite como os principais agitadores e agentes maximalistas, estando Alagoas naquele momento sobre grande ameaça com a presença de José Oiticica.

A partir da distribuição de um boletim em uma conferência anticlerical no Teatro Deodoro, boletim este atacado duramente pelo jornal **O Semeador**, dar-se, com o pânico da

⁴⁷² RODRIGUES, Edgar. José Oiticica: sua vida, sua obra, suas ideias. In: OITICICA, José. **A doutrina anarquista ao alcance de todos**. 5ª edição, Rio de Janeiro, Achiamé, 2006.

⁴⁷³ -s/a. Dr José Oiticica. **Tribuna do Povo**. Recife, 20 de dezembro de 1918, Nº 28, p. 2.

⁴⁷⁴ ALMEIDA, op. cit., p.133.

⁴⁷⁵ -s/a. Do Jornal de Alagoas. **Tribuna do Povo**, Recife, 01 de março de 1919, Nº33, p.4.

burguesia, uma investida da polícia buscando o autor, ou autores, daquele boletim.⁴⁷⁶ Como tais informações são veiculadas pelos trabalhadores em seus órgãos de imprensa, a elas acompanha suas posições, que, além da análise, através do discurso político, busca motivar os operários para o conflito. Consta aí a menção ao assombro da burguesia diante de tais acontecimentos, o medo dela do maximalismo e os exemplos de elementos da Rússia dos Sovietes que servem de inspiração para os trabalhadores:

Como estão assombrados os srs. Burgueses! [...] Todo esse medo do “maximalismo” prova que a burguesia e o Estado está prestes a fíndar e que só sustenta este mundo de exploração e violência a força armada isto é o soldado. Mas, se o soldado fizer causa comum com os escravos das oficinas e do campo... adeus Capitalismo e Estado. Surgirá então as República dos Sovietes.⁴⁷⁷

A Igreja Católica de Alagoas, afirma Almeida, “inclinava-se para o capital, articulando com a elite da qual fazia parte”,⁴⁷⁸ e se envolve no debate público dos conflitos entre capital e trabalho por meio de **O Semeador**. A Leitura da Encíclica *Rerum Novarum*, a qual a Igreja de Alagoas estava posta, aconselhava os católicos a se manterem distantes das questões entre capitalismo e socialismo. Todavia, a cúpula religiosa tinha no capital o seu aliado preferido. Quando tratava dos problemas dos trabalhadores e dos pobres em geral, aconselhava os poderes a estabelecer correções no sistema de injustiças no funcionamento da economia. Embora defendesse melhorias para os trabalhadores, combatia os meios que estes utilizavam para alcançar seus objetivos. Sendo assim, a ordem não poderia ser ameaçada. “O sistema como tal deveria permanecer intocável, sendo possível, no entanto, articular uma série de providências reformistas, tendo por objetivo diminuir a crueldade sobre o trabalho”.⁴⁷⁹ Sobre as greves, embora a considerasse um instrumento fundamental para o trabalhador, condenava a maneira que vinha sendo utilizada, “impulsionadas por ideias anarquistas”, colocando a estas um limite moral e jurídico, que seria a legitimidade. A aliança histórica com o capital e a tentativa de se manter na elite colocou a Igreja no âmago dos episódios do complô maximalista.

As teias do complô começaram a ser urdidas no início de 1919 com a chegada do capitão, oficial do Exército, Manuel Viana de Carvalho, conferencista e divulgador do espiritismo de Alan Kardec. Assim, o complô foi gerado, por um lado, pela intolerância religiosa da igreja católica. Acrescentando um já conhecido “inimigo” dos conservadores

⁴⁷⁶ -s/a. Ecos de Maceió. **Tribuna do Povo**, Recife, 01 de março de 1919, N°33, p. 4.

⁴⁷⁷ Ibid.

⁴⁷⁸ ALMEIDA, op. cit., p. 126.

⁴⁷⁹ Ibid., p. 127.

alagoanos, afirma através de o **Semeador**, haver uma frente espirita-maximalista contra os princípios católicos; mais tarde, com as investidas da Igreja batista, fala-se em uma frente espirita-maximalista-batista. O **Semeador**, perseguindo Viana de Carvalho, tenta intervir para o malogro das conferências deste, ameaçando divulgar em jornal o nome das entidades que dessem guarida para os doutrinadores kardecistas e censuraria os católicos que participassem daqueles eventos. Um clima de conflito foi instalado em Maceió e ao ser percebido pelos operários, sobretudo pelos anarquistas, estes buscaram se utilizar do momento para fazer as suas propagandas. As conferências do espiritismo, que até então vinham sendo realizadas em espaços particulares, como o do Montepio dos Artistas, ganharam novos contornos, envolvendo o poder público quando anunciaram a realização das conferências nas instituições do Estado com a conferência marcada para o Teatro Deodoro.⁴⁸⁰

Acredito que este evento seja o mesmo divulgado pela **Tribuna do Povo** como a conferência anticlerical no qual é distribuído um boletim, que seria de responsabilidade dos trabalhadores identificados como anarquistas. Com o envolvimento dos maximalistas, ou anarquistas, foi muito simples estabelecer a participação da polícia como força a coibir as possíveis atividades dos anarquistas e as conferências espiritas, uma vez que, de forma astuta, o **Semeador** havia relacionado elas. À conferência do Teatro Deodoro seguiu uma ação repressiva contra os anarquistas, associando tais atividades a eles, acrescidos de sua proximidade a José Oiticica.

A busca feita pela polícia ao local no qual o boletim teria sido impresso, a tipografia alagoana, contou com a colaboração de Virgínio de Campos, então vice-Presidente da União dos Trabalhadores nos Trapiches de Jaraguá, que afirmou ter sido procurado por Rosalvo Guedes para contribuir com a publicação de um jornal maximalista. Essa investida resultou na prisão de Rosalvo após uma batida da polícia em sua casa, ficando incomunicável por alguns dias. Informações do dia 14 de março, demonstra Almeida,⁴⁸¹ tanto do **Jornal de Alagoas**, quanto do **Diário Oficial**, mostraram que também foram presos Octavio Brandão e Pedro Codá. Seguiu-se, por sua vez, também as prisões de outros três anarquistas, Olympio Santana, Gracindo Silva e Lisboa Junior e a descoberta de uma suposta célula maximalista, o conselho Ganganelle. Na verdade este seria um grupo anticlerical e anarquista inativo em 1919. Nada teria sido provado contra os presos que acabaram soltos.⁴⁸²

⁴⁸⁰ Ver: ALMEIDA, op. cit.

⁴⁸¹ Ibid.

⁴⁸² Ibid.

Após estes episódios as perseguições permaneceram ao longo do ano. Em maio, no número do dia 31, a **Tribuna do Povo** informou que em Maceió um camarada ao receber uma remessa deste jornal e uma carta dos correios teve sua correspondência confiscada e sofreu ameaças de prisão, a ação não foi efetivada devido ao protesto de trabalhadores de uma serraria, onde aconteceu tal incidente. Ainda assim, teve sua casa vasculhada pela polícia. Octavio Brandão que havia sido preso em 13 março na cadeia de Maceió, “pelo crime de solidariedade moral com o militante Rosalvo Guedes”,⁴⁸³ teve sua casa revirada pela polícia. Enquanto esteve preso foi vigiado por um pistoleiro autor de muitos crimes políticos, figura que foi nomeado suboficial da polícia em Maceió e seria promovido à oficial, caso matasse Octavio. Diante de inúmeras ameaças, como a do secretário do interior, Manoel Moreira e Silva, avisou aos parentes de Octavio que se este continuasse com as mesmas ideias seria preso novamente e sairia sob golpes de “fação” e que não se responsabilizaria por sua vida. Ao ser solto foi obrigado a embarcar para Viçosa onde ficou por um tempo. Ao voltar para Maceió percebeu que se permanecesse seria morto e o crime ficaria em pune. Assim, conseguiu partir depois de três tentativas com o nome de Otavio de Melo Rego no dia 18 de maio para o Rio de Janeiro.⁴⁸⁴

Octavio continuou sua atividade militante e foi de lá que publicou um artigo, de 22 de novembro, no jornal Spartacus, sobre as repressões que se mantinham em Alagoas. Na verdade, o artigo tratava-se de uma carta de um militante de Alagoas que a enviou para Octavio e versava sobre os ataques aos operários e suas sociedades, sobretudo, aos anarquistas. A carta partida de Alagoas, informava:

Camarada

Fiquei horrorizado com os últimos acontecimentos desenvolvidos aqui, nos quais me achei envolvido [...]. Foi um assalto terrível, uma verdadeira chacina a ferro e a fogo como nunca assisti; os moveis das nossas sociedades foram reduzidos a nada, vários companheiros foram feridos a tiro, a faca e a cassetete. O assalto foi preparado pela polícia e com a Liga dos Combatentes. Consegui evadir-me do momento da confusão recebendo algumas bordoadas. No dia seguinte a essa destruição, foi ao palácio uma comissão da sociedade dos pedreiros, e o governador disse que não tinha mandado fazer tanto e que as sociedades podiam funcionar de hora em diante com a presença de um representante do governo e sem a assistência de nenhum anarquista.⁴⁸⁵

⁴⁸³ BRANDÃO, op. cit., p. 131.

⁴⁸⁴ Ibid., pp. 132-133.

⁴⁸⁵ BRANDÃO, Octavio. Assalto à sociedade operária. In: **Operários em movimento: documentos para a história da classe trabalhadora em Alagoas (1870-1960)**. MACIEL, Osvaldo Batista Acioly (organizador). Maceió, EDUFAL, 2007. pp. 113-114.

Na continuação é dito que a liga dos combatentes seria um “foco de desordeiros assalariados da política”.⁴⁸⁶ Após listar inúmeros nomes, segundo a carta, seriam os que dominam naquele estado, finaliza emplacando que os “governantes de Alagoas formam uma casta de honrados patifes, de canalhas ilustres”.⁴⁸⁷ Mesmo as perseguições tendo imposto medo a alguns trabalhadores que ficaram temerosos com a ideia de organização, como fala a **Tribuna do Povo**, de alguns “trabalhadores, receosos com o espalhafato da polícia com os libertários, tem ficado frio com as associações”,⁴⁸⁸ as reuniões das associações de classe prosseguiram animadoramente em Maceió. Assim como as reuniões, as atividades grevistas também continuavam a ser articuladas. Além das greves que se deram já em 1919, antes de março, como a dos alfaiates e as reivindicações das associações dos trabalhadores do porto, entre outras, as quais mencionamos, as lutas foram ocorrendo. Deste modo, havia rumores de greve de uma ampla gama de categorias no mês de maio, dos marceneiros, carpinteiros, carpinas e “calefates”, pleiteando a jornada de 8 horas de trabalho e aumento de 50% dos salários e havia, ainda, a possibilidade de adesões em solidariedade das categorias dos pedreiros, sapateiros, estivadores e lancheiros. Estes trabalhadores, a partir das relações translocais de sua classe, apelaram aos trabalhadores de Pernambuco para que estes não aceitassem o chamado da burguesia de Alagoas, tendo em vista que existiam ameaças dos patrões em substituir os trabalhadores alagoanos, daquelas categorias que aderissem às greves, por trabalhadores pernambucanos.⁴⁸⁹ Como exemplo da luta por aumento de salário e pela jornada de 8 horas se encontrava em greve, no mês de junho, os trabalhadores da Serraria Modelo,⁴⁹⁰ todas essas paredes acompanhadas de perto pela força policial e a ameaça ostensiva e constante da repressão.

Foi possível observar que esse período, 1918 e 1919, foi de intensa atividade da classe trabalhadora alagoana com a participação importante dos anarquistas e sua concepção de luta para as associações da classe operária, com os sindicatos de resistência. O historiador Kauan Willian dos Santos,⁴⁹¹ destaca que pesquisadores do tema afirmam que o anarquismo havia entrado em decadência ainda no início de 1920. Embora concorde que começou a perder sua base social, afirma que “o anarquismo e suas estratégias sindicais ainda representavam uma

⁴⁸⁶ Ibid.

⁴⁸⁷ Ibid.

⁴⁸⁸ -s/a. arbitrariedades policiais. **Tribuna do Povo**, Recife, 10 de abril de 1919, Nº 36, p. 3.

⁴⁸⁹ -s/a. Última horam em Maceió. **A Tribuna do Povo**, Recife, 31 de maio de 1919, Nº 42, p. 2.

⁴⁹⁰ -s/a. Ecos de Alagoas. **A Tribuna do Povo**, Recife, 21 de junho de 1919, Nº 45, p. 2.

⁴⁹¹ SANTOS, Kauan Willian. **Uma pedra no sapato**: o anarquismo e o sindicalismo revolucionário na década de 1920 no Brasil e as conexões translocais de práticas e ideias além do eixo Rio-São Paulo. Revista Hidra, Volume 3, número 6, julho de 2019.

opção de luta para boa parte da classe trabalhadora”,⁴⁹² o que foi possível perceber também em Alagoas. É o que veremos a seguir.

3.4 A ação direta vencida pelo parlamentarismo?

Os anos de 1920 é tido pela historiografia como um período de enfraquecimento do anarquismo ocasionado por muitos fatores. Chegando a ser anunciada o desaparecimento total desta ideologia, o que muitos estudos recentes demonstram não ter consistência. Com isso, não se pode negar, em muitos lugares, o enfraquecimento do anarquismo, todavia, há uma permanência em meio às mudanças pela qual passava o movimento operário no mundo. Para algumas partes do Brasil, Oliveira⁴⁹³ demonstra que o anarquismo passou a discutir mais detidamente a possibilidade de uma ruptura revolucionária, um pouco diferente da atuação que teve nas associações de classe com a COB, a FOA em Alagoas, a partir do sindicalismo revolucionário. Impulsionadas sobremaneira pelos acontecimentos do ano de 1917, a revolução na Rússia e as inúmeras mobilizações no Brasil, com o ápice das greves gerais, os anos posteriores apresentaram um cenário de intensificação destas lutas buscando tornar mais palpável a revolução social. Como exemplo podemos citar a Insurreição Anarquista do Rio de Janeiro e a tentativa, previamente frustrada, de São Paulo.

No quesito destas mudanças, os trabalhadores anarquistas passaram a pensar sua organização a partir de entidades políticas ou partidos, não de tipo eleitoral, e enunciaram uma atuação conjunta com outras correntes como os socialistas, numa união de vanguardas como comprova a tentativa de realização do encontro das vanguardas. Por outro lado, houve a tentativa de fortalecimento também dos partidos socialistas de inclinação reformista e parlamentarista.

Sobre esse novo período no qual estava inserido o movimento operário e dos novos desafios para o anarquismo, é rico o artigo de Gigi Daimiane, “Pela concentração dos partidos proletários!”, publicado n’**A Plebe**.⁴⁹⁴ Damiani indaga sobre a possibilidade de concentração de todas as forças proletárias (anarquistas, sindicalistas e socialistas) em um organismo revolucionário para atingir um fim único de alcance imediato, apontando que, se essa questão

⁴⁹² Ibid. p. 55.

⁴⁹³ OLIVEIRA, Tiago Bernardon. Anarquismo e revolução: militância anarquista e a estratégia do sindicalismo revolucionário no Brasil da Primeira República. In: **História do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil: novas perspectivas**. SANTOS, Kauan Willian, SILVA, Rafael Viana (organizadores). – (1.ed.) - Curitiba: Editora Prismas, 2018.

⁴⁹⁴ GIGI DAMIANI. Pela concentração dos partidos operários. **A Plebe**, São Paulo, 29 de março de 1919, Nº 6, p. 4.

fosse posta em tempos anteriores, quando estavam, “os elementos da vanguarda”, divididos “pelas divergências doutrinárias e diferenciados essencialmente pelos métodos de luta”,⁴⁹⁵ acarretando, nas contendas sociais, a neutralização dos seus esforços, falando uma linguagem diversa às multidões, a resposta seria negativa, “um ‘não’ seco, conciso, brutal”.⁴⁹⁶ Todavia, como se tratava de tempos em que sofreram mudanças, percebendo a necessidade de uma solução revolucionária, os “partidos de vanguarda, em todo o mundo, estão, por isso, se aproximando, impelidos pela vontade proletária”.⁴⁹⁷ Neste sentido, seria possível sua concentração, deixando claro que, para tanto, não poderia haver equívocos.

Apresenta que se foi lícito alguns pontos tratados pelo movimento operário que visavam a modificação da sociedade de maneira parcial, ou “traçar contornos indefinidos de uma sociedade longínqua”,⁴⁹⁸ o problema naquele momento seria outro. Haveria passado a época dos discursos e chegado a hora dos fatos. Estes exigiam uma clareza a respeito do que deveria ser feito. Algumas experiências passadas do movimento demonstraram alguns fatos como obra estéril, a exemplo das candidaturas socialistas para o parlamento e a conciliação de classe para liquidar o mundo burguês. Agora a insígnia para a atuação com vistas a queda da sociedade burguesia seria: “pelo o socialismo ou contra o socialismo”.⁴⁹⁹ Como havia concordância entre anarquistas, sindicalistas e socialistas sobre a imprescindível necessidade de socialização da propriedade, assinala que restaria saber quais meios cada um utilizaria para concretizar esta socialização, expondo o que possivelmente seria a alternativa de cada um. Como anarquista, problematiza algumas medidas dos socialistas com base na experiência da Rússia e aponta como positiva as medidas dos anarquistas nas suas atuações. Assim, o faz para determinar que, embora haja diferenças entre os caminhos do anarquistas, socialistas e sindicalistas, isso não os impediriam de irmanarem-se para fazer a revolução e socializar a propriedade. Mesmo isso não sendo tudo, já seria muito. A escrita do artigo foi impulsionada pela notícia de ressurgimento do órgão do partido socialista de São Paulo, o qual Damiani estima seu ressurgimento alegando haver muito trabalho e que o campo era vasto e teriam poucos operários de boa vontade. Todavia, aconselhava aqueles para que não viessem com a ideia eleitoral e do reformismo de pílulas.

⁴⁹⁵ Ibid.

⁴⁹⁶ Ibid.

⁴⁹⁷ Ibid.

⁴⁹⁸ Ibid.

⁴⁹⁹ Ibid.

Em Pernambuco, Bartz⁵⁰⁰ demonstra que entre as greves de 1917 e a fundação do PCB, em 1922, se acirraram conflitos internos no movimento operário daquele estado, tendo, de um lado uma ala que se entendia combativa, ligada ao anarquismo e sindicalismo revolucionário e, de outro lado, a crescente influência de elementos do socialismo reformista. A crítica por parte dos libertários, que tinha na figura de Canellas, com o jornal **Tribuna do Povo**, um dos principais nomes, versava principalmente sobre os “elementos estranhos à classe operaria” que, na opinião de Canellas, contribuía para sua decadência. Supõem-se que estes elementos ou os adventícios seriam Joaquim Pimenta e os intelectuais da faculdade de direito do Recife. Em síntese, essa contenda se deu devido à atuação de um grupo tido como reformista, criticando a colaboração de classes, receando a cooptação dos trabalhadores revolucionários para a política eleitoral.

Esse problema foi tratado no Boletim da Comissão Executiva do Terceiro Congresso Operário Brasileiro, publicado em julho de 1920, tendo por intuito apaziguar os ânimos e impedir a divisão do movimento. O terceiro congresso operários brasileiro, ocorreu também no Rio de Janeiro, como os anteriores, o primeiro, de 1906, e o segundo, de 1913. Envolveu discussões similares sobre os rumos estratégicos o qual o movimento operário deveria tomar. Estava previsto para ser realizado ainda em 1916, no entanto, não ocorreu devido à brutal repressão que se abateu sobre o operariado do Rio de Janeiro, com a invasão e destruição da sede da COB e o assassinato do militante Leal Junior. Tornou a ser aventada no ano de 1919, sendo confirmada sem mais adiamento para o ano seguinte. O Congresso ocorreu em abril de 1920 e reuniu 135 delegados em seis sessões durante cinco dias, a partir do dia 25.⁵⁰¹

Para Oliveira,⁵⁰² para se entender a cisão ocorrida em princípios dos anos de 1920 no interior da vanguarda anarquista, que produziria a fundação do PCB em 1922, teria ocorrido em face dos dilemas relacionados à estratégia posta aos anarquistas pela conjuntura de 1917-1920, e pelo término de um ciclo de grandes mobilizações por meio de duras repressões. Deste modo, devemos também entender o III Congresso, uma vez que, foi articulado e realizado nesta atmosfera. Assim, sobre o Congresso:

Não há dúvidas de que o objetivo era conferir maior organicidade ao movimento operário de todo o país, e, particularmente para os anarquistas, tornar essa organicidade eficaz e dotá-la de um sentido revolucionário. [...]

⁵⁰⁰ BARTZ, Frederico Duarte. Reformistas e revolucionários: as lutas internas do movimento operários pernambucano e a formação do grupo comunista do Recife (1917-1922). In: **Trabalhos e trabalhadores do Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba**. Tiago Bernardon de Oliveira (organizador). – Campina Grande: EDUEPB, 2015.

⁵⁰¹ Ver OLIVEIRA, 2009.

⁵⁰² OLIVEIRA, 2009, p. 152.

Era então imprescindível e urgente o desenvolvimento de um movimento operário que agisse com objetivos e estratégias comuns, para que não desperdiçasse a força adquirida e demonstrada desde 1917 e formasse um bloco que pudesse sustentar um processo revolucionário quando este eclodisse.⁵⁰³

Sob condições bem diferentes dos primeiros congressos, com a revolução sendo algo vislumbrado num horizonte muito próximo, os debates, mesmo anteriores ao III Congresso, abordava uma discussão sobre a eficácia do sindicalismo. A experiência russa era um modelo que passava a seduzir muitos operários naquele momento. Todavia, apesar dos debates o Congresso reiterou muitas das medidas adotadas nos dois anteriores, decidindo pelo sindicato de resistência, seu modelo federalista, a neutralidade política, entre outras. Para a questão que estamos tratando é essencial ressaltar a apresentação de uma proposta de adesão à Terceira Internacional Comunista que foi recusada pelo congresso.

Embora sejam propostas distintas, o socialismo reformista e o bolchevismo, a oposição dos anarquistas a ambas estava relacionada ao fato de pelos métodos de centralização adotados por ambos não se construiria uma sociedade socialista e libertária. O socialismo reformista, que se quer conseguiria ameaçar a sociedade burguesa e o capitalismo e bolchevismo que, embora tenha emplacado uma grande vitória, já havia rumores de que a estrutura hierárquica, não muito diferente da capitalista, se mantinha.

Mesmo não tendo havido participação de delegados das organizações de Alagoas no III Congresso, nos parece que, como ocorreu em 1913, as discussões e articulação do congresso tenha incentivado a reorganização da Federação Operária de Alagoas, pois vemos circular, no mesmo ano de realização do congresso, o órgão de imprensa desta federação, o jornal **O Escravo**. Sobre as discussões acerca da questão de tomada de nova direção estratégica e da entrada dos elementos de fora da classe operária nestas e suas tentativas de formação de partidos socialistas eleitores, vemos algumas questões neste jornal. A circulação dos militantes e suas propagandas estavam ocorrendo entre muitos estados, assim como a “CTCE”, tirada no Congresso, buscava manter a propaganda do sindicalismo de resistência, do mesmo modo, temos notícias da ida do socialista pernambucano, João Ezequiel, a Alagoas para uma conferência. Um ponto da programação de sua conferência nos chamou a atenção, discursaria sobre “a ação direta vencida pelo parlamentarismo”. Não podemos precisar o alcance da conferência, mas afirmamos que o grupo de trabalhadores em torno de **O Escravo** e da FOA, se manteve firme nas ideias do sindicalismo e da ação direta naquele início de década.

⁵⁰³ Ibid. pp. 144-145.

Em um editorial de **O Escravo**, “O escravo de hoje e de ontem: farsantes políticos: os oprimidos sempre lutaram para liberta-se”, os redatores refletem sobre as lutas e condições daqueles os quais identificam como escravos em um largo e variado período da história da humanidade. Demonstraram que muitos oprimidos se levantaram contra seus opressores nesse processo; e apontaram, ainda, que no momento presente pelo qual passava o mundo do trabalho, diante da escravidão moderna, todos os termos que definiaram o escravo, seriam agora substituídos por cidadão. Para os redatores, julgando os trabalhadores ingênuos, os juristas dos Estados capitalistas procuraram incutir a ilusão de que a lei escrita garantiria os direitos de todos e que todos seriam livres perante a lei. Todavia, afirmaram que os trabalhadores já conheciam seus inimigos e quem “não está com os trabalhadores está contra eles, por consequências todos os políticos falsantes que pretendem arregimentar aos proletários num partido socialista para explorá-lo e medrar as suas custas nas cômodas poltronas dos parlamentos”.⁵⁰⁴ Aqui está explícito o posicionamento de recusa àqueles que se se lançam ao mundo da política eleitoral por meio de partidos, mesmo que socialistas, eram tidos como inimigos do mesmo modo que os candidatos dos partidos conservadores e os burgueses.

Em sentido análogo, a Federação Operária de Alagoas, ainda por meio do jornal, lança um manifesto contra as eleições para deputado e senadores estaduais no qual aconselha os trabalhadores a se manterem totalmente distantes destes processos e não participarem deles. Pedimos a permissão para reproduzi-lo na íntegra, pois julgamos que seja um importante documento para a discussão a qual estamos abordando e marca, com veemência, um posicionamento dos trabalhadores daquela federação:

Camaradas:

Aproximam-se as eleições para deputado e senadores estaduais e os políticos que procuram sempre trazer à nós trabalhadores nas malhas da política para que esqueçamos os nossos direitos, estão agora se introduzindo nos nossos meios, a ver se conseguem arrancar votos a fim de galgarem à culminância do poder.

Contra esse embuste, protesta a Federação Operária de Alagoas a qual espera que o proletariado conserve-se indiferente a essa farsa que se chama eleição. O operariado de Alagoas como o de todo o mundo, já deve estar farto de insinceridades dos políticos. Todos eles visam uma só coisa: estar de cima, segundo a expressão do Dr. Rodrigues de Mello, atual candidato a deputado. Uma vez que os políticos galgam o poder nem se lembram mais do que prometeram ao povo.

Ainda estar por existir um político que tenha cumprido o que prometeu ao povo na véspera da eleição. Tudo não passa de promessas que os trabalhadores ingênuos acreditam.

⁵⁰⁴ -s/a. Os escravos de hoje e de ontem: farsantes políticos, os oprimidos sempre lutaram para libertar-se. **O Escravo**, Maceió, 18 de novembro de 1920, Nº 3, p. 1.

Não sejamos inexperientes camaradas; os políticos de qualquer partido, jamais resolverão as nossas questões, a não ser sujeitando-nos à burguesia. A nossa missão é outra muito diferente da que nos querem impor os políticos. A nossa missão é arregimentar-nos nas associações para que possamos pela força da nossa solidariedade impor os nossos direitos negados pela burguesia. Portanto apelamos para o vosso sentimento de proletários consciente e de um homem de caráter para que não voteis em nenhum candidato. Votar é eleger um tirano e se queremos nos livrar da tirania devemos começar pela abstenção das urnas. Não voteis trabalhadores!⁵⁰⁵

A prática política anarquista e sindicalista revolucionária preconizou a autonomia e a independência de classe, combatendo os elementos externos a ela. Deste modo, não foi visto com bons olhos, ou melhor, foi combatida, a aliança com a burguesia e rechaçado os projetos de indivíduos ligados à classe exploradora quando se lançaram a falar em nome dos trabalhadores, ou mesmo trabalhadores, envolvidos na criação de partidos eleitorais, ainda que trouxessem nas legendas os nomes de socialista ou de operário. O posicionamento sobre os partidos proletários foi debatido pelos anarquistas e considerado de maneira profunda, como pode ser observado o artigo d’**A Plebe**, de autoria do anarquista Gigi Damiani. Nos anos, entre 1917 e 1920, os anarquistas se dispuseram a uma aliança revolucionária, mesmo que se pudesse chamar de partido. No entanto, foi rechaçado completamente o caminho eleitoral, e tiveram muitas reservas acerca dos processos revolucionários que por ventura descambassem na centralização e autoritarismo, como alguns suspeitavam naquele momento, que isso vinha acontecendo na Rússia.

No cenário de luta e atuação do movimento operário de Alagoas, Almeida ressalta a importância de Rodriguez de Melo para os trabalhadores deste estado. Melo foi um advogado pertencente ao grupo “maltista”, ligados ao ex-governador do estado, Euclides Malta, que, segundo o autor, desempenhou papel fundamental nas greves de 1920 atuando como advogado dos trabalhadores. “É ele, do lado dos trabalhadores e de sua nítida posição oposicionista, que estará com os operários nos mais graves momentos das lutas na segunda década do século XX”.⁵⁰⁶ No entanto, essa atuação do advogado não foi bem vista por todos. Um grupo de trabalhadores, do qual faziam parte os anarquistas Rosalvo Guedes e Olympio Santana, manifestaram posição contrária à ideia de Rodrigues Melo de criação de um partido socialista.

Segundo o jornal **O Escravo**, de 28 de outubro de 1920, em “agosto p. passado o candidato do povo Dr. Rodriguez de Melo, pelo jornal do comercio lançou a ideia da fundação

⁵⁰⁵ A FEDERAÇÃO. Federação dos trabalhadores. **O Escravo**, Maceió, 28 de outubro de 1920, Nº 1, p. 4.

⁵⁰⁶ ALMEIDA, op. cit., p. 123.

de um partido socialista”.⁵⁰⁷ Reagindo a esta notícia, todavia, um grupo de mais de três dezenas de trabalhadores⁵⁰⁸ responderam a tal intensão de Rodrigues, hostilizando a sua ideia e lançaram um documento assinado por todos eles com o contundente título de “A Farsa Política”. O texto foi publicado na imprensa de circulação diária da capital, além do órgão de imprensa dos trabalhadores, o jornal **O Escravo**.

Os abaixo assinados operários conscientes, de vários ofícios, declaramos pública e formalmente que não estamos de acordo e hostilizaremos a ideia da fundação de qualquer partido político operário que seja com o nome de socialista ou não, por considerar todo partido político contrário às legítimas aspirações dos trabalhadores em geral.⁵⁰⁹

O documento revela um posicionamento claramente inspirado nas posições do anarquismo e do sindicalismo revolucionário, despontam entre aqueles operários os nomes de Rosalvo Guedes e Olympio Santana, ambos militantes anarquistas ativos no cenário alagoano. Este é um documento bastante emblemático, ilustra muito bem o que havíamos comentado sobre a autonomia e independência de classe preconizada pelos anarquistas, o que em Alagoas não foi diferente. E mais, evidencia que a importância do anarquismo e do sindicalismo revolucionário no período em Alagoas, não se encontra, necessariamente, no número de sujeitos que se denominavam anarquistas ou sindicalistas, mas sim na inserção das suas ideias no movimento operário.

Estes acontecimentos revelam que, mesmo ocorrendo um enfraquecimento do anarquismo a partir da década de 1920, questão muito explorada pela historiografia, este enfraquecimento não se deu de maneira sumária e, muito menos, significa o desaparecimento do anarquismo. Podemos ver que em Alagoas, no ano de 1920, prevalece, por parte de trabalhadores de uma importante associação classista do estado, a Federação Operária de Alagoas, a opção pela estratégia ligada à ampla tradição anarquista. Opta-se pelo sindicato de resistência, ou o sindicalismo revolucionário, em oposição à estratégia parlamentarista e reformista.

⁵⁰⁷ -s/a. A farsa política. **O Escravo**. Maceió, 28 de outubro de 1920, Nº 1, p. 2.

⁵⁰⁸ Moraes de Almeida, Antonio Baptista, José Caldim, José Álvares Silva, Tobias Costa, J. L. Leandro, Possidônio F. dos Santos, Erico E. Correia, M. M. Ferreira, M. Paulo Ramos, Leôncio B. dos Santos, Joaquim D`almeida, Manoel R. do Comfim, Antonio B. dos Santos, Rosalino F. dos Santos, Manoel J. Filho, Alberto P. de Souza, José Fernandes de Araújo, Pedro Rodrigues da Silva, Joaquim de Sant’Anna, João Santiago de Oliveira, Rosalvo Guedas [sic], José Tavares da Silva, Eustacio Correia da Silva, Leopoldo Pereira, João Paulino dos Santos, Pedro Souza Lima, Manoel Paixão, Enock dos Santos, J. Fernandes Varela, João Alves Martins, Elias Moura, João Esperidião, Aprígio Xavier, Americo Coelho Omena, Olympio Sant’Anna, Pedro Barreto Falcão, João Pereira e Silva, Rosalvo A. Costa, Justino Mendes e Manoel Correia.

⁵⁰⁹ -s/a. A farsa política. **O Escravo**. Maceió, 28 de outubro de 1920, Nº 1, p. 2.

Considerações Finais

A história do anarquismo em Alagoas, bem como no Nordeste, foi pouco estudada. Pairando, inclusive, a dúvida de se de fato houve atuação anarquista significativa nesta região do Brasil. Ao nos debruçarmos sobre nosso objeto, embora tivéssemos o mínimo conhecimento sobre a experiência anarquista em Alagoas, uma coisa na historiografia do anarquismo nesse estado nos causou incômodo, essa seria o foco na atuação de Antonio Bernardo Canellas e Octavio Brandão Rego. Ainda que sejam merecedores do reconhecimento e das pesquisas dispensadas às suas histórias, e que nesses estudos apareçam outros militantes anarquistas, contribuindo para a construção do conhecimento sobre o anarquismo, na nossa opinião, este conhecimento ainda era bastante reduzido. Dando a impressão, inclusive, de que esta experiência se resumia aos dois militantes e ao período em que atuaram em Alagoas, entre 1916 e 1919.

Diante disto, algumas questões se impuseram: quais foram, para além de Canellas e Otavio Brandão, os militantes anarquistas que atuaram em Alagoas? Em quais momentos se deu esta atuação? E, o mais importante, como se deu essa atuação? Tendo ciência da relação entre o sindicalismo revolucionário e o anarquismo e, mais ainda, da participação dos trabalhadores alagoanos, através de suas organizações de classe, nos Congressos Operários de 1906 e 1913, uma ideia surgiu com a leitura do artigo, **O sindicalismo revolucionário como estratégia dos Congressos Operários (1906, 1913, 1920)**, de João Gabriel da Fonseca Mateus.⁵¹⁰ Percebemos que o processo de articulação do anarquismo em Alagoas poderia estar relacionado com a realização dos Congressos Operários e a organização da COB. Assim, pudemos vislumbrar a existência de uma experiência anarquista no movimento operário em Alagoas entre 1906 e o período que se iniciava em 1916. Levantamos a hipótese de que a articulação do anarquismo em Alagoas ocorreu a partir de 1906 e que nessa atuação dos anarquistas, nesse período anterior a 1916, houve um consistente desenvolvimento da estratégia do sindicalismo revolucionário com a criação da Federação Operária de Alagoas.

Constatamos, todavia, que o processo de articulação do anarquismo não ocorreu de maneira abrupta em 1906, como parte da historiografia afirma que nesse momento o anarquismo passa a ser hegemônico no movimento operário. Como o movimento operário de Alagoas não era estanque, assim, desde o início houve relação e articulação com o movimento

⁵¹⁰ MATEUS, João G. F. **O sindicalismo revolucionário como estratégia dos Congressos Operários (1906, 1913, 1920)**. 2013. Disponível em: < <https://ithanarquista.wordpress.com/2013/03/01/joaogfmateus-osindicalismorevolucionari/> >. Acessado em: 05 de dezembro 2021.

de outras partes do Brasil. Deste modo, temos a circulação de ideias socialistas e anarquistas em Alagoas. Mesmo que não tenhamos identificado a militância de anarquistas em Alagoas antes da aproximação com a COB, temos a penetração do anarquismo nos debates da classe trabalhadora e nas discussões com os representantes da burguesia. Resultando daí uma concepção negativa do anarquismo, compartilhada, em muitos casos, por alguns sujeitos do movimento operário e da burguesia.

Como vimos, o movimento em Alagoas sofreu algumas mudanças no início do século XX, tendo como principais aspectos a substituição do caráter intelectual pelo popular e o advento das mobilizações de rua. Nesse contexto é criada a União Operária de Alagoas, com a pioneira seção feminina. Esta que era uma organização socialista, embora não tenha tido a participação de um delegado no I Congresso Operário Brasileiro, em 1906, foi uma das organizações que enviaram ofícios de adesão e solidariedade. Anos mais tarde, em 1908, por meio do jornal da COB, **A Voz do Trabalhador**, vimos que a União Operária de Alagoas entrou em contato com a COB aderindo ao seu projeto de combate à ideia de uma guerra latino-americana. Houve também, nesse período, a adesão da UOA à COB e, por conseguinte, ao sindicalismo revolucionário. A carta a qual informava sobre o ofício expedido pela União, de filiação à Confederação, havia sido assinada pelo então secretário Vicente de Moura, um dos articuladores, anos mais tarde, da Federação Operária de Alagoas e membro do grupo de anarquistas que militaram na FOA. Além de Vicente de Moura, teve participação na União Operária de Alagoas outros militantes que comporiam o grupo de anarquistas da Federação Operária de Alagoas, que foram Olympio Santana e Pedro Codá.

Após a paralisação da circulação de **A Voz do Trabalhador** e a desarticulação da COB, em 1909, tivemos notícias da solidariedade da União Operária de Alagoas aos trabalhadores ferroviários da Great Western, que se encontravam em greve em 1909. Embora, tenha havido essa desarticulação da COB, o sindicalismo revolucionário se manteve minimamente em Alagoas. Constatamos que, em 1912, a estrutura organizacional do sindicato Gráfico Alagoano atendia à maneira preconizada pelo sindicalismo revolucionário, abdicando de direções com os cargos de mando como presidente e vice-presidente e optando pelas funções essenciais condizentes com uma estrutura mais horizontalizada. Assim, era formado por um Comitê Executivo, um Secretariado e uma Tesouraria. No único número do seu jornal, **O Sindicato**, o qual tivemos acesso, foi veiculado dois textos que tratavam sobre as táticas do sindicalismo revolucionário, propagandeando-o e informando os trabalhadores alagoanos. Não à toa, esta organização foi uma das principais articuladoras da Federação Operária de Alagoas, em 1913.

No período entre 1913 e 1915, tivemos em Alagoas uma consolidação do sindicalismo revolucionário com a formação e a prática da FOA e, a partir da destacada atuação dos anarquistas, uma valorização do anarquismo. Como defende o sindicalismo revolucionário, o único critério de adesão ao sindicato seria o caráter econômico, estabelecendo a neutralidade política e religiosa do sindicato. Assim, trabalhadores de matizes ideológicos variados participaram da Federação.

A Federação Operária de Alagoas foi parte de um projeto de construção de uma organização sindicalista revolucionária nacional. Tendo, entre outros, a atuação de trabalhadores anarquistas. Neste sentido, os anarquistas de Alagoas concordaram com o sindicalismo revolucionário e seu caráter operário, ou seja, classista. Podemos classificar os anarquistas alagoanos como organizacionistas, adeptos do sindicalismo. Embora se tratasse de um pequeno grupo, como eles próprios afirmaram, conseguiram construir uma visão positiva sobre esta ideologia, diferente do que havia ocorrido nas décadas anteriores. Tiveram participação nos acontecimentos nacionais e internacionais deste período. Além de atuarem muito próximo aos sindicalistas, diferente do que ocorreu em outros lugares, como é demonstrado nos trabalhos de Edilene Toledo. Estando, ainda, os operários de Alagoas, na dianteira no processo de articulação de organização sindical de resistência (especificamente sindicalista revolucionária) em relação à Bahia e Pernambuco.

A partir de 1916, o movimento em Alagoas surge com uma nova cara. A FOA tem interrompida as suas atividades em 1915 e a atuação anarquista ocorreu, a partir daí, principalmente, com a veiculação dos jornais de Antonio Bernardo Canellas, **Tribuna do Povo** e **A Semana Social**. Ambos os jornais circularam em várias cidades e povoados de Alagoas, entre a capital e o interior. Como vimos apesar da propaganda e dos incentivos para a união e organização da classe trabalhadora veiculada na **Tribuna do Povo** a partir de Viçosa, não houve, na prática, esta articulação. Tendo havido a circulação das ideias anarquistas, bem como, o debate em torno de muitos assuntos pertinentes à classe trabalhadora naquele momento, como a Primeira Guerra Mundial e, ainda, a contestação acerca de questões locais, de outras partes de Alagoas e Viçosa. Do mesmo modo, em **A Semana Social** houve a circulação das ideias anarquistas, debates sobre questões como a Primeira Guerra Mundial, Revolução Russa, entre outros, as discussões sobre os problemas locais e propaganda sobre a formação de entidades da classe trabalhadora. Ocorrendo, diferente do que houve em Viçosa, no contexto das mobilizações e greves no Brasil, em 1917, a articulação, entre agosto e outubro de 1917, em Maceió do Comitê Defesa Proletária que buscou combater a carestia vida. Esta articulação se deu em torno de Canellas e o jornal **A Semana Social**.

Após essas mobilizações, o ano de 1918 desponta com muitas lutas, mobilizações e greves da classe trabalhadora em Alagoas. Temos o ressurgimento de vários sindicatos. Há também a tentativa de formação de organizações libertárias como “A Sociedade os Irreverentes” e a “Congregação Libertadora da Terra e do Homem”. Nesse período, Canelas já se encontrava no Recife, mas é o seu jornal, **Tribuna do Povo**, era o principal meio de informação da classe trabalhadora alagoana. Nesse momento, temos o engajamento de Octavio Brandão que participou dessas tentativas de formação de organizações e teve uma grande contribuição a partir da imprensa. Como muitos anarquistas do período da FOA se encontravam separados, Rosalvo Guedes permanece muito atuante no movimento e próximo de Octavio.

Segue-se a esse clima de combatividade, somado ao contexto explosivo do restante do Brasil e do mundo, uma onda de repressão que se abateu principalmente sobre os anarquistas, ocasionando prisões e fugas de militantes alagoanos em 1919. No contexto do III Congresso Operário Brasileiro, foi refundada a FOA. É através do seu órgão de imprensa, **O Escravo**, que podemos notar a presença de anarquistas como Rosalvo Guedes e Olympio Santana na Federação e, ao contrário do que alguns historiadores afirmam, a permanência das ideias anarquistas e da estratégia do sindicalismo revolucionário, da recusa da organização de partidos eleitorais, mesmo que com nomenclatura de operário ou socialista e, também, a rejeição em se participar dos pleitos eleitorais. Permanece, portanto, por parte de alguns trabalhadores, a opção pela ação direta em detrimento do parlamentarismo.

Por fim, constatamos que o anarquismo em Alagoas foi, sobretudo, um projeto coletivo, construído por trabalhadores anônimos, em sua maioria, os quais pudemos, ao menos, reforçar nas páginas da história, os seus nomes, resgatando, inclusive, os de alguns. Acreditamos ter contribuído com a construção do conhecimento acerca da história dos de baixo em Alagoas, assentando alguns tijolos à obra já iniciada. Colocando em alto relevo as experiências de trabalhadores e trabalhadoras que ousaram lutar e construir com as próprias mãos o seu destino. Deste modo, forjaram suas próprias ferramentas, através da ação direta, e rejeitaram, em muitos casos, os meios burgueses, que na sua avaliação, seriam os partidos eleitorais e os pleitos para o parlamento.

FONTES

Jornais

A Plebe, São Paulo, 1917-1920.

A Semana Social, Maceió, 1917.

A Voz do Trabalhador, Rio de Janeiro, 1908-1915.

Gutenberg, Maceió, 1905.

O Escravo, Maceió, 1920.

O 1º de Maio, Maceió, 1914.

O Rebate, Maceió, 1915.

Trabalho Livre, Maceió, 1914.

Tribuna do Povo, Viçosa, Alagoas, 1916-1917.

Tribuna do Povo, Recife, 1918-1919.

Cartas

Carta da Federação Operária de Alagoas para a Comissão Organizadora do Congresso Anarquista Sul-Americano, 1915. Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (CEDEM – UNESP).

REFERÊNCIAS

ADDOR, Carlos Augusto. **A Insurreição Anarquista do Rio de Janeiro**. Editora: Dois Pontos, Rio de Janeiro, 1986.

ALMEIDA, Luiz Sávio. **Notas sobre poder, operários e comunistas em Alagoas**. – 2. Ed, rev., e aum. – Maceió: EDUFAL, 2013.

ANDERSON, Benedict. **Sob três bandeiras: Anarquismo e imaginação anticolonial**. Tradução: Sebastião Nascimento. – Campinas, SP: Editora Unicamp; Fortaleza, CE: Editora da Universidade Estadual do Ceará, 2014.

ARAUJO, Bruno Rodrigo Tavares. **Rebelião com Causa: a trajetória política e intelectual de Antonio Bernardo Canellas (1916-1920)**. 2014. 181f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-graduação em História. Maceió, 2015.

BARTZ, Frederico Duarte. Reformistas e revolucionários: as lutas internas do movimento operários pernambucano e a formação do grupo comunista do Recife (1917-1922). In: **Trabalhos e trabalhadores do Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba**. Tiago Bernardon de Oliveira (organizador). – Campina Grande: EDUEPB, 2015.

BARTZ, Frederico Duarte. **O horizonte vermelho: o impacto da revolução russa no movimento operário do Rio Grande do Sul, 1917-1920**. Porto Alegre: Sulina, 2017.

BATALHA, Cláudio H. M.. Formação da classe operária e projeto de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (organizadores). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente, da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Livro 1. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BRANDÃO, Otávio. **Combates e batalhas: memórias**. São Paulo, Alfa-Omega, 1978.

CORRÊA, Felipe. **Ideologia e Estratégia: anarquismo, movimentos sociais e poder popular**. São Paulo. Editora: faísca, 2011.

_____. **Bandeira Negra: discutindo o anarquismo**. – Curitiba: Editora Prismas, 2015.

_____. O anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária: da Associação Internacional dos Trabalhadores à emergência na América Latina. In SANTOS, Kauan Willian, SILVA, Rafael Viana (organizadores). **História do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil: novas perspectivas**. – (1ª.ed.) - Curitiba: Editora Prismas, 2018.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HOBBSBAWM, Eric J. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. **O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos.** UFRGS, Porto Alegre, RS, 2015.

LEVAL, Gaston. **Bakunin, fundador do sindicalismo revolucionário.** São Paulo: editora Imaginário e Faísca, 2007.

LOPES, Milton. Anarquismo e Primeiro de Maio no Brasil. In CORRÊA, Felipe; SILVA, Rafael Viana da; SILVA, Alessandro Soares da. (Organizadores). **Teoria e História do Anarquismo.** Curitiba: Editora Prismas, 2015.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. **Operários em Movimento: documentos para a história da classe trabalhadora em alagoas (1870-1960).** – Maceió: Edufal, 2007.

_____. **Trabalhadores, identidade de classe e socialismo: os gráficos de Maceió (1895-1905).** Maceió: Edufal, 2009.

_____. **A perseverança dos caixeiros: o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879-1917).** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

_____. (organizador). **A Semana Social.** Ed. Fac-símile. – Maceió: EDUFAL, 2013.

MARCELINO, Danilo Rosa. **Ação direta: a via para transformação social.** 165f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2018.

MATEUS, João G. F. . **O sindicalismo revolucionário como estratégia dos Congressos Operários (1906, 1913, 1920).** 2013. Disponível em:<
<https://ithanarquista.wordpress.com/2013/03/01/joaogfmateus-osindicalismorevolucionari/>>.
Acessado em: 05 de dezembro 2021.

MENDES, Samanta Colhado. Anarquismo e feminismo: as mulheres libertárias no Brasil (1900-1930). In SANTOS, Kauan Willian, SILVA, Rafael Viana (organizadores). **História do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil: novas perspectivas.** (-1ª.ed.) - Curitiba: Editora Prismas, 2018.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon. **Anarquismo, Sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936).** 2009. 267f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Niterói: RJ, 2009.

_____. Anarquismo e revolução: militância anarquista e a estratégia do sindicalismo revolucionário no Brasil da Primeira República. In SANTOS, Kauan Willian, SILVA, Rafael Viana (organizadores). **História do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil: novas perspectivas.** -1.ed. - Curitiba: Editora Prismas, 2018.

PETERSEN, Silvia Regina. **Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira.** Anos 90 (UFRGS), Porto Alegre, UFRGS, v.3, 1995.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michel. **A Classe Operária no Brasil 1889 – 1930: documentos: volume 1- o Movimento Operário.** – São Paulo: EDITORA ALFA-OMEGA, 1979.

PLANCHEREL, Alice Anabuki. **Memória & omissão: anarquismo & Otávio Brandão.** Maceió: Edufal, 1997.

REGO, Otávio Brandão. **Otávio Brandão** (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC, 1993, 139 p. dat. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista213.pdf> >. Acesso em: 18 de maio de 2021.

RODRIGUES, Edgar. José Oiticica: sua vida, sua obra, suas ideias. In: OITICICA, José. **A doutrina anarquista ao alcance de todos.** 5ª edição, Rio de Janeiro, Achiamé, 2006.

SAMIS, Alexandre Ribeiro. O Pavilhão negro na Pátria Verde Oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil. In. **História do Movimento Operário Revolucionário.** (org) Eduardo Colombo, Tradução: Plínio Augusto Coêlho. – São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, Observatório de Políticas Sociais, 2004.

_____. Presenças indômitas: José Oiticica e Domingo Passos. In FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão. **A formação das tradições (1889-1945).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SALLES, Iza. **Um cadáver ao sol.** – Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

SANT’ANA, Moacir Medeiros. **Elysio de Carvalho, um militante do anarquismo.** Maceió, Arquivo Público de Alagoas; Rio de Janeiro, Secretaria de Cultura – MEC, 1982.

_____. **Os primeiros movimentos grevistas em Alagoas.** 1987. Disponível em: < <https://www.historiadealagoas.com.br/os-primeiros-movimentos-grevistas-em-alagoas.html> >. Acesso em: 30 de novembro de 2021.

SCHMIDT, Benito Bisso. Os partidos socialistas na nascente República. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão. **A formação das tradições (1889-1945).** As esquerdas no Brasil, vol. 1. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SENA, Sandra Catarina de. **“São quase todos pretos”:** cotidiano e experiência da classe trabalhadora em Maceió pós abolição. 88f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió. 2019. p. 71.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In. BURKE, P. (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas.** – São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SILVA, Rafael Viana da. **Elementos inflamáveis:** organizações e militância anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964). 2014. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2014.

SILVA, Shuellen Sablyne Peixoto. **A trajetória política e intelectual de Octávio Brandão (1916-1922).** 2013, 109f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.

TICIANELI. **Federação operária alagoana e as primeiras greves**. Disponível em: < <https://www.historiadealagoas.com.br/federacao-operaria-alagoana-e-as-primeiras-greves.html> >. Acesso em: 17 de maio de 2021.

THOMPSON, Eduard Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A peculiaridade dos ingleses e outros artigos**. 2º ed. – Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2012.

TOLEDO, Edilene. **Travessias revolucionárias**: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e Itália (1890-1945). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004a.

_____. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário**: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004b.

VAN DER WALT, Lucien. Apresentando chama negra. In: **Teoria e História do Anarquismo**. CORRÊA, Felipe; SILVA, Rafael Viana da; SILVA, Alessandro Soares da. (Organizadores). Curitiba: Editora Prismas, 2015.